



# **CAMPO E CIDADE NA AMÉRICA LATINA**

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI  
VALTERLEI BORGES DE ARAÚJO  
FÁBIO MOLINARI BITELLI  
[ORGANIZADORES]**

ISBN 978-85-7506-387-3  
DOI: 10.11606/9788575063873

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**  
**VALTERLEI BORGES DE ARAÚJO**  
**FÁBIO MOLINARI BITELLI**  
**[organizadores]**

**Campo e cidade na América Latina**

**FFLCH/USP**  
**2019**

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP**

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH**

Diretora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

### **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo  
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

---

C198 Campo e cidade na América Latina [recurso eletrônico] / Júlio César Suzuki, Valterlei Borges de Araújo, Fábio Molinari Bitelli (organizadores). -- São Paulo : FFLCH/USP, 2019.  
3.168 KB; PDF.

ISBN 978-85-7506-387-3

DOI: 10.11606/9788575063873

1. Geografia agrária – América Latina. 2. Geografia urbana – América Latina. 3. Geografia cultural. 4. Uso do solo. I. Suzuki, Júlio César. II. Araújo, Valterlei Borges de. III. Bitelli, Fábio Molinari.

CDD 918

---

Capa: Fernanda Lima

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.

## SUMÁRIO

<b>Campo e cidade na América Latina .....</b>	<b>6</b>
Júlio César Suzuki, Valterlei Borges de Araújo e Fábio Molinari Bitelli	
<b>Campo-cidade, rural urbano: o som do silêncio na métrica de evolução das publicações científicas na América Latina .....</b>	<b>10</b>
Alex Medeiros Santos e Cristina Maria Macêdo de Alencar	
<b>As crianças do/no urbano, o urbano das/nas crianças: Geografia da Infância no bairro Dom Bosco em Juiz de Fora - MG e a perspectiva histórico-cultural de Vigotski .....</b>	<b>32</b>
Carla Cristiane Nunes Nascimento e Júlio César Suzuki	
<b>Território, cidade e rede: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense .....</b>	<b>57</b>
Elias da Silva e Júlio César Suzuki	
<b>O rural agrícola na metrópole: entre normativas e as práticas territoriais no município de Porto Alegre/RS .....</b>	<b>85</b>
Éverton de Moraes Kozenieski e Rosa Maria Vieira Medeiros	
<b>Os sujeitos da agricultura familiar do município de Enéas Marques/PR e suas dificuldades de adequação à legislação ambiental .....</b>	<b>117</b>
Sidiana Ruaro da Silva e Roselí Alves dos Santos	
<b>A ocupação territorial do estado do Mato Grosso e a expansão das cidades .....</b>	<b>141</b>
Adinael Junhor Pereira da Trindade e Antonia Marília Medeiros Nardes	
<b>Ícones urbanos: uma leitura de seus usos na metrópole de São Paulo .....</b>	<b>164</b>
Viviane Veiga Shibaki e Júlio César Suzuki	
<b>Redes geográficas: produção leiteira na comunidade de Nosso Senhor do Bonfim no município de Salto do Lontra/PR .....</b>	<b>185</b>
Leila Maria Panho e Roselí Alves dos Santos	
<b>A precarização do trabalho no setor avícola em Lucas do Rio Verde/MT .....</b>	<b>206</b>
Nívea Muniz Vieira e Júlio César Suzuki	

## CAMPO E CIDADE NA AMÉRICA LATINA

Júlio César Suzuki<sup>1</sup>

Valterlei Borges de Araújo<sup>2</sup>

Fábio Molinari Bitelli<sup>3</sup>

[organizadores]

O campo e a cidade na América Latina apresentam enorme diversidade social, cultural, política, econômica e ambiental, não só por conta das diferenças oriundas do processo dominador da colonização, tanto portuguesa, quanto espanhola, e das miscigenações permanentes, cujos resultados culturais são evidentes, mas também por conta da riqueza ambiental, cuja diversidade estabelece bases importantes para a produção social e econômica. Todas as dimensões apontadas, ainda, são mediadas pela política e pelo Político, o que se traduz na enorme multiplicidade de situações históricas e espaciais do que seja cidade ou campo na região, em que pese a similaridade de situações de subalternidade e de concentração da riqueza.

Leituras diversas são empreendidas pelos autores desta coletânea, ora traduzindo o caráter mais econômico e ambiental, ora o mais cultural e social, ora, ainda, mesclando outras possibilidades.

O artigo **Campo-cidade, rural-urbano: o som do silêncio na métrica de evolução das publicações científicas na América Latina**, de Alex Medeiros Santos e Maria Cristina Macêdo de Alencar, faz um levantamento de artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao PROLAM/USP. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: [jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br)

<sup>2</sup> Doutor em Estudos de Literatura (Literatura Comparada) pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Autor do livro *Novos modelos de produção musical e consumo* (EDUFF, 2014) e organizador do e-book *Identidade e diferença na canção latino-americana* (FFLCH/USP, 2019). Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado no PROLAM/USP. Contato: [val.borges@gmail.com](mailto:val.borges@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduado em Comunicação Social e Gastronomia, no mestrado em Hospitalidade desenvolveu pesquisa sobre o uso do espaço público na cidade a partir das manifestações culturais e da alimentação. No doutorado pelo PROLAM/USP desenvolve investigação acerca dos alimentos tradicionais e da cultura alimentar nos mercados públicos das metrópoles de São Paulo (Brasil) e Santiago (Chile). Contato: [pibitelli@yahoo.com.br](mailto:pibitelli@yahoo.com.br)

na América Latina a partir das temáticas campo-cidade e rural-urbano. A partir dos dados coletados com essa filtragem, o estudo apresenta uma análise sobre a produção e a evolução das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no continente latino-americano no quadriênio 2013-2016.

**As crianças do/no urbano, o urbano das/nas crianças: Geografia da Infância no bairro Dom Bosco em Juiz de Fora – MG e a perspectiva histórico cultural de Vigotski**, de Carla Cristiane Nunes Nascimento e Júlio César Suzuki, apresenta um estudo de campo realizado com vinte crianças no bairro Dom Bosco, na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais. A partir da Geografia da Infância e amparado pelos estudos de Vigotski, os autores analisaram a percepção e delimitação geográfica do bairro através das crianças, apresentando, ao final, o conceito de Bairro-vivência como uma forma de compreensão socioespacial dessa realidade.

**Território, cidade e rede: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense**, de Elias da Silva e Júlio César Suzuki, faz uma análise do município de Rondonópolis como cidade-chave para compreensão da expansão da produção de soja no estado de Mato Grosso, e também no Brasil. O estudo faz um levantamento histórico, especialmente a partir dos anos 1970, para compreender como a cidade foi beneficiada pela ocupação, pelas políticas públicas de fomento à produção e pela criação de rodovias para escoamento da produção, entre outros fatores.

**O rural agrícola na metrópole: entre as normativas e as práticas territoriais no município de Porto Alegre/RS**, de Éverton de Moraes Kozenieski e Rosa Maria Vieira Medeiros, apresenta um estudo sobre a relação estabelecida entre o rural e o urbano no município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Para isso, os autores recorrem a informações históricas sobre o processo de desenvolvimento da cidade, fazem relações entre as atuais e as antigas produções agrícolas do município e entrevistam agricultores de diferentes perfis produtivos que ainda produzem no perímetro urbano, ainda que a delimitação tenha diferentes interpretações de acordo com cada órgão analisado.

**Os sujeitos da agricultura familiar do município de Enéas Marques/PR e suas dificuldades de adequação à legislação ambiental** apresenta resultados da pesquisa desenvolvida a partir da investigação realizada no município de Enéas Marques/PR. Sidiana Ruaru da Silva e

Roselí Alves dos Santos analisaram a aplicabilidade do Código Florestal do ano de 1965 em propriedades rurais de agricultura familiar. Foi possível, então, apresentar as dificuldades que tais agricultores encontraram no processo de adequação de seus estabelecimentos rurais à legislação ambiental vigente.

Adinael Junhor Pereira da Trindade e Antonia Marília Medeiros Nardes apresentam o estudo **A ocupação territorial do estado do Mato Grosso e a expansão das cidades**, em que propõem uma reflexão a partir da expansão da malha urbana mato-grossense, investigando o processo de ocupação e reprodução do espaço a partir dos ciclos econômicos, das políticas de ocupação e analisando os reflexos das mudanças macroeconômicas sobre a paisagem. O estudo aborda a formação da cidade de Guiratinga, a partir da qual ecoa os impactos das mudanças no cenário econômico, sobre as cidades originárias do segundo ciclo do diamante no estado do Mato Grosso.

Em **Ícones urbanos: uma leitura de seus usos na metrópole de São Paulo**, Viviane Veiga Shibaki e Júlio César Suzuki promovem a discussão ao tratar como lócus a cidade de São Paulo e os ícones urbanos materializados nela, buscando entender como as construções de caráter simbólico têm como uma de suas funções a representação do espaço. Os objetos para análise foram coletados a partir de levantamento documental e se concentrou em um conjunto de cartões-postais históricos, que sob o olhar visual do espaço urbano da cidade, possibilitou entender sua construção ou imposição, política, econômica, social ou cultural.

Leila Maria Panho e Roselí Alves dos Santos, autoras do trabalho intitulado **Redes geográficas: produção leiteira na comunidade de Nosso Senhor do Bonfim no município de Salto do Lontra/PR**, utilizaram para discussão a coleta de campo realizada na comunidade leiteira de Salto do Lontra, no estado Paraná, cujo objetivo foi identificar as características de produção a partir dos conceitos de redes geográficas e espaços geográficos. Logo, com a análise das unidades produtivas pesquisadas foi possível entender suas características individuais e como a rede geográfica impacta no desenvolvimento de cada uma delas e na comunidade.



O aumento constante da demanda pelos alimentos proteicos vem transformando tanto o setor avícola quanto a cadeia produtiva de grãos no Brasil. No estudo **A precarização do trabalho no setor avícola em Lucas do Rio Verde/MT**, Nívea Muniz Vieira e Júlio César Suzuki apresentam, a partir do levantamento de dados e coleta de campo, a realidade do trabalho ligada ao modelo empresarial agroexportador vivido e hegemônico na região Centro-Oeste. Logo, este cenário descortina algumas especificidades como a exigência por qualificação (na qual a maioria da população possui apenas o Ensino Médio) que, entre outros fatores, culminam na dependência da indústria ali sedimentada, na queda da qualidade do trabalho e, conseqüentemente, da qualidade de vida.

Certo de que muitos estudos estão sendo desenvolvidos em distintas áreas do conhecimento, esta coletânea apresenta um pouco das recentes pesquisas elaboradas em algumas universidades brasileiras, sobretudo a partir do olhar da Geografia. Esperamos, assim, contribuir com os estudos e o florescimento de novas leituras e análises sobre o campo e a cidade na América Latina, uma das relações essenciais para a compreensão do nosso continente.

São Paulo/SP  
Primavera de 2019

## CAMPO-CIDADE, RURAL URBANO:

### o som do silêncio na métrica de evolução das publicações científicas na América Latina

Alex Medeiros Santos

Cristina Maria Macêdo de Alencar

**Resumo:** este estudo tem como objetivo analisar a métrica das publicações dos periódicos latino-americanos qualificados na base de dados do Qualis-Periódicos no quadriênio 2013-2016. Onde, exibe os resultados das buscas pelas palavras-chave campo, cidade, rural e urbano para avaliar, a partir de suas diferentes definições e usos no campo das ciências, a visibilidade do tema no meio acadêmico. Como método de investigação selecionado foi utilizado o quantitativo-descritivo, tendo como objetivo geral quantificar o número de artigos que debatem a relação campo-cidade, rural-urbano e suas relações territoriais, bem como identificar quais periódicos trazem os termos pesquisados como auto-denominação.

**Palavras-chave:** estudos quantitativos; métrica; rural; urbano.

#### Introdução

As relações entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade, apesar de estarem presentes na literatura, há séculos, como em *Utopia* de Thomas Morus, publicada em 1516, quase desaparece em decorrência da modernidade industrial, como Rosa de Luxemburgo chama a atenção no capítulo *A morte da economia rural*, em seu livro *Acumulação do Capital*, publicado pela primeira vez em 1913.

Embora as relações entre o rural e o urbano gradativamente percam espaço pela tendência à generalização da urbanização como apontam alguns estudiosos, o rural como sociedade (o mundo rural) ou como relação intersetorial produtiva (donde emerge o conceito geral de agrobusiness) se mantém.

No âmbito da geografia, o mundo rural como objeto da geografia agrária emerge na década de 1990, como defende Darlene Ferreira em sua tese de doutoramento, embora fosse tratado em temáticas relativas ao uso da terra, organização da produção, colonização, modernização da agricultura, complexo agroindustrial, pequena produção, campesinato, reforma agrária, e organização do espaço agrário, em disciplinas como sociologia, antropologia, economia, história e agronomia, reunidas no campo das ciências agrárias.

A relevância acadêmica atribuída à produção científica expressa o reconhecimento aos temas tratados, mas a valoração dessa produção é aferida pela divulgação acelerada em periódicos, parametrizada pelo sistema nacional de pós-graduação. Dito de outro modo, a avaliação da evolução científica em termos de relevância temática e autoral se expressa pelo que se publica em periódicos e em quais periódicos se publica.

Questiona-se neste artigo: como se caracteriza a evolução científica da temática rural-urbana e campo-cidade na América Latina a partir da dinâmica de publicação em periódicos científicos, quando a industrialização e a urbanização se cristalizam como paradigmas desenvolvimentistas em escala metropolitana? Há neste questionamento o pressuposto de que essa temática disputa espaço acadêmico nas publicações em que o urbano e o industrial também são objetos de interesse, mas que insiste em mostrar-se. Analogamente, poder-se-ia dizer que se trata de uma temática silenciada, mas que produz som.

Para algumas culturas e pensadores o som do silêncio é o descerrar da verdade; Mahatma Gandhi (1993) via o silêncio como uma necessidade, pois na atitude de silêncio, a alma encontrava o seu caminho de modo mais claro, e aquilo que era evasivo e ilusório resolvia-se de maneira clara como o cristal. Assim como Gandhi, Buda, e Einstein cultivaram o hábito do silêncio transformando o mundo. Einstein (1994, p. 301) uma vez disse: “Eu penso 99 vezes, e nada descubro; deixo de pensar, mergulho num grande silêncio e a verdade me é revelada”.

Por certo, trazer essas reflexões não se trata apenas de licença filosófica no texto científico, mesmo porque a temática das relações entre o campo e a cidade também são historicizadas a partir da produção literária, como no clássico de Raymond Williams (2011). O que não se quer calar é saber se teremos que ouvir o som do silêncio para escutar o campo e o rural em meio ao ruído citadino e urbano como construções civilizatórias. A subalternização do campo e do rural poderia ser expressa também no ensinamento de Buda de que quando se pratica o silêncio os ruídos cessam, permitindo o encontro com aquilo que está sendo oprimido.

Não existe consenso sobre a definição científica de campo/cidade e rural/urbano. Conforme relatam Silva, Tavares e Machado (2016), o problema é tão grave que professores do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental não conseguem diferenciar urbano de cidade, rural de campo, o que faz com que se tornem sinônimos; ao tratar das classificações oficiais, apesar de bem definidas administrativamente, são limitadas, pois analisam os conceitos somente de forma quantitativa e não incorporam o debate científico sobre as diferenças entre os termos, para o qual não se vislumbra conceituação universal.

A publicação de artigos científicos em periódicos amplia esse debate, sendo um dos pilares da expansão e divulgação do conhecimento e mesmo popularização da ciência. Ademais, o avanço da Tecnologia da Informação permitiu o amplo compartilhamento da ciência, modificando o modo de acesso do cientista a todo arcabouço de ferramentas que facilitam seu dia a dia na pesquisa científica.

A criação de bases de dados que possibilitam a reunião de um amplo conjunto de revistas científicas em um mesmo local facilitou a comunicação no meio, permitindo que a produção e disseminação do conhecimento pelos cientistas sejam analisadas por seus pares de forma mais rápida e com ampla divulgação. A reunião de periódicos eletrônicos em uma base de dados e seu acesso pela rede mundial de computadores dissemina a informação independentemente do local ou hora, disponibilizando a publicação científica em tempo integral.

Conforme Mugnaini (2006) avaliam-se e selecionam-se os periódicos que integram uma base de dados para garantir a qualidade da informação, requerendo padronização de modo a elaborar indicadores para avaliar e conceituar os periódicos e seus artigos, bem como, quantificar “o que, quando e onde” algo está sendo publicado. Tomamos como referência para este artigo, o sistema Qualis-Periódicos da Plataforma Sucupira, no quadriênio 2013-2016, a métrica da evolução das publicações científica no conjunto Campo/Cidade e Rural/Urbano nos periódicos latino-americanos.

Do mesmo modo que campo e cidade, rural e urbano, para o conceito de América Latina e identidade latino-americana não há consenso em termos de e quais países e territórios abarcam essa parte do continente. O fato é que após a Segunda Guerra Mundial,

com a criação da ONU e da CEPAL, o termo “América Latina” se consolidou (BRUIT 2009; FARRET, PINTO, 2011; SOUZA, 2012). Para o presente estudo, consideramos publicação latino-americana qualquer artigo publicado em países do continente americano, que tenham suas raízes nas línguas latinas<sup>4</sup>.

Assim, este artigo exhibe os resultados das buscas pelas palavras-chave *campo, cidade, rural e urbano* para avaliar, a partir de suas diferentes definições e usos no campo das ciências, a visibilidade do tema no meio acadêmico.

### **1. Evolução da produção científica pela metrificação**

O método de investigação selecionado foi o quantitativo-descritivo, tendo como objetivo geral quantificar o número de artigos que debatem a relação campo-cidade, rural-urbano e suas relações territoriais, bem como identificar quais periódicos trazem os termos pesquisados como auto-denominação.

Adotou-se a base de dados do Qualis-Periódicos devido a mesma ter como finalidade a classificação da produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos, permitindo um olhar direcionado para a produção latino-americana.

Para a seleção dos artigos foi desenvolvido um processo dividido em dois blocos. O primeiro bloco, com cinco fases, teve como objetivo localizar os periódicos por palavras chaves e em seguida identificar os artigos publicados pelos mesmos. A primeira fase desse bloco foi caracterizada pelo acesso ao site eletrônico da Plataforma Sucupira para análise do funcionamento do Qualis Periódicos e de seu buscador, quando se estabeleceu o intervalo temporal desta pesquisa (2013 – 2016). Na segunda fase buscou-se as palavras-chave (campo, cidade/ciudad, rural, urbano e territorial) nos títulos dos periódicos dentro da plataforma, nas línguas portuguesa e espanhola. Na terceira fase aplicou-se filtro aos periódicos por sua localização e removido qualquer periódico não pertencente aos países da

---

<sup>4</sup> A América Latina compreende a quase totalidade das Américas do Sul e Central: as exceções são os países sul-americanos da Guiana e do Suriname e a nação centro-americana de Belize, que são países de línguas germânicas. Para o estudo foram considerados países da América Latina 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

América Latina. Na quarta, adotou-se o acesso livre como critério de inclusão, sendo removidos os periódicos que não oferecem acesso livre, conforme a Declaração de Bethesda<sup>5</sup>, os que apresentam restrições e os que representem topônimos. Na quinta e última fase buscou-se nos periódicos validados aqueles que traziam o debate campo/cidade, rural/urbano; para isso, foram acessados todos os periódicos selecionados e realizada a busca avançada por artigos que contivessem em seus títulos ou em seus resumos os termos “campo e cidade (C-C)” ou “rural e urbano (R-U)”.

Entretanto, não basta o periódico respeitar as regras da Declaração de Bethesda para que o conhecimento científico tenha fácil acesso, é necessário que os periódicos permitam em seus buscadores diversas opções de buscas<sup>6</sup>, dentre elas, a busca somente nos títulos ou resumos, portanto, foram excluídos todos os periódicos que não possibilitaram a busca de artigos por título e resumo por não conterem aí as palavras-chave ou que, estando presentes, fossem topônimos, como ocorreu com as palavras cidade e campo<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Na Declaração de Bethesda, publicação de acesso aberto requer que autor(es) e titular(es) de direitos autorais concedem a todos os usuários um direito de acesso livre, irrevogável, mundial e perpétuo a uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição adequada da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal. Que esteja disponível uma versão completa do trabalho e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da permissão como indicado acima, em um formato eletrônico padrão adequado é depositado imediatamente após a publicação inicial em pelo menos um repositório on-line que é apoiado por uma instituição acadêmica, sociedade acadêmica, agência governamental ou outra organização bem estabelecida que busca permitir acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivamento de longo prazo.

<sup>6</sup> O periódico Minha Cidade, ISSN 1982-9922, (<http://www.vitruvius.com.br/revistas/browse/minhacidade>) não permite a busca avançada, ao buscar “campo e cidade” em seu buscador, retorna 180 artigos, o que dificulta o uso, pois apresenta um universo de artigos que não tem qualquer representatividade com o tema pesquisado.

<sup>7</sup> Como exemplo foi localizado os seguintes periódicos, dentre outros: Revista da Faculdade de Direito Milton Campos (ISSN:1415-0778) e Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo (ISSN: 1808-8120).

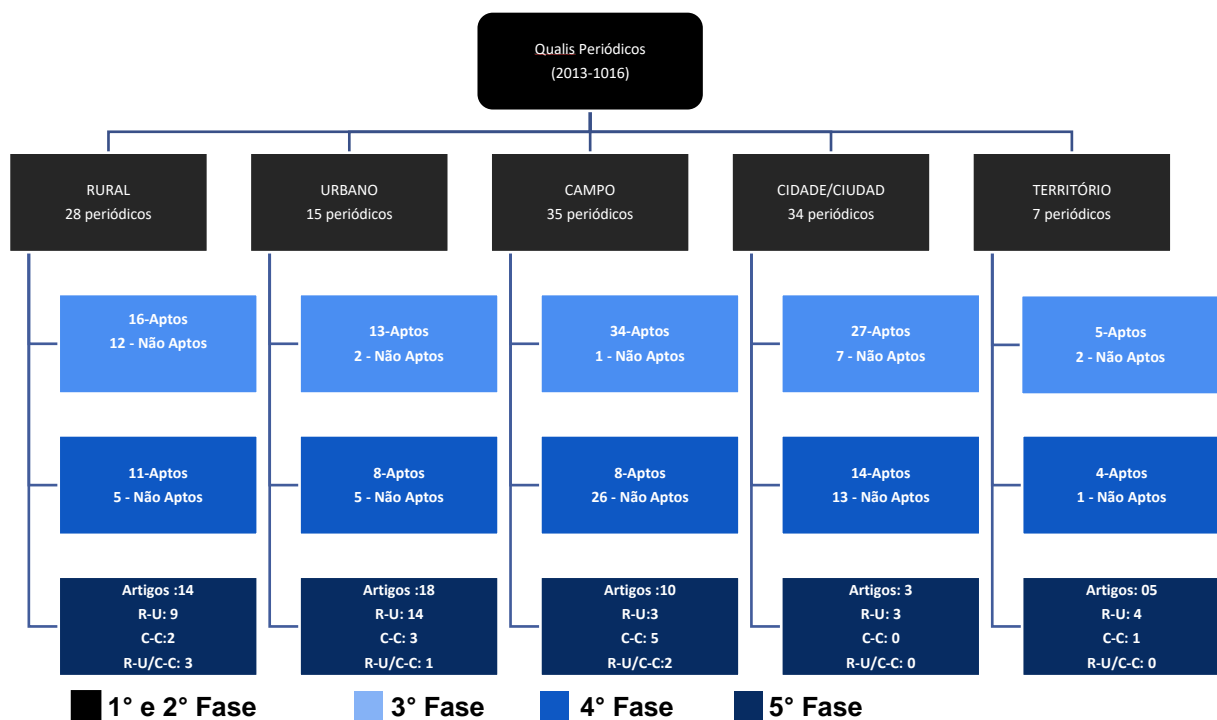


Figura 1 – Resultados quantitativos da busca de periódicos e artigos contendo palavras chave rural, urbano, campo, cidade, território, rural-urbano, campo-cidade na base Qualis periódico CAPES – 2013 -2016.

Os resultados encontrados no Qualis Periódico para as buscas das palavras-chave foram os seguintes: Rural apresentou 28 periódicos; Urbano 15 periódicos; Campo 35 periódicos; Cidade/Ciudad 34 periódicos e Território 7 periódicos.

Por sua vez, a referência espacial à América Latina apresentou os seguintes resultados: Rural, foram removidos 12, permanecendo 16 periódicos; em Urbano foram removidos 2, permanecendo 13 periódicos; em Campo foi removido 1, permanecendo 34 periódicos; em Cidade/Ciudad foram removidos 7, permanecendo 27 periódicos e Território foram removidos 2, permanecendo 5 periódicos.

A filtragem da quarta fase, a de acesso livre, apresentou os seguintes resultados: em Rural, foram removidos 5, permanecendo 11 periódicos; em Urbano foram removidos 5, permanecendo 8 periódicos; em Campo foram removidos 26, permanecendo 8 periódicos; Cidade/Ciudad foram removidos 13, permanecendo 14 periódicos e Território foi removido 1, permanecendo 4 periódicos.

Por fim, a validação dos periódicos pela presença do debate campo/cidade, rural/urbano resultou, para periódicos que continham em seu título a palavra “rural”, 14 artigos em 7 periódicos, sendo que 9 artigos com as palavras “Rural e Urbano”, 2 com as palavras “Campo e Cidade” e 3 apresentaram os dois conjuntos de palavras.

Os periódicos que continham em seu título a palavra “urbano” apresentaram 18 artigos em quatro periódicos, sendo que 14 artigos com as palavras “Rural e Urbano”, 3 com as palavras “Campo e Cidade” e 1 apresentou os dois conjuntos de palavras.

Os periódicos que continham em seu título a palavra “campo” apresentaram 10 artigos em 3 periódicos, sendo que 3 artigos com as palavras “Rural e Urbano”, 5 com as palavras “Campo e Cidade” e 2 apresentaram os dois conjuntos de palavras.

Os periódicos que continham em seu título a palavra “cidade” apresentaram 3 artigos em 2 periódicos, todos com as palavras “Rural e Urbano”.

Os periódicos que continham em seu título a palavra “território” apresentaram 5 artigos em 2 periódicos, sendo que 4 artigos com as palavras “Rural e Urbano” e um com as palavras “Campo e Cidade”, finalizando o primeiro bloco da pesquisa.

O segundo bloco tratou de analisar os artigos localizados nos periódicos e verificar seu conteúdo. Nos 5 grupos referidos na Figura 1 foram localizados 50 artigos que passaram por nova triagem, conforme observado na Figura 2. Foram removidos 9 artigos duplicados, a duplicação se deu pelo fato de um mesmo periódico<sup>8</sup> aparecer em grupos distintos devido ao seu título apresentar mais de uma palavra chave.

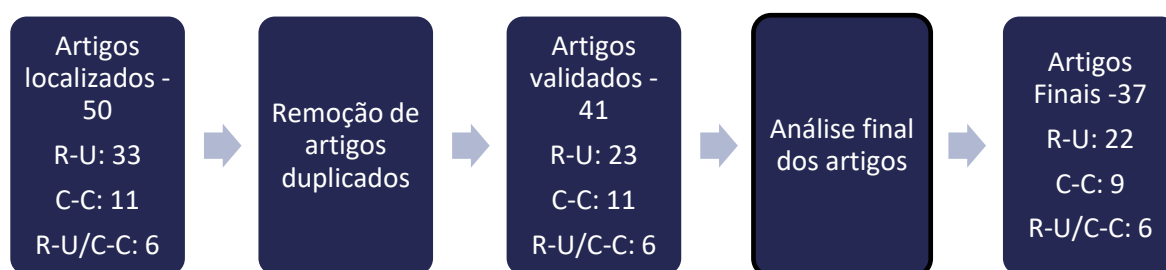


Figura 2 – Segundo bloco metodológico - triagem dos artigos selecionados no primeiro bloco.

<sup>8</sup> Apresentou duplicação os periódicos Revista Rural e Urbano – UFPE (ISSN - 2525-6092) e Bitacora Urbano Territorial (ISSN - 0124-7913).



Após serem validados 41 artigos, os mesmos tiveram seus títulos e resumos revisados e 4<sup>9</sup> foram removidos do conjunto final de artigos por não preencherem os requisitos delimitados na pesquisa, apesar de durante o processo revelarem aptidão. Ao final, foram selecionados 37 artigos, que tiveram seu conteúdo analisado.

Este momento de triagem dos artigos revelou uma limitação da metodologia quantitativa utilizada; o gênero feminino, urbana, e o processo urbanização, embora qualitativamente pertinentes às temáticas, foram excluídos para validar a quantificação das palavras-chave escolhidas, denotando a complexidade da análise da evolução da produção científica e, conseqüentemente, a necessidade de adotar metodologia não convencional com procedimentos qualitativos associados ou complementares aos quantitativos.

## **2. Dissensos nas abordagens sobre o rural e o urbano, o campo e a cidade**

Williams (2011) demonstra que o contraste entre campo e cidade remonta a tempos antigos, conforme pode ser observado na literatura.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz. Inocência e virtudes simples. A cidade associou-se à ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica (WILLIAMS, 2011, p. 11).

O fato de que contrastes entre campo e cidade remontam à antiguidade clássica e que permanece na modernidade contemporânea, é denotativo de que se trata de experiências sócio-históricas de transformação das sociedades, o que Elias Cornell (1998) denominou de arquitetura da relação campo e cidade. Constata-se também, como em

---

<sup>9</sup> O artigo “Capital, trabalho, território e sustentabilidade: a Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro” de Antonio Thomaz Junior, localizado no periódico Campo - Território (ISSN 1809-6271) não é um artigo científico.

O artigo “Nuestra América: (algunos) puntos de origen, y de destino” de Guillermo Castro Herrera, localizado no periódico Estudios Rurales (ISSN 2250-4001) é um ensaio.

Os artigos “Análise da população rural e urbana do território agreste central e setentrional pernambucano: notas iniciais” e “Feira livre de são felipe-ba: expressões de transformações e resistências à urbanização”, ambos localizados no periódico Revista Rural e Urbano – UFPE (ISSN 2525-6092) não tiveram as palavras-chave “campo - cidade” e “rural – urbano” localizadas no título ou resumo dos respectivos artigos.

Cornell, a anterioridade histórica do campo na afirmação de Lefebvre (1999) de que, desde o surgimento das cidades a relação campo-cidade passa por transformações.

As transformações são carregadas de tensão, mas não é a cidade em si o gerador dessas tensões e de conflitos. Os modos de produção estabelecem condições diferenciadas nessa relação, podendo ser mais conflituosa ou pacífica, sendo que com o advento do modo de produção capitalista com os respectivos padrões de industrialização, a relação campo-cidade carrega conflitos que se impõem como inquietações científicas para diferentes objetos de ciência como geografia, sociologia, filosofia e urbanismo, levados a analisar e aprofundar os conceitos de campo e cidade (AZEVEDO, 2012).

Os efeitos da industrialização e urbanização foram determinantes na modificação do espaço rural e urbano, e seus efeitos na sociedade, ocasionados por um processo inicial sem normas de industrialização e expansão capitalista (LUXEMBURG, 1972)<sup>10</sup>, inspiraram teorizações que, embora críticas à realidade (LEFEBVRE, 1991; SANTOS, 2000), têm fundamentado abordagens dicotômicas da relação rural-urbana. Paralelamente, os Estados estabelecem definições oficiais objetivando gerar estatísticas e tomar decisões administrativas, e utilizam como principais critérios: a discriminação a partir de um determinado patamar populacional; a predominância da atividade agrícola e a delimitação político-administrativa (MARQUES, 2015).

Em reflexões sobre essas definições governamentais, Abramovay (2000) afirma que o rural é definido como algo de natureza residual; em suas palavras,

[...] as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne 'urbana'. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista — de maneira distorcida — como 'urbanização do campo' (ABRAMOVAY, 2000, p.2).

Em Williams (2011), a relação campo-cidade é complexa, carregada de subjetividade, mas o autor reconhece a existência da corrente dicotômica caracterizada pela oposição

---

<sup>10</sup> Luxemburg, no início do século XX, já citava os capitalistas do campo "Así los manufactureros y los capitalistas del campo se encontraron con una gran provisión de proletarios empobrecidos situados fuera de los reglamentos y restricciones de las corporaciones feudales y artesanales" (LUXEMBURG, 1972, p. 38).

campo-cidade e rural-urbano, em que o campo representativo do atraso, o lugar da produção agropecuária, fornecedor de matérias primas e consumidor dos produtos da cidade, diferente da cidade que representa o moderno, o lugar da indústria, o produtor e distribuidor dos bens de consumo.

A abordagem dicotômica vislumbra o campo e a cidade como ambientes distintos, passíveis de serem estudados de modo isolado, pois ambos são antagônicos, onde, por tendência “evolutiva”, o campo tende a ser suprimido pelo processo de urbanização devido à perda de suas características rurais, e nela é formulada a categoria continuum, categoria que passou a ser ressignificada a partir da evidência de que não é possível haver um isolamento do campo em relação à cidade ou do rural em relação ao urbano, e sim a aproximação dos mesmos devido ao processo de urbanização que avança em ambos os espaços, mas sem necessariamente promover o desaparecimento do rural (WANDERLEY, 2001; VEIGA, 2004; WILLIAMS, 2011; WAGNER, ASSIS, 2014). Nas palavras de Wagner, “o espaço rural e o urbano são dois pólos que se relacionam e, apesar das semelhanças que culminam na continuidade entre ambos, existem diferenças que os distinguem e caracterizam”(WAGNER, ASSIS, 2014, p 78).

O fato é que o espaço rural atual apresenta similitudes com o espaço urbano, gerando conexão entre ambos, o que por diversas vezes acaba causando uma junção de ambos os espaços, possibilitando tanto o rural estar presente no espaço da cidade, quanto o urbano confluir com o campo. Entretanto, “suas relações de trabalho, suas relações sociais e suas relações culturais possuem características próprias, discerníveis, embora não necessariamente exclusivas” (GOMES, BINZSTOK *apud* SILVA, 2014, n.p).

Há que se apreender também o caráter pluriativo e multifuncional (ABRAMOVAY, 2000; CARNEIRO, 1999, 2002) do mundo rural, que não sendo novo porque o campo e o rural nunca foram apenas agrícolas, traz inovações; a realidade rural vem se transformando, o que é um consenso no dissenso de que o fenômeno, por exemplo, da produção não agrícola, seja novo. Há, contudo, atividades novas.

Na busca da defesa da ruralidade como modo de vida, como cultura, há um esforço em prol do reconhecimento de um novo rural, multifuncional, que envolve também atividades não-agrícolas. Como, por exemplo, turismo ou outras atividades alternativas complementares à sustentabilidade econômica deste território rural, além de fundamentais para a

sobrevivência da metrópole quando se olha para suas bordas, pelo fato destas serem habitadas por interessados na produção da água em quantidade e qualidade para o abastecimento, na manutenção do meio ambiente natural (SANTORO, 2014, p. 180).

O meio rural, apesar de apresentar sua própria identidade, caracteriza-se por uma vasta diversidade, do mesmo modo que o espaço urbano, pois ambos não podem ser compreendidos separados um do outro como acreditava Lefebvre (1999), visto que ambos são realidades que não existiriam isoladamente, conforme ensina Silva (2014, p. 6):

Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração e interdependência. E na [...] compreensão do processo de 'criação de novas identidades territoriais', que não podem ser interpretadas apenas como a manifestação de um 'novo rural', mas sim como novas territorialidades dotadas de um hibridismo que mescla o urbano e o rural e que permite a identificação de novas geografias (ARAÚJO, SOARES, 2009, p. 224-225 *apud* SILVA, 2014, p.6).

Todas as reflexões até aqui alinhadas, nos permite afirmar que nas transformações territoriais, sociais, políticas e econômicas do mundo atual, as relações campo e cidade, rural e urbano precisam ser redimensionadas, ressignificadas, permitindo ao campo revalorização, para superação da velha dicotomia rural-urbano, conclusão que se respalda em diversos pesquisadores (LIMONAD, 1996; CARNEIRO, 1999; WANDERLEY, 2001; ALENCAR, MOREIRA, 2005).

### **3. O panorama das publicações sobre rural, urbano, campo e cidade**

O conjunto de artigos classificados pela métrica da produção científica sobre rural, urbano, campo e cidade, publicado em periódicos científicos na América Latina entre 2013 e 2016, disponibilizados e qualificados pela base Qualis/periódicos da CAPES, reúne 37 artigos de 16 periódicos de 5 países. Contudo, após leitura dos artigos na íntegra, foi necessário desconsiderar 9<sup>11</sup> artigos que, apesar de conterem no elenco de descritores os termos

---

<sup>11</sup> Foram descartados os seguintes artigos:

Movimentos e parentesco: sobre as especificidades dos deslocamentos; Segregação sócioespacial em Itapuranga-go; A produção sucroalcooleira em Morro Agudo (SP) e a migração piauiense; Casas de Apoio: assistência médica e sociabilidades urbano-rurais; Empoderamiento espacial de las mujeres mediante la Economía Solidaria; Las ciudades después del conflicto: La ciudad del arraigo; Síntesis proyectual de las agrovillas: Propuesta de características urbanas básicas; Territórios de vida e de esperança nos acampamentos

pesquisados, os objetivos dos mesmos não continham qualquer relação com os conteúdos de interesse deste artigo.

Portanto, ao final foram considerados para o estudo 28 artigos de 13 periódicos de 4 países (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia). O Brasil, dentre os países apresentados, é o que mais publicou artigos, e detém também o maior número de periódicos publicando sobre as palavras-chave.

A publicação de artigos nos periódicos no quadriênio 2013-2016, apresenta-se de forma assimétrica, variando entre o mínimo de 1 e o máximo de 7 artigos (Figura 3), contabilizando um total de 28 trabalhos, tendo uma média igual a 7 artigos/ano e 2,15 artigos/periódico, e sendo o ano de 2016 o de maior expressão, apresentando o maior número de artigos publicados nos periódicos analisados.

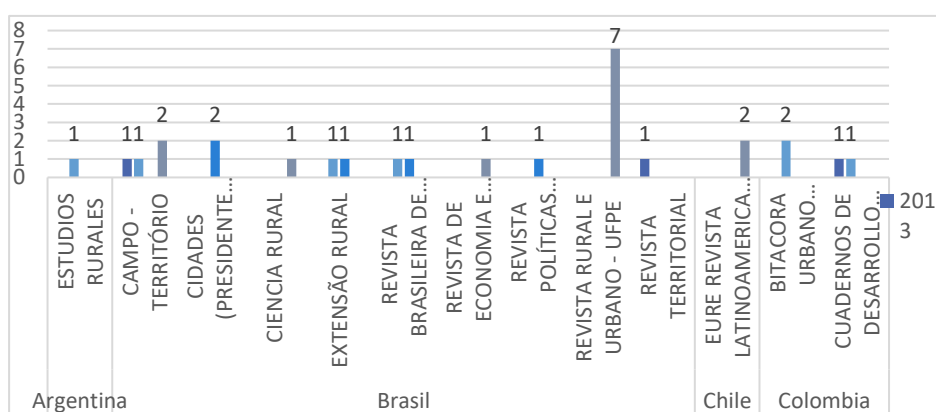


Figura 3 – Quantidade de artigos publicados anualmente por periódico e país de origem.

Ao verificarmos a Figura 3, observa-se que o periódico Revista Rural e Urbano<sup>12</sup>, da Universidade Federal de Pernambuco, apresenta um número superior de publicações sobre

---

Fortaleza e Renascer na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso, Brasil e La músicaailable del caribe: una forma de acercamiento entre el campo y la ciudad.

<sup>12</sup> Conforme o site do periódico, o mesmo “visa fomentar o debate sobre os conceitos e as relações entre o rural e o urbano, campo e cidade, a fim de discutir e analisar as diferentes visões a respeito desses espaços e suas inter-relações. A criação da Revista Rural-Urbano foi pensada no contexto deste debate e com a intenção de ampliar e consolidar a Rede de Pesquisadores que estão empenhados em desvendar a produção do espaço, a metropolização e as relações rural-urbano através da produção acadêmica. Desta forma, a Revista Rural-Urbano pretende ser uma ferramenta viabilizadora de uma maior articulação entre especialistas que trabalham com essa temática e se tornar um instrumento importante para discussão e atualização do conhecimento crítico sobre a relação rural-urbano e campo-cidade.” Portanto, se o periódico conseguir ser este amplificador

o tema, muito acima da média de publicações de seus pares. Somente em 2016, ano de sua fundação, a revista publicou sete artigos que se enquadraram na pesquisa, o que elevou o número de publicações no Brasil. Vale lembrar que dois dos artigos retirados na análise quantitativa e que são deste periódico, qualitativamente tratam da problemática das relações entre o rural e o urbano.

Ao ser analisada a quantidade de artigos publicados ao ano, notamos uma variação tendendo para o crescimento do número de publicações ao longo do tempo (Figura 4), com uma ênfase para o Brasil que de duas publicações no ano de 2012, passou para 11 publicações em 2016, crescimento quantitativo que certamente expressa crescimento do debate no país, que passa a ocupar lugar de referência em publicações sobre o tema, tanto pela quantidade de publicações, quanto pelo número de periódicos disponíveis para publicar.

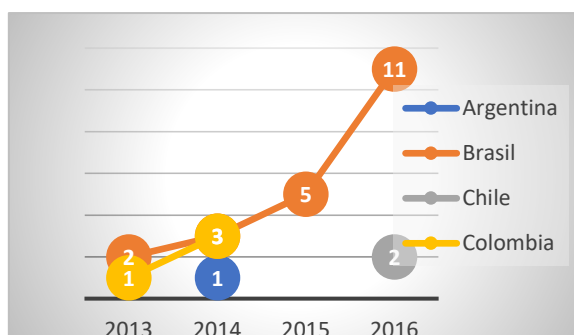


Figura 4 - Evolução da publicação de artigos por país

Na busca pelas palavras chaves nos artigos (Figura 5), dos 28 analisados, 16 apresentaram o termo rural-urbano (R-U), oito o termo campo-cidade (C-C) e 4 apresentaram os dois termos (R-U) e (C-C), o que demonstra uma predominância do termo rural-urbano sobre campo-cidade.

---

do tema, nos próximos anos o mesmo deve se tornar referência no assunto, e ratificando o Brasil como país com maior número de publicações de artigos sobre o tema.

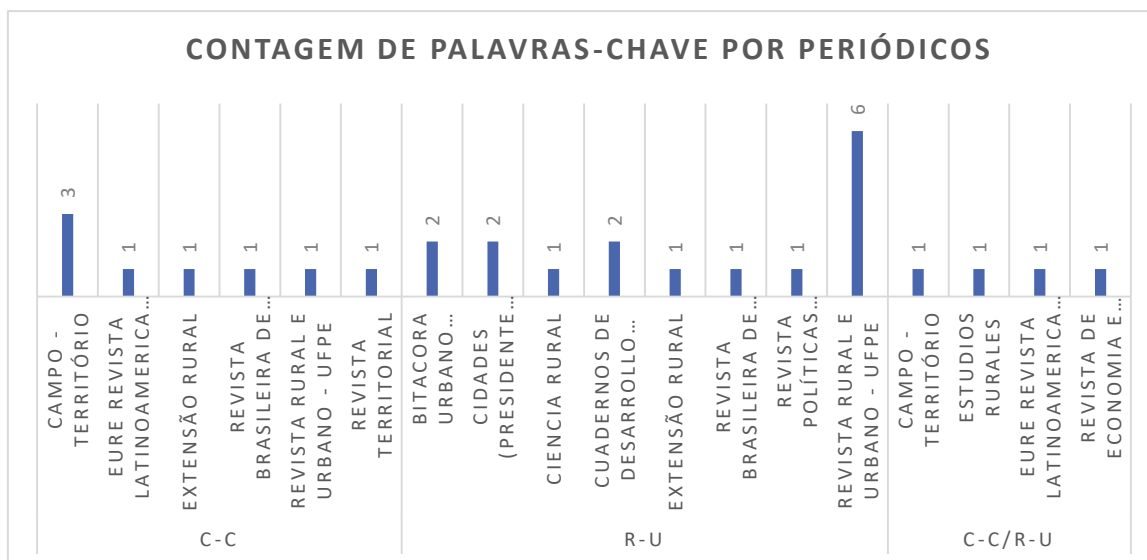


Figura 5 – Resultados quantitativos, por periódico, dos artigos que apresentaram os termos campo-cidade (C-C) e/ou rural-urbano (R-U).

Para análise do conteúdo os artigos foram classificados em dois grupos (Figura 6), isto é: os estudos exploratórios, que compreendem os de natureza quantitativo-descritivo, sem que haja ênfase discursiva; e os estudos classificados na categoria de teóricos, que apresentam uma teorização já discutida neste artigo, sendo estes subdivididos em quatro categorias: Ruralidade e Desenvolvimento; Dicotomia Rural/Urbano Campo/Cidade e Continuum Rural/Urbano Campo/Cidade, representando os conteúdos teóricos apresentados. Resta esclarecer que não foi apresentado o conceito de Natureza Residual (como utilizado pela esfera governamental) no gráfico devido inexistir artigos com o conceito em questão.

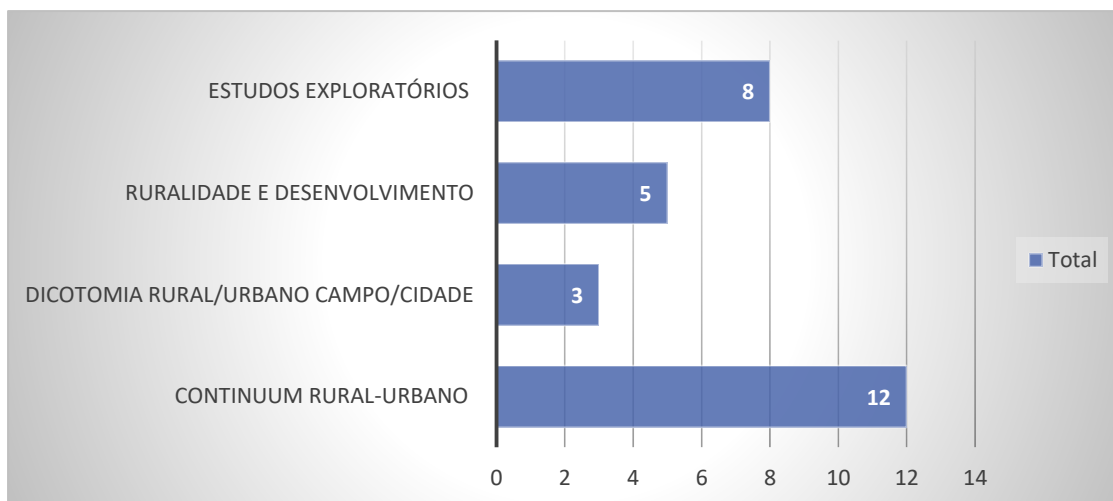


Figura 6 - Temática dos artigos

Resumindo, dos 28 artigos, 28,5% são estudos exploratórios, não trazendo novos fundamentos teóricos para debater; 17,8% discutem a ruralidade e o desenvolvimento do território; 10,7% discutem a Dicotomia Rural/Urbano Campo/Cidade e 42,8% discutem o Continuum Rural/Urbano Campo/Cidade.

A constatação de que 28,5% dos artigos examinados são estudos exploratórios quantitativos e não trazem novos fundamentos teóricos para debater, denota que a abordagem positivista não ocupa o lugar de consenso na problemática das relações rural-urbanas e campo-cidade. Todavia, os 10,7% que discutem afirmativamente a dicotomia Rural/Urbano Campo/Cidade se mantêm em perspectiva de linearidade das mudanças sociais, por certo assumindo uma condição de inexorabilidade no processo de homogeneização sob a égide da globalização. Esta produção científica totaliza 39,2% , que aliados à discussão de transitoriedade dos 42,8% que discutem o Continuum Rural/Urbano Campo/Cidade, nos leva a inferir pela continuidade da subalternização do rural pelo urbano, do campo pela cidade, ao invés de possível potencialização das condições de possibilidades que a diversidade de modos de vida carrega em favor da melhoria das condições de vida no planeta.

Resta-nos focalizar o olhar sobre os 17,8% que discutem a ruralidade e o desenvolvimento do território, abordagens que teoricamente assumem a inter-relação entre



objetividade e subjetividade; a existência de projetos de sociedade com peculiaridades próprias em interação interescalar, a coexistência virtuosa entre o rural e o urbano.

Os dados apresentados deixam claro que o campo e o rural ainda estão encobertos pelos ruídos das cidades e do urbano, que o som do silêncio ainda está muito longe de ser escutado, principalmente se se tem em mente que foram escolhidos apenas os artigos que cumpriram todos os parâmetros de padronização e qualificação estabelecidos pelo sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil e pelas regras metodológicas de metrificação da produção científica. Ou seja, apenas estão ouvidos aqueles que atendem aos padrões dominantes e todo o grito que ressoa fora do olhar quantitativo, da parametrização qualis, das categorias formais, fica sem ser ouvido ou se perde na multidão de problemáticas generalizáveis, não peculiares. Mas eles soam.

A apreciação dos dados apresentados nos fornece um conjunto de indicadores da produção científica em relação a campo e cidade, rural e urbano, deixando patente que dentro da América Latina a publicação de artigos sobre o tema, em periódicos tidos como o lugar de referência da produção científica, ainda é ínfima.

Porém, conforme demonstra os indicadores, principalmente referentes ao Brasil, resta evidente o crescimento no número de publicações, indicativo de que o som do silêncio de forma gradativa está se formando, sendo o Brasil o país de referência para publicação do tema.

O surgimento do periódico Revista Rural e Urbano da Universidade Federal de Pernambuco traz uma expectativa de ampliar o debate, pois o mesmo “visa fomentar o debate sobre os conceitos e as relações entre o rural e o urbano, campo e cidade, a fim de discutir e analisar as diferentes visões a respeito desses espaços e suas inter-relações”. Isto explicita que a realidade não é inexorável e que as dicotomias e demais olhares sobre o rural são olhares teóricos, e explica o mesmo estar acima da média de todos os outros periódicos analisados, pois está diretamente relacionado com o tema pesquisado.

Resta-nos ainda a possibilidade de examinar os dados pela soma das parcelas dos artigos que tratam do Continuum Rural/Urbano Campo/Cidade e das novas ruralidades e o desenvolvimento do território, 60,6%, como indicativos de que se opera uma mudança na visão dos pesquisadores na América Latina, que secundariza a dicotomia entre rural e

urbano, campo e cidade e passa a observar o campo e rural com a sua própria identidade, respeitando os novos valores agregados ao campo e sua população, dando voz a novos sons.

Sendo assim, é fundamental continuar observando e estudando as relações campo-cidade, rural-urbano, pois a mudança da percepção do público geral se inicia na academia, quando qualificamos os futuros professores do ensino fundamental a conceituar, através da pesquisa, as realidades pesquisadas considerando suas dinâmicas específicas.

## Anexo 1 – Artigos selecionados

Periódicos	País	Ano	Título
BITACORA URBANO TERRITORIAL	Colômbia	2014	“Desbordando” la categoría de borde. Reflexiones desde la experiencia bogotana
BITACORA URBANO TERRITORIAL	Colômbia	2014	Actores sociales y ordenamiento territorial rural. Los corregimientos de Medellín, Colombia
BITACORA URBANO TERRITORIAL	Colômbia	2015	Las ciudades después del conflicto: La ciudad del arraigo
BITACORA URBANO TERRITORIAL	Colômbia	2015	Síntesis proyectual de las agrovillas: Propuesta de características urbanas básicas
CADERNOS DE CAMPO (USP. 1991)	Brasil	2016	Casas de Apoio: assistência médica e sociabilidades urbano-rurais
CAMPO - TERRITÓRIO	Brasil	2013	A nova dinâmica campo-cidade revelada pelo turismo rural: o caso de Venda Nova do Imigrante – ES
CAMPO - TERRITÓRIO	Brasil	2014	A experiência da escola família agrícola de Quixabeira, no semiárido baiano
CAMPO - TERRITÓRIO	Brasil	2014	A produção sucroalcooleira em Morro Agudo (SP) e a migração piauiense
CAMPO - TERRITÓRIO	Brasil	2014	Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade
CAMPO - TERRITÓRIO	Brasil	2016	De espaços agrícolas a espaços de consumo: os processos sociais no mundo rural português
CAMPO - TERRITÓRIO	Brasil	2016	Repensando as relações campo/cidade: uma abordagem acerca do terroir do vinho na Campanha Gaúcha
CAMPO - TERRITÓRIO	Brasil	2016	Territórios de vida e de esperança nos acampamentos Fortaleza e Renascer na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso, Brasil
CAMPOS (UFPR)	Brasil	2014	Movimentos e parentesco: sobre as especificidades dos deslocamentos
CIDADES (PRESIDENTE PRUDENTE)	Brasil	2015	A dispersão urbana é mesmo “urbana”? Dinâmicas espaciais e valores antropológicos na França
CIDADES (PRESIDENTE PRUDENTE)	Brasil	2015	Forma e expansão urbanas no Brasil: fatos e hipóteses. Primeiros resultados do banco de dados Brasipolis
CIENCIA RURAL	Brasil	2016	Uma metodologia para definição de espaços rurais: uma implementação no Brasil.
CUADERNOS DE DESARROLLO RURAL	Colômbia	2013	Empoderamiento espacial de las mujeres mediante la Economía Solidaria*
CUADERNOS DE DESARROLLO RURAL	Colômbia	2013	Pequeños agricultores y nueva ruralidad en el occidente de México*
CUADERNOS DE DESARROLLO RURAL	Colômbia	2014	Reconfiguración territorial y estrategias de reproducción social en el periurbano poblano*
ESTUDIOS RURALES	Argentina	2014	Os padrões de consumo no campo e na cidade: Vislumbrando aproximações entre os modos de vidas de cidadãos e rurais
EURE REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES	Chile	2016	Expansión dispersa, ciudad difusa y transporte: El caso de Querétaro, México
EURE REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES	Chile	2016	Ocio, placer y (auto)movilidad en la construcción simbólica de los “alrededores de Santiago

EXTENSÃO RURAL	Brasil	2014	conexões entre campo e cidade na amazônia paraense: agricultores familiares e suas relações com a cidade de marabá-pa
EXTENSÃO RURAL	Brasil	2015	Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: um estudo sobre a relação produção-consumo nos municípios de Toledo (PR) e contagem (MG)
PERSPECTIVAS RURALES	Costa Rica	2014	La música bailable del caribe: una forma de acercamiento entre el campo y la ciudad.
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR)	Brasil	2014	Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR)	Brasil	2015	A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal
REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL	Brasil	2016	Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza
REVISTA POLÍTICAS PÚBLICAS & CIDADES	Brasil	2015	Cidades de pequeno porte em Santa Catarina: uma reflexão sobre planejamento territorial
REVISTA RURAL E URBANO - UFPE	Brasil	2016	A compreensão dos professores do ensino fundamental sobre os conceitos de Rural e Urbano
REVISTA RURAL E URBANO - UFPE	Brasil	2016	A dicotomia Rural x Urbano: aplicação dos critérios da OCDE para a Região Metropolitana do Cariri/CE
REVISTA RURAL E URBANO - UFPE	Brasil	2016	A importância das ferrovias para a articulação do rural com o urbano em Pernambuco
REVISTA RURAL E URBANO - UFPE	Brasil	2016	A revolução industrial, a modificação do espaço rural e a cultura de paz: uma experiência em sala de aula
REVISTA RURAL E URBANO - UFPE	Brasil	2016	Grandes empreendimentos, valorização do capital e transformações rural-urbano
REVISTA RURAL E URBANO - UFPE	Brasil	2016	O campo na cidade: a permanência e a recriação de subespaços rurais no perímetro urbano de Campina Grande-PB
REVISTA RURAL E URBANO - UFPE	Brasil	2016	Rádio Web Agroecologia: uma possibilidade de aproximação entre o rural e o urbano
REVISTA TERRITORIAL	Brasil	2013	Segregação sócioespacial em Itapuranga-GO

## Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Texto para discussão nº 702. IPEA: Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2360>>. Acesso: 01 nov. 2017.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. *Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório*. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo e MOREIRA, Roberto José. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: *Identidades Sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. O rural e o urbano na teoria de Henri Lefebvre. XIII Jornada do Trabalho. *Anais*. Presidente Prudente: 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/09.pdf>>. Acesso: 05 ago. 2017.

BRUIT, Héctor Hernán. A invenção da América Latina. In: *V Encontro da ANPHLAC*. 2009, Disponível em: <[http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector\\_bruit.pdf](http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector_bruit.pdf)>. Acesso: 19 dez. 2017.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade na agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 19, p. 176-185, 2002.

\_\_\_\_\_. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: *Mundo rural e política*. Ensaios interdisciplinares. P 95- 118. RJ: Editora Campus, 1999.

CORNELL, Elias. *Arquitetura da relação campo e cidade*. Brasília: Editora Alva, 1998.

EINSTEIN, Albert. *Escritos da maturidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, n. 23, p. 30-42, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X012023002>> Acesso: 15 dez. 2017.

GANDHI, Mahatma. *As Palavras de Gandhi*, texto selecionado por Richard Attenborough, diretor do filme GANDHI, trad. AB Pinheiros de Lemos, 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991

LIMONAD, Ester. *Os lugares da urbanização - O caso do interior fluminense*. 1996. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em:

<[http://www.datalabel.com.br/faf.uerj/images/1996\\_limonad\\_os\\_lugares\\_da\\_urbanizacao.pdf](http://www.datalabel.com.br/faf.uerj/images/1996_limonad_os_lugares_da_urbanizacao.pdf)>. Acesso: 22 nov. 2017.

LUXEMBURG, Rosa. *Introducción a la economía política*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra livre*, v. 2, n. 19, 2015. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160>>. Acesso: 25 out. 2017.

MORUS, Thomas. *Utopia*. Prefácio: João Almino; Tradução: Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

MUGNAINI Rogerio. *Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional*. Tese. Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org/local/content/pdf/028.pdf>>. Acesso: 15 set. 2017.

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. *A nova dinâmica campo-cidade revelada pelo turismo rural: o caso de Venda Nova do Imigrante-ES*. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 8, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22082>>. Acesso: 02 out. 2017.

Revista *Rural & Urbano*. Capa. 2016. Recife Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ruralurbano/index.php/ruralurbano/index>>. Acesso: 15 jan. 2018.

SANTOS, Milton (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUTICEC, 2000.

SANTORO, Paula Freire. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 169, maio 2014. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/3837>>. Acesso 18 nov. 2017.

SILVA, Graciele Selma da; TAVARES, Maria Cristina; MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo. A compreensão dos professores do ensino fundamental sobre os conceitos de rural e urbano. *Revista Rural & Urbano*, Recife. v. 01, n. 01, p. 26-32, 2016. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ruralurbano/index.php/ruralurbano/article/view/4>>. Acesso: 02 out. 2017.

SILVA, Rhafic Concolato da. Ruralidades, urbanidades e relações campo-cidade. Nadir: rev. electron. geogr. *Austral*. Ano 6, nº 1 Jan-Jul 2014. Disponível em: <<http://revistanadir.yolasite.com/a%C3%B1o-6-n%C2%B0-1-enero---julio-2014.php>>. Acesso: 02 out. 2017.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*,

v. 4, n. 4, p. 29-39, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364>>. Acesso: 12 dez. 2017.

SUBER, Peter et al. *Bethesda statement on open access publishing*. 2003. Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso: 06 set. 2017.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. *Ciência e cultura*, v. 56, n. 2, p. 26-29, 2004. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000200016&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000200016&script=sci_arttext&lng=pt)>. Acesso: 21 out. 2017.

WAGNER, Danielle; ASSIS, William Santos de. Conexões entre campo e cidade na Amazônia Paraense: agricultores familiares e suas relações com a cidade de Marabá-PA. *Extensão Rural*, v. 21, n. 2, p. 75-93, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/8932>>. Acesso: 02 out. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *CLACSO*, Norma Giarracca. Una nueva ruralidad em América Latina? Consejo Latinoamericano de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso: 02 out. 2017.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história da literatura*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

**AS CRIANÇAS DO/NO URBANO, O URBANO DAS/NAS CRIANÇAS:  
Geografia da Infância no bairro Dom Bosco em Juiz de Fora - MG  
e a perspectiva histórico-cultural de Vigotski**

Carla Cristiane Nunes Nascimento<sup>13</sup>

Júlio César Suzuki<sup>14</sup>

**Resumo:** a Geografia da Infância ocupa-se, sobretudo, em analisar as vivências espaciais das crianças e, em interface com a teoria histórico-cultural do cientista bielo-russo Lev Semionovitch Vigotski e seus colaboradores, vem afirmando que a criança e o meio - este entendido como produção histórica, cultural, geográfica - formam uma unidade, indissolúvel: a *Perejivanie*, cuja melhor tradução para a língua portuguesa encontra-se na palavra Vivência. Com vinte crianças, entre oito e doze anos, moradoras do bairro Dom Bosco em Juiz de Fora-MG, com seus desenhos e com suas falas, fomos nos encontrando com a teoria de Vigotski e, daí, formulamos o conceito de Bairro-Vivência numa tentativa de expressar o que é o bairro para as crianças que o habitam. O Bairro-Vivência é uma resposta a uma questão de pesquisa e, para muito além disso, é a resposta das crianças que se apropriam do bairro, de suas formas, e o expandem, com muita criação e imaginação, para longe da fronteira político-administrativa e dos ditames da iniciativa privada. Deprendemos que uma produção contínua da unidade criança/meio se estabelece: as crianças estão/são do/no espaço urbano, mas, dialeticamente, o espaço urbano está/é das/nas crianças.

**Palavras-chave:** Geografia da Infância; crianças; teoria histórico-cultural de Vigotski; bairro Dom Bosco em Juiz de Fora-MG; Bairro-Vivência.

## Introdução

A década de 1970 é um marco importante nos estudos concernentes às crianças e suas espacialidades, sobretudo, em alguns países da Europa. Nomeado pelos anglo-saxões de *Geography of Children*<sup>15</sup>, este campo de estudos vem se consolidando no Brasil, com seus trabalhos pioneiros localizados nos primeiros anos do século XXI, sob a denominação de *Geografia da Infância*.

---

<sup>13</sup> Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. E-mail: carlacrisnunes@gmail.com

<sup>14</sup> Professor Doutor em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. E-mail: jcsuzuki@usp.br

<sup>15</sup> Geografia das Crianças.



As pesquisas do geógrafo mineiro Jader Janer Moreira Lopes, iniciados na Universidade Federal Fluminense<sup>16</sup>, vem se densificando e, conforme Costa (2016), desde a defesa da tese de doutorado daquele pesquisador, em 2003, “tem crescido consideravelmente [...] o volume de pesquisas de pós-graduação concluídas ou em andamento tendo a Geografia da Infância como base teórica principal ou em diálogo” (COSTA, 2016, p.71). Este autor, consultou o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e encontrou, a partir de 2003, mais de 30 pesquisas, entre dissertações e teses defendidas no Brasil, trazendo alguma contribuição para os debates da Geografia da Infância.

Lopes (2013) pontua que o nascimento da Geografia da Infância no Brasil se dá articulado à Geografia Humanista, contudo, atualmente, outros referenciais tem atingido o centro dos discussões, e, assim, a Geografia da Infância tem estreitado sua relação com a Sociologia da Infância e alguns de seus expoentes como Manuel Sarmiento, Manuel Pinto, Jens Qvortrup, bem como com a teoria histórico-cultural de Vigotski e colaboradores, cunhada na Rússia pós-revolução de 1917 e fortemente influenciada pela dialética marxista.

É nesta interface da Geografia da Infância com a perspectiva histórico cultural que encontramos diálogos possíveis e promissores para nossa pesquisa com crianças moradoras do bairro Dom Bosco em Juiz de Fora-MG. Criança e o meio - este entendido como produção histórica, cultural, geográfica – para Vigotski, formam uma unidade de análise, indissolúvel: a *Perejivanie*. Segundo alguns tradutores, como Delari Júnior (2009) e Prestes (2010), uma possível e adequada tradução do vocábulo russo *Perejivanie*, para a língua portuguesa, encontra-se na palavra Vivência.

Na perspectiva vigotskiana, é impossível estudar sobre as crianças sem atentar para o meio histórico, cultural e, podemos afirmar, sem qualquer deturpação à teoria de Vigotski, meio geográfico. Da mesma forma, é ineficaz estudar o meio sem considerar os sujeitos que o transformam, e por ele são transformados, dialeticamente.

---

<sup>16</sup> Jader Janer Moreira Lopes, atualmente, é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde continua com suas pesquisas em Geografia da Infância.

Num primeiro momento deste artigo, apresentamos um pouco do bairro delimitado pelo poder político-administrativo, considerando as incursões do capital na reestruturação do espaço no entorno do bairro e, por conseguinte, no bairro, alargando a riqueza de uns e a pobreza extrema de outros.

Posteriormente, ampliamos a discussão sobre a criança, o meio e o conceito de *Perjivanie* para, enfim, defendermos o conceito de Bairro-Vivência como aquele que abarca o que é o bairro para as crianças com quem construímos a pesquisa. É importante dizer que foi com vinte crianças, entre oito e doze anos, moradoras do bairro Dom Bosco, com seus desenhos e com suas falas, que fomos nos encontrando com a teoria de Vigotski e, daí, formulamos o conceito de Bairro-Vivência numa tentativa de expressar o que é o bairro das/nas crianças.

## **1. O Bairro Dom Bosco em Juiz de Fora – MG: a contínua produção histórica/cultural/geográfica**

Fotografia 1: o Bairro Dom Bosco no Jornal *Diário da Tarde*. Setembro de 1983.



Fonte: *Diário da Tarde*. 10 set 1983, p.5. Disponível para consulta pública. Arquivo Departamento de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Juiz de Fora/MG. Fotografia: Clériston Santiago do Nascimento Nunes. Julho/2014. Trabalho de Campo.

Dentre tantas possibilidades, abrimos este tópico com uma fotografia, da qual nos valemos como uma epígrafe imagética. O que ela diz? Ou melhor, quantas coisas ela pode dizer?

Certamente, podemos indicar que, em meio a muitas outras coisas, a epígrafe escolhida é reveladora dos interesses acadêmicos que, atualmente, pairam sobre o bairro Dom Bosco em Juiz de Fora-MG (assim como nós, muitos estudiosos, de diversas ciências, têm realizado suas pesquisas neste bairro e buscado por fontes de informação como a que apresentamos). Por sua vez, o interesse da academia se desperta, indubitavelmente, cada vez mais com as manifestações do capital imobiliário em franca territorialização no bairro e em seu entorno.

Entretanto, podemos dizer, também, que apesar da intensificação atual, esta expansão das forças capitalistas no espaço em questão se constituíram num processo

histórico muito mais amplo, que remonta às mudanças na estrutura da sociedade com a abolição da escravidão em fins do século XIX, passando pelo estabelecimento na cidade dos negros libertos, o que se arrasta pelo século XX e que, ainda, eram matérias importantes para a imprensa local, na década de 1980 daquele século, como pode ser conferido na imagem de capa de um dos cadernos do jornal *Diário da Tarde*.

Num período de, aproximadamente, sete anos, entre 2009 e 2016, reunimos, das mais diversas fontes, informações sobre o bairro Dom Bosco em Juiz de Fora-MG. Todas as fontes documentais, primárias e secundárias, algumas com quase um século, todas as produções acadêmicas encontradas, todo material organizado revela matizes importantes do bairro produzido historicamente.

### **1.1 Dom Bosco: novos contrastes nos primeiros anos do século XXI**

O bairro Dom Bosco situa-se na zona Oeste de Juiz de Fora, cidade média da Zona da Mata de Minas Gerais. Contudo, para os órgãos municipais de planejamento urbano<sup>17</sup> e o Plano Diretor, o bairro encontra-se na Região de Planejamento Centro.

---

<sup>17</sup> Como a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).



central. Surgem bairros como o São Benedito (antigo Arado) e o Dom Bosco (Serrinha) dentre outros; sem, contudo, possuírem a mínima infraestrutura urbana, a exemplo do acesso à rede de água, esgoto, iluminação pública etc. (OLIVEIRA, 2000, p.65).

Maria Inêz Beghelli<sup>20</sup>, neta de Vicente Beghelli e moradora do bairro Dom Bosco, nos contou que seu avô, imigrante italiano estabelecido em Juiz de Fora, foi quem começou a lotear o bairro e vender os lotes, a preços módicos. Contudo, segundo a informante, os operários brancos empregados, principalmente na indústria têxtil, eram a maioria dos compradores.<sup>21</sup>

O Dom Bosco surge como um bairro pobre, abrigando os negros que, inicialmente, não foram mão de obra absorvida pela *Manchester Mineira*<sup>22</sup> e operários que não encontraram lugar de habitação no centro e precisavam morar próximo às indústrias.

Com o decorrer do tempo, muitos equipamentos urbanos públicos e privados foram instalados no entorno do bairro. Dentre eles, destacamos alguns: a Universidade Federal de Juiz de Fora<sup>23</sup>, a Empresa Brasileira de Pecuária e Abastecimento (Embrapa Gado de Leite), a Sede Campestre do Serviço Social da Indústria (SESI), o Hospital Monte Sinai e o Shopping Independência.

Este último, a população do bairro Dom Bosco viu, de muito perto, sua inauguração, em 2008. Era o primeiro shopping de padrão luxuoso de Juiz de Fora. A chegada do *Shopping*, contudo, removeu a maior área de lazer pública a que a população do bairro Dom Bosco tinha acesso, a *Curva do Lacet*. O Shopping foi parte interessada no processo de remoção iniciado pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora que “negociou” uma “troca de

---

<sup>20</sup> Muitos integrantes da família Beghelli ainda são moradores do bairro Dom Bosco. Algumas ruas do Dom Bosco receberam o nome de pessoas dessa família.

<sup>21</sup> Tivemos acesso a informações que tratam das transações imobiliárias de Vicente Beghelli no Jornal *O Pharol*, disponível para consulta virtual, no sítio da Biblioteca Nacional.

<sup>22</sup> Uma alusão à cidade industrial de Manchester, na Inglaterra, indicando a expressividade do desenvolvimento industrial de Juiz de Fora já no final do século XIX.

<sup>23</sup> A chegada da UFJF, na década de 1960, entre outras coisas, impulsionou a construção da Avenida Independência, uma das mais extensas e importantes da cidade. Essa avenida teve seu nome mudado, recentemente, para Av. Itamar Franco.

espaços” com a população do Dom Bosco, que, atualmente, continua em luta pela devolução do Lacet.<sup>24</sup>

Mais recentemente, ainda, houve a expansão do hospital Monte Sinai em um complexo hospitalar bem equipado, direcionado a um público de alto poder econômico e a construção do Independência Trade Center Hotel e Offices e do Rossi 360º Home e Business, ambos empreendimentos luxuosos, bem próximos ao Hospital e ao Shopping Independência - empreendimentos extremamente próximos à população que por eles passa todos os dias e, paradoxalmente, extremamente distantes no que diz respeito ao acesso a seus serviços.

Fotografia 2: vista parcial do bairro Dom Bosco, a partir da sacada do *Independência Shopping*, em 2010.



Fotografia: Carla Cristiane Nunes. 2010. Fonte: Trabalho de Campo.

---

<sup>24</sup> Sobre este assunto é possível encontrar maiores detalhes no trabalho de LIMA MONTEIRO, Gabriel. “Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra”. O Bairro Dom Bosco: uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao avanço do capital imobiliário. Juiz de Fora, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

A manutenção da condição de subalternidade da população residente no Dom Bosco é patente: esta sobe cada vez mais as encostas e apropria-se mais do Alto Dom Bosco, onde “há ocorrência de ocupações em encostas muito íngremes, que se constituem em ‘áreas de risco’ ” (JUIZ DE FORA, 2004, p.60. Grifo nosso). O *Plano Diretor de Desenvolvimento de Juiz de Fora*, ao dividir os bairros da região central, de acordo com semelhanças de características, em grupos de “relativa homogeneidade”, aponta que o bairro Dom Bosco deve ser visto dentro de um grupo com padrão de ocupação inferior ao dos bairros vizinhos, como São Mateus e Paineiras (Mapa 1).

O documento assinala que o bairro Dom Bosco é uma Área de Especial Interesse Social (AEIS). “Essas áreas caracterizam-se pela existência de assentamentos subnormais desprovidos dos padrões mínimos de infra-estrutura (água, luz, esgoto, acessibilidade e habitabilidade), o que as coloca numa condição de segregação social” (JUIZ DE FORA, 2004, p. 90).

O *Atlas Social de Juiz de Fora* (2006), também produzido pelo poder público municipal, considera o bairro Dom Bosco como uma das Microáreas de Exclusão Social (MAES) que

constituem células territoriais com os mais diferentes graus de precariedade nas condições de vida, consideradas não apenas sob o aspecto econômico, mas também no tocante à urbanização – infraestrutura e habitação –, à titularidade da terra e a riscos de caráter físico-ambiental no local de sua inserção. A decisão de sua denominação aqui adotada toma o conceito de exclusão social [...] como suficientemente abrangente para as situações reais, que incluem desde espaços totalmente segregados e desprovidos de qualquer infra-estrutura, cravados no meio urbano, até áreas já urbanizadas onde persistem ainda problemas socioeconômicos (JUIZ DE FORA, 2006, p. 171).

Embasados em muitos relatos de moradores adultos que experienciam o bairro, podemos afirmar que morar no Dom Bosco é um enfrentamento às condições materiais precárias de habitabilidade, além de uma luta pela permanência em face da especulação imobiliária, e uma resistência à segregação urbana.

Contudo, acreditamos que existe uma faceta do morar que é sua dimensão da criação contínua do novo na existência e que convive com essa materialidade (COSTA;



SUZUKI, 2012), transformando-a ininterruptamente. Permanentemente, cotidianamente, adultos e crianças, sujeitos na/da sociedade, sujeitos no/do Dom Bosco reafirmam suas presenças, suas existências e criam o novo (VIGOTSKI, 2009). E, entendendo desta forma, é que passamos a pensar a criança, o meio e encontramos-nos com o conceito vigotskiano de *Perejivanie*.

## **2. Geografia da Infância: a criança, o meio e o conceito de *Perejivanie***

A ciência geográfica, solitariamente, não pode arrogar-se o mérito de buscar pelas relações entre as crianças e o espaço urbano. Como um exemplo, podemos citar o importante trabalho produzido pela arquiteta Mayumi de Souza Lima, intitulado *A cidade e a criança*. Lima (1989) suscita questões de relevância incontestável ao tema, quando aponta, por exemplo, a “tirania do desenho sobre o usuário” nas cidades. Para a autora, as crianças mais empobrecidas, e, por conseguinte, mais dependentes dos espaços coletivizados, serão as mais atingidas por tal tirania que se constitui na imposição de formas e usos do espaço que desconsidera quem irá utilizá-lo.

As crianças, para Lima (1989), são ainda mais agredidas, em seu direito à cidade, do que os adultos. Além da necessidade adulta de extremo controle sobre as crianças no âmbito privado, esta se manifesta, claramente, a nível coletivo, das instituições, das políticas públicas referentes aos usos dos espaços. Os “profissionais do espaço”, influenciados por interesses de alguns grupos da sociedade, muitas vezes, serão aqueles que serão ouvidos em detrimento da maioria dos usuários.

Há, em todos os lugares, como que a obsessão do controle que perpassa todos os nossos comportamentos adultos em relação à criança; precisamos sentir-nos donos da situação, ter presente todas as alternativas que a criança poderá escolher, porque só assim nos sentiremos seguros. A liberdade da criança é nossa insegurança, enquanto educadores, pais ou simples adultos, e, em nome da criança, buscamos a nossa tranquilidade, impondo-lhes até os caminhos da imaginação [...].

A insegurança não diz respeito apenas ao medo de que as crianças fiquem expostas a possíveis perigos, pois estes são reais e podem ser controlados objetivamente; o medo maior é o do desconhecido, do novo que pode surgir na ação das crianças e que pode colocar-nos diante da necessidade de nos repensarmos enquanto profissionais, enquanto pessoas que dominam o saber e, portanto, o poder.

O espaço, nesse processo, entra como mais um elemento ativo de condicionamento da criança para o futuro adulto, conforme padrão desejado pelo sistema (LIMA, 1989, p. 10-11).

Um outro clássico, tendo em vista as relações da criança e o espaço urbano pode ser encontrado anos antes e em outra ciência, na Sociologia da década de 1940. Como esquecer de *As trocinhas do Bom Retiro* de Florestan Fernandes?

Fernandes (2004) apresenta uma pesquisa realizada com crianças no bairro do Bom Retiro em São Paulo. Estabelecendo diálogos com estas crianças, ele descobriu as lógicas de funcionamento dos grupos infantis, como se davam suas relações com o espaço da rua e as suas contribuições para a produção do espaço urbano. Em 1944, Fernandes já propunha e estabelecia diálogos entre as ciências humanas, esclarecendo, no dizer de Bastide (2004), em seu prefácio do trabalho de Fernandes (2004), uma ciência pela outra.

Destarte, certamente, a Geografia tem, em diálogo com outras ciências, e pode ter ainda de modo mais contundente, importante contribuição para pensar as relações entre a criança e o urbano. E, para além das relações, vimos compreendendo que a Geografia da Infância, em interface com o que se convencionou chamar de teoria histórico-cultural de Vigotski, pode inferir a noção de unidade entre criança/meio e pensar, concomitantemente, as Crianças do/no Urbano, o Urbano das/nas Crianças.

## **2.1 De que crianças/infâncias falamos?**

A naturalização do conceito de infância, sua suposta universalidade, a criança ser um “não-ser” ou um “ser do não” são invenções datadas historicamente, bem como localizadas espacialmente.

Ideias modernas e ocidentais nos cativaram e perpassam “naturalmente” tudo que acreditamos e fazemos. Nascermos, crescermos, vivermos num mundo que foi constituído e nos constituindo por essas dimensões histórico-geográficas: somos modernos e ocidentais.

Somos indelevelmente marcados por este macro-cronotopos, pela estrutura tempo/espaço moderna<sup>25</sup>, todavia,

A ideia de infância, fruto das representações da sociedade, varia segundo o momento histórico e as diferentes sociedades ou culturas: não há uma infância universal, unívoca, uniforme. Existem muitas infâncias, multiformes, diversas, particulares. Embora possa ser identificada por características biológicas comuns em toda espécie humana, essa aparente naturalidade da infância não é suficiente para compensar as profundas diferenças e ordem histórica, antropológica e sociológica que distinguem as diferentes infâncias no mundo de hoje (BELLONI, 2009, p. 2).

Ariès (1981), numa análise histórica da chamada infância europeia, considera a ideia de infância como fase da vida particularizada – constituída de características gerais e válidas para todos - uma criação ou invenção moderna. A infância de que trata o autor, é, assim, uma construção social, conceito que foi se difundindo como tantos outros da cultura ocidental moderna e tornou-se uma concepção oficial.

A universalização desse modelo burguês resultou numa representação social forte do que é ser criança, apesar de defendermos existirem muitas outras infâncias e o desmantelamento, mesmo que lento, desta representação oficial.

De que infância Ariès fala, afinal?

Mesmo focado na Europa e provocando interpretações de que a Europa moderna inventou a infância como fase particularizada da vida e que na Idade Média havia clara indiferença às crianças, o autor dissecou o conceito de infância, já naturalizado na contemporaneidade, afirmando-o como uma invenção da modernidade, sobretudo dos séculos XVII e XVIII, numa busca de uniformidade.

Compreendemos que a maior contribuição de Ariès possa estar na focalização da temática da infância dentro do debate historiográfico ainda na década de 1960, quando poucos historiadores se interessavam em pensar a infância.

---

<sup>25</sup> Entretanto, o que defendemos é que não estamos determinados por isso. Acreditamos na criação do novo como característica da própria cultura num processo ininterrupto e dialético com o ser humano.

Precisamos, contudo, considerar o que outros autores já apontaram de dissonante na obra de Ariès (1981). Distinguimos, então, aqui, o conceito de infância, da percepção da presença das crianças; os diferentes sentimentos que sempre existiram as envolvendo e os sentimentos inventados especificamente na modernidade. A infância como uma diferenciação do adulto, como uma fase da vida humana, como um momento em que se requer cuidados distintos, como um grupo que tem suas especificidades, está presente em outros tempos, espaços e culturas. Se tomarmos o conceito moderno de infância para tentar compreender as crianças, possivelmente, não estaremos falando de crianças reais. Infância e criança, neste íterim se distinguem totalmente.

O que Ariès (1981), de fato, demonstra em sua obra é que na Europa cunhou-se um conceito de infância que se universalizou no meio científico, tomou-se como o verdadeiro e, é a partir deste conceito inventado, que se formula as grandes teorias que envolvem a infância e, sobretudo, a educação desta.

É na perspectiva conceitual moderna, que uma das principais peculiaridades da fase infantil é o vazio intelectual, que precisa ser preenchido de conhecimento, o que a educação terá obrigação de fazer a contento, tanto em casa como na escola, esta última também uma invenção moderna, conforme ressalta Ariès (1981), e que, em sua teoria, aproximará mais afetivamente a criança de sua família de origem, pela supervisão dos pais às tarefas escolares e, assim, contribuirá para lhe dar maior visibilidade no seio familiar.

Na família e na escola moderna, estas inseparáveis para Ariès (1981), no vácuo da mente infantil, é preciso imprimir alguns saberes que a auxiliarão na luta contra sua incompletude, até atingir a vida adulta. Essa incompletude da criança, sempre presente nas teorias da infância, não evoca o sentido do devir do ser humano, em constante mudança, mas o sentido de que com um intenso trabalho educativo, no futuro, a criança será um adulto - sinônimo de ser completo.

É fato que, paulatinamente, fomos sendo formados e conduzidos por essa cosmovisão moderna que reserva à criança, há séculos, uma posição subalterna na história e também no espaço. Por conta de tais influências, fomos ensinados a ver as crianças como *a-topos* e *a-temporais*. Temos, assim, uma infância inventada e a partir dela vimos,

historicamente, construindo nossas relações com as crianças na mesma base que se sustenta as relações do Ocidente para com o Oriente, do Norte para com o Sul, relação do maior para o menor, do que sabe para o que nada sabe, da metrópole para a colônia. Relações não de aceitação, mas de subserviência de toda alteridade a um modelo único e aceitável.

Conforme afirma Lopes (2008, p.8):

Essa perspectiva de ver a criança e de conceber a infância nega seu papel de sujeito social, nega a existência de suas historicidades e geograficidades, nega suas possibilidades de construção, de ação e de diálogo na produção dos espaços e tempos em que se inserem e as colocam na condição de sujeitos passivos, e, portanto, passíveis de receberem ações que vêm dos outros que compõem seus cotidianos. A infância, portanto, tem sido percebida muito mais pela sua ausência, pela sua incompletude, do que pela sua presença, concepção que se espraia em várias dimensões sociais e materializam ações em diversos campos da sociedade e do conhecimento.

É mister uma desconstrução dessa infância moderna, dessa redução científica que colocou todas as crianças debaixo de um jugo único e que tomamos para nós, enraizamos em nós e, naturalmente, a utilizamos como medida padrão e universal.

É com estudiosos como Manuel Sarmiento e Manuel Pinto que vimos considerando a infância COM a sociedade, não um à parte dela, uma infância que não é igual em todos os lugares, porque construção histórica e cultural (SARMENTO; PINTO, 1997. SARMENTO, 2005, 2007).

É com Jens Qvortrup, outra referência nos estudos sociais da infância, que vimos compreendendo a infância como uma categoria estrutural, geracional, como “ uma forma particular e distinta em qualquer estrutura social de sociedade [...], como uma categoria social permanente do ponto de vista sociológico [...]” (QVORTRUP, 2011, p.203-204).

Ao mesmo tempo que compreendemos que a infância não pode ser universalizada no sentido de buscar características gerais nas crianças para a definição do que é infância, compreendemos também que é necessário o debate da infância como categoria estrutural – necessária para o entendimento da infância como constituinte de qualquer sociedade, para incluí-las, por exemplo, nos debates de políticas públicas.

## 2.2 Criança/meio: a unidade Vivência

É no contexto da Pedologia<sup>26</sup>, que Vigotski pronuncia sete aulas temáticas: “Os textos específicos sobre Pedologia referem-se a um conjunto de sete aulas proferidas por Vigotski em 1933/1934, publicadas pouco depois de sua morte, com o título de Fundamentos de Pedologia” (SANTANA, 2016, p.24)<sup>27</sup>.

Na Quarta Aula, Vigotski (2010) traz à tona a questão do meio e o desenvolvimento da criança. Contudo, pensamos ser importante, antes, visitar seu *Manuscrito de 1929*<sup>28</sup>, no qual Vigotski já levanta indícios fundamentais do que ele estava considerando como meio a partir de uma leitura histórica sob influência marxista. Assim, em nosso entendimento, o meio que ele indica é o meio social, historicamente produzido pelas sociedades humanas, é concreto, é espacial, é cultural, oferece “aparências e essências” diferenciadas para grupos sociais diferenciados.

A palavra social em aplicação no nosso caso tem muitas significações: 1) mais geral – todo o cultural é social; 2) sinal – fora do organismo, como instrumento, meio social; 3) todas as funções superiores constituíram-se na filogênese, não biologicamente, mas socialmente; 4) mais grosseira – significação – os mecanismos dela são uma cópia do social. Elas são transferidas para a personalidade, relações interiorizadas de ordem social, base da estrutura social da personalidade. Sua composição, gênese, função (maneira de agir) – em uma palavra, sua natureza – são sociais. Mesmo sendo, na personalidade, transformadas em processos psicológicos –, elas permanecem ‘quasi’-sociais. O individual, o pessoal – não é ‘contra’, mas uma forma superior de sociabilidade.

Paráfrase de Marx: a natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais, transferidas para dentro e que se tornaram funções da personalidade e formas da sua estrutura (VIGOTSKI, 2000, p. 26-27).

---

<sup>26</sup> Pedologia foi o nome de uma ciência a quem Lev Semionovitch Vigotski esteve ligado durante toda sua trajetória de pesquisador e profissional na Rússia pós-revolução de 1917. Em tese defendida recentemente, na Universidade Federal Fluminense, Cláudia da Costa Guimarães Santana (SANTANA, 2016) é enfática ao dizer que Vigotski foi um pedólogo sobretudo, dando a esta ciência uma abordagem própria, demarcando-a para além de uma ciência das crianças, como já vinha sendo estudada, mas, como uma ciência dos processos de desenvolvimento cultural infantil.

<sup>27</sup> Este livro foi traduzido para o português do russo por Zoia Prestes e equipe, com vistas a futura publicação no Brasil e a com finalidade de ser a principal referência da tese de Santana (2016). A obra foi originalmente publicada a partir dos estenogramas das aulas proferidas por Vigotski.

<sup>28</sup> É importante receber este texto como, de fato, ele se apresenta, como um manuscrito - que dota-o de um caráter diferente de outros textos em sua estrutura. São rascunhos de ideias importantes apresentadas em tópicos, muitas vezes, aparentemente, confusos, não-lineares.

Vigotski inicia *A Quarta Aula: a questão do meio na Pedologia* dizendo que o meio em si não era o assunto central de sua aula, tendo em vista que, naquele momento, seu objetivo central assentava-se em mostrar “seu papel e significado, sua participação e sua influência [do meio] no desenvolvimento da criança” (VIGOTSKI, 2010, p. 682).

Para o pedólogo em formação naquele momento na Rússia, Vigotski estava dizendo que era imprescindível compreender que o meio tinha relações incontestáveis em todo desenvolvimento da criança, inclusive no desenvolvimento psicológico, na formação da personalidade da criança. Ao considerarmos que a Pedologia da época buscava, predominantemente, se respaldar nos estudos dos aspectos naturais e universais do desenvolvimento, tais considerações eram causadoras de uma revolução de todo o ideário pedológico, psicológico e educacional da Rússia pós 1917.

Nesta aula, Vigotski faz uma proposição que aparece também em outros momentos de sua construção teórica, claramente influenciado pelo marxismo, pela instauração do socialismo na Rússia via Revolução, enfim, por toda conjuntura espaço-temporal sem a qual é impossível compreendê-lo e não deturpar suas defesas (DUARTE, 2001).

Vigotski (2010) indica, contundentemente, que uma unidade de análise para se estudar o meio e a criança era essencial e esta unidade seria a Vivência. Assim, ele explica:

[...] na ciência, a análise que se ocupa de elementos deve ser substituída pela análise que funde unidades num todo complexo. Além disso, dissemos que as unidades representam, à diferença dos elementos, aqueles produtos de análise que não perdem suas propriedades inerentes ao conjunto, mas, que preservam, de forma primária, essas propriedades próprias do conjunto.

Hoje eu gostaria de, fazendo uso de um objeto concreto de estudo, demonstrar-lhes algumas dessas unidades que a pesquisa psicológica opera. A vivência pode ser um exemplo dessas unidades. A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os

traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência (VIGOTSKI, 2010, p. 686-687).

Mais à frente, na mesma aula, Vigotski argumenta a favor, novamente, da análise por unidade e da relação dialética meio/criança:

[...] a relação entre o meio e a criança fica sempre no centro e não unicamente o meio, nem unicamente a criança, em separado. Chegamos à conclusão de que o meio não pode ser analisado por nós como uma condição estática e exterior com relação ao desenvolvimento, mas deve ser compreendido como variável e dinâmico. Então o meio, a situação de alguma forma influencia a criança, norteia o seu desenvolvimento. Mas, a criança e seu desenvolvimento se modificam, tornam-se outros. E não apenas a criança se modifica, modifica-se também a atitude do meio para com ela, e esse mesmo meio começa a influenciar a mesma criança de uma nova maneira. Esse é um entender dinâmico e relativo do meio – é o que de mais importante se deve extrair quando se fala sobre o meio na pedologia. Então concordemos que é importante estudar a relação com o meio, concordemos que se a relação é diferente, o meio influencia de maneira diferente (VIGOTSKI, 2010, p. 691).

Com essas considerações de Vigotski (2010) podemos inferir que, trabalhando a partir da unidade vivência, tanto o determinismo biológico e o determinismo geográfico eram rechaçados. A unidade meio/criança acaba com a ideia da prevalência de um sobre o outro e vice-versa. Nem a criança nem o meio estavam determinados e ambos exerciam força contínua um sobre o outro.

Pino (2010) compreende que Vigotski (2010) está dizendo que existem duas formas distintas de tratar o meio:

Uma forma é considerá-lo em si mesmo, na sua realidade objetiva, como um conjunto de elementos naturais concretos e de leis ou 'regras' que os articulam como um todo. Esse é o meio cujo conhecimento, segundo Vigotski, é o objeto de diferentes ciências. Outra forma é considerá-lo a partir da influência que ele exerce no desenvolvimento, especificamente dos organismos humanos (PINO, 2010, p.744).

E, para além disso, compreendemos que Vigotski (2010) está defendendo que se meio/criança são uma unidade, logo não existe a supremacia de um sobre o outro ou uma



influência unilateral. A criança ao nascer, ela nasce biologicamente e socialmente, concomitantemente. Seu próprio nascimento já tem um significado no meio que ela chega. E ela chega a um meio que é concreto, material, histórico, geográfico, semiótico, cultural, produzido nas relações, mas, ao mesmo tempo que ela enraíza este meio ofertado, ela também responde ao meio com algo, interpretando-o com novas combinações, criando sobre bases pré-existentes – a criação humana depende de algo anterior, dado que somos seres históricos.

### **3 O bairro Dom Bosco como Bairro-Vivência**

Certamente, nenhum bairro urbano contemporâneo pode ser equiparado aos que estavam sob análise, por exemplo, de Antônio Cândido (CÂNDIDO, 2003) e Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1978), apesar de que os estudos de ambos intelectuais serem atuais em muitos aspectos para uma melhor compreensão da sociedade moderna e dos processos históricos que constituímos e foram nos constituindo como sociedade desta era.

Em um primeiro momento, a questão central de nossa pesquisa buscava conhecer como era morar no bairro Dom Bosco, um bairro extremamente empobrecido, na perspectiva de crianças moradoras deste bairro.

Logo, os limites físicos do bairro ou, melhor dizendo, o bairro político-administrativo não era uma questão, não era uma dúvida, tínhamos naturalizado e delimitado o que era o bairro Dom Bosco *a priori*.

Acontece que desde nossa primeira experiência de fato com desenhos e falas das crianças, começou a delinear-se que nossa noção do que era o bairro diferia da delas. O que também não era uma novidade. Segundo as autoras Teixeira e Machado (1986), os bairros há muito guardam esta dicotomia. Em muitas situações de demarcação de bairros, parte da população é consultada a fim de se chegar a um acordo, porque as noções dos limites de um bairro variam de grupo para grupo, e, complexificando ainda mais a delimitação, até de pessoa para pessoa.

Mas, o que começamos a perceber é que o bairro não era apenas muito diferente do previamente definido. Às vezes, era irreconhecível. Os desenhos e as falas das crianças, linguagens centrais na análise, traziam elementos muito distantes para nós, de outros bairros, de outras realidades, incluindo também a imaginação – esta, em nosso entender, juntamente com Vigotski (2009), não se dá isolada, mas sempre relacionada às condições materiais concretas de existência. Ou, ainda, as crianças compartilhavam de vivências muito marcantes como, por exemplo, uma ida anual, em um passeio promovido por um grupo assistencial, a um clube.

Uma situação que muito marcou a análise foi quando Emílio, de 10 anos de idade, desenhou uma escola que, segundo suas palavras, era a paisagem que ele conseguia avistar de sua casa (Desenho 1). A escola, administrativamente, localiza-se no bairro Santa Cecília, mas, teve centralidade no desenho de Emílio e na conversa estabelecida. Emílio, logo que desenhou a escola, nos alertou com um “não assusta não” e nos levou ao lado de fora de sua casa para vermos a escola que fazia parte de *seu* Dom Bosco (Fotografia 2).

Considerando o protagonismo e a participação das crianças, seres plenos, sujeitos da sociedade, formando-a e por ela sendo formados dialeticamente (SARMENTO, 2005; QVORTRUP, 2011), percebemos que nossa questão inicial havia sido mudada no decorrer da pesquisa com as vinte crianças que se dispuseram a participar. Era importante pensar, antes do que era morar, o que era o próprio bairro na perspectiva das crianças.

Desenho 1: Dom Bosco: desenho de Emílio – 10 anos

Emílio começou seu desenho com alguns morros e, num desses morros, desenhou uma construção que, imediatamente, fez questão de explicá-la. Ele nos disse **“Não se preocupa não”**, largou o desenho e nos chamou para o lado de fora da casa. Daí continuou: **“É a paisagem que vejo daqui”** e mostrou uma escola localizada no bairro Santa Cecília, a qual, posteriormente, ele pintou toda de azul mais escuro, contrastando com o azul mais claro com que pintou os morros.



Fotografia 3: Rua Borda da Mata e a escola azul do “Dom Bosco” de Emílio



Fotografia: Carla Cristiane Nunes Nascimento. Julho 2014. Fonte: Trabalho de campo.

Começamos a reconhecer que era preciso pensar vários Dom Bosco dentro do único bairro que pensáramos. Sabíamos sim que diferentes Dom Bosco existiam. A própria prefeitura reconhece isso, fazendo delimitações de acordo com determinados interesses e produzindo mapas que trazem estes recortes diferenciados. Pesquisadores e moradores apontam a mesma coisa ao criarem denominações como “Alto Dom Bosco”, “Dom Bosco de baixo”, “Dom Bosco mais pobre”. Ainda, quanto aos impasses referentes a uma rua pertencer a um ou outro bairro, isso também é muito comum.

Mas, quando aqui estamos falando de um *bairro-vivência* e de vários Dom Bosco, estamos falando de especificidades mais finas. E o conceito de Vivência de Vigotski, mencionado em várias de suas falas proferidas e escritas, se torna muito caro para nós.

Debruçando-nos sobre o que as crianças nos trouxeram em seus desenhos e em suas falas e nos esforçando para, como geógrafos, vermos para além da “criança diante do bairro”, “diante do meio”, é que criamos o conceito de *Bairro-Vivência* como uma resposta à nossa questão. Portanto, o bairro Dom Bosco NAS/DAS/COM AS - e não apenas PARA AS - crianças é o *Bairro-Vivência*.

O *Bairro-Vivência* consegue abarcar:

- . o bairro ofertado: entendido como o bairro político-administrativo, com algumas fronteiras visíveis, mas, outras invisíveis, e todas extremamente sensíveis. Bairro que nem tudo é de todos e está acessível a todos. Bairro de misérias patentes que olha para a fartura material em todo seu entorno.
- . o bairro apropriado/criado: compreendido como o bairro que se expande para além do bairro político-administrativo.
- . bairro que transgride fronteiras, entra no *Shopping Independência*<sup>29</sup>, que, como as crianças disseram, obviamente, é do Dom Bosco.
- . bairro que incorpora em si uma paisagem com uma escola azul vista pelo Emílio, bem pequenina, no horizonte e localizada, politicamente, também num bairro vizinho.
- . bairro que, nos dias quentes, transforma o lago da Universidade Federal de Juiz de Fora em piscina.
- . bairro que se expande para onde é possível uma pipa alcançar, no céu, e nas terras de um imponente hospital privado<sup>30</sup> etc.

O *Bairro-Vivência* é, enfim, onde a criação do novo acontece, numa reelaboração criadora (VIGOTSKI, 2009). O *Bairro-Vivência* é o bairro que só é possível na unidade criança/meio, quando o bairro são as crianças e as crianças são o bairro, um produzindo o outro dialeticamente, continuamente.

---

<sup>29</sup> O *Shopping*, contudo, informa seu endereço no bairro Cascatinha - bairro de fama nobre na cidade.

<sup>30</sup> Nos referimos à a entrada de um menino morador do bairro Dom Bosco nas dependências do Complexo Hospitalar Monte Sinai. Estávamos no hospital no momento do ocorrido. Como o menino conseguiu driblar a ostensiva segurança do hospital? Nós precisamos de nos identificar para entrar, além de mostrarmos guia para um exame. Além de fotografarmos, ficamos observando o garoto sair. Ninguém mais o viu. Em sua saída, tendo na mão uma lata com linha enrolada em seu exterior, o interpelamos. Ele conversou rápido conosco porque seus amigos estavam esperando-o no 'Chapadão' – localidade no interior do bairro, onde soltavam pipas e papagaios no momento. Ele disse que uma pipa tinha caído no Hospital e ele havia ido buscar. Perguntamos se a busca tinha tido sucesso, ele disse que não, apontou sua casa no 'Chapadão' e foi-se correndo encontrar os amigos.

## Considerações finais

O Bairro-Vivência é uma resposta a uma questão de pesquisa e, para muito além disso, é a resposta das crianças que se apropriam do bairro, de suas formas, e o expandem, com muita criação e imaginação, para longe da fronteira político-administrativa e dos ditames da iniciativa privada, vivenciando a cidade.

As crianças estão/são do/no bairro, mas, concomitantemente, o bairro está/é das/nas crianças. Bem como essas crianças estão/são do/no espaço urbano, mas, dialeticamente, o espaço urbano está/é das/nas crianças.

Com o conceito de *Bairro-Vivência* compreendemos que a Geografia tenha uma contribuição, intransferível, aos estudos histórico-culturais de Vigotski e seus colaboradores. Compreendemos que o conceito de Vivência porta uma espacialidade inegável. Vigotski fala de um meio concreto ao elaborar seu conceito de Vivência. Mais uma possibilidade de diálogo se abre para a Geografia ao incorporar os estudos de Vigotski aos seus estudos.

A cidade como direito pode não ser garantida pelo poder público, mas, as crianças mostram-se protagonistas em apropriar-se, mesmo que limitadamente, da cidade como direito – cidade que as produzem e que elas também produzem ininterruptamente.

## Referências

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2.ed. Trad. Dora Flaskman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BASTIDE, Roger. Prefácio às Trocinhas do Bom Retiro. In: FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BELLONI, Maria Luiza. *O que é sociologia da infância*. Campinas: Autores Associados, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10.ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed34, 2003.

CHAVES, Telma Souza. *Juiz de Fora - MG: uma análise da reestruturação urbana - entre o discurso e a realidade*. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

COSTA, Bruno Muniz Figueiredo. *Geografia Escolar: Crianças e Infâncias no primeiro ano do ensino fundamental em Juiz de Fora*. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio César. Materialismo histórico e existência: discurso geográfico e utopias. *Espaço & Geografia*, v.15, n1, p.115-147, 2012. Disponível em: <<http://www.isie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/articke/view/1/53/146>>. Acesso: 10 mai. 2015.

DELARI JÚNIOR, Achilles. Nota de rodapé - Tradução instrumental para fins didáticos: VIGOTSKI, L. S. A crise dos sete anos. 2009. Traduzido de: VIGOTSKI, L. S. La crisis de los siete años. *Obras escogidas*. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006. p. 377-386.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

JUIZ DE FORA. *Plano Diretor de Desenvolvimento de Juiz de Fora – Diagnóstico*. Juiz de Fora, 2004.

JUIZ DE FORA. *Atlas Social – Juiz de Fora: diagnóstico*. Juiz de Fora, 2006.

LEFEBVRE, Henri . *De lo rural a lo urbano*. Traducción de Javier González-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LIMA, Mayumi Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA MONTEIRO, Gabriel. *“Tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra”*. *O Bairro Dom Bosco: uma longa vida comunitária e seus desafios frente ao avanço do capital imobiliário*. Juiz de Fora, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

LOPES, Jader Janer Moreira. É coisa de criança: reflexões sobre geografia da infância e suas possíveis contribuições para pensar as crianças. In: VASCONCELLOS, Tânia de. *Reflexões sobre infância e cultura*. Niterói: EDUFF. 2008 a.

LOPES, Jader Janer Moreira. A criança e sua condição geográfica: contribuições de Geografia da Infância. *O social em questão*. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2008 b, p. 109-122.

LOPES, Jader Janer Moreira. A natureza geográfica do desenvolvimento humano. In: TUNES, Elizabeth (org.). *O fio tenso que une a psicologia à educação*. Brasília: UniCEUB, 2013 a.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v.22, n. 49q1, maio/ago 2013 b, pp. 283-294. Disponível em:

<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/qindex.php/educacaopublica/article/view>>. Acesso: ago. 2015.

MARIOSIA, Gilmara Santos. *Negras memórias da 'Princesa de Minas'*. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: Os negros em Juiz de Fora. In: BORGES, Célia Maia (org). *Solidariedades e conflitos: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

PINO, Angel. A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação. *Psicologia USP*, São Paulo, 2010, 21(4), p.741-756.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (coords.). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: \_\_\_\_\_ (coords). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 1997.

PRESTES, Zoia Ribeiro. *Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil – Repercussões no campo educacional*. Brasília, 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011.

SANTANA, Cláudia da Costa Guimarães. *A Pedologia Histórico-Cultural de Vigotski*. Niterói, 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade e Culturas*. 2007, N.25, pp. 136-206.

TEIXEIRA, Marlene P. V.; MACHADO, Rosa Maria. Conceito de bairro: unidade popular ou técnica? *Anuário do Instituto de Geociências*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Manuscritos de 1929. *Educação e Sociedade*. Trad. Alexandra Marenitch; assistente de tradução: Luís Carlos de Freitas. Campinas, v.21, n.71, julho, 2000.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. *Imaginação e criação na infância*. Trad. Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Trad. Márcia Pileggi. *Psicologia USP*, São Paulo, 21(4), p. 681-701, 2010.



## TERRITÓRIO, CIDADE E REDE: o papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense

Elias da Silva<sup>31</sup>

Júlio César Suzuki<sup>32</sup>

**Resumo:** neste texto afirmamos o papel da cidade de Rondonópolis/MT na expansão da soja no cerrado mato-grossense, abordando desde as pré-condições para a introdução desta à atualidade. Nesse sentido procuramos verificar em que medida esse processo se dá, o que significa a contemplação de pressupostos como a herança histórica da ocupação, a intervenção política no território e a criação de infra-estruturas, o apoio institucional, a localização e iniciativa de organização do segmento produtor na gestão política da localização. A pesquisa percorreu diversos procedimentos como o levantamento das fontes bibliográficas, primárias e secundárias em Rondonópolis, Primavera do Leste, Campo Verde e Cuiabá, cujos levantamentos e análises levaram-nos a afirmar sobre as atribuições a esta cidade como lócus processador da produção propriamente dita, centro de comercialização e serviços voltados para essa demanda, centro de pesquisas em novas tecnologias para o campo, mercado de mão de obra, logística dos eventos de divulgação dos produtos ligados, direta ou indiretamente à economia sojifera, base de reprodução e divulgação do discurso modernizador veiculado no âmbito da expansão dessa economia, finalmente, como base territorial cujas perspectivas indicam a continuidade desta cidade à frente, no processo de diversificação de seu papel nessa expansão.

**Palavras-chaves:** território; cidade; rede; papel; Rondonópolis; expansão; soja; cerrado; mato-grossense.

### Introdução

Neste texto afirmamos o papel cidade de Rondonópolis no processo de expansão da soja no cerrado mato-grossense a partir do período de sua introdução, expansão e consolidação. Neste sentido focamos o processo a partir do período em que são criadas as pré-condições territoriais vinculadas às atribuições a esta cidade.

O estudo do processo de modernização agrária do cerrado mato-grossense, com base na importância de Rondonópolis, exige compreendermos os desdobramentos políticos/territoriais e econômicos registrados, sobretudo, a partir da década de 1970 em escala de Mato Grosso, do Brasil e mundo. Temos como pressupostos as pré-condições da soja estabelecidas nas políticas econômicas criadas pelo governo federal, no período, cujo auge tem sua delimitação no período

---

<sup>31</sup> Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Federal do Tocantins.

<sup>32</sup> Professor Doutor em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. E-mail: jcsuzuki@usp.br

de 1960 -1980, em geral, conhecido como “modernização conservadora” a qual foi marcada pelo intervencionismo estatal (DINIZ FILHO, 1993; MORAES, 2008; HARVEY, 1991). Associado a esses pressupostos gerais em âmbito do território nacional e da economia global há os pressupostos na escala do território mato-grossense, quais sejam, a divisão política, num momento em que havia o imperativo da necessidade de aumentar a produção econômica para atingir as metas da balança comercial externa brasileira.

Por fim, e como foco maior em nossa abordagem, consideramos que a cidade de Rondonópolis, nesse processo de divisão e (re)estruturação territorial de Mato Grosso, foi posicionada em lugar de destaque, passando a ser a porta de entrada para Mato Grosso, e localizada no entroncamento de duas importantes BRs: a 163 e a 364, (NASCIMENTO, 1997; TESORO, 1993) inauguradas no fervor do impulso modernizador daquele período no âmbito das políticas territoriais e econômicas que impactavam o território mato-grossense. Essas pré-condições à soja estão diretamente vinculadas ao momento da divisão política, associadas à herança histórica da ocupação territorial local, que por sua vez faz sentido ao conjunto da (re)estruturação e modernização territorial do Brasil do período que inicia no Estado Novo até os anos de 1980.

Esse contexto atribuído a Rondonópolis oportuniza-nos uma reflexão teórico-metodológica associando o território à cidade e à rede, termos concebidos como abstratos universais que ao serem aplicados ao empírico, corporificam-se nas concreções particulares e singulares, ou seja, são passíveis de verificação na particularidade e singularidade concreta de nossa abordagem e, neste sentido, como caminho, ganham aqui aporte teórico-metodológico.

Os pressupostos gerais e específicos elencados anteriormente, nos autorizam à formulação da hipótese central, qual seja: é, sobretudo, a partir dos anos de 1970 que Rondonópolis é colocada como a base territorial urbana mais relevante da modernização agrária em Mato Grosso.

No âmbito da abordagem, propriamente dita, fizemos levantamentos das fontes bibliográficas e secundárias nos autores teóricos; nas várias reportagens em jornais locais, as revistas, nos sites e documentos oficiais do estado de Mato Grosso, sobretudo do período do final da década de 1970, os censos demográficos e agropecuários.

Entrevistamos os produtores, no período de 8 a 25 de julho de 2008. Em Cuiabá fizemos contatos com o diretor da Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EMPAER) e o ex- Diretor da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso (CODEAGRI). Levantamos informações junto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial de Rondonópolis (CODIPI).

Essas informações de cunho regional do entorno de Rondonópolis, foram necessária para subsidiar com mais propriedade nossa argumentação e proposição sobre Rondonópolis, base de nossa tese. Mesmo sem a pretensão do desenvolvimento de um estudo de cunho regional, sem também a pretensão de um estudo de rede urbana, nossa abordagem pontua, ao longo do texto, aspectos e termos que estão associados às duas questões, uma vez que há uma concentração técnica e política da produção.

## **1 – Rondonópolis, base territorial das condições da soja no cerrado mato-grossense**

A herança de constituição e urbanização de Rondonópolis como cidade e como lugar urbano, cuja natureza é sintonizada à modernização cidade/campo no contexto do Brasil, pode ser buscada desde os anos do período do *Estado Novo* no bojo da ocupação territorial brasileira rumo ao oeste. As primeiras colônias fundadas nos anos de 1940 (SIQUEIRA, COSTA e CARVALHO, 1990). devem aqui ser concebidas na lógica da natureza cidade/campo que se processaria na região, qual seja, uma urbanização para as demandas do campo, conseqüentemente, um campo fortemente sintonizado ao seu urbano, de forma que ambos se integram compondo uma relação crescentemente complexa até a atualidade comandada pela soja em sua diversificação.

Esse pressuposto pode ser assumido com base em Moraes (2008), Diniz Filho (1994), para quem, o período do *Estado Novo* é também marco da economia urbano-industrial. Logo, afirmamos que a economia agroindustrial atual do sudeste de Mato Grosso recebe uma herança em seus primórdios, tanto no nível do estado como em nível brasileiro a esse período. Esse período elencado pelos autores leva-nos à reflexão da proposição da cidade como espaço impulsionador do desenvolvimento do campo, porém, não o sobrepondo, mas promovendo-o, em sua fase moderna mais adensada, ao mesmo tempo em que o campo a incrementa com a

oferta dos novos produtos da sua modernização, ou seja, de forma geral, esse período marca o adensamento da relação de dependência entre ambos.

A formação inicial do sudeste de Mato Grosso tem importância quando vista em sua formação pretérita do lugar (NEGRI, 2003) abrindo-nos uma brecha de menção ao período 1940 – 1970, lembrando a direta participação na chamada colonização dirigida. No contexto brasileiro que engloba o período dos anos de 1970, o estudo de Bernardo Palhares Campolina Diniz (2006), sobre a geopolítica e economia do grande cerrado brasileiro, faz considerações sobre o contexto regional de Rondonópolis, no aspecto do desenvolvimento das infra-estruturas numa relação que podemos chamar de dialética, o que significa afirmar da existência de uma base urbana, a priori, que foi reforçada, e a partir desse reforço, se permitiu a consolidação da modernização econômica, como podemos compreender nas suas palavras.

[...] Mato Grosso (MT), à margem da era ferroviária e de seus impactos, foi contemplado com a principal via de integração Sudeste/Centro-Oeste/Norte, a BR-364. Fundamental para a consolidação, a partir dos anos 1960, dos três principais núcleos de Mato Grosso, Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres, essa rodovia integrou-os, a noroeste, com Rondônia e Acre (incluindo a utilização do trecho da ferrovia Madeira-Mamoré) e, a sudeste, com o Triângulo Mineiro. [...] Por isso, Rondonópolis, a 837 km de Uberlândia, é o primeiro núcleo, ao longo da rodovia, a apresentar alguma expressão urbana, embora a estrada percorra uma área de elevada produção agropecuária e reconhecida produtividade (DINIZ, 2006, p. 123).

Outro aspecto importante refere-se à concentração geográfica da urbanização que, uma vez implantado naquele período, vem se confirmando ao longo desse processo, no que se refere aos investimentos em infra-estruturas de transportes que podem potencializar as oportunidades de outros investimentos.

Apesar do estímulo produtivo que a BR-364 (Brasília-Cuiabá) provocou na fronteira do Centro-Oeste, ela foi insuficiente para assegurar a retenção de renda na mesma proporção do produto gerado nos territórios goiano e mato-grossense, o que vem reafirmar que a simples abertura das vias de escoamento e o conseqüente estímulo produtivo não representam garantia de desenvolvimento regional, notadamente quando polarizados por um núcleo urbano externo à área. Ou seja, investimentos em infra-estrutura de transportes podem potencializar as oportunidades de outros investimentos produtivos, aumentando a produção *in loco*, mas não necessariamente significam garantia de materialização espacial de renda. Por isso, apenas Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres, distantes da influência direta de Uberlândia, e com suas próprias vantagens locais, puderam

beneficiar-se diretamente da grande via de integração da fronteira, a BR-364 (DINIZ, 2006, p. 123).

No aspecto das infra-estruturas de transportes, para ratificarmos o aspecto localizacional de Rondonópolis, as palavras de Diniz vêm ao encontro, ao referir sobre a posição desta cidade como nó rodoviário no interior do cerrado brasileiro.

Outra rodovia importante construída no Centro-Oeste foi a BR-163 (Campo Grande-Cuiabá-Santarém), cujo traçado longitudinal vai do sul do Estado de Mato Grosso do Sul até o entroncamento com a BR-230 (Transamazônica). Ao norte, a BR-163 possibilitou a formação de uma frente de exploração de madeira no extremo norte do Mato Grosso. [...] Ao sul, a BR-163 interliga Rondonópolis a Campo Grande e esta à BR-267. [...] Como via longitudinal entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, a BR-163 possibilitou considerável integração daqueles municípios, reforçando sua área de influência na fronteira agropecuária, absolutamente livre de concorrência. Essa rodovia foi, portanto, fundamental para situar Rondonópolis como entroncamento e núcleo de referência do centro-sul do Mato Grosso e para ratificar Campo Grande como grande eixo rodo-ferroviário do Mato Grosso do Sul, estrategicamente distante da influência direta dos núcleos urbanos paulistas (DINIZ, 2006, p. 124).

Este enfoque é básico para a proposição no sentido da importância da dimensão urbana no âmbito da modernização agrária do cerrado a partir de 1970. É fato que a soja ao ter sido introduzida num ambiente natural hostil, pelo menos do ponto de vista pedológico, num razoável isolamento físico geográfico do Sudeste e Sul do Brasil, não poderia prescindir da importância da base urbana, dado o seu caráter econômico, técnico, científico e organizacional, provocando a necessidade da abordagem sobre Rondonópolis no contexto das cidades no Brasil e particularmente em Mato Grosso como a base urbana à qual foram atribuídas as melhores condições para a soja.

A introdução da soja, no cerrado mato-grossense, particularmente no entorno de Rondonópolis, pelos seus fracos resultados no começo, forjou a organização inicial dos produtores concentrada na cidade de Rondonópolis pela pesquisa, cuja estrutura, uma vez iniciada, fomentou de forma sequencial seu próprio desenvolvimento. Conforme entrevista concedida por um dos pioneiros da produção de soja e ex-prefeito de Rondonópolis, José

Rogério Salles, em 16 de julho de 2008, afirma que: “Primeiro surgiu APRUSMAT e depois veio a surgir a APROSMAT, e daí [...] mudaram a sede pra cá. Na época o produtor de sementes, [...] injetava um dinheiro para entrar na pesquisa, [...] para trazer inovações, novidades”. Vale esclarecer que a Associação dos Produtores do Sul de Mato Grosso (APRUSMAT), incorporou, depois, no final da década de 1980, a Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso (APROSMAT), cuja sede foi transferida de Cuiabá para Rondonópolis.

As várias instituições de caráter estatal e privado, de forma direta e indireta cooperam para o êxito da produção. Em caráter público estão a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), no constante processo de parcerias que se estabelecem com a Fundação MT, englobando a produção de sementes de soja e algodão, sobretudo a partir do Programa de Produção de Algodão de Mato Grosso (PROALMAT), no final dos anos 90.

Nesse ambiente institucional e organizacional, a cidade não se configura somente essa base territorial política para o segmento dos produtores, pois concentra também a indústria, o comércio e os serviços, como enfocamos a seguir.

A herança histórica é de suma importância para a o desvendamento da atualidade e a continuidade do processo de produção neste complexo. Neste sentido, as duas maiores empresas agroindustriais instaladas na cidade, responsáveis pelo início da agroindustrialização e a geração dos produtos fundadores das cadeias grãos/carnes, ADM e Bunge, continuam, na atualidade, a desempenhar papel importante como carro-chefe da economia sojifeira oferecendo as bases para a diversificação das cadeias industriais.

Segundo a Edição do Jornal A Tribuna do dia 15 de junho de 2009, Rondonópolis industrializa 22% de toda a soja produzida em Mato Grosso por meio das unidades da Bunge e ADM. Em 2009 estas foram responsáveis por 3,5 milhões de toneladas (t) do benefício do grão. Desse montante, a Bunge é responsável por 1,5 milhões, restando, obviamente, dois (2) milhões à ADM. Desse montante de 3,5 milhões de toneladas (t), se extrai derivados como óleo vegetal e farelo, matéria prima importante à produção de rações que alimenta o segmento da carne dentro do complexo (A Tribuna, 15 jun. 2009).

O crescimento da economia agroindustrial na região tem transformado a cidade de Rondonópolis no lócus privilegiado do comércio e dos serviços especializados, a exemplos das empresas de insumos e implementos agropecuários, dos serviços técnicos em acessórias agronômicas, mecânicas especializadas, serviços de telefonia rural, agricultura de precisão processada por *Global Position System* (GPS), serviços de pesquisa biotecnológica, enfim, um leque de atividades comerciais e de serviços cuja demanda do complexo já exige que a cidade os ofereça.

Com base em Silva (2003) podemos colocar Rondonópolis como a base logística, a partir da qual se explica o porquê de esta cidade ser a sede do Grupo André Maggi. Assim, há um fundamento atual para que isso se confirme e um fundamento histórico que, conforme o próprio autor começa na década de 1980 com a transferência das Sementes Maggi de São Miguel do Iguaçu/PR para Rondonópolis. Blairo Maggi e sua família, como um dos pioneiros da soja, participa decisivamente produzindo, criando entidades ligadas ao segmento da soja e do complexo. Vale lembrar sua ascensão política em Mato Grosso, começando no âmbito municipal, suplente de senador e governador, conquistando, assim, prestígio e usufruindo ainda mais das conquistas do segmento produtor.

Falar da dimensão urbana de Rondonópolis no âmbito da produção do complexo é reconhecer sua importância na gestão da produção do complexo da soja em expansão no cerrado mato-grossense. Assim, cumpre-nos elencar, em última instância, no contexto de expansão da soja no cerrado mato-grossense, o papel desta cidade.

## **2 – O papel de Rondonópolis na expansão da soja no cerrado mato-grossense**

### **2.1 – O mercado de trabalho**

O mercado de trabalho tem se constituído numa qualificação urbana de Rondonópolis para o complexo, se não pela quantidade do número de empregos nos diversos segmentos, uma vez que a constante inovação tecnológica é responsável pelo chamado desemprego estrutural, pelo menos pela diversificação desse mercado de trabalho. A soja, pela relação direta que estabeleceu com a cidade impõe um caráter urbano na geração de emprego (SUZUKI, 2007), mais característico a partir da década de 1970. Marlene M. M. Guimarães (1997) contempla em

seu estudo sobre a agroindústria em Rondonópolis, como este segmento da produção influencia o mercado de trabalho local, atrelado a outros, direta e indiretamente a exemplo, dos serviços.

Nesse sentido a concentração do mercado de trabalho se confirma como uma das atribuições de Rondonópolis, considerando que este mercado deve ser concebido em suas origens, ou seja, o momento da criação das pré-condições da soja, conforme a Revista *Rondon* de 1989, a qual traz um leque de atividades desde os primórdios da economia sojifera na região, listando atividades como engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, pesquisadores, administrativos, programadores, digitadores, telefonistas e rádio-operadores, 'office-boys', motoristas, encarregados de equipamentos, braçais, aviadores, administradores de campos cultivadores, mecânicos, pintores, eletricitas, caminhoneiros, montadores, empregadas domésticas, representantes comerciais (Revista Rondon, 1989).

Observa-se a necessidade da “celebração” do discurso do progresso econômico e do desenvolvimento social, na idéia da “farta” geração de emprego com a chegada da soja, o que é contraditório, uma vez que a forma de produção desta prioriza a constante inovação técnica, portanto, fomenta o desemprego estrutural. Outra característica que pode ser elencada na matéria, no que se refere à absorção da mão de obra local, que também é ideológica, pois isso se verifica mais nos casos das ocupações que exigem menor grau de qualificação, conseqüentemente, oferecendo salários menores, o que realça também o discurso da necessidade de contratar o sulista, pois é qualificado para o campo moderno.

Num demonstrativo das ocupações profissionais no segmento das empresas produtoras de sementes em Rondonópolis, Elias da Silva (1999) identificou 29 profissões como piloto de avião, agrônomo, comprador, vendedor, contador, administrador de fazenda, departamento de pessoal, técnico agrícola, almoxarifado, operador de máquinas, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, pedreiro, lubrificador, mecânico, operador de secador, carpinteiro, auxiliar de secador, classificador de sementes, tratorista, cozinheira, servente de pedreiro, vaqueiro, auxiliar de cozinha, vigilante, braçal na lavoura e faxineira. Nesse estudo verifica-se quanto ao salário médio que varia entre mais de 10 salários para piloto de avião até um salário mínimo para faxineira. O segundo maior nível inferior salarial ao de piloto de avião é o de agrônomos, comprador, vendedor, contador, administrador de fazenda e departamento de pessoal, percebendo entre 5 e 10 salários mínimos; técnico agrícola, almoxarifado, operador de



máquinas, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, pedreiro, lubrificador, mecânico, operador de secador e carpinteiro, entre 3 e 5 salários mínimos; auxiliar de secador, classificador de sementes, tratorista, cozinheira, servente de pedreiro, vaqueiro, auxiliar de cozinha, vigilante, braçal na lavoura e faxineira, entre 1 e 3 salários mínimos. Obviamente, o nível salarial é correspondido ao nível de instrução.

Podemos acrescentar ao conjunto das atividades fomentadoras do mercado de trabalho local os eventos de ordem esporádica geradores de empregos temporários: os chamados: *Dia de Campo, Tecnocampo, Exposul e Agrishow Cerrado*, atividades promovidas pelos produtores da soja, compõem um calendário anual que preenche a agenda de eventos da produção cidade/campo em forma de redes, uma vez que ligam Rondonópolis às áreas produtoras de soja do cerrado mato-grossense. Esse caráter específico do mercado de trabalho é explicado teoricamente, uma vez que podemos aproximá-lo às estratégias de acumulação capitalista flexível, considerada por Harvey (1993). As relações de trabalho são flexibilizadas visando, em última instância, diminuir custos com a produção, cujo ônus recai sobre o trabalhador. Essa situação que recebe a cara de pós-modernidade funciona muito mais como uma forma de (re)engenharia do trabalho, incluindo os postos de trabalho temporários, em que as empresas terceirizam os setores menos estratégicos como limpeza, alimentação, setor de transportes etc., priorizando os setores da administração direta das empresas.

## **2.2 – A pesquisa e divulgação de novas tecnologias**

No processo de expansão da soja no cerrado mato-grossense, a pesquisa tem se tornado carro-chefe ou a base, sobretudo no segmento da produção de sementes melhoradas (BERNARDES, 1996), situação esta que precisou da correspondente base técnico/infraestrutural e institucional na cidade, de forma sequencial, ou seja: Aprusmat, Coopacel, Aprosmat e Fundação MT, incluindo o segmento institucional estatal das instituições: Embrapa, Codeagri Emaper etc.. Essa base urbana foi sendo (re)criada concomitantemente aos investimentos na produção no campo.

O segmento das empresas produtoras de sementes é bem característico, para pensarmos a relação cidade/campo, cujo alcance extrapola os limites da região sudeste, como são os casos das Sementes Maggi e Bom Futuro com áreas produtoras na chamada região do *médio norte* do

estado no *chapadão dos Parecis*. Assim, mesmo algumas empresas tendo suas áreas de produção fora da região de Rondonópolis, esta cidade aglutina as sedes destas. Rondonópolis, pela concentração dos segmentos produtores ligados à soja, funciona como uma economia de escala, o que significa aproveitar as chamadas *sinergias*, expressas na organização política, na organização da pesquisa e na logística do comércio, indústria, serviços e mercado de trabalho, portanto, numa relação direta de concentração espacial e difusão de tecnologias disponíveis aos departamentos técnicos dessas empresas, ou pelos fluxos de ideias e produtos como as próprias sementes produzidas e comercializadas, além do volume de circulação de máquinas, equipamentos e veículos, no apoio ao processo de produção propriamente dito.

A soja em Rondonópolis teve percurso próprio em sua expansão, sob um sistema de ações e políticas específicas de organização e adaptação técnica conformando um ambiente produtivo adaptado às condições singulares do cerrado mato-grossense, o qual é marcado por diferenciações entre o sudeste, o norte e o leste do estado, para as quais, a Fundação MT tem desenvolvido variedades diferenciadas de sementes, que respondem de acordo com as datações específicas do calendário agrícola, abrangendo desde o plantio à colheita. Essas variações recebem atributo de especificidades e de valorização diferencial da produção. Desta forma no próprio aspecto técnico é preciso diferenciar as especificidades, as quais acabam recebendo, aqui, conotação conceitual, pela gama de situações que sugere.

A presença das empresas produtoras de sementes confirma a base da rede fundada e consolidada na pesquisa, produção e comercialização que, associado à presença da Fundação MT como a base da produção, produz e dissemina essas tecnologias, cuja presença na cidade, conforme a Foto 1, além de ser testemunho da trajetória da soja, marcada pela constante descoberta e aplicação técnica como uma das formas de garantia da expansão, se impõe como herança técnico/institucional da década de 1980.

Foto 1 - Instalações da Fundação MT em Rondonópolis



Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

### **2.3 – Os segmentos da indústria, comércio e serviços**

Os segmentos da indústria, comércio e serviços especializados como outra das situações de atribuição ao papel de Rondonópolis também devem ser considerados em sua herança no processo local de expansão da soja. Na Indústria, ela ostenta o posto de primeira cidade em Mato Grosso a atrair a agroindústria no esmagamento de soja, fase inaugurada com a Sadia e a Ceval. Rondonópolis como centro de comercialização e prestação de serviços à modernização do campo, desde o final da década de 1970, conforme expressou o produtor de Primavera do Leste Darnes Cerutti, se sobressaia em relação às demais cidades tanto da região, como Poxoréo, Guiratinga, Jaciara, Dom Aquino.

A evolução deste processo pode ser verificada com o considerável número de empresas, somando atualmente mais de 3 dezenas que aqui é contemplado com alguns exemplos como: Agroverdi, revendedora da linha Newholland/Ford, cuja presença na cidade controla o mercado regional; a Iguazu Máquinas Agrícolas, revendedora da linha SLC e SLC/John Dear, com filiais em Primavera do Leste e Campo Mourão (PR); a Agrofito, revendedora da linha Agrale e assistência técnica dessa linha. Ainda nesse segmento, as empresas revendedoras de insumos agrícolas como sementes, adubos, fungicidas, germicidas, inseticidas e ferramentas, a exemplos da

Geral Máquinas, Guimasa, Guimarães Agrícola, Mercadão Agrícola, Trevo Máquinas, Rondofértil, Agroboi, Agroamazônia, Rondoagro, Mercadão Agropecuário, Agrossuíno. Vale observar, a maioria dessas empresas está situada ao longo das margens da BR 364, no perímetro urbano.

Em relação ao passado é necessário lembrar que no início da década de 1980, a empresa Gravataí foi a primeira empresa em caráter de cooperativa agrícola e comercial, a qual era a maior comercializadora de insumos agrícolas no início da expansão da soja. Suas dependências serviram também para a realização dos trabalhos da COOPACEL na cidade. Também nesse início do processo as empresas Rondomaq - Rondonópolis Máquinas Agrícolas, revendendo a linha Massey Ferguson e a Sociedade de Máquinas Agrícolas e Industriais (SOMAI) revendendo a linha dos tratores da Companhia Brasileira de Tratores (CBT), marcam o início desse segmento a comercializarem as novas tecnologias de *desbravamento* do cerrado na cidade.

Como a modernização cidade/campo acaba sintonizando ambos com mais ênfase, ela exige concomitantemente comércio e serviços especializados, combinando o que Santos (1993) define como urbanização terciária. Nesse sentido, o universo das empresas prestadoras de serviços agropecuários, somando mais de três dezenas, alguns exemplos representam a importância do segmento como: Mecânica Centrão, Mecânica Trevão, Reformaq, Rondo-eixo. Na prestação de serviços em projetos agropecuários e acessórias agronômicas, empresas como: Coagro-Consultoria Agronômica, Projeagro-Projetos Agropecuários, Planat-Projetos Agropecuários. Na dedetização agrícola, empresas como Mônica-Aviação Agrícola, Aero-Agrícola, Agroer-Aviação Agrícola, são as mais expressivas. Em análise de solos e sementes, as empresas: Pró-Sementes, Solos Análises Agronômica, Trago-Tecnologia Agronômica, Laborvet-Laboratório de Análises e Inseminação Artificial etc..

A Foto 2 demonstra a espacialização urbana no trecho da BR 364. Local que concentra grande número das empresas anteriormente listadas, portanto um exemplo de local urbano de especialização de segmentos para o atendimento da demanda do campo na cidade.

Foto 2 – Trecho urbano da BR 364, localização das principais empresas do comércio e serviços especializados ao campo.



Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009. Organização de Elias da Silva

Assim, verifica-se o crescimento dos investimentos, confirmando as atribuições à cidade de Rondonópolis em sua importância no contexto de desenvolvimento da economia agroindustrial, atraindo grandes investimentos de capitais. De acordo com o *Atlas do Mercado Brasileiro da Gazeta Mercantil* de março de 2006, Rondonópolis, no conjunto dos 300 municípios mais dinâmicos do Brasil, ostenta a 16ª posição entre os 109 municípios acima da média nacional em investimentos, sendo o primeiro de Mato Grosso.

Na fala do ex-prefeito José Adilton Domingos Sachetti verifica-se um panorama de atribuições à cidade contemplando informações do seu sítio, quanto ao seu planejamento, o que deve ser visto com ressalvas, quanto à gestão empresarial, quanto à produção industrial, quanto à prestação dos serviços de forma que suas palavras confirmam o papel desta cidade, ousando até mesmo compará-la com outras grandes cidades como Campinas. Fecha sua fala levando-nos a perceber, que o forte da cidade e do município não é o agronegócio, embora detenha o recorde das exportações no setor no estado.

Hoje Rondonópolis, ela foi bem planejada, ela é bem desenhada, plana, e ela cresceu num entroncamento; quase tudo que passava para o norte do Mato

Grosso passava por aqui, então aqui se formou um bom entroncamento, o município de Rondonópolis; ela é a maior cidade de uma grande região que concentrou grandes escritórios para a produção, mas, isso é óbvio, influenciou muito por aqui, ela presta serviços, e é lógico, ela se beneficiou com isso, essa indústria. Então vai acabar sendo um grande polo na questão industrial. Ela tá se diversificando: indústria de cerveja, não tem nada a ver com o agronegócio, se você for dividir por setores, aqui o agronegócio, ele não influencia no PIB (Fonte: Entrevista concedida por José Adilton Domingos Sachetti a Elias da Silva em 19 jul. 2008).

A matéria do jornal *A Tribuna* do dia 13 de maio de 2008, vem no sentido da confirmação da cidade que, embora não ostente a posição de primeiro lugar na produção de grãos no estado, sustenta a posição de uma das maiores no ranking das exportações brasileiras, superando, segundo o levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cidades como Campinas (SP), Manaus (AM), Porto Alegre (RS). Nessa edição há a menção à importância da cidade entre as mais importantes logísticas das exportações de grãos do Brasil, colocando os números dos 4 primeiros meses de 2008 que totalizaram a quantia de US\$ 411, 647 milhões em exportações, à frente de cidades como Campinas (SP), Manaus (AM), Porto Alegre (RS). Informa ainda a ser Rondonópolis portadora de grandes tradings e grandes produtores do agronegócio mato-grossense e brasileiro nos principais itens da pauta de exportação de grãos e derivados da soja e pluma. O montante das exortações de grãos tem como destino os Países Baixos, a Espanha e a China (*A Tribuna*, 13 maio de 2008).

O papel de Rondonópolis, assim, se torna preponderante como espaço territorial, cidade e como rede, de forma que podemos compreendê-la como uma estrutura produtiva que funciona sob uma base física concentrada num ponto territorial cuja organização e constante adequação técnico-econômica, infraestrutural e política, visam potencializar o processo de acumulação capitalista na dimensão local.

Vele considerar que os investimentos para a produção só são atrativos quando o local oferece insumos que estão na base do processo, e um dos mais significativos é a energia, esta também assumindo o caráter de infra-estrutura territorial em rede. Neste sentido, o Estado também foi o maior provedor desde o início quando construiu a estação de redistribuição de energia da Eletronorte no período de criação das pré-condições à soja. A matéria a seguir sob título *22% da soja do MT são esmagados em Rondonópolis*, acessada em 29/06/2009, no site: [www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php](http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php), enriquece e vem a calhar quando mensura

nosso argumento quanto à capacidade de oferecimento de energia atendendo a grande demanda local e até regional, além, ainda, de mencionar o aspecto da estruturação da cidade em água o esgoto, e o aspecto do transporte rodoviário como fatores importantes aos investimentos.

[...] Rondonópolis é uma cidade bem localizada geograficamente, fator que atraiu a Bunge para o município. Rondonópolis fica próximo à região produtora [de grãos] e no entroncamento para São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, facilitando o escoamento da produção [...]. A unificação das redes de alta tensão no município de Rondonópolis (210 quilômetros ao Sul de Cuiabá), que garante abundância em energia elétrica, é apontada pelo secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, Élio Rasia, como um dos principais atrativos às indústrias de transformação da soja. [...]. A infra-estrutura do município também é um atrativo aos grandes empreendimentos. [...]. Outro aspecto favorável é a localização: o município está situado no entroncamento entre a BR-163 e BR-364, o que facilita o escoamento da produção local para diversas regiões do país. A logística contribui ainda para a entrada de matéria-prima. A maior parte da produção de soja do Norte do Estado é escoada pela BR-364, passando por Rondonópolis, ressalta. [...].  
(Fonte: <[www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php](http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php)>. Acesso: 29 jun. 2009).

A necessidade de caminhar a partir de um ponto de vista que diferencie a realidade, do aspecto ideológico que é veiculado no discurso, nos faz observar que o destaque dado a Rondonópolis, não significa prosperidade e inclusão ao conjunto da população local, como apregoa a elite local. Assim, quando observarmos as contradições socioespaciais locais, especialmente as visualizadas na paisagem, não estamos sendo contraditórios à essência da ordem capitalista, pois como observa Harvey (2006), o capitalismo se caracteriza por oscilações e desigualdades, uma vez que sua lógica é a da crescente acumulação nas mãos de poucos, o que vai demandar na organização espacial desigual.

É importante verificar que todo esse processo de investimentos nos vários segmentos em Rondonópolis, tem no discurso da mídia um elemento promotor, característico desta modernização, cuja base material maior é a dimensão urbana. Vale considerar que o marketing, no contexto de expansão da soja, está presente desde o momento inicial de preparação do território e na introdução desta, quer no discurso oficial do governo ou nas mensagens de publicidade do rádio e jornal (PEIXINHO, 1998), ocupando a tarefa de divulgação das inovações e da nova mentalidade. Nesse sentido, um rápido enfoque do marketing local é dado no próximo

item para incluir este segmento também como uma das especificidades no papel de Rondonópolis.

#### **2.4 – A cidade como marketing da expansão da soja**

O discurso do desenvolvimento econômico entre o Estado e a classe produtora é um elemento forte que fomenta a mentalidade do desenvolvimento econômico em Mato Grosso, particularmente em Rondonópolis tem sido necessário, dado os vários momentos de crise que a economia do agronegócio, com base na soja, sofre. É nesse sentido que se enquadra a ideia de que a soja chegou e se consolidou no estado a partir da iniciativa privada; mas também a ideia de negação do passado, no que se refere à infra-estrutura iniciada pelo estado, até mesmo antes dos anos 70. O passado só recebe reconhecimento quando se refere aos pioneiros sulistas desbravadores do cerrado, indicando a necessidade da valorização cultural para justificar a própria situação de poder; o discurso se faz necessário também em relação ao que chamamos de 'guerra dos lugares' quando se verifica cidades como Campo Verde e Primavera do Leste cujos representantes, sejam produtores pioneiros ou autoridades políticas - ou ainda, material impresso a que tivemos acesso - dão destaque à cidade e o município, contextualizando-os nacionalmente, sem a clássica referência às cidades maiores próximas, como é caso de Rondonópolis e Cuiabá, o que em se tratando de Brasil, ainda merece crítica ênfase, dado o nível de consolidação da rede urbana ainda em formação.

Assim, o discurso é sempre colocado oportunamente, e tem como alvo maior, nos momentos de crise, como foi o caso da crise do agronegócio entre os anos de 2003 a 2005, o Estado, como é patente nas reportagens e entrevistas sobre a recente negociação das dívidas agrícolas, cujos montantes, itens de negociação e prazos, ficaram a desejar, sendo pontos para as articulações e embates de renegociações constantes. Nesse sentido do discurso, necessário ao processo de produção e reprodução do agronegócio em Mato Grosso, se organiza uma espécie de *lobby* do agronegócio no estado.

Quantificando os agentes produtores do discurso do marketing urbano que contribuem para a promoção do complexo, têm-se os órgãos de imprensa escrita como o jornal *A tribuna o Regional, Jornal do Dia*, entre outros; a imprensa falada nas emissoras de rádio: *Amorim Juventude* Amplitude Modulada (AM) e Freqüência Modulada (FM); rádio *Clube* Amplitude



Modulada (AM) e Freqüência Modulada (FM); as emissoras de Televisão (TV): *Centro América*, e Televisão *Rede TV*, Televisão *Rede Record*, além de outras de menor importância. Vale incluir aqui, ainda, as diversas acessórias de imprensa como a da prefeitura e as das grandes empresas ou grupos econômicos como o Grupo Maggi, Bung, ADM, etc.

Milton Santos (1996), nesse sentido, serve-nos de fundamento quando sustenta que o mercado global tem a natureza do *meio técnico-científico-informacional*, numa clara afirmação da importância da divulgação das inovações tecnológicas, dos novos produtos e formas de consumo, bem como à vulnerabilidade a que estão sujeitos os produtos e mercados, na forma de existência de uma *crise ambiental*. Nesse ponto, é importante observar que o autor diferencia informação de comunicação para afirmar sobre a primeira mais no âmbito da mídia, a exemplo do que estamos afirmando.

A mídia local em Rondonópolis tem acompanhado a trajetória do desenvolvimento agropecuário e da modernização agrária, sobretudo a partir da modernização do cerrado na década de 1970, divulgando os eventos ligados aos avanços da pesquisa, das ações políticas do Estado junto aos produtores como a celebração do Polocentro, de programas como o PROALMAT, em 1997; dos eventos de divulgação do sucesso do segmento produtor do complexo como a Exposul, Agrishow Cerrado, os workshops, as *Tecnocampo* cuja origem está nos chamados *Dia de Campo*. A mídia, nesse sentido tem o papel da informação com base na demonstração da paisagem que em sua ocorrência nos informa por sentidos como visão, audição e percepção. Essa é uma dimensão cuja possibilidade de efetivação está diretamente ligada ao local, ao lugar em sua materialidade.

Vale aqui, considerar o importante papel da mídia recheada de informações cujo caráter, muitas vezes veiculado em tom fantasioso, serve-nos como complemento de pesquisa de campo, desde que, fugindo do aspecto sensacionalista, possamos proceder a análise imparcial.

Como coloca Santos (1996), a mídia pode ser dada pelo mundo das fábulas, significa mais informação e menos comunicação. O que interessa no mercado globalizado é o consumo, em primeira instância, enquanto as causas geradoras do consumo ficam em segundo plano. O lucro se torna uma emergência cujo discurso da mídia é a fabricação da necessidade do consumo daquilo que às vezes consumimos por impulso. Assim, fomenta-se a produtividade ao mesmo

tempo em que se fomenta o consumo e a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a mídia e o marketing locais estampados na paisagem e no discurso urbano são fortes componentes na promoção do complexo em sua dimensão cidade/campo.

Na globalização econômica atual o discurso da modernização é uma constante, funcionando na base da ideologia da produção capitalista, uma vez que está impregnado nos processos, contribuindo de forma a camuflar as mazelas produzidas pelo modelo econômico.

## **2.5 – A gestão política da localização**

No foco do território, o aspecto político/administrativo não pode ser deixado, pelo contrário, coloca-se também como uma das condições que o Estado, em suas atribuições de delegar poderes às instâncias administrativas como forma de garantir a concentração e centralização do poder sobre o território, conferiu a Rondonópolis, *status* de cidade polo do sudeste mato-grossense com a criação de instituições reguladoras da produção sob a perspectiva da qualidade ambiental, exigência mínima da economia globalizada que foi introduzida a partir da década de 1970. Assim, foram criadas agências regionais do Instituto de Defesa e Inspeção Animal - INDEIA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - EMPAER, estas diretamente ligadas à esfera da produção agropecuária, significaram, em última instância, a melhor equalização da gestão no âmbito da produção e do território. Estas instituições se fizeram necessárias a partir do momento em que se dava o contexto de alargamento da economia associado ao político/territorial exatamente no momento em que passou do estágio de economia de caráter interno e de autonomia própria, ao de economia globalizada, portanto mais dependente do mercado global, portanto mais sujeita às próprias oscilações dessa ordem global (NASCIMENTO, 1998).

Com base em Harvey (2006) sobre a teoria da acumulação de capital de Marx, numa escala geográfica expansível, como um todo, podemos afirmar que esse contexto de alargamento da produção existe sob duas dimensões ou bases de realização: a espacial e a territorial.

Desse nível de abstração ao nível da concreção deve-se considerar em Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde, as dimensões físicas da produção, expressas nas áreas de produção, propriamente ditas; devem-se considerar pontos ou locais urbanos de grandes fluxos entre estas cidades e internamente em cada uma, por exemplo: os segmentos industriais, o comércio e serviços especializados, mas, também as organizações sociais dos produtores e profissionais ligados à produção.

As grandes áreas mecanizadas se desenham como verdadeiras estruturas tecnificadas pela uniformidade das plantações, pela presença das máquinas de última geração, pelas estruturas de armazenagem em meio às plantações e até pelos depósitos a céu aberto dos produtos empilhados, porém, sob orientações técnicas necessárias, considerando também o favorecimento ambiental climático a ausência de chuvas no período da colheita, geralmente de abril a junho. Todo esse leque de situações não pode prescindir da base físico-territorial, do solo no sentido amplo da palavra. Nisso, o lugar e a localização, assumem papel importante.

A outra dimensão deste contexto é dada pelo movimento das coisas, ou melhor, pela capacidade de resposta que a estrutura implantada dá à qual chamamos de dimensão espacial. Isso nos sugere pensar a paisagem não como a imagem parada, mas como a primeira manifestação da natureza da dimensão espacial que recortamos para estudo. Na verdade a exposição da paisagem como fenômeno, o qual nos salta aos olhos a priori, torna-se de grande valia, pois a partir dela é possível a explicação do grau de relações que dão significado à dimensão territorial local.

Sem sombra de dúvidas quanto ao fato de o capitalismo estar a pleno vapor em seu processo de acumulação em Rondonópolis, aproximamos a Harvey (2006) que nos autoriza a afirmar sobre o resgate histórico desse processo de acumulação, o qual não se efetivou sem a produção físico-geográfica, fundando primeiro as bases político/ territoriais de modernização, depois, pela reestruturação destas bases político/ territoriais na produção dos transportes, da infra-estrutura de armazenagem, das redes de energia, das telecomunicações, da estrutura físico-educacional, da criação dos distritos industriais, do melhoramento da estrutura urbana em geral. De forma que a produção no processo de expansão da soja só se viabilizou mediante a produção da estrutura criada no momento das pré-condições da soja. Nisso foi preciso a produzir e (re)produzir a localização sempre viável.

Conforme todos os entrevistados, Rondonópolis é apresentada como o portal de entrada da soja em Mato Grosso, menos por atributos físico-naturais, que por atributos de localização geográfica, como a logística, de força socioorganizacional dos produtores, bem como de seu empreendedorismo empresarial, tendo na base política a mão empreendedora do Estado. Contudo, não se deve esquecer que os atributos físico-naturais, por exemplo, do solo, foram menos importantes somente após a década de 1970, porque no período imediatamente anterior foi o contrário: a importância das *terras de cultura ou de matas, dos vales da bacia do São Lourenço*, foram requisitos básicos da ocupação dada pela colonização do período 1940/1960, quando foi implantada e consolidada a cidade de Rondonópolis.

A herança histórico/econômica e territorial foi fundamental para que a localização de Rondonópolis tivesse data de nascimento no momento político/territorial da divisão de Mato Grosso no contexto de expansão econômica do Brasil. No âmbito do resgate histórico o aspecto da localização recebe um argumento forte, sobretudo, com a divisão de Mato Grosso, momento que fez com que localmente se fortalecesse a política de reivindicação, até porque com a divisão a antiga *rivalidade* entre Cuiabá e Campo Grande automaticamente se transferiu para Cuiabá e Rondonópolis, em que a população desta cidade, na aferição ao termo *cuiabania* atribuía à população cuiabana, um tom pejorativo aludindo ao caráter de indolência e não empreendedor. Esses fatores, reforçados pela herança econômica da agropecuária local compuseram a ideia de progresso atribuído à região do entorno de Rondonópolis, uma vez que também se considerava as características físico-geográficas da *baixada cuiabana*, como impróprias à mecanização no que se conhece como a área da grande Cuiabá. Isto, associado ainda à cultura sulista da mecanização agrícola no imperativo do contexto da modernização do cerrado contribuiu para as decisões em favor de Rondonópolis quanto às iniciativas de investimentos no setor da agricultura moderna.

A importância de Rondonópolis, enquanto dimensão territorial refere-se ao marco inicial regional, ou seja, é o lugar que reuniu, desde o início, as condições mínimas necessárias, tornando-se assim, localização oportuna ao empreendimento da soja no cerrado mato-grossense, no sudeste e para outras regiões do estado, por exemplo, Sapezal no chapadão dos pareci no norte do estado. Rondonópolis ofereceu, assim, as bases iniciadoras da soja no cerrado mato-grossense. Quando afirmamos iniciadora, estamos, na verdade, falando do início de um processo que mesmo marcado por altos e baixos nas oscilações de ordem de mercado de perda

de produtividade, de reivindicações nas negociações das dívidas, de forma que o resultado sempre sinalizou pelo êxito, até mesmo porque o Estado, ao longo desse processo, além de ter sido parceiro, foi sendo cooptado, numa aproximação a José Graziano da Silva (1998), na sua abordagem sobre os CAIs. Nisso, ratificamos a situação de Rondonópolis, de área secundária do Polocentro, ter se transformado em área prioritária à soja em Mato Grosso. Assim, mudou-se o paradigma pela via política na lógica da herança dos processos anteriores de localização.

Nesse sentido, não se pode esquecer que a localização, estrategicamente atribuída, com base na esfera político/territorial, exerceu e tem exercido influência de reprodução ampliada do modo de produção introduzido a partir de 1970, cuja elite presente naquele momento se mantém e implanta constantemente suas bases de reprodução ampliada como segmento dominante, bem como das bases de reprodução da ordem socioespacial local.

Na verdade, esse marco fez com que em Rondonópolis se inaugurasse uma espécie de pacto político entre a elite, até então dominante, e a emergente, ou a partir da soja. Tudo indica que os revezamentos de poder no âmbito tanto local como estadual, bem como as alianças político/partidárias entre ambas, revelam-se como boas estratégias de divisão do poder e de perpetuação como segmentos dominantes, o que seria outra tese.

Pensamos de acordo com o que foi levantado ao longo da pesquisa, que as estratégias de dividir forças políticas locais provocaram processos de parcerias em sintonia com o Estado com os interesses agrários, colidindo com a cooptação e ascensão ao poder na administração político/estatal nos níveis do município, estado e federal, de forma que nos autoriza à afirmação de uma modernização territorial cidade/campo na base da qual o Estado é o grande agente privilegiador de interesses que uma vez constituídos, têm se reproduzido em escala ampliada.

Nesse sentido vale, aqui, mencionar a trajetória política dos sojicultores locais, exemplificado por Rogério Salles, ex-prefeito de Rondonópolis, Blairo Maggi, exercendo atualmente o cargo máximo do executivo estadual em Mato Grosso, José Adilton Domingos Sachetti, prefeito no período de 2005/2008, Gilberto Goelner, atualmente senador no lugar de Jonas Pinheiro, falecido em 2008, lembrando que este representava a bancada ruralista mato-grossense em Brasília, cuja sucessão é agora com Gilberto Goelner, visa a continuidade da defesa da mesma bandeira, como Senador. Esse leque de agentes e processos anteriormente elencados

contribuiu para a produção de uma base local específica, produzindo uma base organizacional, infra-estrutural e institucional que faz com que a soja em sua expansão seja marcada por uma trajetória própria.

Entendemos este contexto de articulações, favorecimentos, decisões e criação de instituições político/administrativas como especificidades da importância de Rondonópolis no processo da gestão política de sua localização na expansão da soja no cerrado mato-grossense.

## **2.6 – Perspectivas no âmbito das atribuições a Rondonópolis**

Retomando sua fala, o ex-prefeito de Rondonópolis José Adilton Domingos Sachetti faz considerações sobre a cidade no que considera os *três ciclos* de sua economia: o primeiro com a preparação e chegada da soja, o seguinte em que a indústria se instala e o terceiro, a atualidade, em que a cidade se diversifica não só na agroindustrialização da produção, mas na oferta de serviços para a região e para o estado de Mato Grosso.

Analisando as palavras do prefeito ex-prefeito José Adilton Domingos Sachetti, a cidade tem pretensões, de agora em diante, se constituir no polo industrial de Mato Grosso, conseqüentemente em polo de desenvolvimento no estado nos próximos dez anos, destacando grandes investimentos noutros segmentos industriais.

Rondonópolis em sua escalada, rumo à sua confirmação de um dos polos mais importantes da economia mato-grossense, recentemente inaugurou seu terceiro Distrito Industrial, o qual teve como lançamento a inauguração da *Cervejaria Petrópolis*, fabricante da *cerveja Crystal*, *Refrigerantes IT* e *Água Mineral*. A fábrica tem capacidade de produção de cem milhões de litros de cerveja por ano, gerando 243 empregos diretos, cujo valor do projeto foi de R\$ 120 milhões.

A implantação do Distrito *Augusto Bortoli Razia* reforça o argumento da importância da localização intra-urbana na cidade, situando-se próximo ao entroncamento das BR 163 e 364, o que oferecerá, portanto, maior acessibilidade em relação aos dois outros distritos onde estão instaladas a ADM e a Bunge. No entanto, o Distrito Industrial confirma o papel de importância de Rondonópolis enquanto perspectiva, uma vez que se encontra em fase de lançamento apresentando um grande leque de projetos empresariais aprovados com um considerável

volume de investimentos, bem como a perspectiva de ampliação do mercado de trabalho pelo volume de empregos que promete para os próximos anos, pelo menos na expectativa.

Em plena fase de implantação, o Distrito Industrial *Augusto Bortoli Razia* recebeu, recentemente, como símbolo de sua pujança, a indústria de bebidas *Cervejaria Petrópolis*, conforme demonstra a Foto 3. Esta grande indústria mesmo sendo do segmento de alimentos, soma-se como mais um elemento de expressão da diversificação do processo de industrialização que a cidade começa viver, somando-se à própria diversificação do setor da soja, no que se refere ao segmento da industrialização da agricultura.

Foto 3 - Cervejaria Petrópolis às margens da BR 163, saída para Campo Grande/MS.



Fonte: Foto produzida em 18 de julho de 2009 Organização de Elias da Silva

Podemos considerar as atribuições em termos das perspectivas, ao papel de Rondonópolis com base nos processos que se traduzem em reivindicações da elite local, sob as quais se prevê para 2010 uma nova atribuição a esta cidade como referência à logística de transporte multimodal rodoviário/ferroviário. A cidade receberá o prolongamento da ferrovia *Ferronorte* com a construção de um terminal de cargas, aumentando sua capacidade de logística de cargas e de apoio à produção e exportação de grãos no estado. Isso, a priori, oferece-nos a confirmação

de que a estruturação territorial, em outras palavras, a modernização territorial, é, ainda, um processo que precisa de investimentos arrojados em Mato Grosso, no qual, o Estado continua sendo o agente provedor quer seja diretamente executando os projetos, quer executando-os através das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP), como é o caso desta ferrovia, concedendo à América Latina Logística (ALL) o direito de explorar economicamente, sendo este um negócio atrativo, dado o volume da produção de grãos.

Segundo a reportagem da revista *Otima S/A*, suplemento especial integrante da edição 23 desta revista, de abril de 2008, sob título: *Denit estuda projeto da ferrovia Centro-Oeste*, o diretor geral Luiz Antonio Pagot afirma que

[...] 'Já foi assinado o termo de compromisso aditivo ao contrato de conclusão da Ferronorte prevendo a implantação dos 260 km entre Alto Araguaia e Rondonópolis até dezembro de 2010. As obras têm previsão de começarem em junho deste ano', informa o diretor do Denit.

A obra será possível, explica, porque foi admitido um novo modelo de investimento capaz de superar o alto índice de endividamento da empresa responsável pela concessão, a América Latina Logística (ALL). Empreiteiras contratadas para as obras poderão obter o financiamento necessário para o empreendimento junto ao BNDES. O novo modelo de investimento foi acordado em dezembro do ano passado e as obras vão demandar a aplicação de R\$ 700 milhões (Fonte: *Otima S/A*, abril de 2008, p. 42).

Como se pode observar, o Estado, embora não seja o executor direto da obra, abre generosamente os cofres do BNDES para a iniciativa privada. Vale considerar que à iniciativa privada, só há interesse em investir nos setores de infra-estrutura quando pode transformar o resultado dos investimentos em serviços vendido à sociedade.

Vale lembrar, o projeto ferroviário, no passado, por volta do período da divisão do estado, já era aclamado como gargalo ao desenvolvimento, sendo a principal bandeira política do então senador *Vicente Vuolo*. Como um imperativo de fluidez da ordem produtiva territorial, a chegada da *Ferronorte* a Rondonópolis, segundo o discurso modernizador local, dará novo fôlego aos investimentos, sobretudo no âmbito complexo, e o Estado, mais uma vez, comparece como principal viabilizador da dotação dessa grande obra de infra-estrutura territorial.

Esse processo é ainda mais emergente no norte do estado, em grande parte marcado ainda pela expansão da soja. A infra-estrutura rodoviária especialmente no norte do estado vai sendo produzida através dos chamados consórcios *público – privados* no qual o governo do



estado já tem realizado cerca de 2000 mil quilômetros de asfalto. As parcerias envolvem o Estado, os produtores de soja e as prefeituras, oferecendo ao setor privado a participação na futura cobrança de pedágios nas rodovias. Nesse sentido o setor privado tem pressionado o governo para estender essa participação de investimento e aferição de lucro às instalações logísticas viárias das BRs 163, prolongamento no sentido de Santarém/PA, e a 158 que também liga ao Pará pela parte leste do estado (PEIXINHO, 2005).

Como se pode observar, o Estado ainda é o forte provedor da produção territorial e que na ausência ou na mudança dos rumos políticos/administrativos, sobretudo a partir da década de 1990 (BRANDÃO FILHO, 2005), oferece à iniciativa privada o direito de exploração daquilo que significa pontos estratégicos do território, dos quais não se pode prescindir.

Embora não tenha sido essa a intenção da nossa pesquisa, concordamos que se possa assumir com Peixinho (2005, p. 172), para o qual: “Pode-se sintetizar que o complexo sojífero em Mato Grosso compõe a rede internacional de produção de soja, tendo como ponto nodal, no Estado, o município de Rondonópolis, polo que agrega múltiplas ações. [...]” Suas palavras podem ser aproximadas à ideia de gestão territorial, cujo momento no processo de expansão da soja traz a tendência do aprofundamento do papel de Rondonópolis e sua possível extrapolação dos limites de Mato Grosso.

A conclusão é que os rumos ou perspectivas que estão sendo vislumbrados é a da via político/ambiental que acaba reforçando a via político/territorial. Agora se busca as brechas de auferir lucros buscando na sustentabilidade ambiental, novos nichos de mercados, seja intervindo contra o desmatamento e na expansão da fronteira agrícola, seja criando áreas de preservação ambiental para o turismo ecológico. Os fartos incentivos, como no momento de implantação das primeiras indústrias esmagadoras de soja, continuam sendo praticados no âmbito da produção, sejam dando generosos incentivos à instalação das empresas industriais, comerciais e de serviços, oferecendo infra-estruturas como água, esgoto, luz, acesso, terraplanagem, isenção de impostos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Transação de Bens e Imóveis (ITBI), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

## Considerações finais

Ao longo desta exposição elencando o papel da cidade de Rondonópolis fica evidente, como base de compreensão da realidade atual da economia sojifeira, que a cidade vem ao longo do tempo se confirmando como uma base territorial urbana num ambiente infra-estrutural e institucional, que se expande e se ramifica para outras partes do cerrado mato-grossense, reestruturando-se e fortalecendo-se ao longo do tempo, ao mesmo tempo que se reestrutura a partir da cidade.

É neste sentido que elegemos as categorias: território, cidade e rede, considerando que na origem o modelo econômico da soja tem na terra a base sem a qual não se realiza em sua produção propriamente dita, ou seja, a posse da terra deve entrar como uma variável importante da abordagem sobre o território; a cidade como outra categoria, deve ser por nós considerada na medida em que o modo modernizador de produzir a soja não podia prescindir de uma base urbana, a priori. Isso nos parece rebater o que se tem afirmado em estudos sobre as novas áreas de inovação tecnológica para o campo em que essas vão sendo criadas concomitantemente à criação do fenômeno urbano, dispensando, assim, as cidades mais consolidadas ou já “maduras”. Pelo menos para o caso de Rondonópolis o que se pode comprovar é que essa afirmação não se confirma com tanta certeza, uma vez que esta cidade por ocasião do início da soja ofereceu os elementos urbanos mínimos necessários para alavancar a modernização do entorno de seu campo nos anos de 1970, uma vez que já havia uma base urbana pretérita importante, cuja divisão territorial de Mato Grosso a reforçou colocando-a em posição privilegiada no cenário mato-grossense, ou seja, como “portão de entrada” pelas BRs 163 e 364. Nesse sentido, o fator de projeção política que lhe foi atribuído é um elemento a mais, considerando-a no bojo de outras cidades do estado que também foram promovidas política/administrativamente. Finalmente, a categoria rede se faz necessária pela natureza da expansão da soja no cerrado mato-grossense, quer quanto às áreas da produção, quer quanto às cidades dentro destas e finalmente quanto às ligações das áreas e cidades com Rondonópolis nos eventos relacionados à soja, recebendo uma configuração em rede que, aliás, é uma característica bem peculiar da atual economia global.

Neste sentido, não pretendendo a uma abordagem pronta e acabada, consideramos ser a realidade estudada merecedora de abordagens mais aprofundadas na associação das categorias por nós assumidas, o que nos propomos em outro momento.

## Referências

BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. Breves considerações sobre as mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. *Geografias da Soja: BR 163: Fronteiras em Mutação/ Organização* Julia Adão Bernardes, Osni de Luna Freire Filho. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, E. I. de. GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. *Brasil: Questões Atuais de Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1996.

GABINETE, do Prefeito Municipal. *Lei nº 2.213 – de 09 de setembro de 1994 que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Industrial do Município de Rondonópolis, amplia as isenções previstas na Lei 1800 de 28 de dezembro de 1990 e dá outras providências*. Conselho de Desenvolvimento Industrial de Rondonópolis – CODIPI. Rondonópolis, 09 de setembro de 1994.

NASCIMENTO, Flávio. *Aceleração temporal na Fronteira em Rondonópolis-MT*. Tese de Doutorado pela USP, 1998.

PEIXINHO, Dimas Moraes. *Onças vermelhas e amarelas a ocupação dos cerrados e a dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis-MT*. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, abril de 1998.

PEIXINHO, Dimas Moraes. A espacialização da soja em Mato Grosso. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. *Geografias da Soja: BR 163: Fronteiras em Mutação/ Organização* Julia Adão Bernardes, Osni de Luna Freire Filho. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Carlos Alberto da. *Grupo André Maggi, Corporação e Rede em Áreas de Fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, Elias da. *O papel de Rondonópolis na estruturação do complexo agroindustrial da soja no sudeste de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ, 1999.

SIQUEIRA, Elizabeht Madureira; COSTA, Lourença Alves da; e CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1990.

SUZUKI, Júlio César. *Campo e cidade no Brasil: Transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação*. Revista NERA (UNESP), (10): 134-150, janeiro-junho, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429>>. Acesso: 06 mai. 2018.

TESORO, Luci Lea Lopes Martins. *Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única, o processo do povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902-1980)*. Tese de Doutorado, USP São Paulo, 1993.

## O RURAL AGRÍCOLA NA METRÓPOLE:

entre normativas e as práticas territoriais no município de Porto Alegre/RS<sup>33</sup>

Éverton de Moraes Kozenieski<sup>34</sup>

Rosa Maria Vieira Medeiros

**Resumo:** os espaços rurais vêm apresentando mudanças significativas nas últimas décadas no Brasil. Neles surgem novas características, entre as quais pode-se destacar a extinção dos espaços destinados às práticas agrícolas em razão da expansão urbana e da reconfiguração dos usos do/no rural decorrente das novas funções e das atividades econômicas. O município de Porto Alegre (Brasil), no qual ocorreu intensa expansão urbana, foi palco de grandes transformações em seu território com significativa perda de suas características rurais, o que inclusive o colocou na condição de metrópole junto à rede urbana brasileira. Considerando este contexto caracterizado pela presença de conflitos provocados pela expansão urbana e a consequente extinção das práticas agrícolas, o presente artigo tem por objetivo analisar os principais elementos econômicos, políticos e culturais que contribuem para manutenção de espaços destinados à agricultura em grandes centros urbanos, utilizando a visão dos agricultores do município de Porto Alegre/RS.

**Palavras-chave:** expansão urbana; extinção de espaços agrícolas; Porto Alegre-RS (Brasil); rural agrícola.

### Introdução

Os grandes centros urbanos brasileiros, nos últimos séculos, passaram por uma série de transformações, entre as quais cabe destacar as mudanças relativas ao seu papel econômico perante a dinâmica nacional, com forte influência da industrialização que adentrou estes espaços; suas dinâmicas populacionais, onde se destaca a inversão da

---

<sup>33</sup> O presente artigo retrata os resultados da dissertação de mestrado de mesmo título defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Vieira Medeiros.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25549>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

As reflexões do presente texto estão também veiculadas no artigo: KOZENIESKI, Éverton de Moraes; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS. Confins [Online], 35 | 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/13167>>. DOI: 10.4000/confins.13167. Acesso em: 31 jul. 2018.

<sup>34</sup> Professor do Curso de Geografia-Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGea) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

população urbana e rural a partir de meados da década de 1960; além, entre tantas outras questões, das transformações internas ocorridas nestes espaços.

Frente a esses elementos expostos, a realidade transforma-se de modo significativo, apresentando-se de uma forma nunca vista. Induzida pela industrialização, a cidade ao mesmo tempo implode sobre si adquirindo novas fisionomias, e explode em direção ao campo, desconstruindo e reconstruindo suas dinâmicas. Assumindo definitivamente o papel central junto à relação com o campo e ampliando o processo de urbanização.

Na era industrial, se verifica a ‘absorção’ do campo pela cidade (localização das primeiras indústrias, obtenção de matérias-primas, migração) e a ‘explosão’ da cidade no campo (extensão do tecido urbano, invasão do campo pela tecnologia, modo de vida e símbolos da cidade, expansão da troca e da mercadoria) (SOBARZO, 2006, p. 61).

A implosão e explosão da cidade acentuam significativamente a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano

[...] ao mesmo tempo que a industrialização corrói a cidade, a coloca num novo patamar, fazendo-a explodir. A metáfora da implosão-explosão retrata esse processo, no qual a cidade, em função da industrialização, concentra (pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios, idéias) e projeta fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.). A cidade leva tudo para ela e o explode numa dimensão nunca vista: junto à concentração urbana e ao êxodo rural se produz a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano (SOBARZO, 2006, p. 58).

O campo torna-se o receptáculo da expansão da cidade. Espaço outrora destinados à produção de alimentos passam a ser destinados à moradia, entre outras finalidades. Fica evidente que a relação da cidade e do campo transforma-se.

O município de Porto Alegre e sua região metropolitana<sup>35</sup> não são exceções a esse contexto brasileiro. A industrialização e a crescente urbanização fazem parte do presente e marcam o espaço metropolitano em questão. Contudo, a expansão da urbanização e as transformações do campo em cidade no município de Porto Alegre não são fatos recentes. Tal situação fica evidente a partir da comparação de diferentes momentos históricos. Conforme Mertz (2002), até 1835 Porto Alegre era um município essencialmente agrícola. Já

---

<sup>35</sup> Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

no século XX a expansão urbana ultrapassou os limites administrativos do município, configurando o fenômeno da metropolização.

Em meio a todo esse quadro de transformação e reestruturação dos espaços do município, onde ora, entre outras situações, os espaços rurais são incorporados à cidade, surgem alguns questionamentos que orientam este trabalho: Por que alguns espaços rurais resistem mesmo havendo uma tendência de transformação tão evidente? Quais são as consequências da legislação municipal de Porto Alegre junto ao rural? Os agricultores que, historicamente, produzem no município de Porto Alegre, estão adaptados as novas interações econômicas, políticas e culturais, propiciadas pelas novas dinâmicas entre a cidade e o campo?

Estes questionamentos suscitam diferentes tópicos e possibilidades de pesquisa. Contudo, optamos por analisar a agricultura<sup>36</sup> como objeto de estudo, frente ao fenômeno de extinção dos espaços destinados a essas atividades, em uma metrópole. Utilizando como recorte espacial o município de Porto Alegre, através dos agricultores que atualmente produzem no município. Frente a essas escolhas, o objetivo geral é *Compreender os principais elementos econômicos, políticos e culturais mantenedores dos espaços destinados à agricultura, em grandes centros urbanos, frente à extinção e incorporação desses espaços à cidade. Utilizando-se da visão dos agricultores localizados no município de Porto Alegre/RS.*

Escolher como objeto de estudo a agricultura em uma metrópole, pode parecer contraditório devido às fortes relações desenvolvidas em meio a esses centros com as atividades e as relações urbanas. Contudo, em muitas delas encontramos espaços destinados à agricultura que não se transformaram inteiramente em espaços urbanos, em que determinadas práticas sociais mantêm-se, como ocorre no caso de Porto Alegre/RS.

---

<sup>36</sup> Compreendida em consonância com a definição de Suzuki (2009, p. 241), “[...] conjunto principal de atividades, relativas aos cultivos e aos sistemas criatórios, presentes no campo, conforme se convencionou nos estudos de Geografia da Agricultura.”

## Percurso investigativo

A fim de alcançar os objetivos propostos, constitui-se uma metodologia<sup>37</sup> amparada em quatro momentos distintos. Cada uma destas etapas é composta por diferentes formas de obtenção e análise de informações relevantes à investigação. Esses passos metodológicos estão interligados, apresentando uma sequência de procedimentos.

Para tanto, num primeiro momento, procurou-se estabelecer a singularidade do objeto e do fenômeno de estudo, de que esses existem, e que são diferentes de outros fenômenos. Adotou-se: *Busca de Referências* - pesquisa bibliográfica com o intuito de obter informações de diferentes dimensões para o embasamento da pesquisa; *Entrevistas Exploratórias* - entrevistas desenvolvidas com o intuito de melhor compreender o objeto e o fenômeno estudado. As entrevistas exploratórias ocorreram de forma aberta e flexível junto aos representantes de instituições que atuam em Porto Alegre (Prefeitura, através do Centro Agrícola Demonstrativos e representante da Secretaria do Planejamento; a Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS); o Sindicato Rural Patronal de Porto Alegre; as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS); e a Associação dos Caminhos Rurais de Porto Alegre; *Coleta de Dados Primários* – obtenção de dados referentes ao município de Porto Alegre, especialmente os alusivos à agricultura.

No segundo momento, busca-se estabelecer as relações sócio-históricas do fenômeno em busca de suas características gerais. Nela procura-se constituir análise em escala ampla, referente ao município de Porto Alegre. Destaque para os elementos econômicos e políticos que influenciaram historicamente a atual configuração territorial.

Utilizou-se: *Análise dos Materiais Bibliográficos* – avaliação e utilização dos materiais bibliográficos; *Análise dos Dados Primários* - análise das informações obtidas na etapa de coleta de dados primários com a finalidade de caracterizar a agricultura e o fenômeno de sua extinção nos espaços destinados a ela no município de Porto Alegre. Para tanto, observou-se as características econômicas, populacionais e as referentes à distribuição das atividades agrícolas desenvolvidas no município. As informações obtidas

---

<sup>37</sup> Os procedimentos adotados foram inspirados junto à proposição de Triviños (2008) para pesquisas na linha da dialética.



foram compiladas, comparadas e expressas através da apresentação de dados de forma literal, de gráficos, de tabelas e de mapas.

Num terceiro momento, para compreender as relações entorno da agricultura e atingir a realidade concreta destes, realizou-se observações e coletas de informações, junto a alguns agricultores que permanecem nas atividades produtivas do município. A análise de tais informações permite compreender a dinâmica cotidiana dos agricultores, relacionados ou não, com os processos averiguados em escala municipal. Assim, buscamos caracterizar as unidades produtivas para compreender as transformações nos quais o município foi palco junto à atividade agrícola, em uma escala de análise mais restrita. Pretende-se também enfatizar como esses atores se veem frente a essas dinâmicas mais gerais, como se relacionam com esses novos elementos e como esses são percebidos. Em síntese, busca-se compreender a construção das materialidades constituídas historicamente frente aos agricultores familiares do município, da mesma forma que as imaterialidades cotidianas em sua relação com o rural.

Adotou-se: *Entrevistas com Agricultores* – nessa etapa de obtenção de informações foram entrevistados apenas uma determinada amostra de agricultores. Optamos por uma amostra não representativa, onde a definição e seleção dos agricultores obedeceu três critérios: *localização espacial*, objetivou entrevistar agricultores localizados em diferentes pontos do município; *diversidade de atividades*, entrevistas a agricultores que realizam diferentes atividades produtivas e comerciais; *reconhecimento*, busca por agricultores que se destacam devido à sua produtividade, representatividade ou reconhecimento junto aos demais. Buscou-se selecionar agricultores com diferentes perfis. As informações foram obtidas a partir de entrevistas semi-diretivas, conduzidas através de um conjunto de questões-guia, que foram registradas a partir de gravações de áudio. Nessas entrevistas foram enfatizados alguns temas expressos nas questões-guia. As principais informações que foram buscadas são: as *atividades econômicas* - características produtivas, formas de produção, comercialização realizados junto aos estabelecimentos rurais; a *história/trajetória pessoal* – relação dos agricultores com as atividades rurais ao longo de suas vidas; o *sistema de valores* – a percepção, o que representa ser um agricultor no contexto porto-alegrense; a *participação e atuação política* – participação e importância dessa atividade em sua vida; e,

por fim, as *transformações percebidas no rural de Porto Alegre* - a visão dos agricultores frente as transformações das quais Porto Alegre vem sendo palco, suas percepções sobre esses fenômenos e suas projeções sobre o futuro do rural no município.

*Análise de Conteúdo* - a referida análise partiu da transcrição íntegra das gravações de áudio, respeitando o vocabulário, o estilo das respostas e as eventuais contradições da fala dos entrevistados. A transcrição será seguida da análise do conteúdo, onde as falas serão categorizadas e enquadradas em definições operacionais adotados nessa. As categorias utilizadas são: perfil dos agricultores, atividades econômicas, relações políticas, elementos culturais e percepção das transformações.

E, por fim, se buscou analisar as informações obtidas ao longo da pesquisa, compará-las e avaliá-las. Momento final de caracterização do objeto e fenômeno estudado. É um momento da investigação que tende a estabelecer a realidade concreta do fenômeno.

## **A ocupação territorial de Porto Alegre**

O homem, ao passar da história, desenvolveu um conjunto ações, tecnologias e, entre outras, objetos materiais como resultados de seus processos sociais. Estas materialidades, que podem ser representadas por diversas obras (pontes, casas, plantações, cidades, etc.), marcam diferentes momentos históricos e evidenciam determinados eventos marcantes na qual a sociedade passou e, sob a qual futuras ações se baseiam. Nesse sentido, para compreender as características da agricultura em Porto Alegre e sua respectiva dinâmica, devemos fazer um resgate das condições históricas que influenciaram a ocupação territorial de Porto Alegre.

As transformações territoriais ocorridas foram de grande intensidade. A fim de exemplificar tal situação podemos simploriamente comparar o momento estabelecido como marco oficial de ocupação do atual município de Porto Alegre com alguns elementos atuais. Podemos destacar frente ao processo inicial de ocupação, deflagrada pela fixação de Jerônimo de Ornelas em sua respectiva Sesmaria em 1732, o contingente populacional

inicial, que contava com mais ou menos cem almas, com os atuais 1.436.123 habitantes<sup>38</sup>, sendo o décimo primeiro município mais populoso do Brasil.

A fim de compreender as intensas transformações ocorridas, sintetizadas nestes breves dados, e levando em consideração a diversidade de elementos possíveis que podemos destacar na história do município, partimos da periodização histórica proposta por Souza e Muller (2007) em suas pesquisas sobre a evolução urbana de Porto Alegre. Para estas autoras, podemos reconhecer a presença de cinco grandes momentos históricos para a capital, que são: a ocupação inicial do território, a chegada dos açorianos, a migração alemã e italiana, a industrialização e, por fim, a metropolização.

Estes diferentes momentos históricos propiciaram características peculiares ao município que podem ser observadas espacialmente a partir da FIG. 1, a evolução urbana até 1980. Ela vem retratar a expansão urbana do município de Porto Alegre ao longo de sua trajetória. Nela podemos aferir o quão díspare a dimensão territorial se configurou em Porto Alegre.

Os espaços em “escala de cinza” no mapa, que indicam o ano de ocupação, representam a cidade em si, ou seja, zonas de ocupação destinadas a habitações, comércios e de usos industriais, cabe ressaltar que a figura retrata a expansão e não as características “internas” da ocupação. Os espaços em cor “branca”, por sua vez, representam zonas na qual a cidade não está presente, estes se destinam a atividades agrícolas ou mesmo a de preservação ambiental, sejam elas oficiais ou não.

A partir da ocupação inicial, ocorrida hoje na porção central do município, houve a expansão em direção às zonas periféricas destes espaços iniciais. Esse movimento persistiu ao longo do tempo e deu características radiocêntricas para a expansão da cidade de Porto Alegre, através das principais vias de circulação. As vias que tinham a direção norte e leste, caminhos que interligavam economicamente Porto Alegre com seus vizinhos, apresentavam maior dinamicidade e, portanto, apresentaram uma ocupação mais intensa. Como destaca Souza e Muller (2007) ao tratar da importância das estradas e rodovias no contexto de Porto Alegre, “Este parece um ponto importante a ser retido: o sentido da expansão urbana é

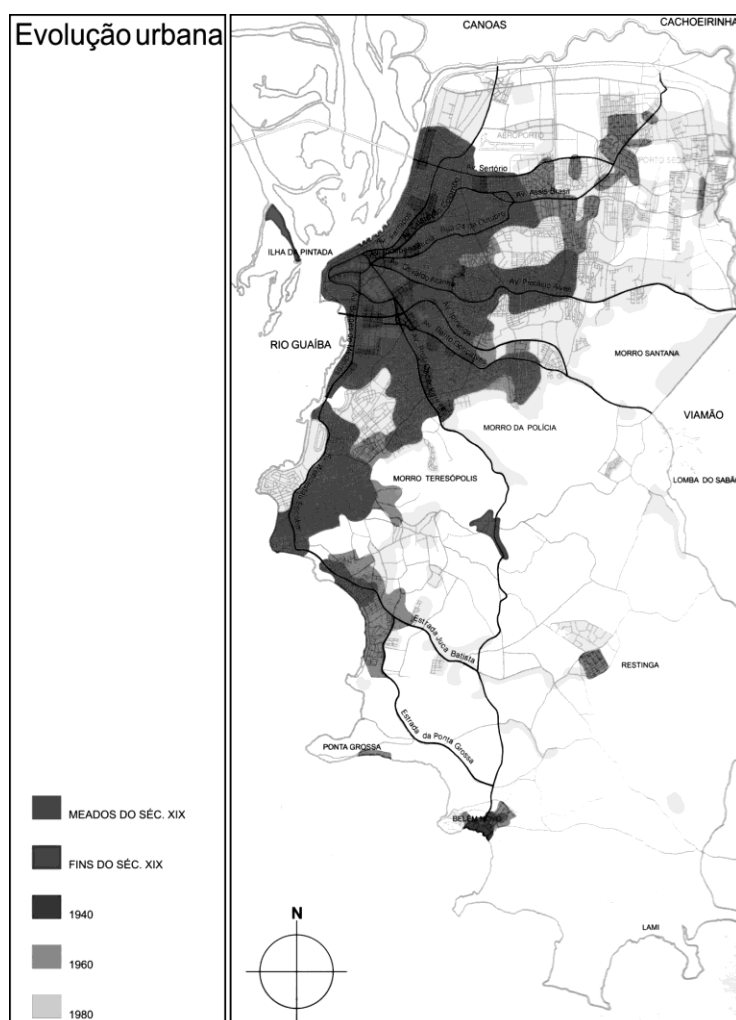
---

<sup>38</sup> Fonte: IBGE. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>>. Acesso: 05 set. 2009.

dato pelo ou pelos acessos de longo curso mais dinâmicos.” (p. 102).

Já os caminhos para o sul, apresentaram uma expansão mais contida, principalmente por não apresentarem a mesma dinamicidade que as demais e, também, pelas barreiras físicas presentes em seus trajetos. As características topográficas do município barraram em parte a expansão urbana na direção sul, dificultando a ocupação destes espaços acidentados, ou mesmo a passagem por estes obstáculos físicos, ainda mais considerando as características tecnológicas dos transportes em momentos históricos anteriores, com o uso, por exemplo, de veículos com tração animal.

Figura 1 – Evolução Urbana até 1980



Fonte: PORTO ALEGRE, [1979], p. 3. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

A configuração territorial, desta forma, não se constituiu de forma homogênea, as diferentes formas de ocupação, da mesma forma, que os diferentes eventos, condicionaram

a expansão para os moldes atuais e, por conseguinte, construindo as atuais características do município. De forma geral, podemos observar no norte o estabelecimento da cidade e de seus usos, enquanto na porção sul encontramos uma ocupação menos intensa e com uma expansão mais recente.

No que se refere especialmente à atividade agrícola, podemos destacar que estas estiveram, e estão, presentes em todos os momentos da história do município. Apresentaram diferentes características produtivas, foram modificando-se conforme novas influências e desenvolveram-se em diferentes espaços. Podemos considerar também, que os espaços que potencialmente podem ser destinados a esta atividade vem diminuindo gradativamente em todos os momentos históricos, em face da expansão da cidade de Porto Alegre. Cabe destacar, como exemplo deste fato, que em dado momento a agricultura era desenvolvida nas imediações no atual centro da capital pelos açorianos, enquanto hoje estão relegadas, principalmente, ao sul do município.

Os novos papéis administrativos e as atividades econômicas incorporadas por Porto Alegre justificam tais transformações. Entretanto, a agricultura mantém-se em determinados espaços da capital. Neste sentido, para melhor compreendermos a manutenção destes espaços, cabe, portanto, analisar de forma minuciosa o papel que o planejamento municipal delegou a esta atividade, os incentivos ou as ausências destes para permanência desta prática. Compete também localizar onde estas práticas estão sendo desenvolvidas e quais são suas principais características.

### **A agricultura: os dados e as contradições**

O município de Porto Alegre passou por transformações territoriais significativas ao longo de sua trajetória, principalmente, a partir da cidade e de sua respectiva expansão. Nesse contexto, os espaços que, possivelmente, poderiam ser destinados às práticas agrícolas vêm progressivamente diminuindo no município. Nesse sentido, cabe caracterizar a agricultura em Porto Alegre.

Para tanto, buscou-se diferentes informações sobre dinâmica produtiva do espaço rural de Porto Alegre. Estas informações caracterizam-se, além das datas às quais fazem

referência, por suas propostas metodológicas, conceituais e também com relação ao público ao qual faz menção. Tendo em vista tais características torna-se complexa a elaboração de comparações entre estas diferentes informações, fato que a nosso juízo não invalida tal proposição.

Com relação aos estabelecimentos agropecuários podemos constatar uma grande divergência de informações, especialmente sobre a área total com produção primária. O Censo Agropecuário indica a existência de 341 estabelecimentos agropecuários, enquanto que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) informa a existência de 1.393 imóveis rurais cadastrados. Tal divergência poderia estar relacionada à diferença conceitual, tendo em vista que um estabelecimento agropecuário do Censo Agropecuário pode conter vários imóveis rurais, desde que esses sejam contínuos e de mesmo proprietário. Entretanto, quando comparamos as informações referentes à área total de tais estabelecimentos, encontramos novamente divergências, pois para o Censo Agropecuário as áreas<sup>39</sup> dos estabelecimentos agropecuários equivalem a 9.231 hectares, enquanto que o INCRA indica a existência de pouco mais de 19.233 ha. As informações da Emater/RS também contribuem para a compreensão desta relação entre estabelecimentos agropecuários e área, considerando evidentemente o público restrito atendido por essa instituição. Para Emater/RS há 186 famílias atendidas e estima-se a existência de 3.016,25 ha exclusivamente de produção<sup>40</sup>, sem considerar a criação de alguns animais não indicados em tal levantamento estatístico.

Ao que se refere à estrutura fundiária, o INCRA indica a concentração de imóveis rurais na faixa que estende-se até 20 hectares, enquanto que o Censo Agropecuário remonta a faixa que vai de 1 a 50 hectares como de maior concentração de estabelecimentos. Ambos retratam uma estrutura com muitas pequenas propriedades praticamente não superiores a 5 módulos fiscais e a presença de poucas grandes propriedades rurais.

No que se refere aos cultivos realizados no município de Porto Alegre, podemos observá-los sob três perspectivas. A primeira, que diz respeito aos produtos mais cultivados,

---

<sup>39</sup> Compreende a totalidade das terras que formam o estabelecimento, considerada a situação existente na data do Censo.

<sup>40</sup> O Censo Agropecuário e o INCRA consideraram que a área total contém outras, não exclusivamente destinadas aos cultivos, como as áreas de proteção permanente.

partindo de informações do Censo Agropecuário que indicam uma presença significativa de mandioca, bovinos e equinos, na grande maioria dos estabelecimentos rurais. Além de outras culturas que também são representativas como a couve, rúcula, beterraba, brócolis, rabanete, cenoura, salsa, cana e pêssego. Outra perspectiva faz menção aos cultivos que apresentam maior área de produção, tal informação, indicada pela Emater/RS, aponta para a carne bovina e arroz como os que mais despendem áreas produtivas em Porto Alegre. Destaca-se também a produção de leite, rabanete, rúcula e alface. Com exceção dos bovinos, os produtos que estão com maior representatividade frente aos estabelecimentos rurais não apresentam maiores áreas cultivadas. Este fato indica, como no caso do arroz, a concentração de determinados produtos em poucas propriedades.

Por fim, podemos analisar a atividade primária a partir das culturas com maior produção no município, ou seja, que apresentam maior quantidade produzida. A esse respeito, as informações da Emater/RS e do Censo Agropecuário contradizem-se em muitas situações, entretanto, sinalizam para maior produção de gêneros da horticultura, fruticultura e da criação animal. Os principais produtos, com relação à quantidade, são: arroz, alface e aves. Outros também se destacam, é o caso da berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cana forrageira, couve, mandioca, melão, pêssego, rabanete, rúcula, tomate e os suínos. Desses a grande maioria apresenta significativa participação comercial na Ceasa/RS, à exceção do arroz produzido diretamente por uma empresa; mandioca, provavelmente direcionada ao mercado local; pêssegos, comercializados em grandes quantidades na Festa do Pêssego e na venda direta ao consumidor; suínos, com a integração com agroindústrias; e, por fim, cana forrageira e cana-de-açúcar para alimentação essencialmente do gado.

Com base nessas informações, podemos categorizar os cultivos no município de Porto Alegre sob duas grandes situações. A primeira sob a óptica de uma agricultura empresarial, conduzida por empresas rurais representadas, entre outras, pelas marcas Perdigão e Arroz Tio João. Essas se dedicam essencialmente à produção de arroz, animais e rações, conduzidas de forma própria ou através da integração com agricultores familiares. São representados por poucos estabelecimentos que, entretanto, atingem significativamente grandes quantidades de produção. A comercialização junto aos seus consumidores é conduzida por essas empresas diretamente, não passando, desta forma,

pela Ceasa/RS ou mercados locais.

A segunda situação é caracterizada por uma agricultura desenvolvida através de produtores familiares, ou seja, estabelecimentos que são conduzidos e manejados de forma direta por seus proprietários, familiares e sócios. Os estabelecimentos rurais, geridos por esses agricultores, representam a grande maioria das propriedades rurais do município, apresentam tamanhos diversos, sendo em sua grande maioria pequenas propriedades. Esses agricultores, comparados à situação anterior, desenvolvem cultivos com grande diversidade entre eles, assim como internamente em seus estabelecimentos rurais. São cultivados hortifrutigranjeiros, que são comercializados basicamente junto ao mercado local, através da Ceasa/RS, feiras, festa, entre outras situações.

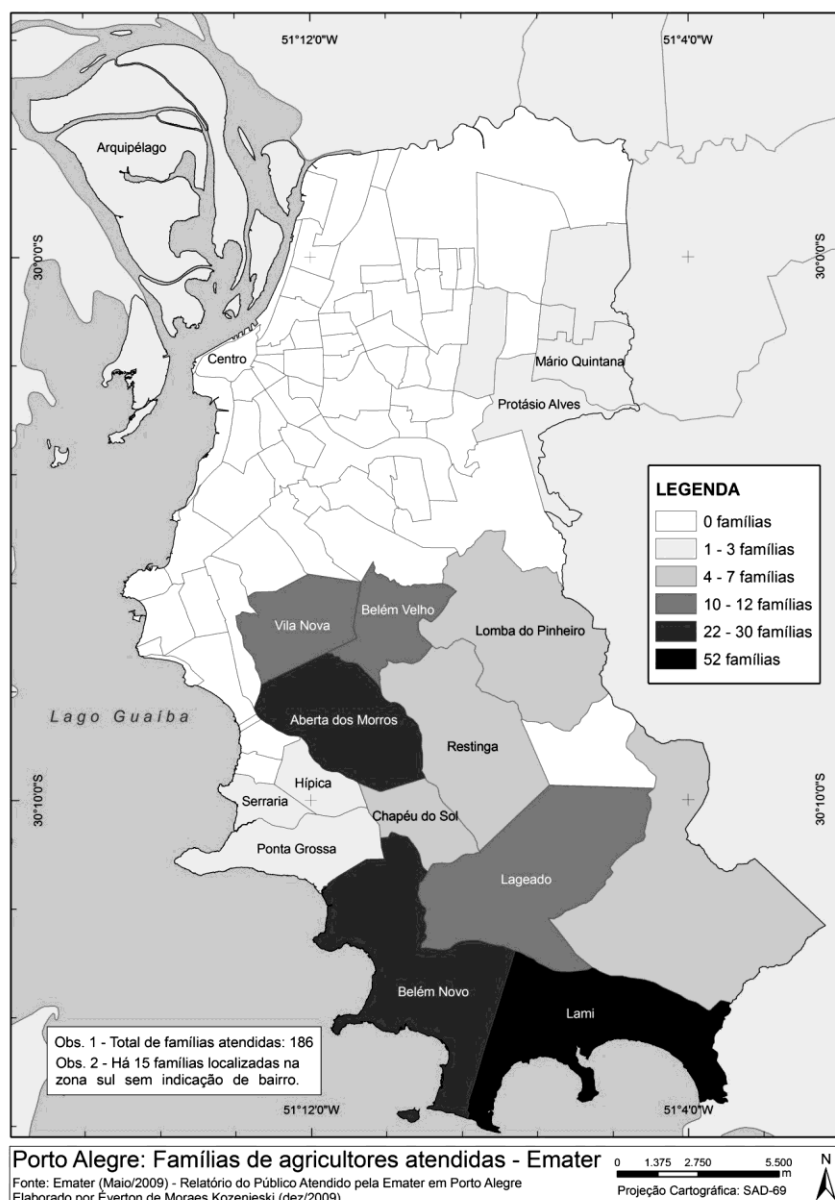
Com relação à localização das atividades agrícolas no município, podemos considerar que os dados disponibilizados apresentam características comuns. Em especial, as informações disponibilizadas pela Emater/RS (FIG. 2), que se concentra na agricultura familiar, e do Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre (FIG. 3), voltada ao uso e ocupação do solo, demonstram que, de forma geral, há concomitância de atividades em determinadas localidades. Isto fica expresso pela presença agrícola em vários pontos ao sul do município e também pela concentração de estabelecimentos com atividades agrícolas em duas regiões de Porto Alegre, que são, por nós denominadas: “sul”, nas imediações dos bairros<sup>41</sup> Belém Velho, Vila Nova e Aberta dos Morros; “extremo sul”, nos bairros Belém Novo, Lami e Lageado. Algumas divergências entre essas informações são perceptíveis, principalmente com relação ao norte do município, às margem do rio Gravataí. Provavelmente a atuação da Emater/RS não se configura nessa situação devido à agricultura empresarial desenvolvida nesta localidade.

---

<sup>41</sup> A localização dos referidos bairros pode ser observada através da Fig. 2.



Figura 2 - Porto Alegre: Famílias de Agricultores Atendidas – Emater/RS



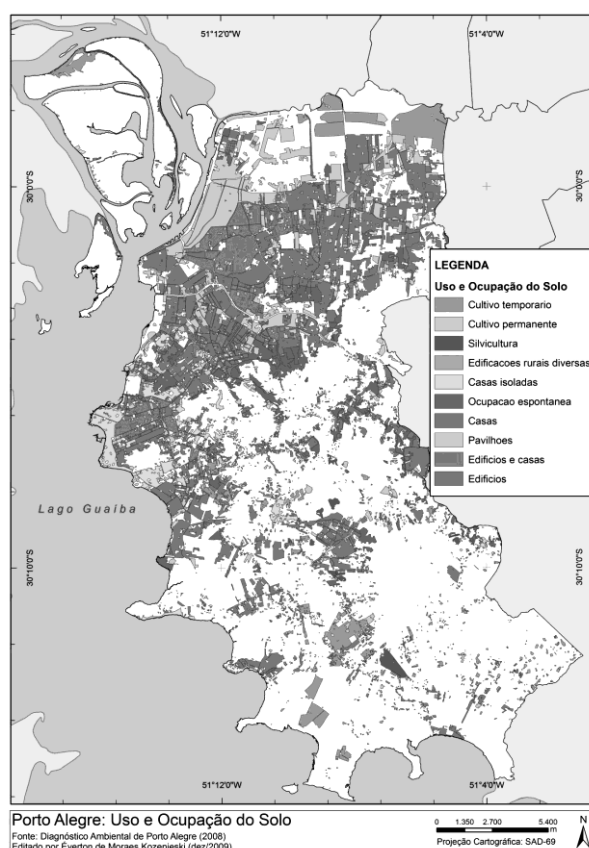
FONTE: EMATER/RS. Relatório do Público Atendido pela Emater/RS. Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Essas referidas informações demonstram também a incompatibilidade de usos urbanos com usos rurais, ou seja, espaços com forte concentração de atividades econômicas urbanas condicionam a não existência de atividades rurais. Essa situação evidencia a presença agrícola na porção periférica da cidade de Porto Alegre, encaixando-se como oposto da expansão urbana registrada.

As informações com relação à localização dos estabelecimentos rurais que comercializadas na Ceasa/RS (FIG. 4) e os que participam como atrativos de cunho turístico,

representado pelos Caminhos Rurais (FIG. 5), compactuam com os dados da Emater/RS, demonstrando que ambas as estruturas apresentadas estão vinculadas à agricultura familiar. Isto fica evidente, pois as concentrações de ambas estão em localidades nas quais os atendimentos realizados pela Emater/RS também estão. Contudo, tanto o turismo quanto a Ceasa/RS não abarcam todas as situações da agricultura familiar em Porto Alegre, pois determinados espaços não constam nestas informações. É o caso de algumas situações presentes no Belém Novo e ao norte do município.

Figura 3 - Porto Alegre: Uso e Ocupação do Solo

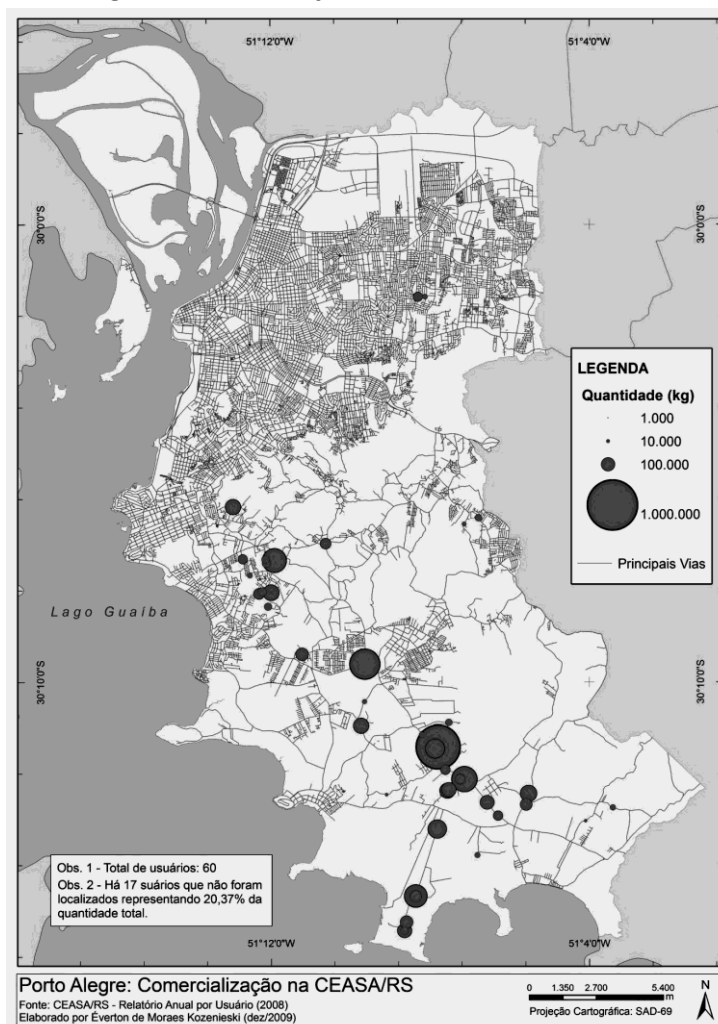


FONTE: HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre. 2008. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

As informações representadas pelos atrativos vinculados à produção primária junto aos Caminhos Rurais e, principalmente, à Ceasa/RS apresentam estabelecimentos agrupados tanto na concentração sul como extremo sul, no decorrer da Avenida Edgar Pires de Castro. Outro ponto que podemos destacar, é que as atividades vinculadas ao turismo, mesmo compartilhando localizações próximas, não comercializam na Ceasa/RS, demonstrando que ambas as situações não são compatíveis. Fato alicerçado nas características das formas

produtivas, pois o turismo está vinculado à produção de hortifrutigranjeiros agroecológicos e de produtos com características diferenciadas, acarretando uma produção reduzida com maior valor agregado. Já a comercialização na Ceasa/RS exige maior produtividade executada através da produção com características convencionais com uso de insumos químicos. Assim, podemos considerar que junto à agricultura familiar existem diversas formas de produção e comercialização, representadas em partes por uma produção convencional, com a comercialização, entre outras, na Ceasa/RS; e a produção ecológica, sem comercialização na Ceasa/RS, abertas ou não a visita turística.

Figura 4 - Porto Alegre: Comercialização Ceasa/RS



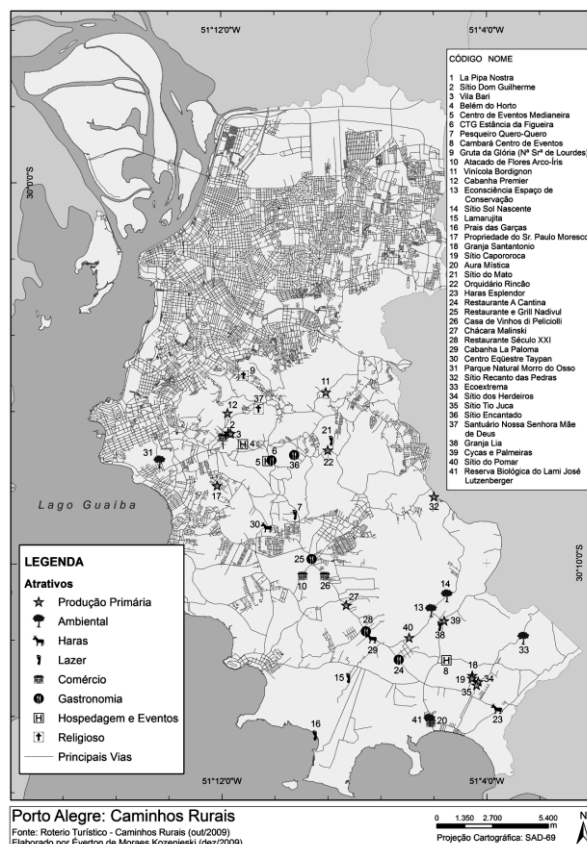
FONTE: CEASA/RS. Relatório Anual por Usuário (2008). Elaborado por Éverton de Moraes Kozieniski.

Com base no que aqui foi apresentado, podemos considerar que a agricultura está localizada em espaços não urbanos, fato que somado à dinâmica de expansão de uso do solo

urbano diminuíram, com o tempo, as possibilidades de realização de práticas agrícolas no município. Esses espaços destinados à produção primária estão relegados a espaços periféricos das estruturas urbanas. De forma geral, os estabelecimentos rurais estão agrupados nas concentrações sul e extremo sul, apresentando em cada uma dessas situações relações distintas ao que se refere à vizinha com outros usos relacionados à dinâmica urbana. Apesar da identificação de muitos estabelecimentos rurais destinados à agricultura, não é possível mensurar precisamente o número total e suas respectivas áreas, tendo em vista o conjunto de informações desconstruídas.

Cabe, a nosso juízo, frente às constatações aqui apresentadas, analisar o papel do planejamento municipal ao longo das últimas décadas. Como este foi conduzido, de que forma condicionaram, ou não, a atual configuração territorial, e também analisar como estes planejamentos contribuíram para a manutenção, ou não, dos espaços rurais em Porto Alegre.

Figura 5 - Porto Alegre: Caminhos Rurais



FONTE: Roteiro Turístico dos Caminhos Rurais (2009). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

## O planejamento e a agricultura

As transformações ocorridas no município ao longo de décadas foram acompanhadas pelas tentativas de controlar novas tendências presentes à realidade da cidade, assim como a tentativa de planejar o futuro para o município. O planejamento municipal, expresso nos diferentes planos diretores, e a tributação municipal, analisadas por nós, através dos impostos territoriais, são um forte registro das transformações sociais do município.

Os planos diretores surgiram no município de Porto Alegre, com enfoque de resolver demandas geradas pelo setor urbano do município. O crescimento demográfico, os problemas sanitários e de mobilidade, foram algumas demandas entre as grandes preocupações que incentivaram a construção destes planos. Tendo em vista tais necessidades, os primeiros planos tinham objetivos que incidiam diretamente no núcleo central da cidade. Com o crescimento da mesma, os planos foram abarcando outras dimensões, ao ponto de incorporar, nos seguintes planos, o município como um todo. A zona rural, o extremo sul do município e atividade agrícola ficaram em menor destaque ao longo dos planejamentos realizados, em que por fim culminou nas atuais determinações do PPDUA<sup>42</sup>. Como salienta Schnädelbach (2004, p. 53):

Muito mais que a classificação oficial, “zona rural”, e uma reorganização tributária, pela substituição de um imposto territorial *rural* por um territorial *urbano*, o que se tem é a concretização, na forma da lei, de uma realidade que vem se manifestando a décadas. Em Porto Alegre, a cidade está progressivamente ocupando os espaços não construídos e, em especial, os espaços destinados à produção agrícola.

Em síntese, podemos destacar que nos planos diretores analisados encontramos a presença de três condições espaciais distintas referentes ao urbano e ao rural legal no município. A primeira seria uma formação essencialmente citadina, no qual os problemas urbanos estão mais presentes. Espaço mais densamente habitado, em que encontramos uma paisagem fortemente artificializada e relações sociais específicas. Está presente em todos os planejamentos municipais, sendo esse o foco principal. Acompanhou o movimento de crescimento urbano do município, pois teve suas dimensões ampliadas conforme o

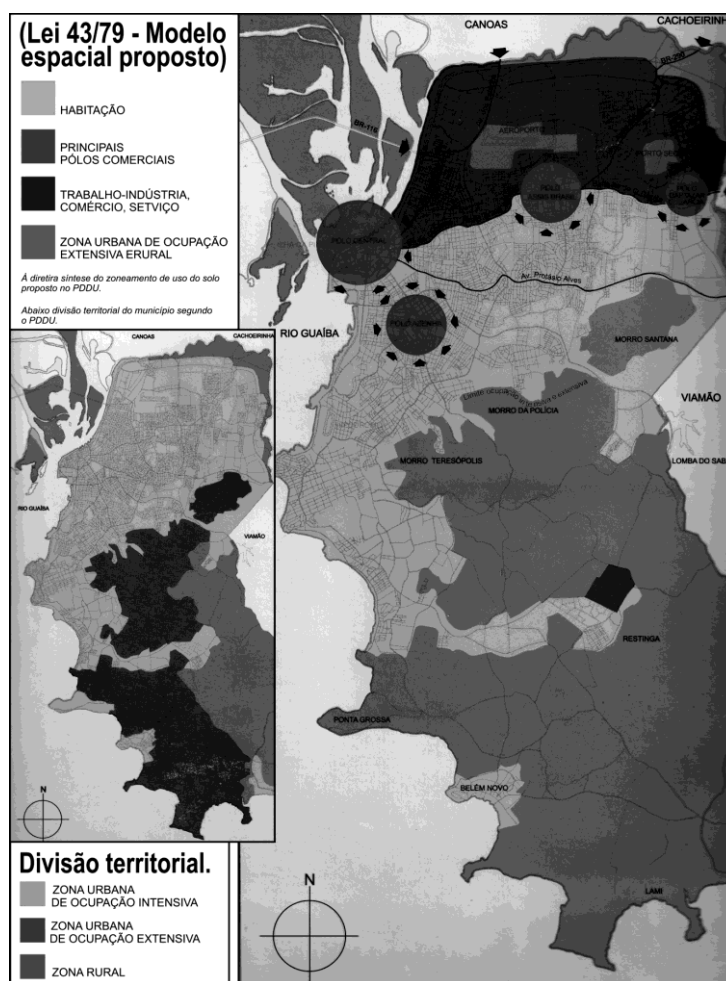
---

<sup>42</sup> Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

crescimento demográfico da cidade. Estava representado com a totalidade do planejamento do “Projeto de Melhoramento e Orçamento” de 1914 e hoje é representado, além do atual Centro Histórico, pelo conjunto de macrozonas presentes na área de ocupação intensiva do município.

A segunda formação seria a delimitada Zona Rural, nela encontramos um regime jurídico específico, com uma forma de tributação diferenciada (ITR); regime de parcelamento do solo regido pelo Estatuto da Terra, fato que não impediu um grande número de loteamentos clandestinos. Além de ser um espaço essencialmente definido, no plano teórico, para produção primária em Porto Alegre. Esteve presente no planejamento municipal nos planos diretores de 1959 e 1979 (FIG. 6), figurando por 40 anos até sua extinção no plano diretor de 1999.

Figura 6 - PDDU: Modelo Espacial e Divisão Territorial



FONTE: PORTO ALEGRE, [1979], p. 10. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

A terceira seria a zona extensiva, no qual, desde que começou a figurar no planejamento municipal, representou um espaço de baixa ocupação. Foi utilizada para diferentes fins, como uso residencial, comercial e também produção primária, podendo ser reconhecida como zona de transição entre os espaços essencialmente urbanos e a delimitada zona rural. Atualmente é definida como uma área de ocupação rarefeita e é representada como a macrozona Cidade Rururbana, definidas a partir da citada convergência de usos e ocupação. Constitui-se também com a parte do município em que as transformações tributárias afetaram de forma mais significativa, pois cabe lembrar que até 1996 os produtores rurais podiam pagar ITR mesmo dentro dessa área urbana.

Levando em consideração as informações sobre a situação da agricultura em Porto Alegre podemos observar a presenças de algumas controvérsias, especialmente, quanto à localização das atividades e as respectivas destinações junto ao planejamento municipal. Cabe ressaltar que partimos da premissa que a agricultura não se desenvolve em áreas com usos essencialmente urbanos e também que os estabelecimentos rurais não migram com frequência, ou seja, locais onde há agricultura hoje são lugares nos quais houve agricultura no passado.

Com relação aos planos diretores anteriores a 1999, podemos destacar duas contradições. Primeiramente na área onde se localizava a zona rural do município observa-se a presença reduzida da agricultura atualmente. Essa está localizada essencialmente no limite sul da antiga zona rural, nas proximidades da Avenida Edgar Pires de Castro. Tal situação surpreende, pois se subentende que junto à zona rural deva haver atividade agrícola e mesmo passando praticamente uma década da extinção dessa área devesse haver mais resquícios dessa atividade econômica. Tal fato vislumbra-se frente a duas possíveis situações, não excludentes entre si e de difícil definição devido à dificuldade na obtenção de informações. Houve uma discrepância com relação ao real e o planejamento, ou seja, definiu-se uma área rural sem haver substantivas práticas rurais nessas localidades, como estratégia para barrar a expansão urbana, por exemplo. Ou houve, nessa área, a extinção

quase que total das práticas agrícolas frente à expansão urbana<sup>43</sup>. De qualquer forma, as transformações ocorridas nessa região do município não estavam prevista no planejamento municipal.

Outra situação condiz como a localização de grande parte das atividades agrícolas, atualmente desenvolvidas no município, em áreas das zonas urbanas (intensiva e extensiva). Nesses espaços, mesmo sendo definidos como urbano nos quais havia a possibilidade de pagamento de ITR até 1996, a expansão urbana configurou-se de forma intensa, apresentando, contudo, diferenciações. Na zona urbana extensiva, no qual parte de sua área coincide com a concentração urbana do extremo sul, houve poucas transformações rurais em urbanas. A situação de maior transformação se deu na instalação do bairro Restinga e vias de interligação dessas com o centro da cidade. Por outro lado, na Zona Urbana Intensiva, registram-se as maiores transformações espacial. Nela, local onde encontramos a concentração de atividades agrícolas sul, a definição de usos intensivos está presente desde o Plano Diretor de 1959. No plano de 1979, esta região está definida, junto ao modelo espacial, como de uso residencial. As transformações ocorridas nessas localidades do município (imediações dos bairros Vila Nova, Aberta dos Morros e Belém Velho) estavam previstas no planejamento municipal. Nesses espaços as regras legais (parcelamento do solo, regimes urbanísticos, uso intensivo do solo) conjuntamente com relações do mercado imobiliário, entre outros elementos, propiciaram a extinção de espaços rurais de forma progressiva ao longo do tempo, apresentando maior ou menor intensidade em determinados períodos. Nesse sentido, nessa zona o planejamento municipal foi permissivo à expansão urbana, contudo há presença da agricultura.

---

<sup>43</sup> Na zona rural houve a proliferação de loteamentos irregulares especialmente ao norte dessa zona como o ocorrido no bairro Lomba do Pinheiro.

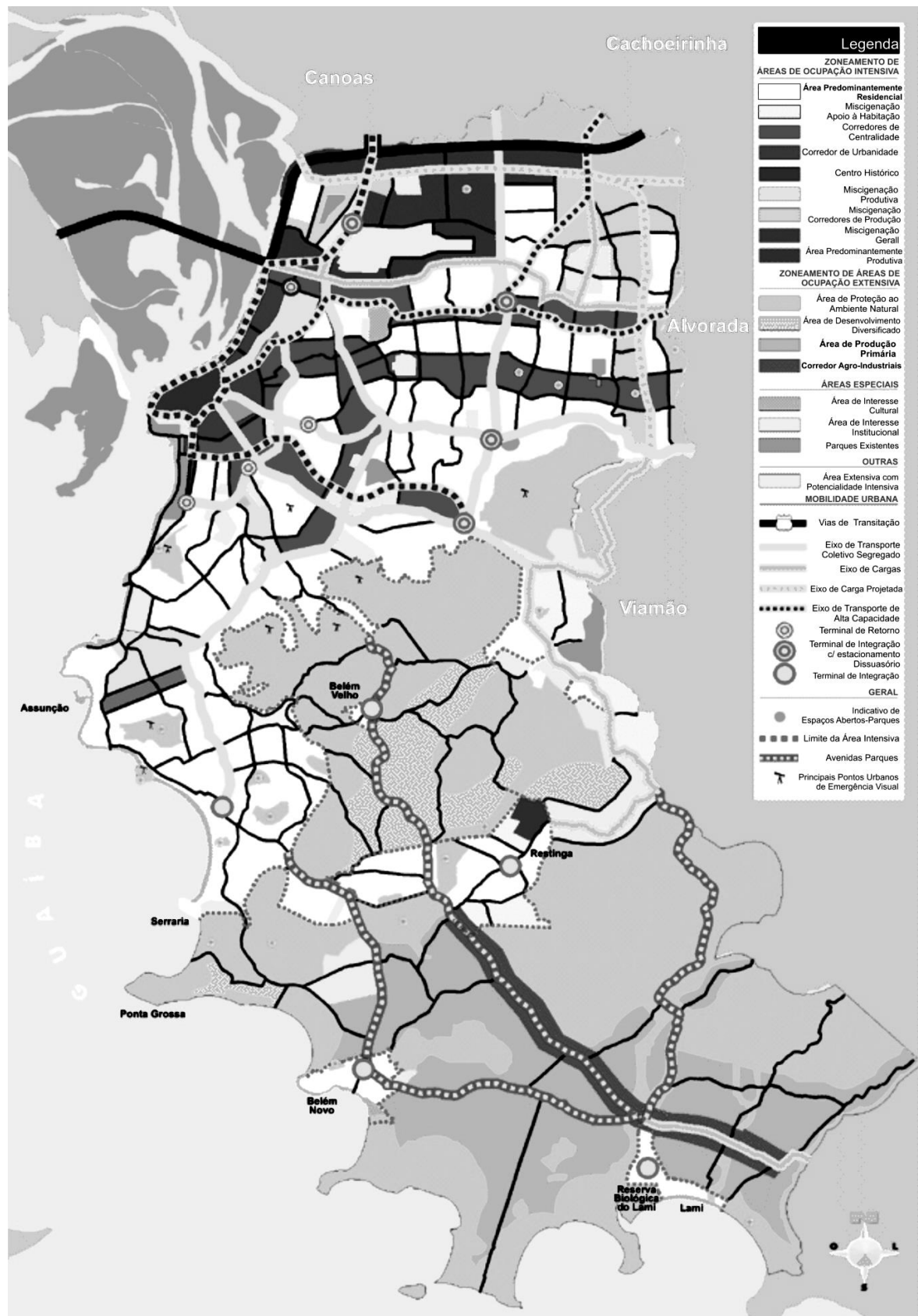


Figura 7 - PDDUA: Macrozonas



FONTE: PORTO ALEGRE, 2009.

Figura 8 – PDDUA: Modelo Espacial



FONTE: PORTO ALEGRE, 2009. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski

O atual plano diretor manteve algumas situações controversas dos planos anteriores. A agricultura passa a ser destacada nesse planejamento, com a definição de áreas para sua execução. Contudo, permanecem duas situações distintas com relação às destinações de usos junto ao planejamento e a existência das práticas agrícolas. A esse respeito, encontramos junto à concentração Extremo Sul a destinação de áreas a prática agrícola. Entretanto, junto a sul não há destinação de áreas agrícolas e está localizada, em boa medida, na área de ocupação intensiva. Essa situação coloca a agricultura no município em diferentes perspectivas futuras, pois boa parte da atual produção primária do município é desenvolvida em áreas previstas no planejamento, enquanto outras não são realizadas em áreas com tais determinações. Cabe destacar que as ações de incentivos (tributação, feiras, espaços para comercialização dos produtos, assistência técnicas) realizados tanto pela prefeitura municipal, quanto pelas demais instituições atuantes junto aos agricultores não os distinguem frente à sua localização.

Tendo em vista o conjunto, cabe destacar que a atividade agrícola em Porto Alegre apresenta situações contraditórias frente ao planejamento municipal, as ações da prefeitura e a atual localização das práticas agrícolas. Dessa forma, podemos considerar que essa atividade é por vezes incentivada e em outros momentos desincentivada, apresentando diferenças entre o real e o concebido no planejado.

Como principais incentivos à agricultura em Porto Alegre, por parte da prefeitura municipal e outras instituições atuantes no município, encontram-se as isenções tributárias, a assistência técnica, os espaços privilegiado para comercialização dos produtos, como algumas medidas atualmente desenvolvidas sob essa orientação. No ponto de vista da localização da agricultura destaca-se o reconhecimento e destinação à produção agrícola junto ao extremo sul do município no atual plano diretor. Nesse sentido, as atividades rurais desenvolvidas nessa parte de Porto Alegre são reconhecidas e, de certa maneira, protegidas junto ao planejamento.

Como principais ações que desincentivam à agricultura temos a definição de que tudo é urbano no município e, conseqüentemente, temos a adoção de parâmetros

urbanísticos condizentes com tais situações. Tais definições, como o parcelamento mínimo de um imóvel, propiciam a valorização imobiliária e a transformações de usos dos imóveis. Do ponto de vista da localização podemos salientar a indicação junto ao planejamento de usos junto à concentração sul, pois bairros como a Vila Nova estão em zonas de uso intensivo. Tal fato, de certa maneira, decreta a inevitável extinção das atividades realizadas em tais localidades por atividades urbanas.

### **Perspectivas dos agricultores**

As diferentes informações obtidas a partir das entrevistas junto aos agricultores caracterizam a agricultura no município de Porto Alegre e demonstram as transformações ocorridas a partir de uma escala mais restrita, na qual diferentes atividades cotidianas demonstram as dinâmicas e os processos envolvidos junto às atividades agrícolas.

Nesse sentido, diferentes territorialidades são constituídas em meio a relações econômicas, políticas e culturais, conforme aponta Saquet (2009, p. 87):

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente.

As informações obtidas demonstram a efetivação de uma dinâmica econômica expressa através de duas territorialidades particular. Essas dinâmicas econômicas são caracterizadas pela correlação de diferentes elementos, como: os produtos, as características produtivas, outras formas de renda familiar e distintas formas de comercialização. Dessa forma, as escolhas produtivas realizadas pelos agricultores trazem consigo outras opções para o desenvolvimento das relações econômicas. Vinculado a tais noções, podemos considerar que a escolha entre as características produtivas, nesse caso convencional e orgânica, condiciona os outros elementos econômicos, como os produtos e os caminhos para a comercialização.

Vinculado a tais noções, podemos distinguir as territorialidades econômicas como

convencional e orgânica. Na primeira, há utilização de agrotóxicos e outros defensivos agrícolas, além de adubos de origem variada. Cultivam-se, nessa situação, produtos visando a maior produtividade possível apresentando menor variedade. A comercialização nessa situação é direcionada principalmente para a Ceasa/RS, contudo pode ser encaminhada, eventualmente, para festas e para supermercados. Esse tipo de produção praticamente inviabiliza a realização de outras atividades não agrícolas. As rendas extras, nessa situação, ficam registradas através das aposentadorias. De uma forma geral, essa territorialidade, com suas feições econômicas, passa por um momento de decadência com a redução das lucratividades, principalmente pela concorrência comercial com agricultores de outras regiões, pela estagnação dos valores de venda dos produtos comercializados e pela elevação dos preços dos insumos.

A outra situação é definida através das características produtivas, na qual não são utilizados produtos sintéticos e qualquer outra forma de químicos junto aos cultivos. A produção apresenta grande diversidade, sendo cultivada conforme as características ambientais de cada estação, pois a escolha dos cultivos a serem realizados segue determinações climáticas. A comercialização dar-se-á essencialmente através das feiras ecológicas realizadas no município de Porto Alegre. Essa territorialidade mostra-se em crescimento. Suas características possibilitam às famílias dos agricultores, que estão nessa condição, realizarem outras atividades não agrícolas, como o turismo rural através dos caminhos rurais e a fabricação de produtos agroindustriais. As aposentadorias também estão presentes nessa situação. Por fim, destaca-se a ação transformadora das atividades extensionistas da Emater/RS ao incentivar e disponibilizar mecanismos para o auxílio à produção de orgânicos.

Cabe destacar ainda que a industrialização está presente no contexto agrícola de Porto Alegre, através das ferramentas e tratores utilizados pelos agricultores. Contudo, há outras duas situações distintas nas quais as atividades industriais relacionam-se com a agricultura. Na primeira há uma relação de aquisição de produtos industriais, por parte dos agricultores, para a agricultura que se manifesta através da compra de adubos, pesticidas, fungicidas e outros insumos químicos. Na outra situação, a industrialização é promovida pelas próprias famílias dos agricultores, através da elaboração de produtos agroindustriais

como geléias, temperos, entre outros, para venda nas feiras ecológicas e durante as visitas turísticas.

As expressões culturais apresentam-se sob uma diversidade de situações. Existem circunstâncias nas quais os agricultores sentem-se valorizados. Em outras situações temos relações de afinidade com a profissão ou simplesmente um continuísmo perante as possibilidades existentes. Em certos momentos, tem-se, por parte dos agricultores, a determinação de permanecer nas atividades agrícolas e, em outras não.

Em síntese, podemos encontrar duas territorialidades marcantes quanto a essa situação. A primeira é expressa através da identidade com o lugar e as atividades agrícolas. É marcada pelo prazer com relação às práticas agrícolas e mantém-se mesmo com a forte especulação imobiliária. Nessa situação, encontram-se agricultores com características convencionais e essencialmente os produtores orgânicos. Num segundo conjunto, temos uma territorialidade marcada pela estagnação. No qual temos determinados agricultores que não querem mudar de profissão e, tão pouco, buscar novas alternativas. Essa situação marca essencialmente os produtores com características econômicas convencionais que apresentam idades elevadas.

Do ponto de vista político temos as ações centradas basicamente no Sindicato Rural Patronal de Porto Alegre e na Associação dos Caminhos Rurais. É basicamente através dessas duas instituições que são conduzidas as negociações em busca de algumas reivindicações. Cabe destacar que há certa competitividade entre os agricultores, fato que dificulta a cooperação e a busca de ações conjuntas.

Essas diferentes territorialidades não existem separadamente, pois elas se relacionam e interagem. Tal fato pode ser exemplificado através da relação das territorialidades econômicas com as dinâmicas culturais, nas quais os produtores convencionais que estão passando por dificuldades econômicas apresentam mais facilmente descrédito e desânimo com relação à agricultura. Em situação oposta, aqueles que estão em uma situação de melhora econômica, apresentam maior satisfação com suas atividades. Tal situação pode ser demonstrada também através das relações culturais que incentivam determinadas práticas econômicas. Nesse sentido, muitos agricultores que são resistentes a

mudanças, preferem realizar seus cultivos da forma como eles aprenderam com seus pais. Perpetuando, assim, cultivos e características produtivas que atualmente não são mais tão lucrativas.

Por fim, cabe frisar que existem relações distintas com a cidade conforme a localização dos estabelecimentos rurais. Perante as informações obtidas, observou-se a tendência de maior valorização imobiliária junto às propriedades mais próximas aos aglomerados urbanos. Os agricultores entrevistados que estão em meio a essa situação referiram-se com intensidade sobre essa questão. Registra-se também preocupações sobre outros temas, de forma diferenciada, por esses agricultores. Questões relativas a invasões e roubos aparecem nessas falas, da mesma forma manifestações de satisfação com a presença de infraestruturas e a maior quantidade de estabelecimentos comerciais como comércio, bancos, estradas asfaltadas, maior número de linhas de ônibus, entre outros. A maior proximidade aos aglomerados urbanos traz consigo, dessa forma, vantagens e desvantagens para nossos agricultores entrevistados.

A valorização imobiliária configura-se como a maior promotora das transformações das propriedades agrícolas em outras formas não-agrícolas. Ela propicia, em alguns casos, a venda das propriedades que desenvolviam atividades agrícolas e conseqüentemente a migração desses ex-agricultores de Porto Alegre. Ao vender, os agricultores compram terras em outros municípios com áreas muito superiores as que eles tinham anteriormente, trocam de profissão, ou mesmo vivem de rendas bancárias. Os filhos dos agricultores, de forma geral, são muito pouco incentivados a realização dessas atividades, posteriormente ao falecimento dos pais acabam por vender as terras.

Cabe destacar que os agricultores mais afastados da cidade pouco mencionaram o tema da valorização imobiliária, dos roubos e das invasões. Preocuparam-se mais com outras questões como a não permanência dos filhos.

Contudo, enfatiza-se a efetivação do planejamento urbano do município de Porto Alegre. Tal situação fica explícita através da indicação, que constam no Plano Diretor do Município, que bairros como a Vila Nova e proximidades estão em uma “Área de ocupação intensiva predominantemente residencial” e contraditoriamente existem nesses bairros

grande número de estabelecimentos rurais, configurando a “concentração sul”. Essa transformação contida no Plano Diretor está consumando-se, conforme indicam as informações dos agricultores entrevistados, através das intensas transformações territoriais vivenciadas nesses bairros. Há, dessa forma, na concentração sul, maior intensidade nas transformações territoriais, fato que culmina na extinção.

### **Considerações finais**

Procuramos no decorrer desse estudo, analisar a agricultura realizada no município de Porto Alegre frente ao processo de extinção dos espaços destinados a essa atividade. Em meio a esse contexto, buscamos compreender os principais elementos econômicos, políticos e culturais, mantenedores da agricultura e dos espaços destinados a essa prática. Durante a pesquisa muitas informações e considerações foram geradas, sucintamente apresentadas na sequência.

No que se refere especialmente à atividade agrícola, podemos destacar que estas estiveram, e estão, presentes em todos os momentos históricos do município. Apresentou diferentes características produtivas e localizacionais, conforme o período histórico. Destaca-se que os espaços que potencialmente podem ser destinados a esta atividade vem diminuindo gradativamente em todos os momentos em face da expansão da cidade de Porto Alegre, na qual ao norte do município houve de forma mais efetiva a expansão da cidade e de seus usos, enquanto no sul há uma ocupação menos intensa e com uma expansão mais recente.

No que se refere às características das atividades agrícolas atualmente realizadas em Porto Alegre destaca-se uma série de elementos, entre os quais temos a estrutura fundiária. Ela é caracterizada, em sua grande maioria, por propriedades inferiores a 50 hectares, assinalado uma estrutura fundiária de pequenas propriedades. Os cultivos realizados no município de Porto Alegre estão orientados em duas situações. A primeira, sob a óptica de uma agricultura empresarial conduzida por empresas rurais, apresentando poucos estabelecimentos com as maiores áreas, pouca diversidade de cultivos e grandes quantidades produzidas. A segunda situação é caracterizada por uma agricultura



desenvolvida através de produtores familiares, ou seja, estabelecimentos que são conduzidos e manejados de forma direta por seus proprietários, familiares e sócios. Apresentando maior diversidade de cultivos, áreas produtivas menor e conseqüentemente quantidades totais produzidas mais reduzidas.

De forma geral os produtos cultivados são hortifrutigranjeiros e estão localizados principalmente na periferia da cidade, principalmente ao sul do município. Cabe destacar, com relação à localização, que é possível identificar concentrações de propriedades que realizam atividades agrícolas, por nós denominadas, como: “sul”, nas imediações dos bairros Belém Velho, Vila Nova e Aberta dos Morros; e “extremo sul”, nos bairros Belém Novo, Lami e Lageado. Na concentração “sul” há maior proximidade com aglomerados urbanos do que na situação da concentração “extremo sul”.

Por fim, ressaltam-se os conflitos entre os dados sobre a agricultura em Porto Alegre, como: número de propriedades, tamanhos, números de agricultores, produção e produtividade. Essas informações contraditórias dificultam as análises sobre a situação da agricultura em Porto Alegre e conseqüentemente podem comprometer iniciativas de desenvolvimento junto à agricultura e outras atividades de gestão e de planejamento municipal.

O planejamento municipal, destacado através dos planos diretores, reconhece a presença das atividades agrícolas no município desde o Plano Diretor de 1959, no momento em que incorporou totalmente o território do município ao planejamento. De modo geral, os planejamentos enfatizaram as problemáticas urbanas de forma mais intensa, deixando, assim, a agricultura em uma posição de pouco destaque. Contudo, as áreas próprias à agricultura são destacadas desde a delimitação da zona rural e, posteriormente a extinção dessas e a adoção do conceito de que tudo é cidade, com a presença dessa atividade no modelo espacial.

O atual plano diretor destina áreas à produção primária no sul do município, coincidentes à concentração “extremo sul” de estabelecimentos rurais, identificada na pesquisa. Contudo, parte do território do município que atualmente tem estabelecimentos rurais e práticas agrícolas, como a concentração “sul”, não constam no planejamento com

esses usos. No caso da concentração sul boa parte dela consta, no atual plano diretor, como “área de ocupação intensiva predominantemente residencial”. Tal situação incentiva as transformações sócio-espaciais nesses bairros, culminando na acentuação do processo de extinção dos estabelecimentos destinados à agricultura.

A efetivação de tal situação pode ser observada a partir das entrevistas com agricultores. Quando esses, principalmente os localizados na concentração “sul”, destacam a presença da valorização imobiliária em seus bairros, além de outras vantagens e desvantagens advindas da vizinhança aos aglomerados urbanos. Tal situação difere dos demais agricultores entrevistados, que enfatizaram outras questões como preponderantes.

As entrevistas propiciaram, além disso, identificar as diferentes territorialidades presentes em meios às práticas e às atividades realizadas pelos agricultores. Essas territorialidades, reflexos das escolhas e ações de nossos entrevistados, expressam-se sob feições econômicas, políticas e culturais. Em síntese, podemos considerar a presença de duas marcantes territorialidades. A primeira expressa-se através da identidade com o lugar e com as atividades agrícolas. Ela é marcada pelo prazer demonstrado pelos agricultores em suas atividades e que mesmo com a forte especulação imobiliária, mantêm-se. Nessa situação encontram-se agricultores com características convencionais e essencialmente os produtores orgânicos. Num segundo conjunto temos uma territorialidade marcada pela estagnação, no qual temos determinados agricultores que não querem mudar de profissão e tão pouco, buscar novas alternativas. Essa situação marca essencialmente os produtores com características econômicas convencionais que apresentam idades elevadas. Em ambas as situações a participação política, a organização e o poder de reivindicações são reduzidos.

Tendo em vista o conjunto, podemos considerar que a permanência dos espaços destinados às atividades agrícolas em Porto Alegre pode ser percebida em distintas escalas. Em uma escala mais ampla, em nível municipal, há a tendência de transformações sócio-espaciais que culminam na extinção dos espaços destinados à agricultura. Tal situação está mais presente na concentração sul do município do que na concentração extremo sul de estabelecimentos rurais. Tais diferenças estão amparadas no planejamento municipal, sendo percebido ou não pelos agricultores em seu cotidiano. Em uma escala mais restrita podemos

identificar que a manutenção dos espaços destinados à agricultura configura-se essencialmente sob duas territorialidades. A primeira de resistência, marcada pela identidade e a satisfação com as atividades agrícolas, e a segunda do continuísmo, destacada pela estagnação.

Sobre a pesquisa, ressalta-se que ela abordou as atividades e práticas rurais do município de Porto Alegre a partir da agricultura. Reconhece-se, contudo, a existência de outras atividades rurais não agrícolas no município, como é o caso da presença de espaços turísticos, haras, sítios de segunda residência, estabelecimentos de lazer rural, entre outros.

Sobre as perspectivas futuras da agricultura no município, considerando o conjunto de elementos citados e a manutenção da mesma, acreditamos que a agricultura tende a diminuir de forma relevante nas próximas décadas. Contudo, projetar o futuro, nessa situação, é uma grande pretensão, pois estamos considerando os elementos que, atualmente estão latentes. Há, pois, a possibilidades de fatos novos ocorrerem e criarem outras perspectivas futuras. Nesse sentido, maior fomento à agricultura através de incentivos fiscais, ampliação de pontos comerciais, garantias junto ao planejamento urbano do município, ou mesmo, maior força à ação extensionista da Emater/RS, são exemplos de mudanças que podem reverter ou desacelerar essa perspectiva negativa de mudança. Contudo, toda e qualquer mudança de incentivo das atividades agrícolas devem passar pela multidimensionalidade que representa essa prática, ou seja, através da rentabilidade econômica; do reconhecimento e da satisfação profissional; da organização e da cooperação política, entre os agricultores e as instituições que zelam por eles.

Por fim, destacamos que nossa pesquisa apresenta as preocupações de um dado momento histórico, ela reflete os problemas e as transformações vivenciadas em parte do município Porto Alegre. A esse respeito, o estudo realizado registra, nesse momento histórico, as transformações sócio-espaciais ocorridas, as ações e intenções dos agricultores de Porto Alegre. Cabe ainda ressaltar que esta pesquisa coloca-se pretensiosamente à disposição para auxiliar na implementação de medidas de fomento e no auxílio às práticas e aos praticantes da agricultura inseridos nesse contexto metropolitano.

## Referências

HASENACK, Heinrich et al. (Coord.) *Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação/Ocupação e Paisagem*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. 84p.

MERTZ, Marli Marlene. Breve retrospectiva Histórica da Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: GRANDO, Marinês Zandavali; MIGUEL, Lovoir Andrade (orgs). *Agricultura na região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 13-41.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: planejar para viver melhor*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, [1979].

\_\_\_\_\_. Secretária de Planejamento Municipal. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental: PDUUA*. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/default.htm>>. Acesso: 01 jun. 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular / Unesp, 2009. p. 73-94.

SCHNÄDELBACH, Carla Villanova. *A Noção da Ruralidade e a Construção Identitária de Agricultores em um Meio Cidadino: o caso da Vila Nova e arredores - Porto Alegre/RS*. 2004. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Ufrgs, Porto Alegre, 2004. f. 139.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henry Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e Sua Evolução Urbana*. 2 ed. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2007.

SUZUKI, Júlio César. Modernização, Território e Relação Cidade-Campo: Uma outra leitura da modernização da agricultura. In: MEDEIROS, Rasa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira. *Tradição versus Tecnologia: As novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. p. 241-254.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed. 17 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

# OS SUJEITOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES/PR E SUAS DIFICULDADES DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Sidiana Ruaro da Silva<sup>44</sup>

Roselí Alves dos Santos<sup>45</sup>

**Resumo:** este artigo apresenta uma parcela dos resultados da pesquisa elaborada junto ao Programa de Mestrado em Geografia, desenvolvida no município de Enéas Marques, no estado do Paraná, durante a análise da aplicabilidade do Código Florestal de 1965 nos estabelecimentos rurais de agricultura familiar. Inicialmente enfatizamos e caracterizamos os sujeitos encontrados durante a pesquisa de campo e, na sequência, mostramos as dificuldades que estes agricultores familiares encontraram no processo de adequação de seus estabelecimentos rurais à legislação ambiental vigente. Vimos que a aplicabilidade da legislação ambiental promovia eventos que causavam consequências perceptíveis na organização espacial destes estabelecimentos.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; SISLEG; Legislação Ambiental; Espaço Geográfico.

## Introdução

A legislação brasileira é planejada para todos e, ao ser aplicada, perpassa diferentes territórios sem considerar as peculiaridades de cada um. Por este motivo, a pesquisa desenvolvida e apresentada neste artigo mostra como a aplicabilidade de uma determinada lei, neste caso específico, a legislação ambiental (Código Florestal de 1965) regulamentada no Estado do Paraná através do processo do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal (SISLEG) pode, de tal maneira, promover, de acordo com Santos (2006), “eventos” que moldam e modificam as características de um todo.

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Enéas Marques, Estado do Paraná, e o recorte temporal ficou centrado entre os anos de 1992 e 2012. Tal escolha se deve pelo fato que o ano de 1992 este foi o ano de instituição do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), importante fonte de coleta de dados e 2012, ano em que foi um marco nas discussões

---

<sup>44</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e técnica da Universidade Federal da Fronteira Sul.

<sup>45</sup> Professora Dra. Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, docente nos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Unioeste. Email:roseliasantos@gmail.com

ambientais no Brasil, pois foi revogado o Código Florestal de 1965. A técnica para coleta de dados foi a *Snowball*, traduzida para o português como técnica da Bola de Neve.

Tal município, situado no Sudoeste Paranaense, na região Sul do Brasil, limítrofe dos municípios: ao sul Francisco Beltrão, ao norte Salto do Lontra, a leste Dois Vizinhos e Verê e a Oeste Nova Esperança do Sudoeste, possui, segundo dados do IBGE (2010), uma área de 192,204 Km<sup>2</sup> e um total 6.103 habitantes, sendo 2.126 no meio urbano e 3.977 no meio rural. O mesmo Censo apresenta um total de 442 estabelecimentos rurais com área inferior a 10 ha de um total de 927 estabelecimentos. O município é formado basicamente por pequenos estabelecimentos rurais de agricultura familiar, conforme apresentamos.

Ocupou-se em apresentar como a aplicação do Código Florestal, por meio dos procedimentos do SISLEG se tornou um processo de regulação e controle do Estado que causou dilemas e dificuldades para os agricultores familiares no município de Enéas Marques/PR, durante o processo de adequação, mesmo sendo um momento de extrema importância para a manutenção das áreas de preservação ambiental. A forma de atuação do Estado mostra certa vulnerabilidade em reconhecer a importância da manutenção deste segmento da sociedade na organização de base familiar.

### **Os sujeitos da agricultura familiar de Enéas Marques**

Utilizar o termo “agricultura familiar” para se referir aos sujeitos desta discussão exige alguns esclarecimentos já que os debates no meio acadêmico acerca dos pequenos produtores rurais que têm como base a produção familiar permeiam duas grandes vertentes: uma delas que os considera como camponeses<sup>46</sup> e outra que os considera agricultores

---

<sup>46</sup> Alexander Chayanov (1974), em sua obra intitulada *La organización de la unidad económica campesina*, apresenta a racionalidade da produção camponesa mostrando que a produção familiar, neste sistema de produção, é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família, ignorando o lucro com a atividade produtiva. CARNEIRO (2009, p. 52) esclarece que “o princípio básico de organização da unidade econômica camponesa, segundo a visão de Chayanov, reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo”. Chayanov é referência no meio acadêmico para autores que se utilizam do conceito de camponês e campesinato.

familiares<sup>47</sup> e, tal compreensão é necessária para entendermos quem são os sujeitos desta pesquisa.

Uma das vertentes que considera os pequenos produtores rurais como camponeses, entende o campesinato como uma classe social e “não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida” (MARQUES, 2008, p. 58). A autora explica que para a utilização deste conceito, o campesinato pode se referir “a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc.” (MARQUES, 2008, p. 60). Defende também que ao utilizar este conceito de camponês para se referir a estas formas distintas de produtores rurais, é possível “apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar” (MARQUES, 2008, p. 58).

Para Wanderley (2003), discutir o significado de agricultura familiar neste “novo contexto da integração da agricultura e do meio rural”, essa integração ao mercado, é notável “porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras” (p. 43). Logo, esta outra forma social de produção, o agricultor familiar, “é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (WANDERLEY, 2003, p. 44) com o objetivo de responder às exigências “da sociedade e do mercado modernos”, comandadas pela ação do Estado.

Abramovay (1992) não vê possibilidades do campesinato se inserir integralmente no mercado. O autor explica que “[...] a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida [...]” (p. 111). Para ele, nas sociedades camponesas, “a economia não existe como esfera institucional autônoma” e que, “mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um modo de vida” (ABRAMOVAY, 1992, p. 111).

---

<sup>47</sup> As obras “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” de Abramovay, publicada em 1992 e “A agricultura familiar: uma realidade multiforme” de 1993, e “A agricultura familiar: do mito à realidade” de 1998, de Lamarche, são referências importantes para autores que utilizam o conceito de agricultura familiar.

Então, a relação do camponês com o mercado é parcial, “o caráter parcial da integração ao mercado” vem do fato que “nem todos os meios de produção são comprados” e de que a relação deste agricultor com o mercado refere-se unicamente “à compra de sua subsistência e à venda dos produtos do seu trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-127). Por este motivo, “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p. 33).

Destarte, concordamos com Abramovay (1992) quando este propõe compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, utilizando-se do conceito de agricultor familiar. Para o autor, este agricultor familiar moderno representa uma profissão. Ele explica que aquilo que no campesinato era visto como uma “forma de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, p. 137). Embora reconheçamos também que o camponês representa um elo entre o Estado e o conceito de operacional de agricultura familiar, pois este conceito surgiu a partir das reivindicações de lutas dos movimentos sociais representados pelos camponeses.

Posto isso, podemos afirmar que enquanto o camponês representa uma integração parcial aos mercados, um modo de vida e uma forma de resistência social (como classe social), o agricultor familiar, sujeito principal desta discussão, representa um tipo de produção familiar integrado ao mercado, podendo também ser resultado das ações (eventos) do Estado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. Quanto ao camponês, não questionamos a sua existência da forma como os autores o caracterizam, pois compreendemos que esta forma de organização social ainda persiste nos dias atuais, existindo e resistindo. Mas quem são os agricultores familiares de Enéas Marques, Paraná?

O Censo Agropecuário (2006) caracteriza a agricultura familiar com base na Lei 11.326/2006<sup>48</sup> e apresenta um total de 843 estabelecimentos agropecuários município de

---

<sup>48</sup> Lembramos que a Lei 11.326/2006 considera, em seu Art. 3º, como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu



Enéas Marques que se enquadram neste conceito. O documento apresentou, no mesmo ano, 927 estabelecimentos agropecuários totais neste município, ou seja, mais de 90% dos estabelecimentos rurais do município foram caracterizados como agricultores familiares. Vejamos os dados da Tabela 1

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários de Enéas Marques, por tipo de agricultor familiar

Área dos estabelecimentos (em hectares)	Tipo de agricultor familiar				TOTAL
	Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	
Menos de 10 ha	41	94	69	<u>201</u>	405
De 10 a menos de 20 ha	39	86	41	87	253
De 20 a menos de 50 ha	47	48	18	43	156
De 50 a menos de 100 ha	9	6	1	5	21
Mais de 100 ha	3	2	2	1	8
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>236</b>	<b>131</b>	<b>337</b>	<b>843</b>

Fonte: Organizado pelos autores (2014) com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A caracterização do tipo de agricultor familiar, apresentado na Tabela 2, está relacionada ao Valor do Custo de Oportunidade (VCO), o qual possui relação direta com a diária média estadual (calculada através da média dos valores da remuneração de um diarista na agricultura em cada Estado brasileiro, conforme o ano de referência). Tal fórmula foi elaborada pelo INCRA/FAO (2000) e é calculada da seguinte maneira: produto da diária média estadual “acrescida de 20% e multiplicada pelo número de dias úteis do ano (calculados em 260). Com isso, obtém-se uma caracterização do tipo de agricultor familiar em distintos graus de desenvolvimento socioeconômico. Lembramos também que o estudo INCRA/FAO (2000) associa cada tipo de agricultor familiar (A, B, C e D), respectivamente a agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em descapitalização e descapitalizados”, conforme o que segue:

---

estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. No município de Enéas Marques, o módulo fiscal é de 20 ha, conforme estabelecido pela Instrução Especial/INCRA/Nº20, de 28 de maio de 1980.

- Agricultor Familiar Tipo A: RT > R\$ 18.851,04
- Agricultor Familiar Tipo B: R\$ 6.283,68 < RT ≤ R\$ 18.851,04
- Agricultor Familiar Tipo C: R\$ 3.141,84 < RT ≤ R\$ 6.283,68
- Agricultor Familiar Tipo D: RT ≤ R\$ 3.141,84

Para relacionar os dados empíricos, construímos uma contextualização das informações coletadas na pesquisa de campo, identificando os tipos de agricultores familiares, com base nestes valores de referência do IBGE. Com isso, fizemos uma comparação entre os dados apresentados pelo IBGE (Tabela 2) e os sujeitos identificados no campo.

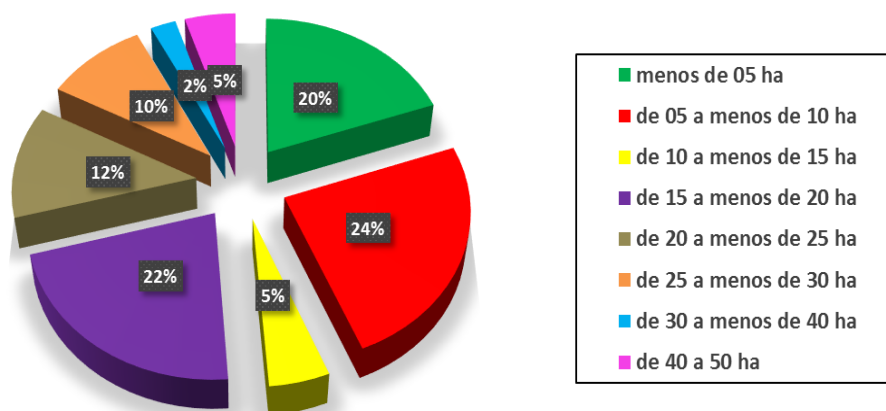
Tabela 2: Tipos de agricultores familiares de acordo com a renda bruta declarada

Área do estabelecimento	Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	Não informaram	Sem renda
menos de 10 ha	1	0	3	<u>12</u>	1	1
de 10 a menos de 20 ha	4	4	2	0	1	0
de 20 a menos de 30 ha	3	4	0	1	1	0
de 30 a menos de 40 ha	1	0	0	0	0	0
de 40 a menos de 50 há	1	1	0	0	0	0
TOTAL	10	9	5	13	3	1

Fonte: Organizado pelos autores (2014) a partir dos dados coletados em pesquisa de campo.

O Gráfico 1 ilustra o percentual dos estabelecimentos rurais visitados, por tamanho de área em hectares. Nele, pode-se observar que a maioria dos estabelecimentos tinha área inferior a 20 hectares (71%), dentre os quais, 44% possuíam área inferior a 10 hectares. Apenas 7% possuíam área entre 30 e 50 hectares. Ou seja, a maior parte dos agricultores sujeitos desta pesquisa, residiam em pequenos estabelecimentos rurais, dados que corroboram com as afirmações de que a maior parte dos agricultores do município residem em pequenos estabelecimentos rurais.

Gráfico 1: Área dos estabelecimentos rurais visitados no município de Enéas Marques (em hectares)



Fonte: Organizado pelos autores (2014) a partir dos dados coletados em pesquisa de campo.

Para contextualizar as informações da Tabela 2, analisamos os dados por área do estabelecimento, abstraído didaticamente os elementos fundamentais para compreensão do sujeito. Primeiramente, identificamos que dentre os entrevistados com estabelecimento de área inferior a 10 ha, 14 possuíam renda oriunda exclusivamente da atividade agropecuária leiteira, dentre os quais, não se encontrava o agricultor caracterizado como Tipo A. Este, caracterizado como Tipo A, atuava com a atividade leiteira e com a suinocultura, sendo esta última, a sua principal fonte de renda. Já o agricultor que não informou a renda era avicultor, atuava especificamente com aviários de peru. Segundo ele, naquele momento da entrevista, não saberia informar a renda média mensal da sua atividade. A maior parte destes agricultores ficou caracterizado como Tipo D, ou seja, agricultores do grupo de renda mínima e descapitalizados. Outro dado que nos chamou a atenção e que está relacionado a este último, foi o fato que dentre o total, nove informaram possuir complementação da renda com trabalho externo, auxílio-doença ou aposentadorias.

Dando continuidade à análise do segundo grupo, os onze entrevistados que residiam em estabelecimentos com áreas entre 10 ha e 20 ha, sete desempenhavam atividade exclusivamente leiteira, três eram suinocultores e um avicultor (peru). Destes, os quatro agricultores mais capitalizados eram um avicultor (peru), um suinocultor e dois produtores de leite. A renda informada por estes agricultores, quando comparada ao VCO do Censo

Agropecuário (2006), não os caracterizou como Tipo D (descapitalizados). No entanto, quatro produtores de leite informaram receber complementação de renda por meio de aposentadorias.

Dentre os demais agricultores com área superior a 20 ha, cinco possuíam renda oriunda exclusivamente da atividade leiteira, dois agricultores compunham a renda mesclando as atividades leiteira com suinocultura, sendo que a maior renda advinha da suinocultura, um agricultor possuía renda exclusivamente oriunda da suinocultura e dois mesclavam a avicultura com a atividade leiteira, sendo que a avicultura era a maior fonte de renda. Além destes, havia um suinocultor que possuía também renda da agricultura (soja), no entanto, afirmava que sua maior renda advinha da suinocultura.

Cabe destacar a situação de um agricultor com estabelecimento acima de 20 ha, caracterizada como Tipo D pela sua renda. Também neste grupo de entrevistados, os produtores de leite foram os únicos que informaram receber aposentadorias e outros auxílios do governo.

Com base nestas análises, podemos destacar que os produtores de leite são os agricultores que fazem parte do grupo considerado mais descapitalizados e com renda inferior aos demais produtores. Os agricultores que mesclam a produção de leite com outra atividade produtiva, seja suinocultura ou avicultura, conforme vimos anteriormente, ressaltam que o leite possui renda inferior. Comparando as tabelas 1 e 2, podemos observar que tanto no Censo Agropecuário (2006) quanto na pesquisa empírica realizada, há uma predominância no município de Enéas Marques de agricultores familiares caracterizados como Tipo D, considerados pela INCRA/FAO como agricultores descapitalizados. Associando estes dados à pesquisa empírica, podemos afirmar que estes agricultores, em sua grande maioria, são os produtores de leite do município.

Imagem 1: Mural ilustrativo de estabelecimentos rurais Enéas Marques - Fotos 1 e 2: representação de estabelecimentos rurais de produtores de leite



Fonte: os autores (2013, 2014, 2015).

Os dados levantados na pesquisa empírica apontam que estes agricultores descapitalizados buscam uma inserção no mercado através da atividade leiteira, no entanto, não desconsideram a necessidade de complementação da renda com atividades extras, como aposentadorias, bolsa família, auxílios-doença. Tais situações, mesmo que existentes na realidade de outros tipos de produtores, não foram mencionadas, pois para eles, essa renda complementar não faz tanta diferença quanto para os produtores de leite. Identificamos que 51% das famílias que atuavam exclusivamente na atividade leiteira declararam receber estes benefícios como forma de complementação da renda.

Entre os suinocultores, haviam estabelecimentos integrados com as empresas Brasil Foods S.A (BRF) e outros com a TECSUI Nutrição Animal. Dentre as atividades desenvolvidas, estavam a Unidade de Produção de Leitões (UPL), que conforme verificado na pesquisa empírica, se caracterizava pela produção de leitões com peso até 25 kg, onde a entrega era feita em média em 60 dias de vida do leitão. Nestes casos, os suinocultores possuíam as matrizes, faziam a inseminação artificial e acompanhavam todo o processo de gestação e nascimento dos leitões até que estes adquiram o peso ideal para serem entregues à empresa integradora.

Imagem 2: Mural ilustrativo de estabelecimentos rurais Enéas Marques: suinocultores - Foto 3: inseminação; Foto 4: prenhas; Foto 5: maternidade; Foto 6: creche



Fonte: Os autores (2013, 2014).

Além desta, outra atividade de suinocultura encontrada nos estabelecimentos foi a Unidade de Produção de Desmamados (UPD), na qual o processo é semelhante ao anterior, no entanto, o leitão é entregue à empresa de integração com peso entre 7 a 8 kg (em média 28 dias de vida). Os custos da infraestrutura da suinocultura são altos, pois são necessários galpões (inseminação, maternidade, creche), composteiras, lagoa de tratamento de resíduos, além disso, há uma legislação ambiental rígida a qual exige licenças ambientais específicas para estes produtores.

Os suinocultores foram os sujeitos que apresentaram renda mais alta e se caracterizaram nos tipos de agricultores mais capitalizados. No entanto, veremos nas discussões acerca da questão ambiental, que foram várias as situações de dificuldades que assolaram estes produtores em torno das adequações dos estabelecimentos às normativas ambientais, para que as atividades de suinocultura pudessem ser realizadas.

Imagem 3: Mural ilustrativo de estabelecimentos rurais Enéas Marques: avicultores (Foto 7: estabelecimento com atividade de galinha de postura; Foto 8: estabelecimento com atividade de frango de corte)



Fonte: Os autores (2013, 2014).

Já entre os avicultores, havia estabelecimentos integrados com a empresa BRF e as atividades desenvolvidas eram: frango de corte, peru de corte e um estabelecimento que se destacava na produção de ovos (galinha de postura), representado na foto 7. Assim como os suinocultores, os avicultores foram caracterizados como capitalizados e estes, foram os sujeitos que menos apareceram na pesquisa de campo.

Assim, caracterizamos os agricultores familiares estudados em Enéas Marques, como um tipo de produtor familiar integrado ao mercado ou que busca manter seus produtos no mercado, como é o caso dos produtores de leite. Estes sujeitos são também resultado das ações (eventos) do Estado e não apresentam conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista, pois procuram manter essa integração em busca do sustento das suas famílias. Dentre esses agricultores, há os suinocultores e avicultores, mais capitalizados com estabelecimentos mais estruturados e os produtores de leite que, em sua maioria, são caracterizados como agricultores menos capitalizados e dependentes de rendas externas ao estabelecimento sejam elas provenientes de auxílios governamentais ou de trabalhos assalariados complementares.

Cabe ressaltar que todos esses estabelecimentos rurais foram submetidos à aplicação do Código Florestal de 1965, conforme as normatizações do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão autárquico estadual vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos

Hídricos (SEMA), que representa o Estado, orienta e faz cumprir a legislação ambiental no Paraná. Nestes estabelecimentos, foi possível perceber os eventos produzidos pelo Estado pela aplicabilidade da legislação ambiental, os quais caracterizamos como impactos da aplicabilidade da legislação ambiental, neste caso o Código Florestal de 1965 (a Lei 4771, de 15 de setembro de 1965).

Elucidamos que entendemos que a organização espacial é composta por tempos de sucessão e de ações (eventos) concomitantes e, conforme Santos (2006, p. 89), “o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação socioespacial”. Sendo assim, de acordo com o autor, a compreensão dos lugares e do espaço geográfico só será plena “em sua situação atual e em sua evolução”, a partir da “consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências”, pois, para ele, “o espaço é a ordem das coexistências possíveis” (SANTOS, 2006, p. 104).

De acordo com o autor, um determinado *evento* (ação) “trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço” (SANTOS, 2006, p.93). Assim, qualquer ação (evento) desenvolvida no decorrer da história possui de alguma maneira, influência na organização do espaço tal qual ele se encontra. O autor esclarece que “os eventos são, todos, Presente” e que eles “acontecem em um dado instante” da história e, com isso, “os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 2006, p.94). Assim, qualquer ação (evento) desenvolvida no decorrer da história possui de alguma maneira, influência na organização do espaço tal qual ele se encontra e isso não seria diferente na agricultura familiar quando se trata da aplicabilidade das leis ambientais. Por isso passamos a compreender a regulamentação do Código Florestal de 1965 no Paraná para, a partir disso, compreender os dilemas que os agricultores apresentaram no processo de adequação e entender os eventos por ele causados.

### **A regulamentação do Código Florestal de 1965 no Paraná e os dilemas dos agricultores na adequação dos estabelecimentos rurais ao processo do SISLEG**

No Estado do Paraná, o órgão ambiental responsável por aplicar e fiscalizar a legislação ambiental, dentre elas, o Código Florestal, é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). No ano de 1999, o Decreto Estadual Nº 387/1999 regulamentou o procedimento para



averbação das áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente através do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG), sob responsabilidade do IAP. De acordo com o Decreto, o propósito deste novo Sistema seria “levar o Estado do Paraná a ter um índice de no mínimo 20% (vinte por cento) de cobertura florestal, através da conjugação de esforços do Poder Público e da Iniciativa Privada” (Art. 2º). O objetivo principal do SISLEG seria manter, junto ao poder público, o registro da área destinada à Reserva Legal e Preservação Permanente nos estabelecimentos rurais do Paraná.

Leme (2007) explica o procedimento adotado para a realização do SISLEG. Segundo ela, os procedimentos necessários para realização do cadastro do SISLEG, de acordo com a Portaria do IAP 233/2004, eram:

- 1) preencher formulário próprio no IAP contendo o cadastro do imóvel com Reserva Legal e APP, o parecer técnico do IAP sobre a Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente e o Laudo de vistoria; 2) formalizar o procedimento administrativo para a emissão do nº de protocolo do Sistema de Informação Ambiental – SAI; 3) aguardar a conferência das informações para a inscrição provisória no cadastro do SISLEG e a emissão do termo de compromisso de proteção da Reserva Legal e da Áreas de Preservação Permanente; 4) anexar comprovante de averbação da área no Cartório de Registro de Imóveis ou Cartório de Títulos e Documentos para Posses na obtenção da inscrição definitiva do SISLEG da propriedade (LEME, 2007, p. 228).

Ademais, a autora complementa afirmando que ao iniciar o processo de SISLEG, o requerente, que neste caso é o agricultor, deve entregar, dentre outros documentos, o “mapa de uso e ocupação do solo do imóvel impresso em três vias e em formato digital, identificadas a Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente” (LEME, 2007, p. 228). Além deste, a autora cita outros documentos necessários para compor o processo do SISLEG:

- 2) memorial descritivo do imóvel e Reserva Legal; 3) anotações de responsabilidade técnica – ART/CREA do profissional habilitado; 4) matrícula atualizada; 5) documentos pessoais ou documentos empresariais, conforme razão social da propriedade; 6) comprovante de pagamento da taxa ambiental de cadastro da Reserva Legal e, quando for necessário, da taxa de inspeção florestal; e 7) comprovante de regularidade junto ao INCRA. Além desses documentos, é possível que sejam solicitados, a critério do IAP, documentos complementares, com função de auxiliar na comprovação do processo administrativo (LEME, 2007, p. 228).

Vimos que, dentre o solicitado, constam documentos técnicos, impossíveis de serem fornecidos pelo próprio agricultor. Este é o caso dos documentos que exigem mapa de uso e ocupação do solo e memorial descritivo, com anotações de responsabilidade técnica assinada por profissional com registro no Conselho Regional de Engenharia (CREA). Para conseguir tais documentos, era necessário contratar empresa habilitada para este fim, com profissional registrado no respectivo conselho profissional e que possuísse os equipamentos necessários para fazer o mapa de uso na ocupação do solo. Para isso, o agricultor era obrigado a contratar uma empresa particular para fazer o SISLEG do seu estabelecimento. E essa contratação gerava um ônus financeiro para ele, que deveria pagar pelos valores cobrados pela empresa, além das taxas cobradas pelo IAP.

No ano de 2004, foi publicado no Diário Oficial do Paraná o Decreto Estadual 3320/2004 com a seguinte ementa: aprova os critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao SISLEG. Dentre as mudanças principais que este Decreto apresentou, estava a possibilidade de compensação das áreas faltantes de Reserva Legal em outras propriedades rurais e, em seu Artigo 2º, havia um condicionamento da emissão de “licenças, anuências, autorizações, certidões e outros instrumentos, mediante a comprovação de regularização da reserva legal e áreas de preservação permanente dos imóveis rurais”. Com essa exigência, o Estado passou a condicionar a emissão de quaisquer documentos emitidos pelo IAP à comprovação da regularização das áreas de preservação. A forma de comprovação desta preservação se dava através do procedimento do SISLEG, o qual se tornou uma imposição do Estado em todos os estabelecimentos rurais, inclusive naquelas de agricultura familiar. A partir deste Decreto, para conseguir qualquer documento, licenças, autorizações e/ou outros documentos junto ao IAP, o agricultor deveria antes encaminhar e SISLEG da sua propriedade.

Desta forma, o acesso a financiamentos bancários, licenças ambientais, mudança de infraestrutura, contratos de integração, renovação de contratos de integração e outros procedimentos comuns ao agricultor, ficaram condicionados à apresentação do SISLEG.

Com base nisso, retomamos a discussão de Santos (2006) onde afirma que o Estado também é responsável pelas ações (eventos) no espaço, de tal forma que “os eventos

mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2006, p. 94). Para o autor, o Estado é uma força capaz “de produzir eventos que incidam num mesmo momento, sobre áreas extensas” e isso se daria através do “uso legítimo da sua força, encarnado ou não no direito” (SANTOS, 2006, p. 94).

A aplicação de uma lei, como é o caso do Código Florestal é um exemplo disso. O Estado, no uso legítimo de garantia do direito coletivo, produz eventos que incidem sobre todo o território nacional em busca de garantir a aplicabilidade da sua lei. No entanto, nem sempre os mecanismos e as formas como a aplicabilidade da Lei acontecem são adequadas, de maneira que os eventos provocados no espaço podem mudar as coisas, transformar objetos e mudar características de forma irreversível.

Na aplicabilidade da legislação ambiental no município de Enéas Marques, vimos que depois de mapeadas todas as áreas de preservação (Reserva Legal e Área de Preservação Permanente) do estabelecimento, os documentos do SISLEG eram encaminhados ao órgão ambiental e posteriormente averbados na Matrícula do imóvel rural. Com isso, os agricultores deveriam adequar o estabelecimento àquilo que fora mapeado no SISLEG. Nesse processo, encontramos as seguintes situações:

- “Suinocultor A afirmou que teve que mudar a sede do estabelecimento e a granja de suínos de lugar, pois estavam em Área de Preservação Permanente. Neste caso, o agricultor calculou uma despesa de aproximadamente R\$ 230.000,00”.
- “Suinocultor B afirmou que perdeu uma granja de suínos que estava em Área de Preservação Permanente e, além disso, pagou uma máquina para remover o piso da antiga granja. Calculou uma despesa de R\$ 150.000,00”.
- “Suinocultor C afirmou ter perdido todas as construções das granjas de suínos no processo de adequação à legislação ambiental, pois estavam próximas ao rio. Calculou uma despesa de mais de R\$ 500.000,00”.
- “Suinocultor D afirmou ter perdido uma granja de suínos que estava em local inapropriado (próximo ao rio). Calculou uma despesa de R\$ 40.000,00”.
- “Suinocultor E afirmou ter perdido uma granja de suínos, uma esterqueira e uma garagem de máquina que estava construída em local inapropriado (próximo ao rio). Não calculou as despesas”.

- “Suinocultor F afirmou ter perdido duas granjas de suínos que estavam em local inapropriado (próximo ao rio). Calculou uma despesa de R\$ 60.000,00”.

Dentre os relatos coletados durante a pesquisa de campo, observamos que os suinocultores foram os sujeitos que mais se manifestaram em relação aos impactos de mudanças ocasionados pelo processo de adequação do estabelecimento à legislação ambiental. Observando estes relatos, podemos ver que estes sujeitos estavam realizando a atividade de suinocultura nas Áreas de Preservação Permanente e, por este motivo, a fiscalização dos órgãos ambientais os impedia de continuar a atividade até que houvesse regularização da situação.

Desta maneira, tanto para a adequação ao SISLEG quanto para liberação da Licença Ambiental, estes agricultores eram obrigados a remover estas construções das áreas de preservação ficando então condicionados à liberação dos documentos necessários à continuidade da atividade de suinocultura. Isso impactou em altos custos para estes produtores, pois além de removerem a benfeitoria de um lugar, deveriam construí-la em outro espaço do estabelecimento, conforme as normas previstas na legislação. Na maioria dos casos, as novas construções exigiam novos financiamentos bancários.

Imagem 4: Mural ilustrativo de construções em Áreas de Preservação Permanente nos estabelecimentos rurais de Enéas Marques. Fotos 1 e 3: muro de antiga granja de suínos; Fotos 2 e 4: indicação de antiga granja de suínos do estabelecimento



Fonte: Os autores (2013, 2014).

Além disso, registramos o caso de um suinocultor que relatou que a construção das novas granjas de suínos foi financiada enquanto ainda estava pagando financiamento daquelas que estavam sendo removidas das áreas de preservação. Neste caso, o suinocultor pagava dois financiamentos ao mesmo tempo. Segundo ele, *“O problema é a falta de incentivo do governo. Taxas altas e falta de indenização pelas perdas que teve. Pagou duas vezes os financiamentos das granjas [...]”*.

A imagem 04 ilustra algumas das situações encontradas nos estabelecimentos rurais de suinocultores durante as visitas a campo. Nestes casos, é possível verificar situações que mostram onde as granjas de suínos se localizavam antes da realização do SISLEG do estabelecimento. Em todos os casos, também é possível verificar que a Área de Preservação Permanente ainda não estava totalmente recomposta.

Além destes casos, outra situação que nos chamou a atenção foi o de um suinocultor que nos informou que para adequar seu estabelecimento à legislação ambiental, foi orientado por técnicos da EMATER a construir um muro de contenção de chorume entre a granja de suínos e um córrego próximo, conforme a imagem 07. Entretanto, esta informação não foi confirmada junto a EMATER. Continuou afirmando que durante a fiscalização de técnicos do IAP, foi orientado de que a construção do muro não estava adequada à legislação ambiental vigente e, após construir o muro, o órgão ambiental interditou sua granja de suínos. Após, foi informado que para continuar com a atividade de suinocultura, deveria construir uma granja em outro local do estabelecimento. Em consequência disso, a família deixou de trabalhar com a suinocultura e passou a dedicar-se à produção de leite.

Imagem 5: Estabelecimento rural de suinocultura desativado. Fotos 01: muro de contenção na granja desativada; Fotos 02: lagoa de tratamento de chorume desativada



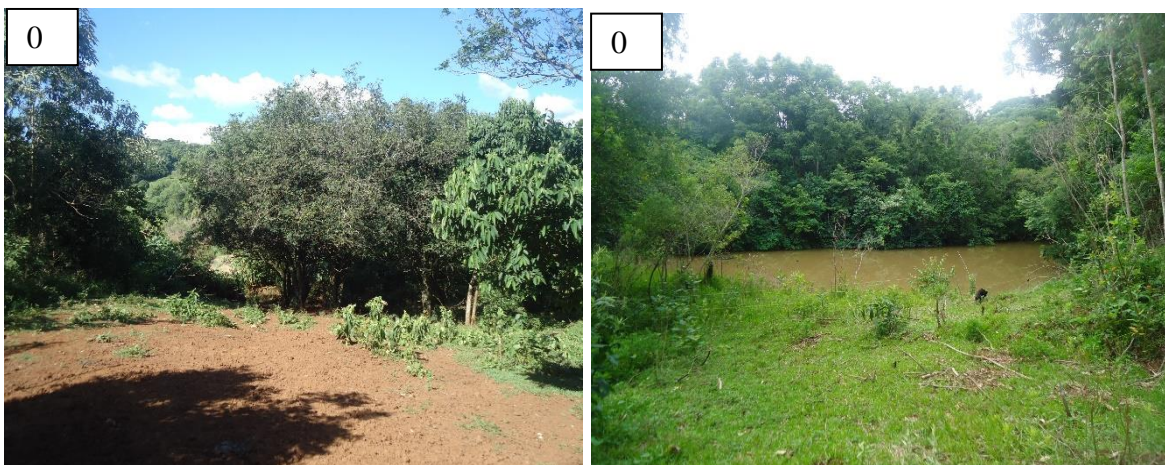
Fonte: Os autores (2013, 2014).

Observamos que a situação deste agricultor foi a mesma que a dos demais suinocultores citados anteriormente, no entanto, neste caso, não houve adequação à legislação ambiental vigente e as condições dadas levou a família a deixar a atividade de suinocultura, mantendo somente a atividade leiteira.

Além destes casos citados, outros 09 agricultores informaram que tiveram gastos na construção de cercas de proteção ao redor das Áreas de Preservação Permanente. Em todos estes casos, eram produtores de leite. Segundo eles, para adequação do estabelecimento à legislação ambiental, os técnicos do IAP orientavam a construção de cercas nas áreas para

evitar que os animais adentrassem aos rios para beber água, garantindo assim a real preservação das áreas de proteção. Quando questionados de quais seriam os gastos com estas cercas, as respostas variaram entre R\$ 2.000,00 a R\$ 10.000,00. No entanto, observamos que em muitos casos, os animais continuavam tendo acesso as Áreas de Preservação Permanente, conforme podemos ver nas fotos anexas à imagem 06. Muitos agricultores não permitiam fotografar as áreas de acesso dos animais em Áreas de Preservação Permanente, com a preocupação de receber uma futura fiscalização do órgão ambiental.

Imagem 6: Áreas de Preservação Permanente em estabelecimentos rurais de Enéas Marques. Fotos 01 e 02: Acesso de animais em APPs



Fonte: Os autores (2013, 2014).

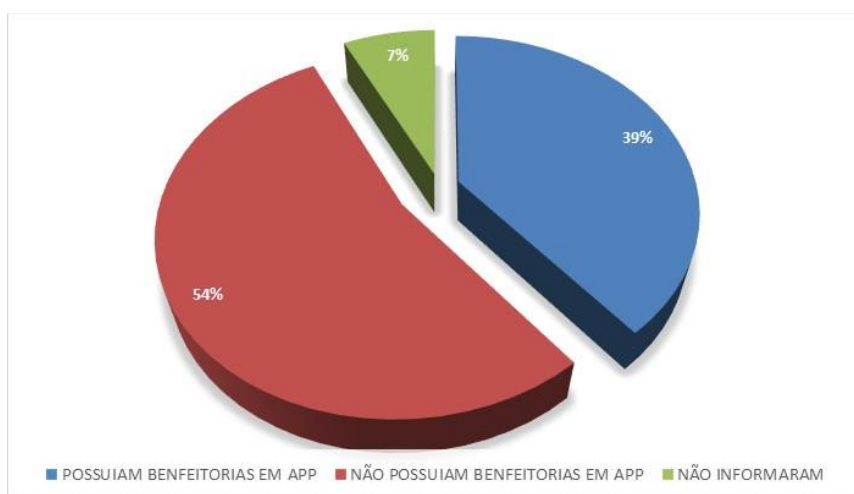
Vimos então, pelos relatos e imagens apresentados, que o processo de implantação do SISLEG nos estabelecimentos rurais causou impactos para os agricultores familiares, pois a adequação desestruturava a organização do estabelecimento, principalmente no que se referia à infraestrutura necessária à realização das atividades produtivas.

Esclarecemos que não estamos questionando a aplicação da legislação ambiental e muito menos a manutenção de áreas de preservação nos estabelecimentos rurais, mas sim, estamos mostrando a realidade de um processo de aplicação de uma legislação e mostrando a falta de orientação técnica tanto por parte do Estado quanto das empresas de integração, que não disponibilizam profissionais capacitados para atender e orientar estes agricultores.

Entendemos que as empresas de integração, assim como o Estado, deveriam fornecer assessoria técnica aos agricultores familiares. Estas deveriam disponibilizar técnicos para

orientar os agricultores desde o início do processo de integração, para acompanhar a normatização das leis ambientais nos estabelecimentos rurais e facilitar a adequação dos processos de SISLEG e licenciamentos ambientais, evitando assim que estes agricultores tenham gastos desnecessários e possam fazer o melhor aproveitamento dos seus estabelecimentos, evitando assim os impactos mostrados anteriormente.

Gráfico 2: Estabelecimentos que possuíam benfeitorias em áreas averbadas no SISLEG (a porcentagem foi calculada sobre as 41 entrevistas)



Fonte: Elaborado pelos autores (2014) com base nos dados coletado na pesquisa de campo (2013, 2014).

O gráfico 02 mostra um pouco dos impactos nos estabelecimentos visitados. Os estabelecimentos que compunham a parcela dos 39% que possuíam benfeitorias em Áreas de Preservação Permanente deveriam passar pelo processo de adequação, ou seja, remoção das benfeitorias para outras áreas. No entanto, destes 39%, metade informaram ter adequado o estabelecimento ao SISLEG, removendo as benfeitorias das áreas de preservação e outra metade informou não ter removido. No campo, encontramos exemplos de famílias que estavam com a residência em área de preservação e apenas uma família relatou que conseguiu liberação junto ao órgão ambiental para não remover a residência de lugar.

Além deste, um agricultor relatou que foi multado pelo órgão ambiental por manter uma pocilga em Área de Preservação Permanente. No entanto, entrou na justiça e ganhou o direito de não pagar a multa. Até o momento da entrevista, a pocilga não havia sido removida de lugar, porém, a atividade poluidora de suinocultura estava desativada. No mural



de fotos a seguir, apresentamos estes exemplos de estabelecimentos que possuíam benfeitorias em áreas de preservação.

Imagem 7: Benfeitorias em Áreas de Preservação Permanente nos estabelecimentos rurais de Enéas Marques. Fotos 01: Residência em Área de Preservação Permanente; Fotos 02: Pocilga em Área de Preservação Permanente



Fonte: Os autores (2013, 2014).

Ademais, para verificarmos outros impactos, os agricultores também foram indagados se a implantação do SISLEG no estabelecimento causava perda de área produtiva. Do total dos entrevistados, 68% informaram que sim, que a implantação do SISLEG causava perda de área produtiva que poderia ser utilizada para ampliar a renda da família. Segundo a maioria dos agricultores, considerando que eram em maior parte produtores de leite e com estabelecimentos de área inferior a 10 ha, estas áreas averbadas para preservação ambiental poderiam ser utilizadas para pastagens e lavouras temporárias.

Encontramos também casos de agricultores que, mesmo após averbação do SISLEG, continuavam utilizando a Reserva Legal e/ou Área de Preservação Permanente para pastagens, pois, para eles, esta era a única forma de manter a renda da família. Em alguns casos, mencionaram que foi necessário vender uma parte das vacas leiteiras, pois não havia pastagem suficiente para manter o mesmo número de animais antes das averbações. Além disso, consideraram que essa diminuição na área de pastagem diminuía concomitantemente a renda da família.

Em síntese, vimos que havia um distanciamento entre a averbação documental do SISLEG e a sua adequação no estabelecimento rural. Os agricultores eram obrigados a realizar o procedimento do SISLEG e não recebiam orientação do órgão ambiental sobre os procedimentos de implantação no estabelecimento. Além disso, a implantação causava impactos (eventos) na organização espacial destes estabelecimentos e interferia na vida destas famílias, seja na diminuição da renda, na remoção de benfeitorias e infraestruturas ou na privação da autonomia do agricultor em relação ao seu estabelecimento rural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retoma-se a discussão de que o Estado é um agente de intervenção e regulação do espaço geográfico neste segmento da sociedade e que essa intervenção acontece por meio de todas as ações (eventos) por ele promovidas. Nesse sentido, a aplicação do Código Florestal, por meio dos procedimentos do SISLEG, é um processo de regulação e controle do Estado e que causou dilemas e dificuldades para os agricultores familiares de Enéas Marques neste processo de adequação.

Entendemos que estes agricultores, neste processo de aplicabilidade da legislação ambiental, não devem ser abordados pelos órgãos ambientais da mesma forma que os grandes proprietários de terra, pois possuem realidade diferenciada, tanto em termos de área produtiva como de retorno econômico. Sugere-se, por parte do Estado, a avaliação da situação dos estabelecimentos, das famílias, identificar os sujeitos, ponderar os impactos que a aplicabilidade da lei acarretaria nestes espaços e fornecer o apoio técnico e jurídico com o objetivo de minimizar ao máximo a redução da renda familiar e de aumento de despesas com remoção de infraestrutura e garantir ao máximo a preservação ambiental nestes estabelecimentos.

Destarte, concluímos que todo o Sudoeste Paranaense, desde a sua formação pelo processo de colonização, é fruto das ações do Estado. Até hoje, ele permanece agindo e ordenando este espaço geográfico por diferentes ações (eventos). Neste trabalho, concluímos que a aplicabilidade da legislação ambiental é mais uma das formas de intervenção do Estado no espaço geográfico, moldando e modificando as características do

todo, pois conforme Santos (2006) desnuda, “o evento se inscreve na totalidade característica de um determinado momento, mas o faz como uma parte do todo” (SANTOS, 2006, p. 105).

Por fim, destacamos que no meio de toda esta conjuntura, encontravam-se os sujeitos, com famílias que dependiam da renda do estabelecimento para sobreviver e que, na maioria dos casos, não se posicionavam contra a preservação ambiental. Apenas questionavam os processos e as formas como o Estado, representado pelo órgão ambiental, aplicava tais dispositivos legais nos seus estabelecimentos e cogitavam a necessidade da aplicabilidade diferenciada para eles, conforme previsto em lei. Tais reivindicações eram oportunas, desde que consideradas as situações de cada agricultor e os direitos que a lei lhes concedia, no entanto, não foi esta a realidade constatada.

## Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações na vida camponesa: o Sudoeste Paranaense. São Paulo, 1981. *Dissertação (mestrado em Ciências Sociais)* – USP, São Paulo.

BRASIL. *Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)> Acesso em Set/2013.

BRASIL. *Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Brasília. (Última versão). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm)>. Acesso em Set/2013.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. *Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11910/6967>>. Acesso em Nov/2014.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em Abril/2013.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/)> Acesso em Abril/2013.

INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. Brasília, 2000.

LEME, Rosana Cristina Biral. Desenvolvimento e meio ambiente: uma avaliação das políticas públicas na Mesorregião Sudoeste do Paraná. *Tese de Doutorado*. Presidente Prudente, 2007. 305 p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista NERA*, Ano 11, nº. 12 pp. 57-67, Presidente Prudente: 2008. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1399>. Acesso em Nov/2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Roselí Alves dos. O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. *Tese de doutorado*. UNESP, Presidente Prudente, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, nº. 21, Rio de Janeiro: Out/2003. p. 42-61.

## A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO E A EXPANSÃO DAS CIDADES

Adinael Junhor Pereira da Trindade<sup>49</sup>

Antonia Marilia Medeiros Nardes<sup>50</sup>

**Resumo:** O estudo propõe uma reflexão sobre a expansão da malha urbana mato-grossense, investigando o processo de ocupação e reprodução do espaço a partir dos ciclos econômicos, das políticas de ocupação, analisando os reflexos das mudanças macroeconômicas sobre a paisagem urbana mato-grossense. Para tanto realizamos um levantamento histórico do processo de povoamento do estado evidenciando o surgimento das cidades que compõem o Mato Grosso atual. O estudo aborda a formação da cidade de Guiratinga, a partir da qual ecoa os impactos das mudanças no cenário econômico, sobre as cidades originárias do segundo ciclo do diamante em Mato Grosso.

**Palavras-chave:** cidades; Guiratinga/MT; economia; expansão urbana.

### Introdução

O processo de ocupação e formação territorial do estado do Mato Grosso tem sua origem em incursões que ignoravam o tratado de Tordesilhas (1494) e invadiam terras oficialmente pertencentes ao reino de Espanha. Tais incursões eram promovidas por particulares através das “entradas” e por iniciativas oficiais da administração portuguesa por meio das “bandeiras”.

Embora os objetivos principais dessas incursões fossem a captura e escravização de povos autóctones e também a busca por metais e pedras preciosas, essas movimentações foram decisivas para formação territorial do Brasil como conhecemos na atualidade, agregando os territórios que atualmente formam os estados brasileiros: Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, maior parte dos estados do Pará, Paraná, Santa Catarina, além de uma considerável porção de São Paulo, Goiás e ainda uma pequena parte do Tocantins.

---

<sup>49</sup> Mestre em Geografia/CUR/UFMT. Membro do Grupo de Pesquisa Planejamento, Ambiente e Educação Ambiental-PLANEA.

<sup>50</sup> Professora Doutora Associada do Departamento de Geografia. PPGE/CUR/UFMT e líder do Grupo de Pesquisa-PLANEA.

Essas excursões de cunho expansionista levaram as potências ibéricas a constantes conflitos que culminaram com a assinatura de diversos tratados, dentre os quais, destacamos o tratado de Madri de 1750, que pode ser considerado decisivo na configuração territorial brasileira que conhecemos hoje. Com forte influência do direito romano, esse documento trazia como marco para fixação das fronteiras a ocupação efetiva das áreas em disputa, através do conceito de *uti possidetis, ita possideatis* (quem possui de fato, deve possuir de direito). Outro ponto de destaque foi utilização a de elementos naturais como rios, serras e elevações, para delimitar os limites dos domínios portugueses e espanhóis na América Sul.

Ainda que a posse do território tenha sido o principal fator para o reconhecimento da soberania sobre áreas em disputa, isso não significou a ocupação efetiva de toda a extensão de terras incorporada ao império português, cujo povoamento foi caracterizado por fortes militares e pouquíssimos núcleos populacionais que visavam assegurar a expansão das fronteiras, conforme afirma Higa (2005):

Todas essas medidas foram essenciais para a dilatação da fronteira da colônia portuguesa, pois a almejada soberania política passa a ser discutida não mais a sombra de acordos mediados pela Igreja, a exemplo do Tratado de Tordesilhas, mas sim de acordo com o princípio do *Uti Possidetis* (HIGA, 2005, p. 23).

Destaca-se que a região mato-grossense está em contato com a população branca, desde o século XVI, a princípio com espanhóis e mais tarde com portugueses. Contudo, é apenas no século XVIII que tem início a ocupação efetiva, a partir das descobertas de ouro nas margens do rio Cuiabá e a fundação da cidade que leva o mesmo nome, a qual seguiu o surgimento de outros núcleos, a saber; Vila Bela da Santíssima Trindade às margens do Rio Guaporé em 1752, Nossa senhora do Livramento 1730 e Poconé em 1781 (HIGA, 2005).

A economia mato-grossense desse período baseava-se principalmente na mineração, na agricultura de subsistência e mais tarde na pecuária extensiva (HIGA, 2005). O isolamento em relação ao litoral, que já desempenhava a função de centralidade econômica, ocorria devido à distância e principalmente pela dificuldade de acesso, fazendo com que Mato Grosso e grande parte do interior do Brasil fossem considerados “sertão”. Segundo o

dicionário Aurélio em sua primeira definição da palavra, “sertão” significa “Lugar inculto, afastado de povoações” o que caracterizava a visão geral acerca de Mato Grosso, retratando de certo modo, sua posição político-administrativa em relação ao cenário nacional.

Essa situação de isolamento persistiu por séculos, impactando diretamente na produção do espaço em Mato Grosso. Dessa forma, nota-se a influência das atividades econômicas no ritmo de ocupação e produção do espaço. No século XVIII a descoberta de ouro e a mineração, promoveram o primeiro impulso de ocupação com a formação dos primeiros núcleos de povoamento. No início do século XIX, ocorreu o primeiro ciclo do diamante que levou a formação de Diamantino e outros povoamentos. Ainda no século XIX, teve início um ciclo econômico baseado na extração vegetal com exploração da poaia e da erva-mate. Ressalta-se que nesse período aconteceu também a expansão da pecuária, principalmente no atual território do Mato Grosso do Sul. (MORENO, 2005 apud HIGA, 2005, p. 45). Tal modificação na economia foi provocada pelo declínio da extração de ouro, alterando a lógica de ocupação vigente:

A ocupação do território, que fora iniciada no século XVIII na porção Sul do Estado, em decorrência das descobertas e do desenvolvimento das atividades de mineração de ouro e diamante, durante o século XIX instalou-se, preferencialmente, nas áreas do Pantanal Matogrossense e nas Depressões do Alto Paraguai, Cuiabana e Guaporé, regiões no Domínio do Cerrado com presença expressiva da Floresta Estacional e de ambientes transicionais (SEPLAN-MT, 2002, [não paginado]).

Na primeira metade do século XX, ocorre o segundo ciclo do diamante levando a proliferação de diversos núcleos populacionais dentre eles Guiratinga, no que na época correspondia à região leste do estado, que com a divisão do Estado em 1977, passa a constituir o sudeste de Mato Grosso. Nesse sentido, Vilarinho Neto (2005), relata que a formação do espaço urbano mato-grossense tem sua origem na primeira metade do século XVIII, com a fundação de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Prosseguindo com surgimento de novos núcleos urbanos no leste do Estado no final do século XIX e início do século XX, identificadas pelo autor como “currutelas de garimpo”, em função de sua gênese a partir da garimpagem de diamantes.

Ainda no século XX, mudanças na economia brasileira levaram a uma maior inserção de Mato Grosso no contexto da economia global. Surgiram nesse período diversas iniciativas de colonização como a implantação de colônias agrícolas durante o governo Vargas. Contudo, as ações de maior impacto ocorrem a partir da “Marcha para o Oeste” (1940), que pretendia segundo os seus idealizadores preencher os “espaços vazios” existentes no país, sobretudo no centro-oeste e Amazônia. Com a crise do café e o rápido processo de industrialização, principalmente de São Paulo, Mato Grosso adquire um novo papel no circuito do capitalismo nacional, com a agricultura comercial, o estado se tornaria o “celeiro do Brasil”, a princípio objetivando o abastecimento interno e mais tarde a exportação, principalmente de grãos.

A partir da ascensão do Governo Militar em 1964 é adotado a Política de Integração Nacional, com a promoção de políticas de desenvolvimento regional. Foram criadas a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) em 1967, o Banco da Amazônia (BASA) em 1966, aberturas das rodovias BR - 163 BR-364 e BR-060, além de incentivos fiscais e facilitação da aquisição de terras. Essas iniciativas buscavam a expansão da agropecuária e a colonização privada (MORENO, 2005 apud HIGA, 2005, p.123).

Com a efetivação dos programas e projetos idealizados a partir dos governos de Vargas e dos militares, muda-se completamente a paisagem de Mato Grosso, que se torna completamente integrado ao sistema produtivo mundial, com sua economia quase que totalmente voltada para o mercado externo. O “sertão” antes dominado por matas, índios e animais selvagens, deu lugar a grandes e modernas propriedades rurais, onde é produzida uma parte considerável do PIB nacional. O número de cidade passou por um considerável aumento, bem como a população total conforme pode ser observado nas Tabelas 1 e 2.



Tabela 1: Cidades criadas em Mato Grosso de 1910 a 2000<sup>51</sup>

Década	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Cidades criadas	1	3	6	12	5	18	41	29	31	15

Fonte: IBGE, elaboração dos autores (2017).

Tabela 2: As cidades e a população absoluta de Mato Grosso de 1920 a 2010

Ano	Número de Cidades	População Absoluta
1920	21	246.612
1930	25	-
1940	28	432.265
1950	35	522.044
1960	64	910.262
1970	84	1.597.009
1980	55	1.138.231
1990	95	2.027.231
2000	126	2.504.353
2010	141	3.035.122

Fonte: IBGE, elaboração dos autores (2017).

O aumento no número de cidades deveu-se em parte ao sucesso das iniciativas oficiais associadas aos inúmeros projetos de colonização privada, conforme afirma Oliveira (1991, p. 144):

O estado de Mato Grosso ocupou posição privilegiada nesse processo, pois foi contemplado com recursos de todos esses programas governamentais. Por isso, constitui-se em área preferencial para a implantação de projetos de colonização

<sup>51</sup> Os dados apresentados nos quadros 1 e 2 são relativos apenas a região do atual Estado de Mato Grosso e desconsidera dados de Mato Grosso do Sul e Rondônia.

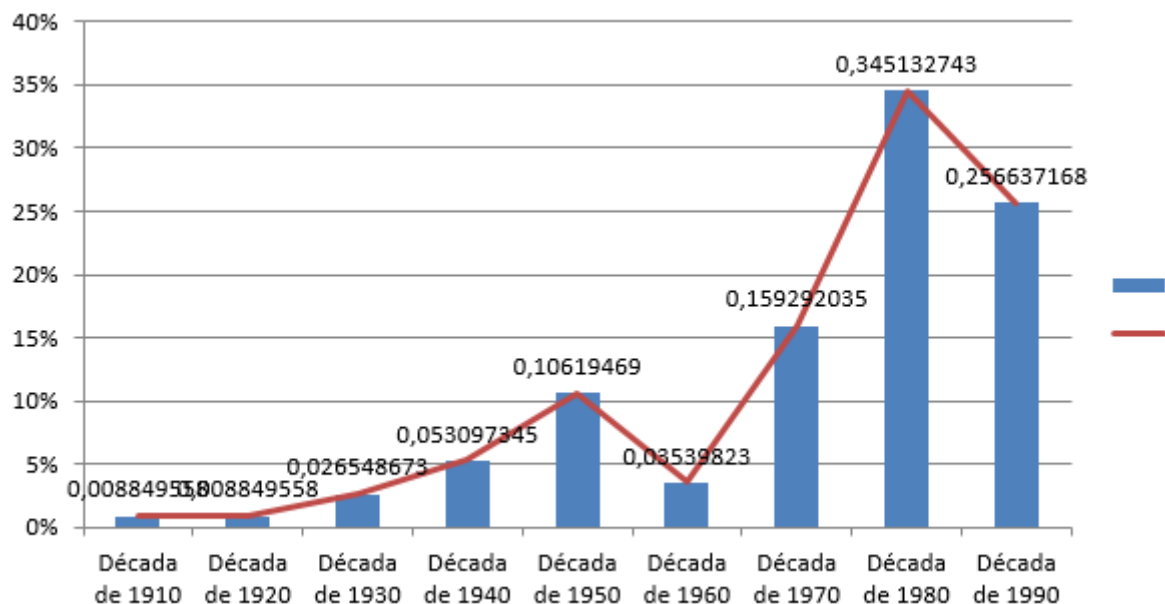
privada do país. Calcula-se que mais de 90% dos projetos particulares de colonização estão no estado.

Ainda de acordo com Oliveira (1991, p. 147), essas empresas foram responsáveis por mais de cinquenta projetos de colonização implantados no Mato Grosso:

O INCRA autorizou cerca de 36 empresas privadas de colonização a operarem no estado de Mato Grosso. Estas empresas, através da grilagem ou do recebimento das terras a preços simbólicos, implantaram mais de meia centena de projetos de colonização.

Esses projetos de colonização foram responsáveis por profundas mudanças na paisagem urbana mato-grossense, elevando consideravelmente o número de cidades, diversas delas cidades do agronegócio, o Gráfico 1, demonstra o crescimento da rede urbana mato-grossense.

Gráfico 1: Crescimento do número de cidades por décadas



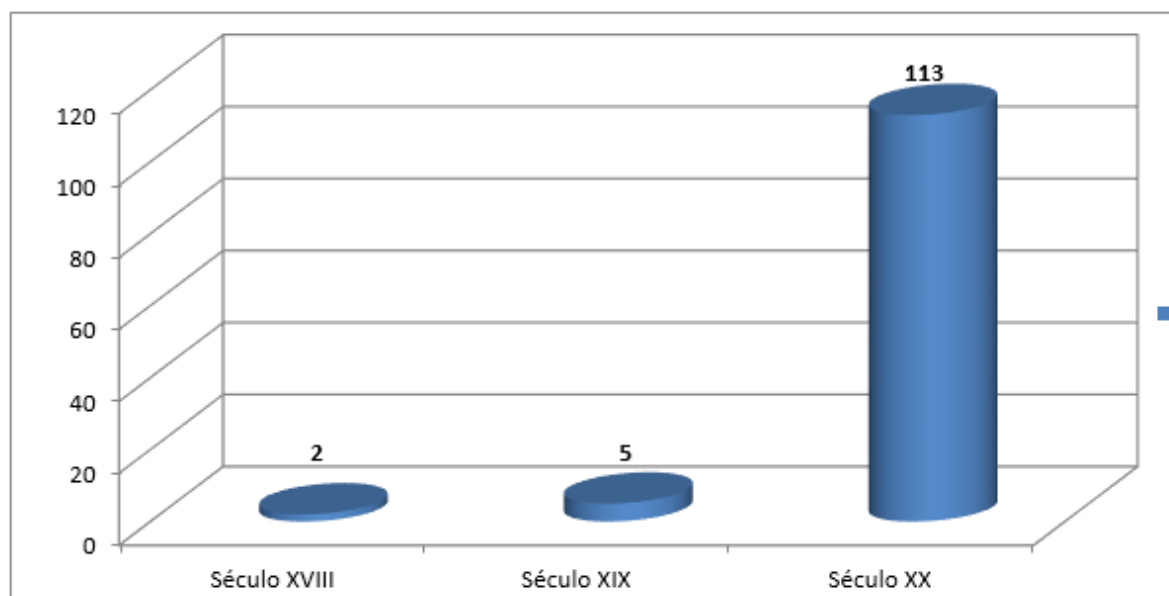
Fonte: IBGE, elaboração dos autores (2017).

A análise do gráfico demonstra um crescimento acelerado a partir de 1950, embora ocorra um recuo no índice de crescimento em 1960, que pode estar associado à

instabilidade política criada no país com advento da ditadura militar. Cabe ressaltar que o governo militar procurou criar medidas para regular a criação de novos municípios, culminando na Lei Complementar nº 01 de 09 de novembro de 1967. Contudo, a partir dos anos de 1970 a taxa de crescimento das cidades elevou-se em ritmo acelerado chegando a 300% se comparado com a década anterior.

A curva de crescimento apresentada no gráfico revela que mais de 90% da rede urbana estadual se constitui no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1990, fato que atribuímos ao desenvolvimento e consolidação dos programas e projetos de crescimento e ocupação do centro oeste. A análise do número de cidades reflete ainda o ritmo da ocupação ocorrida no estado, permitindo, por exemplo, que tracemos uma relação entre os ciclos econômicos e a expansão demográfica e suas consequências na rede de cidades. O Gráfico 2, traz uma comparação do número de cidades criadas em Mato Grosso por séculos, demonstrando que a ocupação efetiva somente se intensifica no século XX, com o desenvolvimento das ações de integração nacional do Centro-Oeste e da Amazônia.

Gráfico 2: Evolução do número de cidade no Mato Grosso do Século XVIII ao XX



Fonte: IBGE, elaboração dos autores (2017).

Contudo, com a expansão vertiginosa das cidades ocorreram também o aumento dos latifúndios e suas monoculturas, que impuseram severos danos ao cerrado, que cobre 22% do território nacional, sendo o segundo maior bioma brasileiro que anualmente vem perdendo espaço para plantações mecanizadas.

Paralelo a esses tipos de ocupação o cerrado mato-grossense assistiu outras formas de ocupação, pouco abordadas pela Geografia e pela História, razão pela qual convencionamos chamá-la de ocupação periférica. A denominação nos parece compatível, uma vez que o processo de ocupação registrado por volta de 1920 foi negligenciado ou pouco abordado nos estudos sobre a rede de cidades, os aspectos demográficos e econômicos do Mato Grosso.

Outro fator considerado para articular o termo, reside no tipo de ocupação e nos atores desse processo, em geral efetuados por grupos que podem ser enquadrados como minorias culturais. O processo de ocupação decorrido dos projetos de colonização foi protagonizado principalmente por pessoas vindas do sul e sudeste do país em busca de terras baratas ou melhores oportunidades. Muitos dos migrantes que chegaram ao estado motivados pelas propagandas e pelos programas e estatais eram agricultores que vislumbraram no Mato Grosso uma forma de aumentar suas posses e melhorar de vida. Por outro lado, os “colonos” das primeiras décadas do século XX eram em geral nordestinos, grande parte garimpeiros que perambulavam em busca de novas áreas de garimpagem. Esses migrantes foram responsáveis pelo povoamento de diversas cidades que atualmente compõem a região sudeste mato-grossense como Guiratinga, Tesouro, Poxoréo entre outras. Faresin (1982) descreve a presença destes grupos:

A imigração da Bahia firmara-se nos garimpos: fortaleceu Lageado que passou a se chamar Guiratinga; surgiu ou aumentou o garimpo de Poxoréo que se tornou grande centro garimpeiro, com Coité, Alto Coité, Ponte dos Anjos, Pombas etc.

Virá à imigração Cearense que formará os núcleos de Paraíso do Leste e Jarudore. A imigração goiana e mineira povoará a região de Mutum que se chamará mais tarde Dom Aquino. Á beira do Araguaia os centros de Baliza e Balizinha, transformando-se nos atuais Torixoréu e Baliza; irão desenvolver-se Ponte Branca, Araguainha e Ribeirãozinho, e, rio Abaixo Cocalinho (FARESIN, 1982, p. 21).

A mobilidade espacial característica dos grupos de garimpeiros, faz com que sejam considerados atores periféricos nos processos de ocupação e formação de cidades, ainda que sua ação tenha sido essencial para o desenvolvimento desta porção do estado que está intimamente ligada aos ciclos de mineração de diamantes do início do século XX.

Desde sua incorporação, o estado do Mato Grosso sempre representou uma área de baixa densidade populacional, em face do relativo isolamento da região e de suas grandes proporções territoriais com atualmente e de 903.202.446 km<sup>2</sup>. Essa situação começou a modificar-se de forma mais intensa a partir dos esforços governamentais de integração do centro-oeste, Ajara (1989, p. 123) afirma que:

a implantação de grandes programas governamentais, reunindo expressivo montante de recursos destinados a investimentos, na região tem contribuído para modificar o quadro demográfico regional, no que tange aos seus aspectos evolutivos e sua distribuição espacial [...] centrada no deslocamento populacional para a região, a partir da incorporação de terras agrícolas, bem como a implantação de uma rede de rodovias-tronco, sobretudo na década de 70, objetivando caracterizá-la como região produtora de alimentos e como principal via de ocupação da Amazônia.

O avanço da fronteira agrícola sobre o Mato Grosso, em conjunto com outras ações estatais que visavam a integração da região ao circuito econômico nacional, refletiu na expansão do número de cidades e nos altos índices de crescimento demográfico. Porém, essas ações não se processaram de maneira homogênea sobre a totalidade do espaço mato-grossense, de modo que a introdução dessas políticas promoveu o reordenamento da estrutura econômica local em detrimento dos pequenos centros garimpeiros como Guiratinga, que não lograram uma integração capaz de garantir, nesse novo contexto, as condições necessárias à manutenção de um desenvolvimento socioeconômico satisfatório, restando-lhes um papel secundário neste novo cenário.

A partir das informações apresentadas (principalmente nos gráficos e tabelas) é possível entender a relação entre a formação da malha urbana e o crescimento demográfico de Mato Grosso. É possível verificar que a expansão do número de cidades com a implantação das políticas de ocupação territorial e desenvolvimento econômico iniciadas no

governo Vargas e intensificada pela inauguração de Brasília em 1960, bem como, pelas políticas de integração nacional do período militar, provocaram o surgimento de novas centralidades que passaram a rivalizar com os centros constituídos *a priori*, resultando em novos arranjos políticos e territoriais.

A análise dos dados, permitem supor que a posição de destaque ocupada pelas então cidades da região leste, devia-se em parte a pouca expressividade da malha urbana de Mato Grosso, e pela atividade econômica do auge dos garimpos que obrigatoriamente colocava essas cidades em posição privilegiado no cenário local, porém, com implementação de uma malha urbana mais densa e os novos modelos econômicos ligados a matriz agroindustrial, bem como, a decadência dos garimpos resultaram na estagnação econômica dessas localidades. Ajara (1989, p. 201) descreve o processo de mudança na espacialidade local do centro-oeste, segundo o qual:

A ampliação espacial da agricultura capitalista nos anos 50 provocará a penetração do capital com pujança progressiva no Centro-Oeste. Transformações ocorrerão na Região e se refletirão no quadro urbano regional. [...] [em] 1970 ou nos anos ele próximos. [...] Brasília já era presença marcante no Planalto Central e o capital já penetrara ostensivamente na região de uma maneira crescente. A década de 70 trouxe a região grandes modificações que sem dúvida, vêm se acentuado nos anos 80.

As políticas de integração motivadas pelos interesses do capital culminaram em mudanças estruturais representadas pela transformações da malha urbana e pela implantação da rede viária federal, rodovias BR 364, BR 163, BR 070 entre outras que facilitaram a circulação de mercadorias e pessoas, ocasionando profundas mudanças nas paisagens mato-grossenses sinalizando sua integração ao circuito econômico nacional e global ainda que como região periférica com função de produção de *commodities* muitas vezes às custas de um grande prejuízo ecológico.

## **Guiratinga: processo histórico**

A compreensão da evolução urbana pressupõe a análise da cidade como fato histórico, geográfico e social, pois trata-se de um objeto vivo, em movimento e não acabado. Em nosso estudo é preciso considerar também a formação territorial de Mato Grosso, que não ocorreu de forma contínua, tendo se efetivado em “saltos” propiciados por mudanças na economia nacional e regional, e também por políticas de Estado.

De acordo com Ferrari (1978, p. 208), “a cidade é um fato histórico, geográfico e, acima de tudo social. [...] para compreendermos o que se passa com a cidade dos dias atuais necessitamos voltar ao passado para entender como as cidades se organizavam”. Sobre a importância da dimensão histórica destaca Carlos (2011, p.57):

Essa dimensão histórica é fundamental para compreensão da natureza da cidade. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganha dinamismo ao longo do processo histórico, A cidade tem uma história.

Acreditamos que essa dimensão histórica de que fala Carlos (2011), seja de extrema importância em qualquer estudo que busque compreender fenômenos sociais, como a origem e evolução das cidades que traz em seu cerne e em suas formas as características que a sociedade lhe atribuiu no espaço, conforme pressupõe Santos (1988), para o qual o espaço constitui um produto social em permanente processo de transformação, cuja compreensão pressupõe o entendimento de espaço e sociedade.

Guiratinga situa-se na área corresponde atualmente à região sudeste de Mato Grosso, sendo na época a porção leste mato-grossense que até o início do século XX era habitada quase que exclusivamente pelos indígenas do grupo Bororo. As primeiras atividades registradas na área foram a pecuária, exercida por migrantes mineiros e goianos que se apropriaram de terras devolutas para abertura de fazendas nos vales dos Rios Araguaia e Garças.

As fontes que tratam da ocupação dessa região estabelecem como marcos iniciais da ocupação o final do século XIX, com as incursões do “sertanista” Antônio Cândido de

Carvalho em 1890 e o estabelecimento da Missão Salesiana do Brasil, em 1894 que tinha como objetivo o contato e a catequização dos Índios no local denominado “Merure”.

Nesse período os únicos núcleos populacionais eram Registro do Araguaia, atualmente pertencente ao estado de Goiás, estabelecido por volta de 1882, e que além de ponto inicial da linha telegráfica que ligava Cuiabá ao Rio de Janeiro (então capital federal) era às vezes utilizado como posto fiscal e policial. O segundo núcleo corresponde a Santa Rita do Araguaia, estabelecido em 1914 e reconhecido como cidade por volta de 1923, atualmente situado no estado de Goiás, mas que à época correspondia um território mato-grossense, sendo que uma porção da cidade continua pertencendo ao Estado sob a denominação de Alto Araguaia.

Dentre os pioneiros o que figura com maior destaque, estando presente na quase totalidade das fontes escritas sobre a ocupação da região é João José de Moraes Cajango, que teria se estabelecido nesta localidade por volta de 1890, tendo oficializado a petição das terras da fazenda Boa vista em 1901 (BAXTER, 1988, p. 65). Embora a pecuária esteja na origem do processo de ocupação, a prática somente se concretiza a partir de descoberta de diamantes cuja data não há consenso, tendo ocorrido entre 1907 e 1909<sup>52</sup> por um baiano chamado Feliciano Cezilo dos Santos na confluência dos rios Cassununga e Garças - atualmente distrito do município de Tesouro, a 40 quilômetros de Guiratinga, caracterizando o local como o primeiro garimpo da região do Vale do rio das Garças.

Após as descobertas de diamantes houve o deslocamento de um grande contingente populacional para a região provocando surgimento de inúmeros núcleos de povoamento. Baxter (1988) apresenta dados publicado no diário carioca “O Jornal” que circulou de 1919 a 1974, cuja edição do dia 24 de dezembro de 1924 estimou 44 currutelas na região com uma população de dezoito mil pessoas, sendo Cassununga o maior povoado com cerca de 2 (dois) mil habitantes e o povoado Engenheiro Morbeck ou José Morbeck era “a pequena capital da nova Califórnia que emerge no coração do sertão do Brasil Central”.

Embora Baxter (1988) faça críticas aos números apresentados pelo referido diário alegando um exagero nos dados, em consulta ao periódico verificamos que números

---

<sup>52</sup> As datas divergem sendo que para: Carmo (2010) teria sido em 1907, Baxter (1988) em 1909, Costa e Pereira (2002) em 1908.



apresentados são 33 currutelas e um total de 15 (quinze) mil habitantes. “Engenheiro Morbeck” que mais tarde passaria a chamar-se Lageado, seguido de Guiratinga. Foi fundada em 1921 por Augusto Alves e se tornará já no início da década de 1920, um importante centro de comércio de diamantes conforme atesta “O jornal” em sua edição de 24/12/1924. É importante salientar que o referido jornal cita nominalmente cada um dos pequenos povoados e suas localizações.

A fundação de Guiratinga é atribuída a Augusto Alves, natural do Estado de Minas Gerais, que no ano de 1920 teria se estabelecido nas proximidades do córrego Seminário ou Augusto Alves, onde iniciou o garimpo de Lageado, que emprestaria o nome a cidade que inicialmente era conhecida como “Povoação de Lageado” (Figura 1). Não há consenso sobre o local onde o primeiro morador teria se estabelecido, Carmo (2010) afirma ter sido nas proximidades do córrego Seminário, contudo, outras fontes relatam que a primeira ocupação teria ocorrido nas margens do córrego Augusto Alves.

Figura 1: Garimpo em Lageado no ano de 1934



Fonte: Conerjo (2010).

Ainda sobre o número de currutelas, ressaltamos que o referido jornal não apresenta uma definição clara do que sejam de fato essas currutelas, e se consideramos o número atual de pequenos distritos e povoados que somente no município de Guiratinga chegam ao número de seis pequenas localidades (fora a sede), em que pese o estado de abandono em que se encontram atualmente, que nada ou pouco espelham os relatos dos tempos dos diamantes. A importância da atividade de garimpagem pode ser observada na Figura 1, que demonstra que atividade contava com investimentos que permitiam a utilização de tecnologias avançadas para época, como o escafandro que aparecem na referida fotografia que data de 1934.

O início do povoamento foi marcado pelo aumento das áreas de garimpagem no Vale do Rio Garças e pelo crescimento do fluxo migratório oriundos principalmente da Bahia, que migravam devido ao declínio das lavras diamantíferas da Chapada Diamantina e Lençóis. Em 1926 o povoado é elevado à categoria de Distrito, sob a Lei Estadual nº 961 de 12 de junho, e a condição de Vila três anos mais tarde, através da Lei Estadual nº 1023 de 25 de setembro de 1929, tendo se convertido em sede municipal em 1933 por meio do Decreto-Lei Estadual nº 201. Em 1943 houve a alteração da toponímia da cidade de Lageado para Guiratinga (COSTA; PEREIRA, 2002).

Entre 1943 e 1977 a cidade adquire uma infraestrutura tipicamente urbana oferecendo serviços públicos nas esferas estadual e federal, como Correios e Telégrafos, Comarca de Justiça, aeroporto com voos regulares das empresas Vasp e Panair, os bancos Nacional e Real, Banco do Brasil, Caixa Econômico Federal, além de um Centro Acadêmico, Literário e Esportivo e um centro social, mantido pela igreja onde funcionava também um cinema, um dos poucos do Estado (COSTA; PEREIRA, 2002).

Em 1931, torna-se sede da prelazia do Registro do Araguaia, desmembrada da Arquidiocese de Cuiabá em 1914 que abrangia toda a região leste de Mato Grosso, sendo que 1969 o Papa Paulo VI passou a denomina-la Prelazia de Guiratinga, mais tarde Diocese de Guiratinga (FARESIN, 1982). A Figura 2 retrata a construção da primeira matriz no local da antiga capela, a igreja da foto foi modificada anos mais tarde para dar lugar a Catedral de São João Batista, sede da agora extinta Diocese de Guiratinga (Figura 3).

Figura 2: Construção da Matriz de São João Batista    Figura 3: Catedral de São João Batista 2017



Fonte: Lucidio (2008).



Fonte: os autores (2017).

No campo da saúde e da educação nota-se a importância da Igreja Católica em Guiratinga onde desempenhou uma função que estava muito além do trabalho pastoral. A Igreja ao realizar obras sociais, favorecia a ocupação da região, pois sua ação proporcionava a cidade uma infraestrutura e equipamentos que promoviam o adensamento populacional.

Assim, foram construídos em 1931, pela Igreja Católica de Guiratinga, os Institutos Santa Terezinha e Bom Jesus, pertencentes à missão salesiana, cujo funcionamento ocorria em regime de internato e externato proporcionando formação de primeiro grau. Em 1955, foi aberta a Escola Normal e em 1961, o colégio de primeiro grau Patronato São José. Em 1965 o Hospital Santa Maria Bertila, nesse período a Igreja já tinha o controle do hospital municipal Dom Bosco. E em 1966, o Colégio de Contabilidade Luiz Orione (FARESIN, 1982).

Atualmente a cidade possui pouca expressão no cenário estadual, tendo perdido grande parte dos equipamentos de serviços urbanos no período de 1990 e 2000, com o fechamento de escolas, hospitais, agências bancárias, diversos órgãos da administração Estadual e Federal, além da transferência da sede Diocesana etc. Tais mudanças podem ser atribuídas ao acentuado declínio da extração de diamantes, mas principalmente a mudanças na conjuntura econômica regional e estadual, com a concretização dos programas de integração do centro-oeste, a “revolução verde” e a introdução do agronegócio, entre outros.

A importância do agronegócio para economia nacional apresentou um acentuado crescimento. Conforme Staub (2007, p. 10):

Nos últimos anos, a agricultura, a pecuária, e todos os negócios gerados a partir desses dois seguimentos vem ganhando o posto de maior destaque na economia nacional. Os expressivos resultados do agronegócio vêm impulsionando o crescimento brasileiro, sendo responsável pelo superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos.

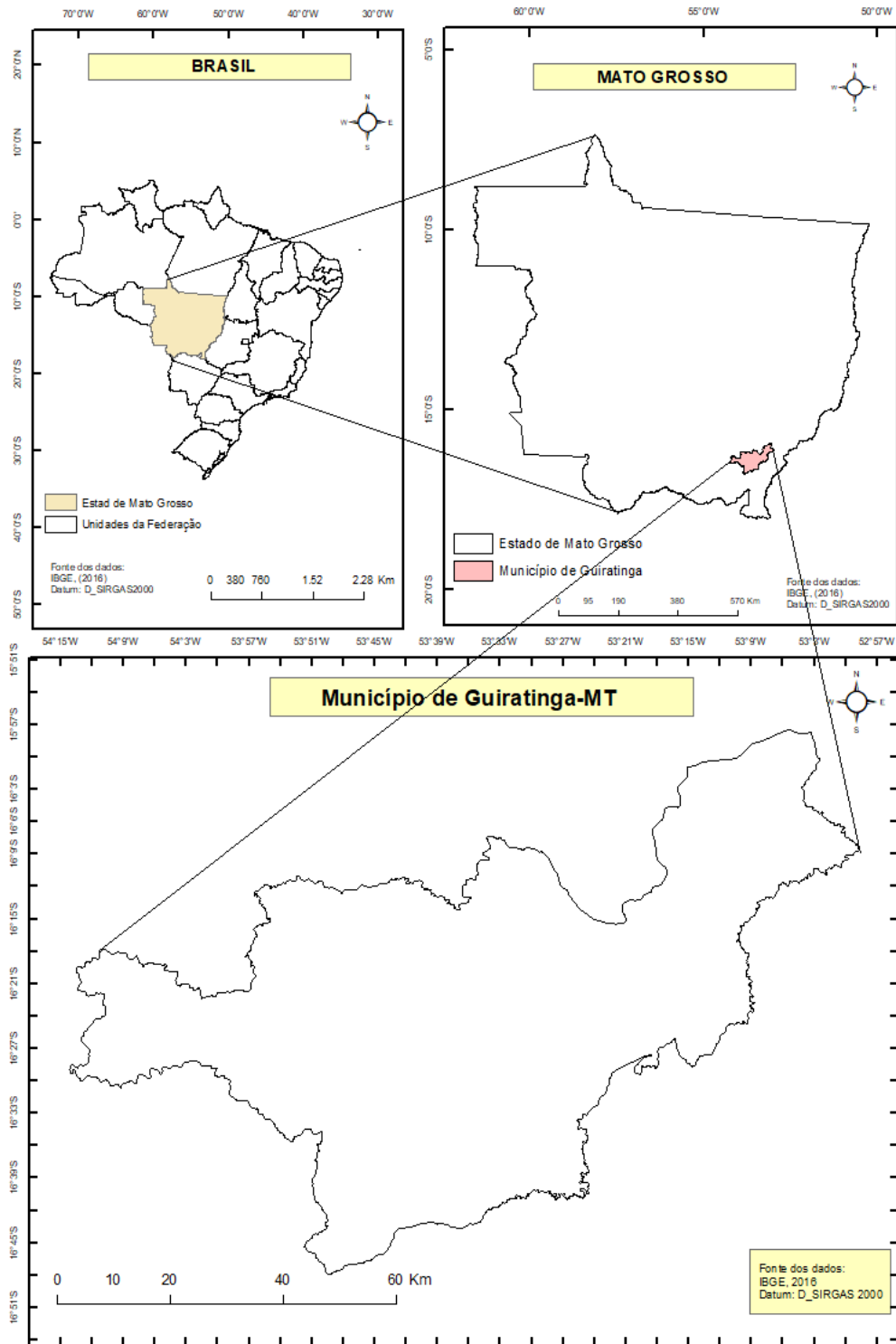
É inegável a importância do agronegócio para economia nacional, contudo, acreditamos que introdução deste alterou de tal forma as dinâmicas econômicas existentes no Mato Grosso que produziu um efeito adverso nas cidades já estabelecidas na região sudeste, resultando na diminuição de sua importância política e econômica.

Dessa forma, este estudo procura compreender as fases vivenciadas pela cidade, considerando os impactos dessas conjunturas na evolução, desenvolvimento e involução de Guiratinga, buscando compreender em que medida essa modificação do arranjo político e econômico afetou o desenvolvimento da cidade levando a sua estagnação.

### **Caracterização da área**

O município de Guiratinga possui uma área de 5.061 km<sup>2</sup>, localizados a 322 km de distância da capital Cuiabá e a 110 km de Rondonópolis (Mapa 1). É composto pelos distritos de Alcantilado, Vila Nova (Coréia), Vale Rico, além da sede. Sua população está estimada aproximadamente em 14.525 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 2,86 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2016).

Mapa 1: Localização de Guiratinga



Fonte: IBGE, elaboração dos autores (2017).

Apresenta topografia irregular, com áreas de Chapadões e áreas acidentadas, além de quatro formações geológica predominantes, sendo as formações Ponta Grossa,

Cachoeirinha, Palermo e Aquidauna. A sede municipal está assentada em uma área que alterna terrenos planos nas áreas próximas à rodovia MT 270 e terrenos irregulares na região central e entorno, em decorrência dos inúmeros cursos d'água de pequeno porte (córregos) que atravessam o sítio urbano.

O solo da região é formado por areia quartzosa, litólicos, podzólicos e latossolos. Com relação à hidrografia do município destacam-se os principais rios: Garças, Bandeira e Diamantino pertencentes à Bacia Tocantins/Araguaia e os rios Prata, Areia e Floriano pertencentes à Bacia Platina, além de outros cursos hídricos. A fauna corre grande risco de extinção devido à ocupação do ambiente e destruição do habitat. A vegetação predominante é o cerrado, pouco conservado que gradativamente vem cedendo lugar ao cultivo de grãos e pastagem. Segundo Costa e Pereira (2002) o município localiza-se em um ecótono<sup>53</sup>, com uma rica biodiversidade, congregando diversas espécies vegetais e animais dos biomas cerrado, pantanal e Amazônia. Ecótono ou Ecótono é uma área de transição entre dois biomas ou ecossistemas.

O clima pode ser considerado tropical úmido com temperatura média de 24°C, com máximas de até 40°C. Apresenta duas estações bem definidas, com chuvas entre os meses de setembro e abril e a estação seca entre os meses de maio a agosto. A precipitação pluviométrica tem uma intensidade variando entre 1.400 a 1.600 mm.

A economia do município baseia-se na agricultura de grãos, predominando o cultivo da soja e do milho, principalmente nos chapadões do alcantilado onde a topografia é propícia ao emprego da agricultura mecanizada. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a área cultivada com as principais culturas é de 59.500 hectares com plantações de soja, 20.000 hectares de milho, 12.600 hectares de algodão, com a produção de 185.450 toneladas de soja, 82.000 toneladas de milho e 50.211 toneladas de algodão. A pecuária também está presente com um rebanho de 167.821 cabeças de gado, sendo a atividade econômica mais antiga do município.

---

<sup>53</sup> Área de transição entre dois habitats ou ecossistemas distintos, que pode ter características de ambos ou próprias. Os limites de uma floresta, perto de um campo ou gramado, é um ecótono, do mesmo modo que as áreas de savana entre florestas e pastagens. (ART, 1998, p. 173)

Os setores da economia urbana baseiam-se principalmente no comércio e serviços. Atualmente existem cerca de 430 empresas nos mais diversos ramos, que empregam por volta de 1.248 pessoas, com média salarial de 2,3 salários mínimos. O número relativamente alto de empresas para o porte do município deve-se a metodologia empregada pelo IBGE, conforme é explicado na Estatística do Cadastro Central de Empresas publicado em 2011:

O Cadastro Central de Empresas reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações formalmente constituídas e presentes no território nacional, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal, e suas respectivas unidades locais. A atualização desse Cadastro é realizada anualmente a partir das informações do IBGE, provenientes das pesquisas econômicas para as atividades de Indústria, Construção, Comércio e Serviços e do Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas - SimCad, bem como de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego, como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

O Poder Público municipal é o maior empregador da cidade com cerca 401 servidores entre efetivos e contratados, segundo dados da Secretaria Municipal de Administração.

O município conta atualmente com apenas um hospital particular que possui cerca de vinte e cinco leitos e que atende em convênio com o Sistema Único de Saúde, restringindo-se a procedimentos de baixa complexidade. Composto a infraestrutura de saúde existe uma unidade de pronto atendimento, cinco postos de saúde da família – sendo quatro no perímetro urbano e um na zona rural, que atua de forma itinerante nos distritos do município – uma farmácia pública e quatro particulares. Os demais atendimentos são realizados em outros municípios através de convênios e consórcios.

No que concerne à segurança pública, o município é atendido pelo Centro Integrado de Segurança e Cidadania (CISC), que reúne um pequeno efetivo de policiais civis e militares. Os índices de violências são compatíveis com o tamanho do município, podendo ser considerados relativamente baixos. Existe ainda um Centro de detenção, atualmente desativado a pretexto de uma reforma inacabada, sendo os detentos encaminhados para Rondonópolis.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Municipal de Educação e Assessoria Pedagógica Estadual, o sistema educacional é composto exclusivamente por escolas públicas das redes estadual e municipal, sendo cinco escolas estaduais e três municipais de ensino fundamental, com um total de 1.236 alunos; duas escolas estaduais de ensino médio com 508 alunos matriculados e três escolas municipais de educação infantil com de 204 alunos. Dados fornecidos em maio de 2017.

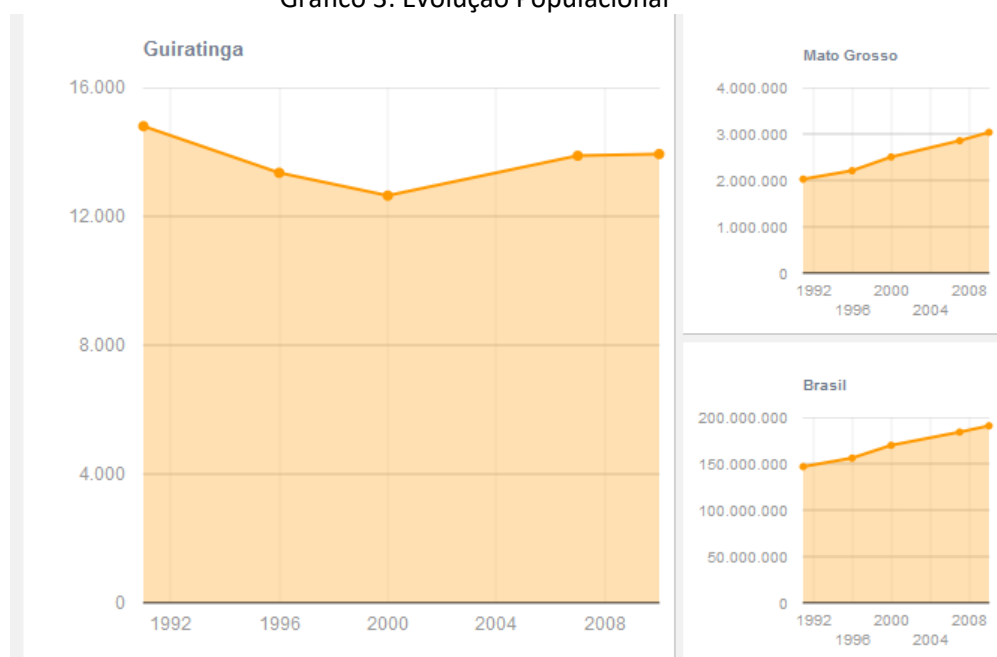
O acesso ao município é realizado principalmente por rodovias e estradas, sendo a principal ligação a rodovia estadual MT 270, que interliga Guiratinga aos municípios de São José do Povo e Rondonópolis, sendo também o principal acesso às rodovias BR 163 e BR 364. Existem ainda rodovias não pavimentadas como a MT 110 que dá acesso aos municípios de Alto Graças, Tesouro, Primavera do Leste e a MT 107 que liga Guiratinga aos municípios de Poxoréo e Primavera do Leste. A cidade possui ainda um campo de pouso capaz de receber pequenas aeronaves.

Os principais meios de comunicação de massa são: o Jornal a Folha de Guiratinga, que possui tiragem semanal com circulação somente aos domingos e duas estações de radiodifusão sendo a Rádio Garça Branca AM e a Rádio Comunitária Líder FM.

A cidade atualmente pode ser considerada estagnada economicamente, pois apresenta baixo índice de crescimento segundo dados do IBGE (BRASIL, 1991; 1996; 2000; 2007; 2010). O decréscimo populacional persistiu até o ano 2000 quando inicia uma pequena recuperação conforme pode ser observado no Gráfico 3.



Gráfico 3: Evolução Populacional



Fonte: BRASIL, Censo Demográfico (1991); Contagem Populacional (1996); Censo Demográfico (2000); Contagem Populacional (2007) e Censo Demográfico (2010).

Os dados do Gráfico 3 apresentam um acentuado declínio populacional no período compreendido entre os anos 1992 e 2000, após o qual ensaia uma recuperação seguida pela estagnação do contingente populacional. O decréscimo populacional pode ser atribuído à estagnação econômica e à baixa oferta de emprego, principalmente para a população mais jovem que migra para os centros maiores em busca de melhores oportunidades.

Atualmente a cidade possui uma economia pouco dinâmica sendo assim caracterizada pelo IBGE:

Em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 21848.64. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 72 de 141. Já na comparação com cidades do Brasil todo, sua colocação era de 1512 de 5570. Em 2015, tinha 84.8% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 44 de 141 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 3149 de 5570. [...] Em 2015, o salário médio mensal era de 2.4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 40 de 141 e 109 de 141, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 723 de 5570 e 3495 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 58 de 141 dentre as cidades do

estado e na posição 2991 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE CIDADES, 2017).

As informações do IBGE descrevem com precisão o atual papel da cidade no cenário mato-grossense, como centro de pouca expressão econômica em relação às demais cidades do estado, quadro que se reflete no êxodo da população em idade produtiva, na diminuição de serviços a população que tem se tornado dependente dos municípios vizinhos como Rondonópolis para ter acesso a diversos serviços como atendimento de saúde.

A cidade de Guiratinga ao longo do seu processo histórico demonstra as transformações da paisagem urbana mato-grossense, revelando as nuances da constituição da malha urbana de Mato Grosso. Guiratinga experimentou o crescimento em função da extração e comércio de diamantes, tornou-se conhecida no cenário local como um importante centro urbano no contexto regional da época. Contudo, a exemplo outros centros mineradores a cidade recebeu um papel secundário frente ao novo arranjo econômico vigente, que fez surgir novos centros de desenvolvimento ligados a agricultura de exportação.

## Referências

BAXTER, Michael. *Garimpos de Poxoréo: mineradores de pequena escala de diamantes e seu meio ambiente no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Censo demográfico de Guiratinga 1991, 1996, 2000 e 2010*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=510420&search=mato-grosso|guiratinga>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. *Produção Pecuária Municipal: região Sul e Centro-oeste*. Disponível em:<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_1974\\_v4\\_sul\\_centro\\_oeste.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_1974_v4_sul_centro_oeste.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. *Contagem populacional de Guiratinga 1996, 2007*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=510420&search=mato-grosso|guiratinga>>. Acesso em 12 out. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARMO, Ailon do. *História de Guiratinga*. [S. l.]: Rondonópolis, 2010. p. 53-171.

COSTA, Lourival; PEREIRA, João Antonio. *Guia turístico, histórico e cultural de Guiratinga*. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Guiratinga, [2002].

IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Estatísticas do cadastro central de empresas: 2013 - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 178 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94246.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

FARESIN, Pe. Santo Cornélio. *Da prelazia de Registro do Araguaia a Diocese de Guiratinga*. Guiratinga: [s. n.], 1982.

FERRARI, Sérgio. Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, v. 53, n. 211, p. 55-80, jul./set. 2016. Disponível em: <[http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril\\_v53\\_n211\\_p55](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p55)>. Acesso em: 05 nov. 2017.

ART, Henry W. *Dicionário de Ecologia e Ciências Biológicas*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos UNESP, 1998.

HIGA, Tereza Cristina Souza. et al. *Geografia de Mato Grosso: território, Sociedade, Ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil: região centro-oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

SEPLAN/MT. *Mapa de vegetação. Zoneamento Sócio-econômico Ecológico*. PRODEAGRO. Ministério de Integração Nacional. 2012. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

## ÍCONES URBANOS: uma leitura de seus usos na metrópole de São Paulo

Viviane Veiga Shibaki<sup>54</sup>

Júlio César Suzuki<sup>55</sup>

**Resumo:** a cidade de São Paulo passou por significativas transformações ao longo de seu processo histórico. Tratando-a como lócus, este artigo buscou analisar os ícones urbanos materializados nela, cujas construções de caráter simbólico têm como uma de suas funções a representação do espaço, que pode ser simbólica, cultural, econômica, política ou social. Os objetos para análise foram coletados a partir de levantamento documental que se concentrou em um conjunto de cartões-postais históricos, que ao serem agrupados por períodos de tempo, espaço, forma e editora responsável pela publicação, possibilitaram a realização de leituras iconográficas, culminando no entendimento visual do espaço urbano da cidade, seja ele valorizado pelo morador e/ou turista, seja pela construção, imposição ou legitimação política, econômica ou cultural.

**Palavras-chave:** iconografia; espaço urbano; leitura simbólica; história de São Paulo.

### Introdução

Como elementos que compõem a paisagem de grandes metrópoles, os ícones urbanos configuram-se na forma de atributos, tornando esses espaços singulares e especiais no bojo de processos articuladores de fluxos socioeconômicos e turísticos diante de uma cultura visual em que a simbologia se faz relevante.

Considerando sua inserção no processo da economia simbólica das cidades, em que imagens são veiculadas no sentido da promoção de um destino, alguns ícones são selecionados e usados exaustivamente, transmitindo alguns conteúdos espaciais facilmente identificáveis.

Assim, inquietações surgem diante de generalizações e equívocos no uso da palavra ícone, que será focado, neste texto, sob a perspectiva do ícone urbano materializado, ou

---

<sup>54</sup> Doutora em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. E-mail: vvshibaki@usp.br

<sup>55</sup> Professor Doutor em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. E-mail: jcsuzuki@usp.br

seja, construções de caráter simbólico que têm como uma de suas funções a representação do espaço, que pode ser simbólica, cultural, econômica, política ou social.

Para tal, a escolha da metrópole de São Paulo como *locus* de pesquisa se configurou como estratégica, pois desde a primeira aglomeração, em 1554, até a primeira década do século XXI, a história de São Paulo foi marcada por fases que se sucederam, convergindo a questionamentos que se concentraram na perspectiva pela qual os ícones urbanos são representativos para a produção da imagem da metrópole, o porquê do uso da memória coletiva se constituir como um instrumento de legitimação e como os agentes hegemônicos de mercado se beneficiam desse processo, que pressupõe-se excludente diante das representações sociais do espaço urbano.

Desta forma, este texto tem como objetivo analisar os ícones urbanos na história de São Paulo, considerando as representatividades históricas desde sua fundação, em 1554 até a primeira década do século XXI, sob a ótica da exclusão nas representações sociais, sobretudo em relação à memória coletiva, concentrando-se na compressão do contemporâneo vivido na metrópole, em que agentes hegemônicos de mercado e o setor público se apropriam, sobretudo da imagem de certos ícones urbanos construídos, com o objetivo de divulgação e atração de fluxos socioeconômicos e turísticos.

Em um recorte espacial, a metrópole de São Paulo é entendida como o município de São Paulo, ou seja, foram descartados os 38 municípios que compõem juntamente com São Paulo a considerada região metropolitana<sup>56</sup>, pois neste texto o sentido da palavra metrópole é empregado dentro de um contexto mundial, sem o objetivo de adensar debates e reflexões conceituais de região, cidade e metrópole.

Diante da subjetividade do ícone urbano, ou seja, o que é um ícone para uma pessoa ou comunidade, por exemplo, pode não ser para outra, a opção encontrada convergiu em análises de exemplos de um processo histórico em que são fundamentais para o

---

<sup>56</sup> Administrativamente, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 39 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Capapicuíba, Cotia, Diadema, Embú, Embú-Guaçú, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo, São Caetano, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande (IBGE, 2000).

entendimento do contexto em que estão inseridos, não tendo como pretensão a seleção ou classificação deles.

Considerando os estudos de Souza (1994), Toledo (2004) e Reis Filho (1994), o estabelecimento de uma linha de tempo específica à leitura dos ícones urbanos de São Paulo convergiu na cronologia: São Paulo Colonial (1554-1876); São Paulo Europeia (1876-1930); São Paulo Moderna (1930-1960); São Paulo Metrópole (1960-1990) e São Paulo Global (1990-2010).

O uso das imagens de São Paulo antiga e dos cartões-postais como instrumentos de pesquisa se constituíram como elementos atributivos que incorporaram um período de tempo significativa, bem como demonstraram o movimento histórico por meio de imagens, sendo que essa eficácia é comprovada nos trabalhos de Vinha (2001) e Monnet (2006), que utilizaram o cartão-postal como registro de ícones urbanos no desenvolvimento de São Paulo e Los Angeles, respectivamente.

Como a análise dos cartões-postais na pesquisa de Vinha (2001) chega até o ano de 1997, deu-se continuidade a este levantamento a partir deste ano até 2009, sendo necessária a identifica o dos mais relevantes produtores e distribuidores dos cartões-postais que se resumiram a dois: Brascard e Studio Stajano, sendo estruturada a análise das imagens contidas em mais de uma década desse material.

Somando-se   análise dos cartões-postais, utilizou-se, também, como instrumentos de pesquisa, três diferentes elementos: o livro *Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo*, do Departamento do Patrim nio Histórico (DPH), de 1979, com o intuito de identificar e analisar as fotografias históricas e o contexto de resgate da memória por parte de um órgão público na década de 1970 e seus consecutivos desdobramentos, por meio da *Expedi o São Paulo*, de 1985, e *Expedi o São Paulo 450 anos*, de 2004; o *São Paulo Convention & Visitors Bureau* (SPCVB), como entidade privada promotora e captadora de eventos de São Paulo, a fim de compreender o movimento da promo o da metrópole e a utiliza o de ícones urbanos em seu material de divulga o, que se inicia na década de 1980; e a *São Paulo Turismo S.A.* (SPTuris), enquanto entidade pública que atua com fun oes de secretaria de turismo de São Paulo, a partir das políticas públicas que configuraram o

atual panorama do turismo na metrópole, bem como de material de divulgação mais recente.

Podendo ser considerados sínteses de espaços urbanos como, por exemplo, grandes metrópoles, os ícones urbanos são dotados de funções de divulgação de totalidades que, no caso de São Paulo, ocultam outras facetas, convergindo a reflexões e buscas conceituais que auxiliassem na densidade da pesquisa, abarcando conhecimentos ligados à geografia, história, turismo, semiótica, urbanismo, entre outros.

### **A presença dos ícones urbanos na história de São Paulo e o uso do cartão-postal como elemento legitimador da imagem da metrópole**

Em um panorama que o *marketing* predomina, a banalização da palavra ícone é decorrente e sua propagação é indiscriminada, podendo relacionar-se a símbolos presentes em programas de computador e internet, a pessoas que se destacam por motivos diversos em esferas sociais que podem chegar a termos mundiais, e a objeto integrante aos estudos da semiótica e de cultura visual. Exemplos disso são os ícones da moda, ícones da modernidade e ícones da música, entre outros, cujos significados podem ser imagens de pessoas, objetos ou tendências, remetendo a formas de valorização e exaltação e não ao significado específico da palavra.

A etimologia da palavra ícone deriva do grego *eikon* que significa imagem relacionada ao campo da arte pictórica religiosa, que identifica uma representação sacra pintada sobre um painel de madeira e também a mensagem cristã descrita por palavras nos evangelhos. No sentido religioso, trata-se de uma criação bizantina do século V, atribuída pela tradição a São Lucas, sendo esse ícone uma representação da Virgem e, logo depois da queda de Constantinopla, toma maior importância na Rússia (KOUTANTOS, 2008).

Assim, o termo ícone desenvolveu uma conotação de ser um objeto de devoção acrílica ou indiscriminada, sobretudo nas práticas devocionais cristãs, conectando a visão ao toque por meio da teoria antiga da visão na qual se pensa que o reflexo visual afluí dos olhos do expectador para tocar o objeto, tendo a forma do objeto voltada por meio do reflexo de

imprimir a si mesmo na memória do espectador. O espectador é ativo e conectado no objeto, esperando ser tocado pela visão do objeto à medida que a imagem retorna ao longo do raio visual para impressionar a alma por meio da memória (ETHINGTON; SCHWARTZ, 2006).

Já no século XIX, Charles Sanders Peirce desenvolveu a doutrina dos signos e o ícone tomou um novo significado. Para a Semiótica de Peirce (2005), o ícone é algo que se assemelha aquilo que significa, sendo um sinal que se refere ao objeto que denota.

Apesar da aproximação de análise ao campo de estudos relativos à semiótica, a constituição da significação do ícone na contemporaneidade considera também o processo em que a cultura visual baliza os mecanismos de investigação dentro de um contexto sociocultural, sendo que para Barnard (2001) a cultura visual abrange duas vertentes fundamentais: a primeira enfatiza a cultura e a mediação visual dos valores e identidades construídas e comunicadas pela cultura, incluindo entre outras questões, os conflitos de natureza visual, os processos identitários e seus mecanismos de exclusão e a inserção do visual no processo social; e a segunda, focaliza o visual e todos os elementos que o cercam.

Já no plano do espaço das cidades, para Ethington e Schwartz (2006), ícone urbano pode ser definido como o *status* aproximado de uma sumária ou melhor representação de uma cidade em especial, sendo incrustados de experiência e desterritorializados por meio da mobilidade da circulação de imagens. Chamativos e atraentes ao olhar, os ícones urbanos contêm a marca de um tempo e lugar, contribuindo para a qualidade e legibilidade dos espaços urbanos. Porém, ressalta-se que é necessária uma adequação para a leitura de ícones urbanos, pois existe a dependência das definições da mídia de comunicação equivalentes, ou seja, cada momento histórico gera ícones urbanos que, de certa forma, são dependentes dos meios midiáticos disponíveis naquele momento, como as moedas para os antigos, o texto impresso tipográfico e gravuras para os pré-modernos, a fotografia para os modernos e os novos meios digitais para os pós-modernos.

Diante de um longo processo histórico e de importantes transformações ocorridas no mundo, sobretudo no campo da tecnologia da informação, em que a imagem se tornou um relevante elemento, ícones urbanos contemporâneos podem ser considerados como o



resultado da circulação de imagens de símbolos materializados que têm incrustados em si elementos socioeconômicos e culturais espontâneos ou não, que são utilizados como referenciais especiais de distinção e atração.

No caso de São Paulo, sobretudo quando identificadas as fases ao longo de sua história, alguns ícones urbanos surgiram e outros foram esquecidos em um processo de fixação de significados em determinados períodos que foram identificados por fases, conforme descrito no quadro 1:

Quadro 1: Fases representativas na história de São Paulo

<b>1554-1876</b>	<b>1876-1930</b>	<b>1930-1960</b>	<b>1960-1990</b>	<b>1990-2010</b>
São Paulo colonial	São Paulo europeia	São Paulo moderna	São Paulo metrópole	São Paulo global

Fonte: Shibaki (2010).

De 1554 a 1876, constituiu-se a São Paulo Colonial, desde a fundação do pequeno aglomerado em que uma das principais características é a construção em taipa de pilão, até quase o fim do trabalho escravo, em que perdura tal técnica construtiva (REIS FILHO, 1994), não havendo muitos avanços em relação a alterações significativas na paisagem construída. Assim, o norteamento do estudo dos considerados ícones urbanos materializados da atualidade em relação a este período se dá por meio das construções de taipa, sobretudo algumas ligadas à igreja católica, que manteve relevante poder, o que na contemporaneidade restaram apenas fragmentos, como a parede original situada no interior do Pátio do Colégio, que já passou por reconstruções (TOLEDO, 2004).

De 1876 a 1930, estabelece-se a São Paulo Europeia. Considerando a importância do café, da industrialização, da ferrovia, do bonde elétrico, sobretudo a intensa especulação imobiliária, Damiani (2000, p.23) demonstra por meio dessas características o panorama da expansão urbana que se altera neste período. Os ícones urbanos que representam a “São Paulo Europeia” estão materializados nas construções usufruídas pela população mais

abastada, com grandes edifícios e monumentos públicos, como a estação da Luz e a avenida Paulista. Nesta fase, a maioria das construções era realizada por estrangeiros ou com influências europeias: “Os construtores europeus não ibéricos – alemães, ingleses, italianos, franceses ou húngaros – e os paulistas formados no exterior, com técnicas construtivas atualizadas para a época, alteraram os traços da arquitetura da cidade (...)” (REIS FILHO, 1994, p.23), trazendo o chamado “progresso” para São Paulo, que já possuía relevante importância econômica no panorama nacional.

De 1930 a 1960, materializa-se a São Paulo Moderna. Este período se caracteriza pelo movimento modernista, que inspirou diversos edifícios e monumentos, como “(...) o prédio da Companhia Paulista, o Viaduto do Chá, a Biblioteca Mário de Andrade, os túneis da Avenida Nove de Julho, a loja de departamentos Mappin, o Estádio do Pacaembu, a Ponte das Bandeiras, o Cine Art Palácio”, sendo momento de grandes transformações urbanísticas, sobretudo relacionado à crescente frota de automóveis que se instalava (REIS FILHO, 1994, p.24). Neste período em que o desenvolvimento industrial é intenso e a verticalização é simbolizada por meio de edifícios como o Banespa, o Martinelli e o Copan, a expansão dos meios de comunicação é marcada com a chegada da televisão, em 1949 (SOUZA, 1994). A propagação e popularização dos meios de comunicação ou mídia de massa facilitaram a incorporação dos ícones urbanos no cenário mundial. Entretanto, foram as articulações que envolveram as comemorações do IV Centenário de São Paulo e seus resultados que produziram importantes ícones urbanos, como o parque do Ibirapuera.

De 1960 a 1990, estabelece-se a São Paulo Metrópole, em que a configuração da metrópole é exacerbada em meio a um movimento em que as proporções urbanas de São Paulo se agigantaram, ocorrendo, novamente o desaparecimento da fase anterior “(...) das vistas e da memória da população” (REIS FILHO, 2004, p.25). Nesta fase, a verticalização invade todos os bairros da metrópole, tanto os mais abastados, com apartamentos de muitos dormitórios e de alto padrão, quanto os menos favorecidos, financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). O processo de verticalização atingiu não somente as moradias, mas também o setor terciário, que começou a formar centralidades já na década de 1970, como o Centro Empresarial, na porção sul e os edifícios de escritório da avenida Luis Carlos Berrini, na porção sudoeste (SOUZA, 1994). No final da década de 1980, o Memorial da

América Latina, outra construção fixada em amplo terreno, foi inaugurada a partir do conceito de projeto cultural desenvolvido pelo antropólogo Darcy Ribeiro, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer.

De 1990 a 2010, expressa-se a São Paulo Global, pois a metrópole que, na contemporaneidade segue tendências internacionais, sobretudo em relação à sua arquitetura e urbanismo, concentra uma homogeneidade que se transfere a todas as outras metrópoles do mundo, tendo como paradoxo a tentativa de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade que, segundo Harvey (2006), sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, por meio de discursos, interpretações e sentidos das memórias coletivas, permeados de forte elemento social, que tem o poder legitimador de tais discursos. Quando focamos o contemporâneo da metrópole, essa situação pode ser verificada no chamado Vetor Sudoeste, onde o mais novo ícone foi forjado, a ponte Octávio Frias de Oliveira, ou somente ponte Estaiada, coroando iconicamente a paisagem de um espaço estrategicamente planejado, que abriga grandes escritórios de empresas multinacionais e a mais luxuosa hotelaria de São Paulo, como por exemplo, o Hilton São Paulo Morumbi Hotel, o Sheraton São Paulo WTC (*World Trade Center*), o Grand Hyatt São Paulo, entre outros.

No bojo de processos de expansão urbana, alguns desses ícones urbanos exemplificados são utilizados como instrumentos legitimadores de ações de cunho público, privado ou ambos, com intencionalidades preestabelecidas, desde a promoção de espaços reservados para novos empreendimentos imobiliários, até estratégias para fixação de destinos turísticos.

A exposição de ícones urbanos se dá, na contemporaneidade, de diversas maneiras, pois a atual tecnologia alcançada nos permite ter acesso a imagens e informações, na maioria das vezes, em tempo real.

O ocularcentrismo, entendido como um fenômeno de visualização na organização da cultura de nossa sociedade, que pode ser chamada de sociedade visual, ocorre em virtude da importância da imagem nesse processo, sendo que o cartão-postal se insere nesse movimento como resultado da evolução de três áreas distintas, salientadas por Vinha (2001)

como: o sistema de correio, as técnicas de impressão da imagem e as técnicas fotográficas, que surgem na França no final da década de 1830.

Mesmo diante de avançada tecnologia, sobretudo digital que abarcou grande parte do mundo por meio da mídia de massa, o cartão-postal, que nasceu no final do século XIX, continua divulgando, mesmo que em menor proporção e com função de *souvenir*, os ícones urbanos e se constitui como rico elemento de análise para todas as fases apresentadas.

Assim, para complementar a análise das fases históricas realizadas, uma pormenorização da leitura dos ícones urbanos por meio do cartão-postal se fez necessária, sendo que no período de 1897 a 1997, o levantamento de Vinha (2001) destacou os cartões-postais de São Paulo que foram classificados conforme o quadro 2:

Quadro 2: Classificação dos cartões-postais produzidos de 1897 a 1997

<b>Classificação</b>	<b>Marcos / Imagens</b>
Fragmentos da Cidade	Jardim da Luz; Edifício Itália; Masp em obras; Edifício CBI – Viaduto do Chá; Parque Ibirapuera; Fachada da Secretaria da Justiça.
Panorâmicas / Aéreas	Bairro da Luz; Praça Clóvis e Praça da Sé; Avenida Paulista x Avenida Consolação; Campos Elísios; Avenida São João e Anhangabaú; Masp e Parque Siqueira Campos.
Ruas / Avenidas	Rua XV de Novembro; Rua São Bento; Rua Direita; Avenida Ipiranga; Avenida Nova Anhangabaú; Avenida 9 de Julho; Elevado Costa e Silva; Avenida 23 de Maio; Avenida Paulista.
Transporte	O trem; Charretes e carroças; Fiscal de veículo – o bonde; O bonde – os automóveis; Rodovia Anchieta; Aeroporto de Congonhas; Estação Ferroviária Sorocabana; Antiga Rodoviária; Metrô; Rodoviária Tietê; Ponte aérea; Aeroporto Internacional de Guarulhos.
Equipamento Urbano	Viaduto do Chá; Túnel 9 de Julho e Trianon; Antena de Transmissão de Sinais Televisivos; Viaduto Santa Ifigênia; Passagem Subterrânea sob Avenida São João; Complexo Viário Cebolão.
Avenida Paulista	Fotografia da fase dos casarões (convite de exposição); Fundo dos casarões e Parque Trianon; Esquina com Doutor Arnaldo; Fotografia com o bonde ao fundo;

	Fotografia com destaque do Masp; Esquina com Rua da Consolação.
Praça / Largo	Largo da Sé; Praça do Correio; Largo da Misericórdia; Praça do Patriarca; Praça da Sé; Praça da Bandeira; Pátio do Colégio; Praça dos Arcos (Avenida Paulista).
Escola / Faculdade / Instituto	Faculdade de Direito; Escola Politécnica; Escola de Comércio; Faculdade de Medicina; Escola Normal; Instituto Butantã; Universidade de São Paulo.
Edifícios	Secretaria da Agricultura e Secretaria da Fazenda; Edifício Sampaio Moreira; Edifício Copan e Hotel Hilton; Palacete Dona Veridiana; Edifícios Banespa, Banco do Brasil e Martinelli; Edifícios Praça da República.
Martinelli	Cartões-postais do Edifício Martinelli em diferentes ângulos, vistas e momentos históricos.
Teatro Municipal	Cartões-postais do Teatro Municipal em diferentes ângulos, vistas e momentos históricos.
Trianon / Masp	Cartões-postais do Trianon e Masp em diferentes ângulos, vistas e momentos históricos.
Museu Paulista (Ipiranga)	Cartões-postais do Museu Paulista em diferentes ângulos, vistas e momentos históricos.
Monumento às Bandeiras	Cartões-postais do Monumento às Bandeiras em diferentes ângulos, vistas e momentos históricos.
Parque	Jardim da Luz; Parque D. Pedro II; Parque Ibirapuera; Marquise do Ibirapuera.
Esporte	Regatas no Tietê; Estádio do Pacaembu; Estádio do Morumbi; Ypódromo da Mooca; Hipódromo; Jôquei Clube.
Igrejas	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; Igreja de São Bento; Igreja da Achiropita; Igreja de São Pedro e Igreja da Sé; Catedral da Sé – construção das torres; Catedral da Sé.
Poesia Visual	Lago Ibirapuera; Edifício Copan; Entardecer em São Paulo.

Fonte: Adaptado de VINHA (2001).

De acordo com o quadro 2, a concentração espacial dos cartões-postais demonstra que, neste período, foram priorizadas as imagens referentes ao centro, com pouca ocorrência nos outros espaços de São Paulo, situação que se altera na produção das editoras que permaneceram no mercado, pois devido a evolução das técnicas digitais, sobretudo com a popularização das câmeras digitais e celulares, houve considerável queda na comercialização de cartões-postais.

Dentre as editoras que permaneceram e que ainda comercializam cartões-postais de São Paulo estão a Brascard, que atua na metrópole há mais de 25 anos e o Studio Stajano, há 18 anos.

Dentre os 45 cartões-postais mais comercializados pela Brascard e 58 do Studio Stajano, a concentração espacial deles se resume a poucas imagens de São Paulo, que foram classificadas no quadro 3:

Quadro 3: Classificação das imagens dos cartões-postais produzidos pela Brascard e Studio Stajano

<b>nº de cartões-postais</b>	<b>Classificação</b>
41	Centro
22	Avenida Paulista
14	Bairros
10	Parque do Ibirapuera
10	Região da Marginal Pinheiros e Ponte Estaiada
06	Estádios de Futebol

Fonte: Adaptado de Shibaki (2010).

Excetuando os cartões-postais referentes ao Museu Paulista, ao Sambódromo do Anhembi e Parque do Anhembi, Hospital das Clínicas, Museus Memória do Bixiga e cartões-postais elaborados com composição de várias imagens em formato de mosaico, todos os demais estão classificados de acordo com o quadro 3, ou seja, o total de 103 cartões-postais se resume a 5 imagens.

Esta constatação revela que a importância dada à região central identificada na pesquisa de Vinha (2001) permanece até o contemporâneo, pois o centro é o espaço que reúne muitos ícones urbanos, como o Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, Praça da República,

Complexo Cultural Júlio Prestes, Praça Ramos de Azevedo, Teatro Municipal, Viaduto do Chá, Parque Dom Pedro II, Edifício Itália, Edifício Copan, Pátio do Colégio, Largo São Francisco, Mosteiro de São Bento, Praça João Mendes, Mercado Municipal, Edifício Altino Arantes e Palácio das Indústrias, que constam dos 41 cartões-postais identificados na classificação do quadro 3.

Dentre o total dos cartões-postais da avenida Paulista, existem muitas panorâmicas, imagens aéreas e vistas noturnas, além de registros específicos do Museu de Arte de São Paulo (MASP), Parada do Orgulho LGBT, Conjunto Nacional, Parque Trianon e Edifício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Já os bairros identificados foram: Pacaembu, Morumbi, Jardins, Moema, Itaim e Liberdade.

Semelhante às imagens da avenida Paulista, que em sua maioria foram feitas em panorâmicas e panorâmicas aéreas e, em alguns cartões-postais surgiram ícones específicos, o parque do Ibirapuera também foi identificado desta maneira com o Monumento às Bandeiras, Obelisco e Museu de Arte Moderna (MAM).

As imagens dos cartões-postais da região da marginal Pinheiros e ponte Estaiada também aparecem por meio de panorâmicas e panorâmicas aéreas, inclusive com vistas noturnas.

Os estádios de futebol classificados foram o estádio Cícero Pompeu de Toledo (Morumbi), Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu) e Palestra Itália.

A transformação urbana identificada por meios dos cartões-postais tanto no passado quanto no contemporâneo revela que a seleção de imagens é realizada sob uma ótica particular, em que se sobressaem as grandes obras de arquitetura e engenharia, remodelações urbanas e monumentos, sobretudo novidades urbanas, tendo como característica a ocultação de outras parcelas do espaço urbano que, por não fazerem parte de uma tendência com viés elitista e mercadológica, são excluídos desses registros, como, por exemplo os bairros periféricos.

Assim, o paradoxo intrínseco no cartão-postal pode ser compreendido pelo jogo da revelação e ocultação, em que a aparente totalidade é, na realidade, apenas um fragmento de um todo muito maior e complexo.

### **Ícones urbanos, memória coletiva e seus usos**

Debates acerca de fenômenos oriundos da globalização que abarcam as cidades, principalmente os que estão no bojo de processos de expansão urbana e seus reflexos na esfera social, como os de Harvey (2006), Fix (2007) e Silva (2010), remetem às ações de agentes ligados ao mercado imobiliário e turístico que necessitam fortalecer uma imagem homogênea de cidade global para facilitar a conquista de seus objetivos.

No processo desse fortalecimento, a construção de ícones urbanos que sejam aceitos e legitimados por parte da maioria dos cidadãos de que aquilo que é mostrado pelos meios midiáticos é pertencente à totalidade daquele espaço específico é primordial, pois legitima as ações desses agentes.

Para que a imagem desses ícones urbanos seja consolidada, aceita e retransmitida, ela deve pertencer à memória coletiva dos cidadãos, para que haja a legitimação por parte dos movimentos urbanos que constituem o espaço.

De acordo com Halbwachs (2006), a memória coletiva referente a um espaço urbano está ligada às construções materiais que nele estão dispostas, possuindo a marca de um grupo que o construiu e correspondendo a aspectos da estrutura da vida dessa sociedade, estabelecendo uma fisionomia que é reconhecida por outros grupos. Mesmo quando há reconstruções, como no caso de São Paulo que é considerada um palimpsesto, os ícones urbanos acabam por desempenhar papel importante no suporte de legitimidade com relação à memória coletiva, pois para Halbwachs (2006) ela atua com base no espaço e, quando um grupo vive por muito tempo em um local, adapta seus pensamentos à sucessão de imagens materiais que compõem a fisionomia desse local.

Considerando que a paisagem urbana da metrópole se constituiu ao longo do tempo de acordo com movimentos de expansão guiados pelas necessidades impostas pelo



mercado, estão presentes nos ícones urbanos vínculos que contam a história de forma fragmentada, porém permitem o estabelecimento de elos junto à memória coletiva numa construção histórica em que a identidade e o sentimento de pertencimento são aflorados.

Para Hall (2000), esta fragmentação se estende causando crises de identidade, em que há deslocamentos tanto na descentralização dos indivíduos, quanto do seu lugar no mundo social e cultural, sendo que essa identidade se torna parcial ou temporária, em que são transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

A análise do Projeto Museu de Rua, do final da década de 1970 e, posteriormente, da Expedição São Paulo e Expedição São Paulo 450 anos, das décadas de 1980 e 2000, consecutivamente, forneceram pistas para a compreensão de quanto o passado é valorizado em diferentes momentos históricos pela ótica de representantes de órgãos públicos ligados à cultura e à educação, bem como da necessidade de recuperação de imagens ligadas a uma memória que se deseja preservar como elemento intrínseco à realidade social da metrópole.

O Projeto Museu de Rua foi realizado a partir da publicação Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo, do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) de 1979, cujo acervo de negativos de fotografias antigas da cidade foi priorizado no resgate a um passado arquitetônico e urbanístico, tornando-se uma exposição a céu aberto, integrado à vida cotidiana comunitária. As três primeiras fases dessa exposição (publicadas em formato de livro), que aconteceram no final dos anos 1970 por meio de “(...) painéis localizados exatamente onde foram feitas as primeiras tomadas fotográficas há um século” (DPH, 1979, p.4), proporcionaram a revelação do retrospecto de um passado histórico que nem todos conheciam e de uma memória que alguns supunham não possuir, intencionando preservar e valorizar a paisagem urbana.

As fases seguintes: Projeto Museu de Rua IV, Projeto Museu de Rua V e Projeto Museu de Rua VI, tiveram um enfoque um pouco diferente, uma com imagens aéreas de São Paulo, realizadas a partir de fotografia tirada pelo satélite Landsat, outra específica da Vila Zelina e a última sobre o bairro do Bixiga, conforme especificado no quadro 4.

Quadro 4: Imagens dos projetos Museu de Rua

<b>Projeto</b>	<b>Imagens</b>
Projeto Museu de Rua I	Pátio do Colégio, Praça da Sé, Rua 15 de Novembro, Rua Quintino Bocaiúva, Largo de São Francisco, Largo do Ouvidor, Largo de São Bento, Rua Direita, Praça do Patriarca, Viaduto do Chá e Largo de São Bento
Projeto Museu de Rua II	Anhangabaú e Viaduto do Chá
Projeto Museu de Rua III	Praça da Sé e Igreja da Sé (atual Catedral da Sé)
Projeto Museu de Rua IV	São Paulo: espaço/tempo (imagem tirada por satélite)
Projeto Museu de Rua V	Vila Zelina
Projeto Museu de Rua VI	Bairro do Bixiga

Fonte: Adaptado de Shibaki (2010).

Após as exposições, que foram executadas pelo DPH para a prefeitura de São Paulo, houveram duas expedições vinculadas à memória dos paulistanos que objetivaram a criação do Museu da Cidade de São Paulo que, por questões relacionadas a interrupções de gestão na administração pública municipal, nunca foram concluídas em um espaço físico específico.

A primeira, Expedição São Paulo, foi realizada em 1985 por especialistas de diferentes áreas, como arquitetura, urbanismo, sociologia, história e antropologia, entre outras. Segundo Magnani (2004), a expedição que durou 7 dias, atravessou o município de São Paulo de ponta a ponta, com o objetivo de desvendar como seria São Paulo da época, tendo como base os percursos dos viajantes do século XIX.

Já a Expedição São Paulo 450 Anos foi realizada após quase 20 anos da primeira e também por especialistas de diferentes áreas. Dois roteiros foram percorridos, um sentido leste-oeste e outro sentido sul-norte, abarcando e valorizando bairros periféricos e espaços limítrofes do município.

Considerando o Projeto Museu de Rua, do final da década de 1970, e as duas expedições realizadas, a primeira na década de 1980 e a última na década de 2000, temos a configuração de uma trajetória de tendências que colocam e posicionam os olhares em relação à memória dos moradores de São Paulo.

No Projeto Museu de Rua, houve necessidade de vinculação ao passado, sobretudo o materializado no Centro Histórico, em que as pessoas eram convidadas por meio da

curiosidade em relação aos painéis expostos a identificar no espaço físico o que existia construído em um período histórico anterior àquele vivido no cotidiano, ou seja, a valorização da memória histórica era reforçada junto à população, sobretudo materializada nas construções arquitetônicas.

Nas expedições ocorridas nas décadas de 1980 e 2000, a imaterialidade e a valorização da memória relacionada ao cotidiano e ao vivido já se revelavam na seleção dos trajetos que foram percorridos, a primeira ainda reforçou o Centro Histórico, porém a segunda, também passando pelo Centro, proporcionou uma ousadia maior, improvável de ocorrer há poucas décadas anteriores, ou seja, adentrou a bairros extremamente periféricos e com realidades sociais bem diferentes das regiões centrais.

Tanto as exposições do Projeto Museu de Rua quanto a Expedição São Paulo e São Paulo 450 Anos evidenciaram a disposição de agentes públicos na manutenção de uma memória ligada à história de São Paulo e a valorização do morador em contraposição com o movimento efetuado pelos agentes de mercado, que atuam na captação de fluxos socioeconômicos e turísticos. Esta captação ocorre não somente por meios de agentes hegemônicos de mercado em nível privado, como o SPCVB, mas também por meio de agentes públicos como a SPTuris.

O SPCVB é constituído como uma fundação sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada, tendo como objetivos “ampliar o número de visitantes e aumentar o seu tempo de estadia” e “dinamizar o volume de negócios e o mercado de consumo. Promover, captar e gerar eventos” (SPCVB, 2008).

Como material de trabalho de sua última campanha, realizada em 2010, o SPCVB apresentou o projeto intitulado Destinos São Paulo, em que a metrópole é apresentada na formação de cinco destinos específicos: Destino Berrini, Destino Paulista & Jardins, Destino Centro, Anhembi & Center Norte, Destino Ibirapuera & Moema e Destino Faria Lima & Itaim (SPCVB, 2010).

Com enfoque estratégico de fragmentação do espaço em que um dos objetivos foi o de facilitar a logística de mobilidade dos turistas que participam de eventos e negócios na

metrópole, para cada “destino” foi elaborado material próprio com opções de espaços para eventos, hotéis e atrativos turísticos, que foram elencados no quadro 5:

Quadro 5 – Atrativos turísticos do Projeto Destinos do SPCVB

<b>Espaço selecionado</b>	<b>Atrativos turísticos</b>
Destino Berrini	Ponte Estaiada, Shopping Centers (sem especificação), Jóquei Clube e Estádio do Morumbi
Destino Paulista & Jardins	Avenida Paulista, Masp, Bairro da Liberdade, Rua Oscar Freire, Shopping Frei caneca e Parque Trianon.
Destino Centro, Anhembi & Center Norte	Mercado Municipal, Sambódromo, Memorial da América Latina, Estádio do Pacaembu, Mosteiro de São Bento e Estação da Luz.
Destino Ibirapuera & Moema	Obelisco, Parque do Ibirapuera, Monumento às bandeiras, Oca, MAM, Jardim Botânico e Bairro da Liberdade
Destino Faria Lima & Itaim	Shopping Iguatemi, Alameda Gabriel Monteiro da Silva, Instituto Tomie Ohtake, Museu da Casa Brasileira, Avenida Europa e Igreja Nossa Senhora do Brasil.

Fonte: Adaptado de Shibaki (2010).

Diante dos dados especificados no quadro 5, fica evidente o trabalho do SPCVB em manter o turista em espaços previamente selecionados, evitando grandes deslocamentos e, conseqüentemente, problemas relativos a congestionamentos e violência, por exemplo.

Já o órgão gestor do turismo de São Paulo, a SPTuris, apesar de ser uma entidade pública, acaba por ter atuação similar à desempenhada pelo SPCVB, pois o turismo de negócios e eventos se sobressai diante dos outros segmentos da atividade, convergindo a uma maior atuação em favor do mercado.

Como último projeto elaborado pela SPTuris, o “Mapa das Sensações”, apresentou como proposta proporcionar aos turistas os atrativos turísticos não somente pelo sentido da visão, mas também pela audição, olfato, paladar e tato. Assim, foram elencados os vinte mais citados na pesquisa realizada: Mercado Municipal, Parque do Ibirapuera, Sala São Paulo, Museu da Língua Portuguesa, Teatro Municipal, Estação da Luz, Museu do Futebol, Edifício Altino Arantes, Autódromo de Interlagos, Estádio do Pacaembu, Mosteiro de São Bento, Pinacoteca do Estado, Zoológico, Masp, Sambódromo, Catedral da Sé, Catavento Cultural, Parque Estadual da Cantareira, Pico do Jaraguá (Parque Estadual do Jaraguá) e Parque Villa Lobos (SPTuris, 2009).

Considerando as fases históricas apresentadas no quadro 1, bem como o cunho público e privado dos agentes apresentados, tem-se um panorama em que se estabelece um movimento de densa exploração de alguns ícones urbanos em detrimento de outros, de acordo com estratégias preestabelecidas.

Assim, tanto os movimentos realizados por meio das exposições e expedições, campanhas de divulgação, quanto pela comercialização dos cartões-postais, revelam que dentro dos conceitos de cultura visual e memória coletiva, os ícones urbanos acentuam seu grau de influência, sobretudo no contemporâneo, em que os agentes hegemônicos de mercado incidem com maior força no contexto da metrópole.

### **Considerações finais**

O frenético movimento referente à produção do espaço de São Paulo revela uma exacerbada ambição com relação à apropriação do solo em todas as suas formas, tornando nulas ou enfraquecidas quaisquer raízes de identidade. A necessidade de construir novos empreendimentos no bojo da reprodução do capital financeiro conduz a um panorama em que não existem forças sociais que defendam a metrópole como *locus* ao qual se pertence ou, quando existem, estão debilitadas diante da hegemonia pública e privada.

Diante desse movimento, o morador de São Paulo se torna um usuário de serviços, de transporte e de lazer, entre outros, sem manter uma relação de proximidade com a metrópole em que vive, construindo formas de alienação, deixando que possuir laços de identidade com o espaço que deveria ser familiar.

Incrustado na lógica de mercado em que o capital simbólico é usado como ferramenta, o ícone urbano é utilizado como elemento legitimador de ações tidas como totalizantes, sobretudo para o mercado mundial, com o chamado *city marketing* e o turismo.

Nas diferentes fases da história de São Paulo, a tentativa de construção de uma imagem totalizadora e homogeneizante sempre esteve presente, o que diante de profundas desigualdades, sobretudo sociais presenciadas ao longo de todo o seu espaço, se torna paradoxal.

Nessas fases, as estratégias de sobreposição dos ícones são claras, quando novos discursos necessitam se estabelecer em virtude de diferentes intencionalidades, como no caso da imposição da imagem da cidade europeia sobre a imagem da cidade colonial e, no contemporâneo, com a imagem da cidade global.

Entretanto, quando um ícone urbano de São Paulo é veiculado por meio dos mais diversos tipos de mídia, ele é apenas um fragmento pertencente a determinado contexto socioeconômico e cultural da metrópole, inclusive histórico, em que apenas uma faceta é mostrada numa tentativa de totalização e homogeneização que serve e tem significado para o mercado, sobretudo o imobiliário e o turístico, tendo o poder de atração de fluxos sendo ocultadas outras delas, como a violência e a desigualdade, por exemplo.

Os ícones urbanos são, em sua essência, formas de expressão social que agilmente foram percebidos pelo mercado por conta de seu potencial simbólico. Assim, na contemporaneidade, seu surgimento espontâneo se torna cada vez mais raro, cabendo às camadas sociais a possibilidade da transformação dessa situação por meio da resistência e da valorização do sentimento de pertencimento que se encontra esfacelado em uma metrópole em que as disparidades são cada vez mais evidentes, mesmo diante do jogo da ocultação.

Em um panorama que parece ser estático e frente ao enfraquecimento das representações sociais, a necessidade da construção de um novo projeto de metrópole se faz latente, em que toda a complexidade das formas de produção do espaço seja analisada e respeitada para a configuração de uma São Paulo em que seus ícones urbanos realmente a representem.

## Referências

BARNARD, Malcolm. *Approaches to understanding visual culture*. New York: Palgrave, 2001.

DAMIANI, Amélia Luísa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 19-58.

DPH, Departamento do Patrimônio Histórico. *Museu histórico da imagem fotográfica da Cidade de São Paulo*. DPH, São Paulo: 1979.

ETHINGTON, Philip J.; SCHWARTZ, Vanessa R. *Introduction: an atlas of the urban icons project*. In: *Urban History*. Cambridge University Press, Vol. 33, 2006. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/download.php>. Acesso em: 20 out. 2008.

FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo, Boitempo, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Região metropolitana de São Paulo*, 2000.

KOUTANTOS, Dimitrios. *Palavras que cheiram mar 2: etimologia de mais de 1000 palavras gregas usadas em português*, 2008. Disponível em: [http://www.helenica.com.br/site\\_novo/my\\_documents/my\\_files/Palavras\\_que\\_cheiram\\_mar\\_2.pdf](http://www.helenica.com.br/site_novo/my_documents/my_files/Palavras_que_cheiram_mar_2.pdf). Acesso em: 01 out 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (coord.). *Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto Florestan Fernandes, 2004.

MONNET, Jérôme. *The Geopolitics of Visibility: Urban Icons in Contemporary Mexico City*. In *Urban History*. Cambridge University Press, Vol. 33, 2006. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/download.php>. Acesso em: 20 out. 2008.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e Outras Cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SHIBAKI, Viviane Veiga. *Ícones Urbanos na Metrópole de São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP (Tese de Doutorado), 2010.

SILVA, Karine de Souza. *Globalização e exclusão social*. Curitiba: Juruá, 2010.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1994.

SPCVB. *São Paulo Convention & Visitors Bureau 25 anos*. São Paulo: Fundação 25 de janeiro, 2008.

SPCVB. *Projeto Destinos São Paulo*. São Paulo: Fundação 25 de janeiro, 2010.

SPTuris. *Mapa das Sensações*. São Paulo Turismo, 2009.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify, Duas Cidades, 2004.

VINHA, Adriana Maria Corazza Navarro. *Cartão-Postal: cem anos de retrato da cidade de São Paulo 1897-1997*. (dissertação de mestrado). *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*, 2001.



## REDES GEOGRÁFICAS:

### produção leiteira na comunidade de Nosso Senhor do Bonfim no município de Salto do Lontra/PR

Leila Maria Panho<sup>57</sup>

Roselí Alves dos Santos<sup>58</sup>

**Resumo:** este artigo utilizou como conteúdo para discussão, a coleta de campo realizada na comunidade leiteira de um município rural no interior do estado Paraná. Utilizando-se da metodologia teórico-bibliográfica objetivou-se discutir acerca das redes geográficas a partir da identificação das características de produção leiteira de tal comunidade, apoiado no conceito de redes e espaços geográficos. Logo, com a análise das unidades produtivas pesquisadas foi possível entender suas características individuais e como a rede geográfica impacta no desenvolvimento de cada uma delas e da comunidade.

**Palavras-chave:** rede geográfica; espaço geográfico; produção leiteira; comunidade rural.

#### Introdução

Este estudo objetiva discutir acerca as redes geográficas da produção leiteira na comunidade rural de Nosso Senhor do Bonfim no município de Salto do Lontra, localizado no estado do Paraná. Analisou-se então a constituição das redes a partir da identificação e compreensão dos fixos (nós) e fluxos internos e externos à comunidade na esfera da produção em si, do processamento e da comercialização. Com foco nas discussões e compreensão da construção, do funcionamento, da manutenção e do desaparecimento dos fixos, materialidades no espaço. A partir da interação entre fixos diferentes e distantes se originam fluxos de movimentação de pessoas, mercadorias, dinheiro, informações etc.

Desta forma, as discussões aqui apresentadas derivam da dissertação de mestrado intitulada “As redes geográficas e a produção leiteira na comunidade de Nosso Senhor do Bonfim, município de Salto do Lontra”, sobre orientação da Professora Doutora Roselí Alves

---

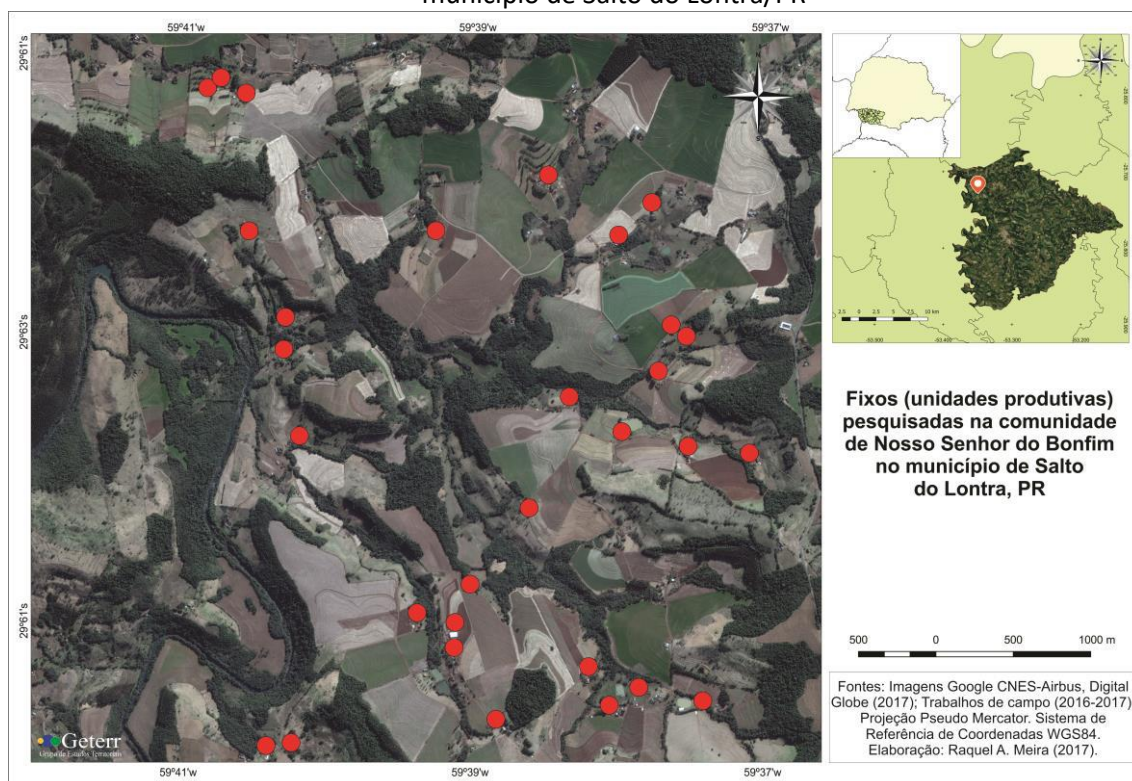
<sup>57</sup> Mestre em Geografia. Professora na SEED/PR. E-mail: leilapanho@hotmail.com

<sup>58</sup> Doutora em Geografia. Professora do Colegiado de Geografia da UNIOESTE/Fco. Beltrão. Membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR). E-mail: roseliasantos@gmail.com

dos Santos. Como suporte metodológico utilizou-se da pesquisa teórico-bibliográfica e da pesquisa de campo.

Na comunidade estudada foram entrevistadas todas as unidades produtoras de leite, totalizando 30 unidades que representam aproximadamente 85,71% do total da comunidade e 100% das produtoras de leite durante os anos de 2016 e 2017. No Mapa 1, podemos observar o espaço rural da comunidade, alvo da pesquisa, com destaque das unidades produtoras de leite cru refrigerado, queijos e derivados. As mesmas foram denominadas de fixos no espaço local e constituinte essenciais das redes geográficas juntamente com os diferentes fluxos locais e extralocais.

Mapa 1: Fixos (unidades produtivas) pesquisadas na comunidade de Nosso Senhor do Bonfim no município de Salto do Lontra/PR



Fonte: IBGE (2017): Trabalhos de campo (2016-2017). Organização e elaboração: MEIRA, R, A; PANHO, L, M. (2017).

No texto, ainda que o propósito inicial foi realizar uma explanação simples, agregou-se discussões sobre o conceito de redes geográficas e espaço geográfico. Em seguida, evidenciou-se algumas características da atividade leiteira na comunidade rural de Nosso Senhor do Bonfim, identificando e analisando o papel dos fixos e fluxos que constituem as diferentes redes geográficas que se consolidam a partir da produção leiteira.

## **Redes e Espaço Geográficos**

Compreende-se redes como um conjunto de localizações e criações geográficas interconectadas entre si que produzem ligações (DIAS, 2007), sendo o conceito chave na análise da produção leiteira. Segundo Santos (2014), no século XXI as inovações nos meios de transporte e de comunicação passaram a desempenhar papel progressivamente importante na reorganização socioespacial dos processos produtivos no espaço rural, essencialmente na atividade leiteira. A reorganização é realizada a partir da concretização de redes compostas por fixos e fluxos que refletem e condicionam o espaço às dinâmicas da fluidez, da circulação, da comunicação e das estratégias.

Iremos considerar as redes para além de um elemento apenas técnico (CORREA, 2011; SANTOS, 2014), pois a sua espacialidade entendida como as dimensões escalares estabelecidas nas interações entre os fixos e extensão dos fluxos é uma construção social histórica. Ressaltamos que a espacialidade e, conseqüentemente as redes geográficas, são mutáveis, variáveis no decorrer do tempo e do espaço. O desenvolvimento produtivo, industrial e comercial no sistema econômico capitalista atual gerou novas demandas de circulação e de comunicação que alavancaram meios pelos quais as redes se constituem, se tornam densas e eficientes sobre os espaços de atuação. O adensamento das redes é condição e resultado de técnicas e estratégias específicas que contribuem para o atendimento de certos objetivos.

Dias (2007) define redes como um conjunto de fixos e fluxos que estão intrinsecamente interligados entre si e um depende do outro para promover interações espaciais satisfatórias. Os fluxos originados a partir da composição das redes possuem escalas de abrangência e atuação diferentes, com intensidades de circulação e de comunicação específicas, ou seja, fluxos quantitativamente e qualitativamente variáveis. As redes se sobrepõem em determinados espaços, podendo coexistir redes antigas e novas, redes de caráter produtivo, comercial, políticas etc. Nos movimentos de sobreposição, as redes empíricas são suporte para inúmeras outras (CORREA, 2011). Além disso, os fixos podem participar de uma ou mais redes ao mesmo tempo, estabelecendo ou não influências

mútuas entre si. Nesse sentido, Santos (2014) colabora ao evidenciar que as redes ao se constituírem, consolidarem e atuarem nos espaços rurais tem capacidade de transformá-lo e de ser transformada pelas características de cada um.

Em uma compreensão geográfica do espaço (SANTOS, 2014), nos preocupamos com a análise das redes que se constituem no âmbito local e extralocal, as quais transparecem dinâmicas próximas e distantes que, em certa medida, corroboram para a reorganização socioespacial da atividade leiteira. Iremos considerar as redes principais, pois segundo Dias (2007), em um mesmo espaço pode ocorrer sobreposição de redes que são definidas por um conjunto de fixos e um emaranhado de fluxos que, ao mesmo tempo, são locais e globais, unos e múltiplos.

Santos (2014) define o espaço geográfico a partir de um conjunto indissociável, integrado, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ponderamos que os sistemas de objetos condicionam, em partes, a forma como se dão as ações e, por outro lado, o sistema de ações levam, em partes, a criação de objetos novos ou o remodelamento dos preexistentes. Ao identificarmos as redes estamos, conforme Santos (2014), investigando as relações que se concretizam entre a ciência, a técnica, a informação e a sociedade, além das implicações espaciais, políticas, econômicas, sociais e culturais. Para o autor as redes são aceleradoras dos níveis de produtividade, pois a técnica, a ciência e a informação, disseminadas nos fixos e fluxos permitem racionalizar os objetos e as ações.

Ao estudar as redes, atentamos aos objetos que fazem parte de seu funcionamento e também àqueles que se originam das interações espaciais promovidas por elas. As redes são para além de um elemento técnico, uma construção de sujeitos com ações desencadeadas em espaços diferentes, reforçam o seu dimensionamento, quantidade e qualidade dos fixos e fluxos. Dessa forma, redes e espaço geográfico representam um recorte teórico possível para a compreensão da organização socioespacial. Assim, no próximo item iremos discutir as redes na produção leiteira da Comunidade de Nosso Senhor do Bonfim.

## **As redes na produção leiteira da Comunidade rural de Nosso Senhor do Bonfim**

A dinâmica das redes geográficas é que buscamos compreender na atividade leiteira da comunidade de Nosso Senhor do Bonfim, município de Salto do Lontra na mesorregião sudoeste paranaense. No município a modernização percorreu um caminho lento e gradativo no total produzido e na produtividade, com destaque a partir dos anos 2000. A produção também deriva de laços culturais, oriunda principalmente, dos migrantes sulistas (gaúchos e catarinenses) descendentes de italianos e alemães que desenvolviam, até final dos anos 1990, uma atividade familiar de responsabilidade feminina. Todavia o desenvolvimento técnico, produtivo e comercial da mesma revelou-se a passagem de uma atividade interna as unidades, para uma especializada e integrada a espaços a jusante e a montante das unidades.

Na comunidade<sup>59</sup> pesquisada a atividade ganhou espaço de diferentes formas nas unidades, seu desenvolvimento proporciona a obtenção de renda mensal, diferentes do fumo, milho e da soja que tem períodos de remuneração mais demorados. A produção de leite se apresentou como opção de substituição à atividade fumageira – no início dos anos 2000 foi combinada com a cultura do fumo – todavia a partir de 2008 o leite destaca-se com produções modernas ligadas aos mercados.

A escolha da comunidade justifica-se, pois nela todas as unidades produtoras de leite são de caráter familiar, desenvolvem a atividade em diferentes graus de modernização, total produzido e níveis de produtividade. Esses elementos são resultados e condicionantes para a concretização de interações espaciais entre fixos e fluxos e, por conseguinte, a identificação e compreensão das redes. A comunidade se localiza a aproximadamente 12 quilômetros da cidade e possui um total de 35 famílias, sendo 30 famílias produtoras de leite, pesquisadas nesse estudo, ou seja, 100% das unidades produtoras de leite, que representam 85,71% do total da comunidade. Segundo agricultores da comunidade, a mesma começou a existir por volta da década de 1930, sendo denominada na época como “Linha Formiga”, uma das maiores comunidades da região com escola, igreja, campo de futebol, armazém, mercearia, bodegas etc. Em meados de 1970, houve a construção da nova igreja pelos moradores e a

---

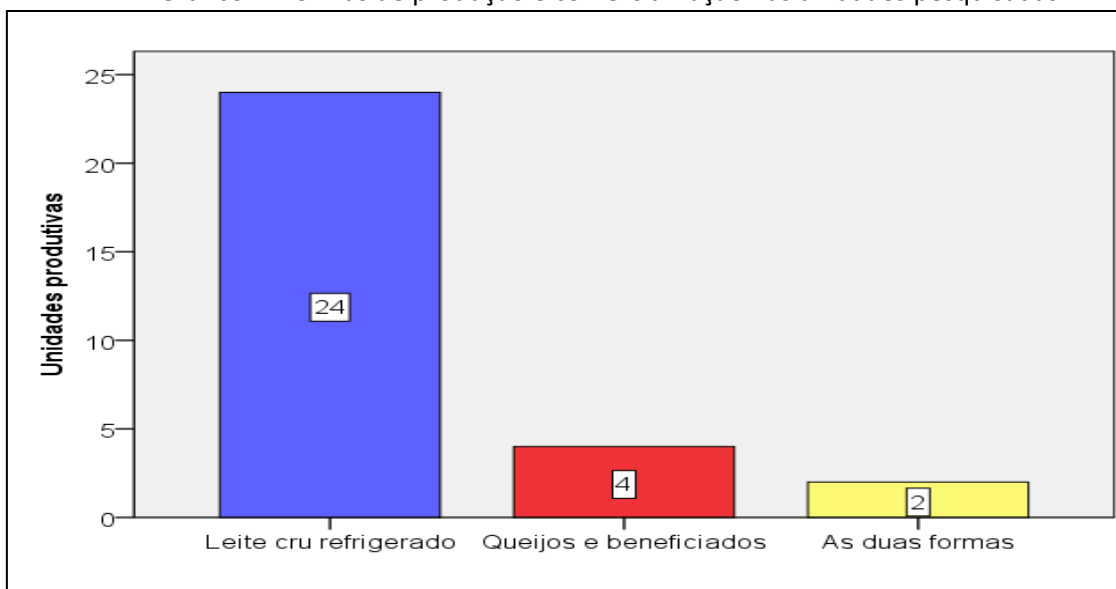
<sup>59</sup> Tratada nesse texto como área rural habitada por famílias que estabelecem ligação direta ou indireta com atividades produtivas agrícolas.

doação por um padre da imagem do santo Nosso Senhor do Bonfim, o qual denomina a comunidade.

A partir do viés das redes geográficas, as unidades produtivas são fixos essenciais na constituição das redes geográficas, sendo elas promotoras de fluxos locais e extralocais e, além disso, também atingidas por eles de diferentes modos (Mapa 1). Os aspectos produtivos, técnicos, econômicos, políticos, sociais e culturais das unidades se diferenciam pela sua organização, estrutura, dinâmica interna e externa da produção, os quais se constroem em suas unidades e em conjunto com outros espaços.

Quanto às formas de comercialização da produção (Gráfico 1), 24 unidades na forma produzem leite cru refrigerado, quatro unidades produtoras de queijos e beneficiados (nata, manteiga, ricota, doce de leite etc.) e duas unidades que associam as duas formas de comercialização ao mesmo tempo. Portanto, pode-se identificar três características básicas das redes a partir da produção, redes de laticínios que compram leite cru refrigerado, redes de queijarias e redes de comercialização de queijos, nata e manteiga a nível local.

Gráfico 1: Formas de produção e comercialização nas unidades pesquisadas



Fonte: Trabalho de campo, 2017. Elaboração: PANHO, L. M. (2017).

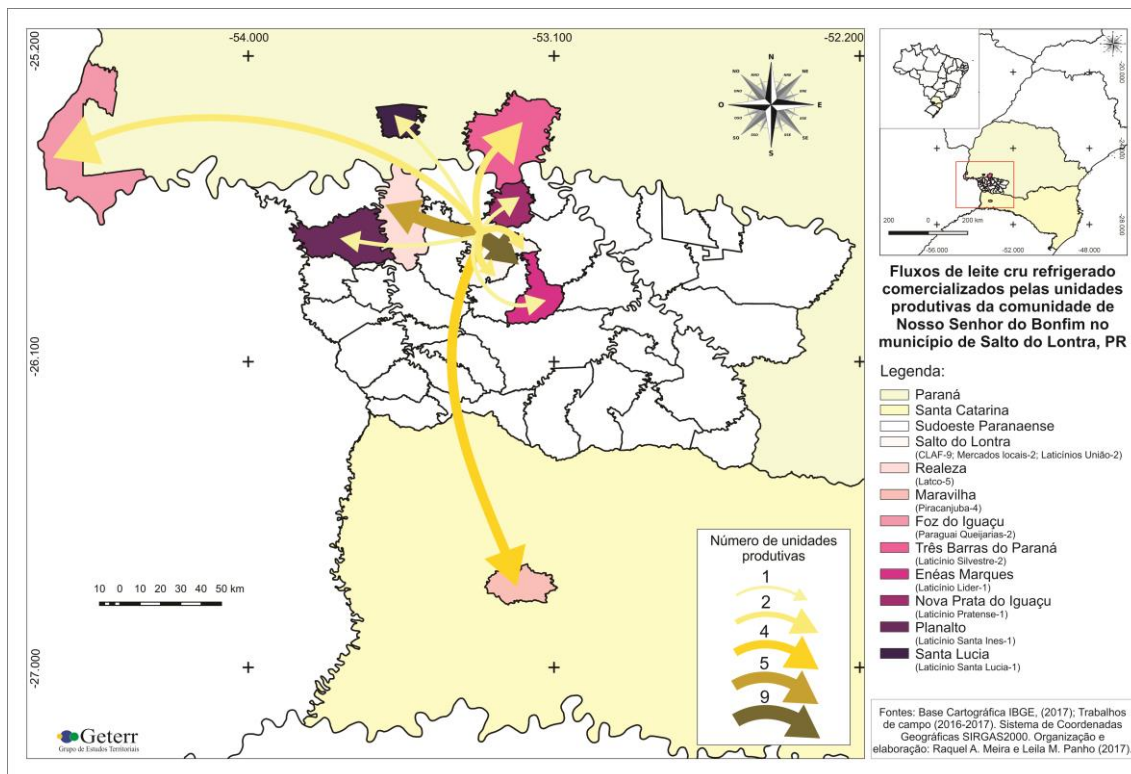
Diante disso, Correa (2011) ressalta que os fixos e fluxos das redes são historicamente contextualizados e estão sujeitos a se remodelarem e, até mesmo,

desaparecerem ao longo do tempo histórico, ou seja, os fixos e fluxos na atividade leiteira também se transformaram e/ou desapareceram. No que diz respeito a comercialização, os fixos na comunidade eram predominantemente as unidades e as queijarias de Foz do Iguaçu, com fluxos de mercadorias em forma de queijos. Já em 2017, os principais fixos da comercialização são os laticínios localizados na região, com fluxos diários de leite cru refrigerado da unidade até os postos de refrigeração e/ou de transformação. Analisando esse rearranjo, como exemplifica Correa (2011), novos fixos e fluxos nos espaços tem a capacidade de constituírem novas redes, porém não eliminam de forma drástica e total as redes historicamente construídas, no nosso caso, as redes de queijarias.

Diante desse aumento do total produzido de leite pela maioria das unidades da comunidade, concordamos com Santos (2014) ao mencionar que o emprego da ciência, da técnica e da informação alavancou o potencial produtivo das principais atividades agropecuárias. Dessa forma, a comunicação e a circulação entre os espaços, especificidade na constituição das redes em gerais e também das redes da produção leiteira, tendem a acontecer de forma mais frequente visto a necessidade de movimento de diferentes produtos, pessoas, máquinas, carros, capital etc.

As trinta unidades que produzem leite comercializam com nove fixos de escalas diferenciadas, sendo 8 laticínios e uma cooperativa de comercialização (Mapa 2).

Mapa 2: Fluxos longos e curtos da produção leiteira da comunidade de Nosso Senhor do Bonfim



Fonte: IBGE (2017): Trabalhos de campo (2016-2017). Organização e elaboração: MEIRA, R, A e PANHO, L, M. (2017).

De acordo com o Mapa 2, os fluxos de comercialização do leite cru refrigerado e queijos se estendem por 9 municípios diferentes, sendo 5 municípios no Sudoeste Paranaense (Salto do Lontra, Realeza, Enéas Marques, Nova Prata do Iguaçu e Planalto) 3 municípios no Oeste Paranaense (Três Barras do Paraná, Santa Lúcia e Foz do Iguaçu) sendo que o último faz fronteira com o Paraguai e o município de Maravilha na mesorregião Oeste Catarinense divisa como o estado do Paraná. Portanto, a comercialização e as redes que se constituem a partir dela ultrapassam os limites regionais.

Deste modo, os fluxos de mercadorias que saem da comunidade na forma de leite cru refrigerado são fluxos locais, regionais, nacionais e internacionais, com frequência de ocorrência diária. A produção de queijos também apresenta fluxos longos (internacionais) e fluxos curtos internos ao município, com frequência de ocorrência semanal devido a baixa produção das unidades. Portanto, unidades produtivas e laticínios se mostram como fixos que estabelecem relações diárias entre si, proporcionando fluxos permanentes de mercadorias, pessoas, capitais e informações. Ou seja, criam os elementos necessários à



formação e funcionamento de uma ou mais redes. Ainda, essas características de laticínios com diferentes tempos de atuação na comunidade estudada revelam a existência de redes com diferentes temporalidades no espaço.

Ressaltamos a distinção da “[...] produção de uma expectativa de fluidez, isto é, a criação das condições para a sua existência e o uso da fluidez por um agente, isto é, sua efetivação empírica” (SANTOS, 2014, p. 277). Ou seja, criar condições de fluidez não significa dizer que todos os agentes e sujeitos das redes terão acesso a ela. Isso é um dos indicativos que explicam o porquê que a fluidez tem caráter seletivo no espaço. As redes da produção leiteira são virtuais e, ao mesmo tempo, reais. A rede se torna real quando efetivada em determinados espaços e aproveitada nos processos das ações dos sujeitos que as dominam, ou seja, no estabelecimento de seus fixos e fluxos (Imagem 1). A espacialidade de fixos e fluxos é gradativamente estabelecida para atender interesses que foram estipulados quando a rede foi pensada e planejada.

Imagem 1: Unidade Fabril Laticínio Piracanjuba em Maravilha-SC (I), unidade produtiva na comunidade (II), leite cru refrigerado (III) e caminhão tanque isotérmico (IV)



Fonte: <http://www.piracanjuba.com.br/>; Trabalho de campo, 2017.

De acordo com a Imagem 1, essa é a realização visível de uma das redes geográficas que se constitui a partir dos laticínios de compra do leite, nesse caso o Laticínio Piracanjuba, e as unidades produtivas no espaço da comunidade. A visibilidade é dada a partir do

momento em que dois fixos distantes (I e II) estabelecem ligações, concretizadas a partir do fluxo periódico de mercadoria (III), possível somente a partir do suporte dado pelos meios físicos, principalmente estradas e caminhos (IV).

Na comunidade (Imagem 2), podemos observar a estrada de cascalho (I) e o trecho de calçamento (II) (redes empíricas e fixas) com funções essenciais na produção leiteira, visto que, possibilitam a concretização dos fluxos momentâneos, diários, periódicos e ocasionais, lentos e intensos de mercadorias, pessoas, dinheiro e informações, que saem e adentram as unidades produtivas.

Imagem 2: Estrada de cascalho (I); trecho com calçamento (II); sinalização da comunidade (III) e sinalização nas unidades produtivas (IV) na comunidade.

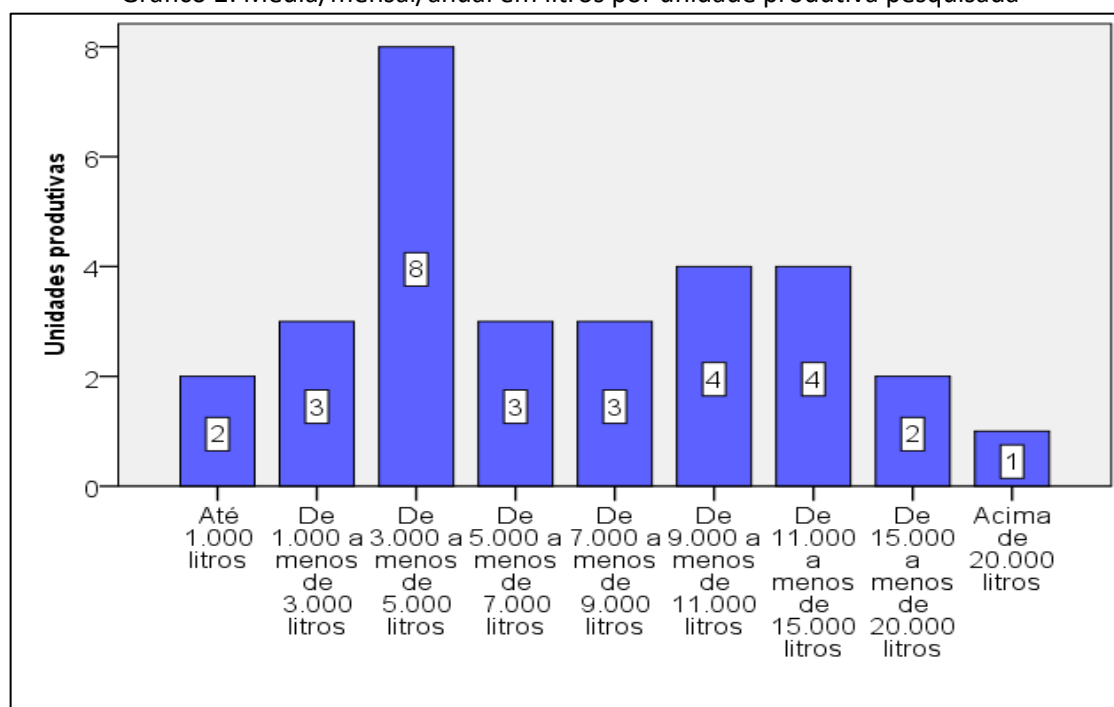


Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Além disso, o emplacamento do entroncamento entre a rodovia e estrada que dá acesso à comunidade (III), placas nas unidades produtivas que trabalham com a Cresol (IV), são outras materialidades instaladas e fomentadas pela ação das redes geográficas, em nosso caso a Cresol Base Municipal de Salto do Lontra. As materialidades imprimem e retratam no espaço a significativa e consolidada atuação da cooperativa de crédito junto às unidades produtoras de leite, fomentando as características das redes de promover a comunicação e controlar fixos e espaços.

No que se refere ao perfil do total produzido pelas unidades da comunidade, o mesmo se diferencia a partir da média/mensal/anual produzida por cada uma. Conforme Gráfico 02, a concentração de unidades fica na escala de 3.000 litros a menos de 5.000 litros, seguida pela faixa de 9.000 litros a menos de 15.000 litros.

Gráfico 2: Média/mensal/anual em litros por unidade produtiva pesquisada



Fonte: Trabalho de campo, 2017. Elaboração: PANHO, L. M. (2017).

A escala de produção com maior número de unidades é de 3.000 litros a menos de 5.000 litros, considerada pela Embrapa Base Sudoeste (2015) como pequenos produtores que, na maioria dos casos, possuem rebanhos mistos das raças jersey e holandês. As escalas que vão de 5.000 litros a menos de 9.000 litros são 6 unidades, considerados médios produtores nas quais o rebanho misto ainda se faz presente, sendo que o seu uso se justifica pela maior resistência dos animais as variações na alimentação, no clima e no relevo. Já as escalas produtivas de 11.000 litros a menos de 20.000 litros abrangem 6 unidades e acima de 20.000 litros 1 unidade. Para a Embrapa Base Sudoeste (2015), os produtores com média/mensal/anual acima de 11.000 litros o rebanho é predominantemente da raça holandês, com potencial produtivo maior, porém menor resistência as variações alimentícias, climáticas e de relevo. Ainda para a mesma instituição, as unidades que produzem acima de 11.000 litros são consideradas grandes produtores.

Na comunidade há utilização de quatro raças diferentes de gado leiteiro, sendo que as com perfil de produção acima de 11.000 litros de média/mensal/anual predomina o uso da raça holandês (40%), as de 3.000 litros a menos de 11.000 litros de média/mensal/anual predomina uso do jersey e holandês (rebanho misto<sup>60</sup>) (30%), e nas unidades menores de 3.000 litros de média/mensal/anual se utiliza o Jersey (20%) e gir leiteiro (10%). Segundo a Embrapa Gado de Leite (2015), as vacas da raça holandesa possuem potencial produtivo maior que as vacas da raça Jersey, porém requer de cuidado mais apurado no que se refere às condições dispostas de alimentação, higiene, reprodução, sanidade etc. Já as vacas da raça Jersey possuem potencial produtivo menor em comparação com as holandesas, porém se adapta melhor as condições das pequenas e médias unidades produtivas, sendo animais rustico as variações climáticas, relevo, alimentares, sanidade etc. (EMBRAPA GADO DE LEITE, 2015).

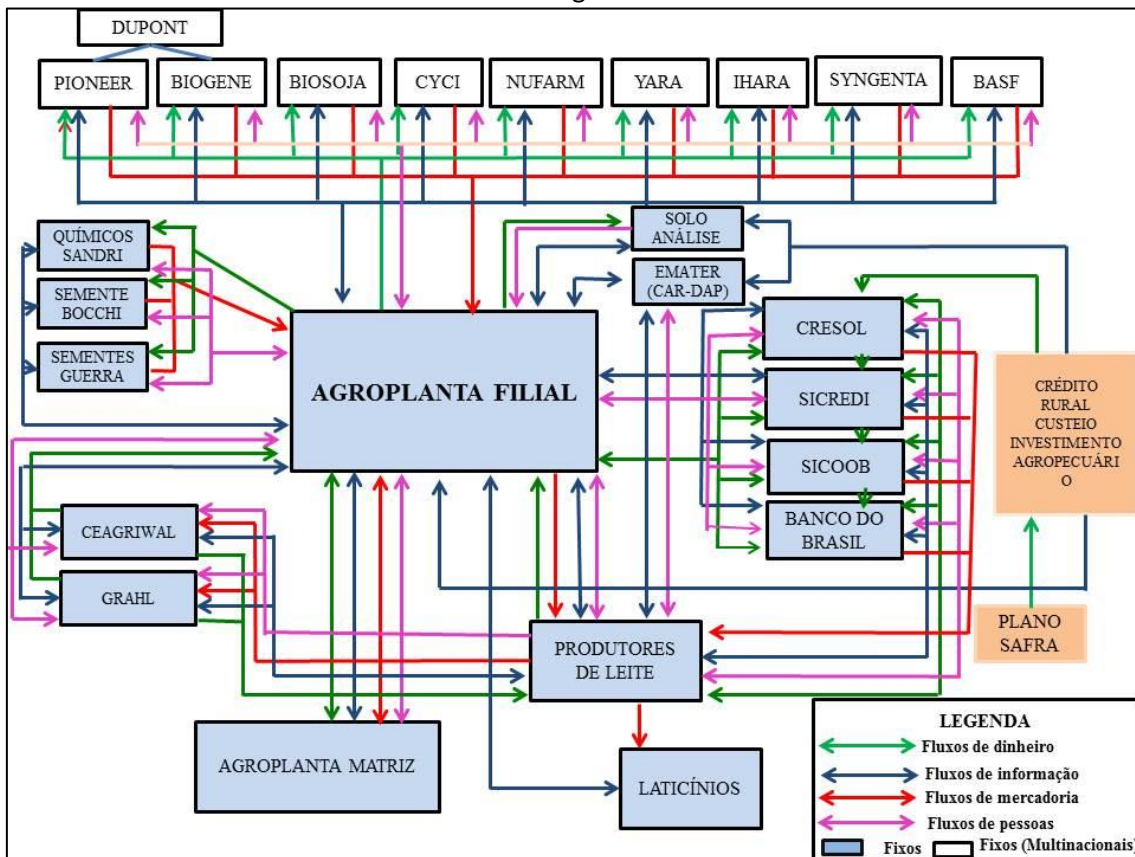
Para Elias (2006) o espaço rural modernizado está sujeito à regulação das forças de mercado que deixam pouca margem às formas de regulações locais, visto que a criação dos circuitos espaciais de produção é pela racionalidade das empresas nacionais e internacionais. Santos (2008, p.56) define como “[...] as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”. Sendo assim, um mesmo espaço pode incorporar diferentes fases dos circuitos com níveis tecnológicos e normas distintas, além de racionalidades específicas.

Identificamos e compreendemos que as redes da produção leiteira são reguladas por empresas nacionais e internacionais que instalam nos espaços fixos que atendam seus interesses econômicos e produtivos. A exemplo disso podemos citar a rede da Agroplanta Insumos Agrícolas (Organograma 01), pois se faz presente em 80% das unidades pesquisadas na assistência técnica, venda de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, além de projetos para financiamentos de custeio, investimento e pecuário. A rede constituída a partir da revendedora reflete as interações espaciais, a dinâmica entre fixos e fluxos com escalas locais (comunidade), municipais, regionais, nacionais e internacionais.

---

<sup>60</sup> Rebanho misto é denominação usada para designar rebanho leiteiro com animais jersey e holandês juntos e/ou que seus animais são originários de cruzamentos entre animais Jersey e holandês (IPARDES, 2015).

Organograma 1: Rede geográfica constituída a partir dos fixos e fluxos da Agroplanta Insumos Agrícolas



Fonte: Trabalhos de campo, 2016-2017. Elaboração: PANHO, L. M. (2017).

De acordo com o Organograma 1, a rede estabelece interações espaciais em diferentes escalas com fixos internacionais, nacionais, regionais e locais. Dessa forma, as unidades produtoras de leite tem uma relação indireta com esses fixos, intermediada diretamente pela empresa. Nessas interações espaciais produzidas pelas ações da Agroplanta, se forma uma trama de relações, com fluxos empíricos ou não de dinheiro, informações, mercadorias e pessoas, de diferentes qualidades, quantidades e intensidades. Todavia, esses fluxos se entrecruzam e se superpõem no momento em que circulam, dando complexidade à rede. Além da revendedora Agroplanta, outras atuam na comunidade, porém com menor expressividade: Turim Insumos Agrícolas, Gaio Agronegócios, Bocchi Agronegócios, Pampeana Insumos Agrícolas, entre outras.

Os objetos técnicos racionalizados das multinacionais repercutem na construção do espaço rural na comunidade, visto que chegam às unidades produtoras de leite a partir das interações espaciais de fixos e fluxos concretizadas pelas revendedoras. Portanto, as formas

de produção de leite, questões alimentares do rebanho a base de silagens e pastagens permanentes e/ou temporárias, estão sujeitas aos interesses das multinacionais ligadas à produção agrícola mundial. Elias (2006, p.34) ressalta que “[...] as multinacionais passam a dominar parte significativa da produção, da comercialização e do financiamento, mas não se associa a distribuição de terra, nem de renda para os pequenos produtores [...]”. Isso traduz porque os interesses dispostos nos objetos e nas ações racionalizados tecnicamente não são compreendidos facilmente, pois aparecem imbuídas de discursos e outras expressões variáveis. Nesse contexto, há uma subordinação dos pequenos produtores de leite na atividade com parte da renda transferida aos mecanismos financeiros e de controle técnico da produção.

Nesse contexto, grande parte dos objetos e ações técnicas e racionalizadas do meio técnico-científico-informacional é adquirida pelas unidades produtivas através dos financiamentos em bancos e cooperativas de crédito rural. De acordo com o Entrevistado 25, a Cresol proporcionou uma aproximação entre pequenos produtores e o setor financeiro, algo que os bancos até então existentes na cidade não faziam. Por esse ângulo, a Cresol possibilitou o acesso ao crédito, principalmente ao Pronaf, tornando as relações de produção com os mercados essencialmente capitalistas, no que diz respeito a compra de insumos químicos e assistência técnica, seguro agrícola, aquisição de máquinas (tratores, colheitadeiras, caminhões etc.), equipamentos (plantadeiras, carretas basculantes, ordenhadeiras, tanques, ensilhadeiras etc.) e infraestrutura (galpões, habitação rural, silos etc.). Desse modo, consideramos que a Cresol foi e continua sendo, um dos mais importantes fixos e promotor de fluxos de diferentes qualidades e quantidades para a consolidação da produção leiteira na Comunidade, no município de Salto do Lontra e no Sudoeste Paranaense. Além disso, a cooperativa vai além de ser um fixo local, sua consolidação e funcionamento se organiza em forma de rede que, a partir de seus fixos e fluxos, promovem a circulação, a comunicação e a criação de estratégias, sejam elas financeiras, produtivas e de cooperação.

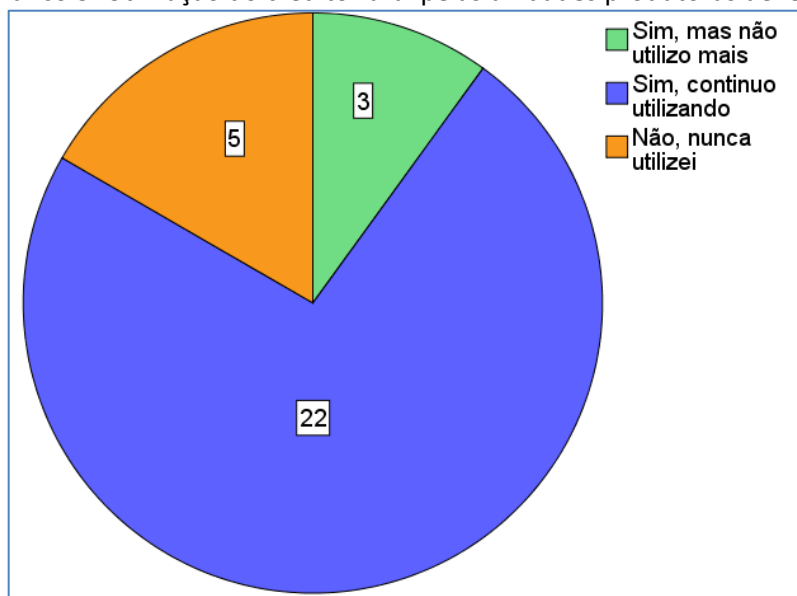
Todavia, as relações e as interações espaciais que ocorrem entre os fixos distantes em meio a atuação da Cresol com as unidades produtoras de leite, geram fluxos de informações, dinheiro, mercadorias e pessoas, gerando uma complexidade no espaço, pois ao se movimentarem se entrecruzam e se sobrepõem, estabelecendo influências que, em

partes, podem gerar relações de dependência entre eles e entre os fixos que os provem. Em suma, rede da Cooperativa Cresol é um componente essencial no desenvolvimento atual da atividade leiteira na comunidade.

Porém não é apenas essa instituição financeira que ganha espaço de atuação na comunidade, visto que, no que se refere ao local de acesso do crédito rural nos últimos dois anos, as 25 unidades que utilizaram, adquiriram nos seguintes bancos e/ou cooperativas: 19 unidades na Cresol, 3 unidades na Cresol e no Banco no Brasil ao mesmo tempo, 1 unidade na Cresol e no Sicredi ao mesmo tempo, 1 unidade na Cresol, Sicoob e Banco do Brasil ao mesmo tempo e, por último, 1 unidade que acessa nos quatro locais ao mesmo tempo (Cresol, Sicredi, Sicoob e Banco do Brasil). Em suma, há no mesmo espaço da comunidade a sobreposição de 4 redes diferentes do setor financeiro, com tempos e características diferentes de atuação.

Ressaltamos que a construção, o funcionamento e a permanência das políticas de crédito rural nos últimos anos, propiciaram o surgimento e manutenção de muitas empresas (fixos extralocais a comunidade pesquisada) ligadas ao setor agropecuário, por exemplo, cooperativas de crédito rural, revendedoras de insumos e de máquinas agrícolas que, em grande medida, dependem da quantidade dos recursos subsidiados adquiridos pelos produtores de leite para a compra de seus insumos, maquinários e serviços. Essa dependência é transmitida ao funcionamento, permanência e ampliação de muitas redes que abrangem as unidades da comunidade, a exemplo podemos citar a rede da Cresol Base Municipal de Salto do Lontra e a rede da Agroplanta Insumos Agrícolas. Conforme pesquisa sobre o uso do crédito rural especificamente na atividade leiteira (Gráfico 3), 22 unidades já utilizaram o crédito e continuam utilizando, 5 unidades nunca utilizaram e 3 unidades utilizaram por algum tempo mas atualmente não usam mais.

Gráfico 3: Utilização do crédito rural pelas unidades produtoras de leite



Fonte: Trabalho de campo, 2017. Elaboração: PANHO, L. M. (2017).

Considerando apenas as 22 unidades que continuam utilizando crédito rural atualmente, dez unidades utilizam há mais de dez anos, 8 utilizam de 5 a menos de 10 anos e 4 utilizam a menos de 5 anos. Deste modo, o período de acesso ao crédito pelas unidades pesquisadas é recente, visto que, conforme relatos dos Entrevistados 24, 25, e 26, antes do ano de 2005 o acesso ao crédito era difícil no município, pois além das instituições financeiras privilegiarem os grandes produtores de soja e milho, apenas o Banco do Brasil funcionava na cidade.

De acordo com os campos, todas as unidades pesquisadas que já usaram no mínimo uma vez o crédito para desenvolver alguma tarefa na atividade leiteira, todas foram incluídas nas linhas de financiamento do Pronaf, sendo consideradas na categoria de agricultura familiar. As linhas creditícias do Pronaf oferecem juros mais baixos e períodos de carência<sup>61</sup> maior se comparados aos financiamentos destinados a agricultura empresarial de grande escala, ou seja, são voltadas para financiar montantes menores de dinheiro. No que diz respeito ao tipo de linha de financiamento adquirida dentro do Pronaf pelas 25 unidades produtivas que utilizam ou utilizaram o crédito rural, 21 delas utilizam ao mesmo tempo custeio agrícola/pecuário e investimento agrícola/pecuário, duas unidades utilizam somente investimento agrícola/pecuário e 2 unidades utilizam somente custeio agrícola/pecuário.

<sup>61</sup> Período entre a concessão do empréstimo (disponibilizado em determinado montante) e o início da amortização do capital do empréstimo (CRESOL, 2017).



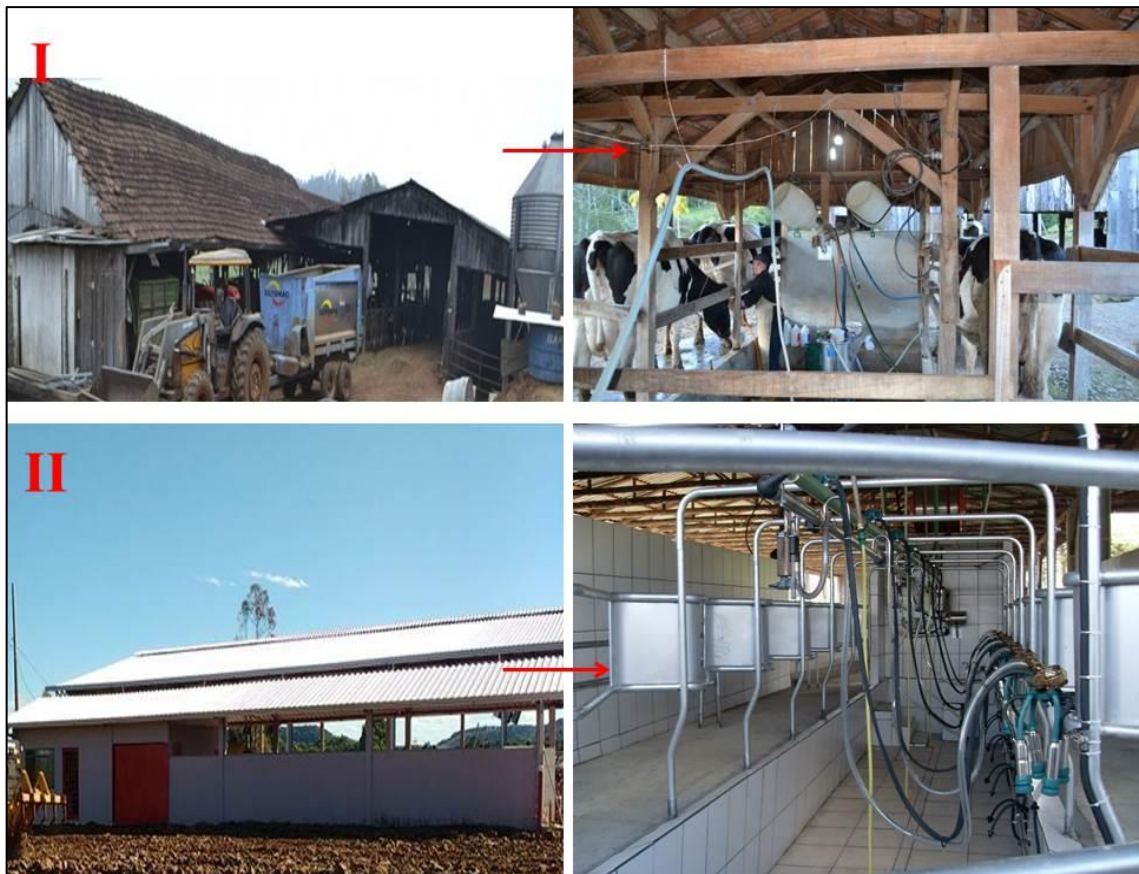
Sendo assim, a pluridimensionalidade das redes é a negação da existência em única dimensão estável, por exemplo, ser somente técnica, de escala regional e com fluxos lentos. A pluridimensionalidade revela que a rede, mesmo sendo particular a um setor produtivo com fluxos e fixos (interações espaciais) específicos, os interesses e ações dos sujeitos ocorrem em dimensões sociais, políticas, econômicas e técnicas, a nível regional e local, constantes, intensos e lentos, ou seja, tudo ao mesmo tempo e com dimensões variadas. O espaço que as redes se concretizam é também pluridimensional, pois há uma infinidade e multiplicidade de sujeitos, objetos e ações. Diante da pluridimensionalidade a rede muda sua forma/conteúdo e também dos seus espaços de atuação, pois é produto da história.

Na comunidade podemos perceber alterações de caráter técnico em uma unidade produtora de leite fruto das ações pluridimensionais das redes de cooperativas de crédito, empresas de assistência técnica, empresa de software, empresas de máquinas e equipamentos, laticínios etc. De acordo com a Imagem 04, a vista panorâmica (I) foi construída durante a década de 1990 pelos pais do atual responsável pela unidade e utilizada na atividade até 2015. A vista panorâmica (II) foi construída 2014-2015 a partir do modelo americano de confinamento total das vacas ordenhadas, denominado *Compost Barn*<sup>62</sup>. Segundo responsável pela unidade, o sistema foi construído devido à incapacidade das instalações anteriores suportarem o volume de leite produzido, gerando inúmeros problemas de sanidade do rebanho, qualidade do leite, deficiência alimentar, acesso aos mercados, gerenciamento e planejamento da produção etc.

---

<sup>62</sup> O sistema é baseado em uma área coberta, com divisórias para sala de descanso, sala de alimentação, sala de espera e sala de ordenha. As vacas em lactação ficam 24 horas em confinamento total, sendo a comida disposta da forma triturada na sala de alimentação (EMBRAPA GADO DE LEITE, 2017).

Imagem 4: Vista panorâmica externa e interna antiga (I) vista panorâmica externa e interna nova (II) em uma unidade produtiva na Comunidade



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Portanto, o modelo de produção *Compost Barn* só foi possível a partir da atuação pluridimensional dos diferentes fixos e fluxos das redes envolvidas. Para Dias (1993) quando uma rede se espacializa, mudanças de várias ordens às acompanham, sendo as principais técnicas, organizacionais e espaciais, podendo, na maioria dos casos, ocorrer as três de modo articulado e/ou em conjunto. Uma nova técnica ligada à cadeia produtiva do leite irá surtir efeitos satisfatórios quando estiver ligada à organização do trabalho e da produção, como o modelo de *compost barn* exibido na Imagem 4.

Dessa forma, analisando a realidade da atividade produtiva estudada, temos um maior número de redes atuando nos espaços por onde a cadeia produtiva do leite se estende, visto que, a busca pela modernização e a produtividade requerem dos responsáveis pelas unidades relações estreitas com outros fixos, para a compra de objetos técnicos, de mão de obra qualificada, orientação técnica etc. Porém, essas redes dependem, em grande

parte, das políticas nacionais e estaduais de crédito rural para sua manutenção nos espaços. Ou seja, redes que se concretizam a partir da construção de elementos da circulação, da comunicação e da criação de estratégias, dentro das possibilidades e limites das políticas de crédito rural.

### **Considerações finais**

Podemos concluir que o conceito de rede é necessário e indispensável para compreender as características atuais da agricultura, principalmente à dinâmica produtiva, comercial e industrial de algumas cadeias produtivas, como a produção leiteira interligada aos mercados a jusante e a montante das unidades produtivas. As redes possibilitam compreender produções dinâmicas no espaço, pois aproxima espaços essencialmente diferentes e distantes pelas interações. Os espaços rurais e/ou urbanos, interligados por uma ou mais rede geográfica, estão sujeitos a sofrerem alterações de distintas intensidades e, ao mesmo tempo, a partir de suas propriedades já existentes, alterarem a configuração e funcionamento das redes. No que se refere às redes, sua capacidade de “alteração” somente é ativada a partir do momento que ela estabelece no espaço elementos da circulação, da comunicação e da criação de estratégias.

As redes que se fazem presente na comunidade são técnicas e também uma construção humana, espacializando-se em escalas locais e extralocais que dão origem à dinâmica espacial da produção. As redes geográficas construídas e consolidadas na comunidade levam, na maioria das vezes, a partir das interações com as unidades produtoras de leite, a um conjunto de objetos técnicos e a um conjunto de ações racionalizadas que são constituídos no meio técnico-científico-informacional. Assim, as redes privilegiam alterações que possam repercutir em aumento nos níveis de modernização e de produtividade nas unidades produtivas.

A ampliação quantitativa e qualitativa do número de redes geográficas realizando atuação no setor leiteiro teve reflexos significativos na organização socioespacial da atividade leiteira nos últimos 20 anos. Nas 30 unidades pesquisadas, a reorganização socioespacial pode ser detectada a partir das relações de produção, das formas de trabalho e de comercialização, das formas de produção e processamento da matéria prima.

Diante disso, o desenvolvimento, a consolidação, a expansão e o crescimento da produção leiteira na comunidade de Nosso Senhor do Bomfim, são resultado, em partes, da atuação de inúmeras redes geográficas com fixos e fluxos quantitativamente e qualitativamente diferenciados. Na comunidade, as unidades com sistemas de produção com maior emprego da ciência, da técnica e da informação, têm produção total em grande escala e maiores níveis de produtividade diária e mensal do rebanho leiteiro. Essas unidades estabelecem interações espaciais extralocais intensas, específicas e extensas, pois os sistemas de objetos e de ações que elas possuem, necessitam e requerem, chegam até elas através dos fixos e fluxos das redes geográficas construídas no cotidiano da produção de leite.

As variações na produtividade (litros/vaca/dia) nas unidades pesquisadas são resultados do nível técnico-científico-informacional dos objetos e das ações racionalizadas e planejadas que tem acesso, tanto no âmbito interno da unidade e também externo das interações espaciais que constroem. Os objetos técnicos fazem parte direta e indireta da constituição, consolidação e atuação de muitos fixos e fluxos na comunidade, ou seja, das redes geográficas. Todavia, as redes geográficas se concretizam no espaço de modo heterogêneo, elegendo sujeitos e espaços que fortalecem a efetivação de seus objetivos. Dessa maneira, as unidades se distinguem em nível de produção, produtividade e modernização que, em simultâneo, refletem as diferenças econômicas, políticas, sociais e culturais. Portanto, as disparidades das unidades e do espaço da comunidade estão sobrepostos, sendo campo de construção e atuação das redes geográficas.

## Referências

CRESOL. *Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária*. Disponível em <<http://www.cresol.com.br/site/>>. Acesso em abril de 2017.

CORRÊA, Roberto. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Revista Cidades*, Rio de Janeiro, v.9, n.16, p.199-218, 2011. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2378/2122>>. Acesso em outubro de 2016.

CORRÊA, Roberto. Processos, formas e interações espaciais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.61, n.1, p.127-134, 2016. Disponível em <<http://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/31>>. Acesso em janeiro de 2017.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos das redes: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. 2.ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p.11-27.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato, (org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, Edição Especial de Geografia Agrária, p.13-32, 2013. Disponível em <<http://revista.ufrr.br/actageo/issue/view/117/showToc>>. Acesso em março 2017.

EMBRAPA GADO DE LEITE. *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em Gado de Leite*. Disponível em <<https://www.embrapa.br/gado-de-leite>>. Acesso em abril de 2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 8.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

ZOCAL, Rosângela. Dez países top do leite. *Revista Balde Branco*, 12 abril de 2017. Disponível em <<http://www.baldebranco.com.br/dez-paises-top-no-leite/>>. Acesso em junho 2017.

ENTREVISTADO 25. *Entrevista concedida a Leila Maria Panho*. Produtor de leite. Salto do Lontra, maio de 2017.

## A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR AVÍCOLA EM LUCAS DO RIO VERDE/MT

Nívea Muniz Vieira<sup>63</sup>

Júlio César Suzuki<sup>64</sup>

**Resumo:** o aumento constante da demanda pelos alimentos proteicos vem transformando o tanto o setor avícola quanto a cadeia produtiva de grãos no Brasil. Tal estudo, apresenta como modelo empresarial agroexportador é hegemônico na região Centro-Oeste, tratando como objeto de estudo pesquisa realizada no município Lucas do Rio Verde, no estado do Mato Grosso. A partir do levantamento em campo e de dados sobre a realidade do trabalho na região, foi possível discutir as alterações que as formas de trabalho passaram a assumir. Logo, este cenário descortina algumas especificidades como a exigência por qualificação (onde a maioria da população possui apenas o Ensino Médio), que entre outros fatores, culminam na dependência da indústria ali sedimentada e na queda da qualidade do trabalho e, conseqüentemente, na qualidade de vida.

**Palavras-chave:** relações capital-trabalho; modelo industrial; agro exportação; precarização do trabalho.

### Introdução

Diversos fatores viabilizaram o desenvolvimento da sojicultura no Brasil e no estado de Mato Grosso particularmente. Destacamos a demanda por alimentos proteicos nos países desenvolvidos e a atuação do governo brasileiro no sentido de realizar um cultivo capaz de assegurar divisas e que fosse industrializável, atendendo as necessidades do projeto industrial do País.

Lucas do Rio Verde é um município brasileiro, que, localizado na área sob influência da BR-163 em Mato Grosso, tem passado por transformações com a instalação da cadeia carne/grãos realizada a partir do deslocamento de grandes empresas agroindustriais da Região Sul brasileira, sobretudo a partir dos anos 2000, recorte temporal do presente estudo. No mapa 1, além da localização de Lucas do Rio Verde, o mapa apresenta a área sob influência da BR-163, identificando nela a área concentrada/consolidada na produção de

---

<sup>63</sup> Doutora em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. E-mail: niveamuniz@yahoo.com.br

<sup>64</sup> Professor Doutor em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. E-mail: jcsuzuki@usp.br

soja e os municípios-sede da cadeia carne/grãos. É possível ver Lucas do Rio Verde a partir de sua inserção e de sua importância regional.

Houve a constituição da cadeia de carnes, aproveitando a existência dos grãos em uma fronteira agrícola moderna consolidada. Com base na técnica, na ciência e na informação, no início dos anos 2000, a BRF<sup>65</sup> (*Brasil Foods*) foi atraída para Lucas do Rio Verde pelas possibilidades de ganhos em magnitude na produção (VIEIRA, 2016).

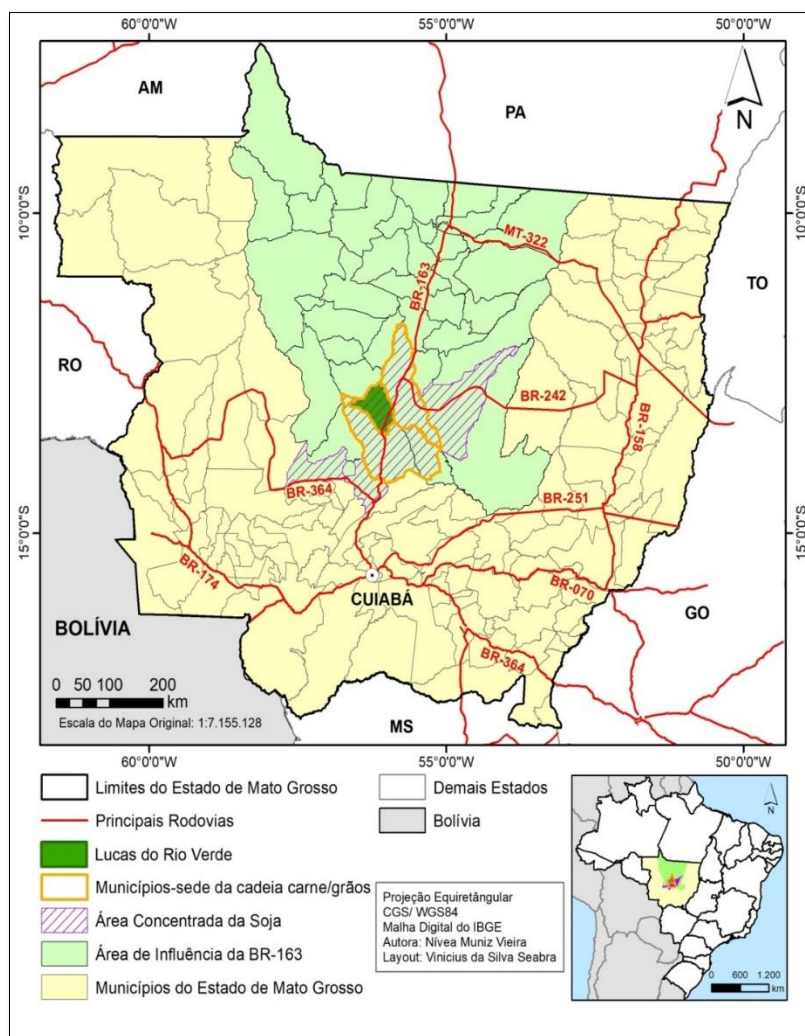
Para tanto, grandes investimentos públicos foram destinados para a operacionalização técnica em termos de pesquisa, além da construção de infraestrutura e da criação de políticas fiscais e creditícias específicas para o cultivo de soja<sup>66</sup> (THOMAZ JR.; MENDONÇA; RIBEIRO, 2002, p. 7).

---

<sup>65</sup> A BRF surgiu como décima maior empresa de alimentos das Américas, segunda maior indústria alimentícia do Brasil, maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas e terceira maior exportadora brasileira. Mantém um ciclo de inovações estruturado para os diferentes mercados com mais de 300 inovações e renovações no ano associadas a parcerias e aquisições estratégicas. Com faturamento líquido médio anual de R\$ 32 bilhões e o lucro líquido de R\$ 3 bilhões em 2015, a BRF ocupa a terceira posição mundial no abate de aves segundo a *Watt Global Media*, sendo uma das maiores companhias globais de alimentos em valor de mercado (BRF - RELATÓRIO ANUAL, 2015).

<sup>66</sup> Somam-se a isso as estratégias do Estado para evitar uma reforma agrária uma vez que as pressões do movimento social (trabalhadores rurais, sem terras, posseiros, atingidos por barragens) no Centro-Sul questionava a estrutura fundiária, podendo comprometer a eficácia das ações governamentais para a produção das *commodities*. Nas cidades, o crescimento desordenado, a violência urbana e a marginalização social chamava a atenção para os problemas sociais e para a necessidade de políticas sociais amplas no espaço urbano e no campo no sentido de conter o fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos. A opção política em não implementar a reforma agrária implicava em ampliação da fronteira agrícola (Centro-Oeste e Amazônia) que, temporariamente, encobriria a problemática da terra no Sul e no Sudeste, deslocando os conflitos pela terra para áreas da frente de expansão (THOMAZ JR.; MENDONÇA; RIBEIRO, 2002, p. 7).

Mapa 1: Área de Estudo, localização do município de Lucas do Rio Verde na BR-163 mato-grossense



Fonte: elaborado pelos autores (2017).

O modelo empresarial agroexportador, que se baseia em médias e grandes explorações é hegemônico no Centro-Oeste, evidenciando menor presença da agricultura familiar quando comparada ao restante do país<sup>67</sup>. No processo, na articulação das dimensões fundamentais do sistema capital-Estado-trabalho, as duas primeiras têm se associado para controlar o trabalho.

Nesse quadro, o trabalho tem sido readequado às novas técnicas de produção, o que vem acarretando alterações no papel do trabalho e do trabalhador em um mercado que

<sup>67</sup> O Centro-Oeste apresenta 43% dos estabelecimentos com produção familiar, enquanto a média brasileira é de 75% (FAO/INCRA apud THOMAZ JR.; MENDONÇA; RIBEIRO, 2002, p. 9).



passou a exigir trabalhadores mais qualificados e dispostos a assimilar inovações (THOMAZ JR.; MENDONÇA; RIBEIRO, 2002, p. 2-3; VIEIRA, 2009).

Na verdade, vivemos um dos momentos mais críticos da história para o trabalho, o que se expressa nos novos rearranjos e funções para os trabalhadores, uma vez que a resultante divisão do trabalho se expressa territorialmente, acarretando configurações de grande dimensão para a agropecuária brasileira (THOMAZ JR., 2001; THOMAZ JR.; MENDONÇA; RIBEIRO, 2002).

Partindo da identificação da intrínseca relação entre trabalho, técnica e reorganizações espaciais, nosso objetivo no presente artigo foi sinalizar a precarização do trabalho e da vida do trabalhador em meio ao difundido desenvolvimento regional da área sob influência da BR-163 e de Lucas do Rio Verde nas particularidades de sua inserção na cadeia carne/grãos.

Utilizamos autores como Thomaz Júnior, Guy Standing, Ricardo Antunes e Jonathan Crary para tratar do trabalho e das mudanças nas relações com o tempo. No que tange à técnica e ao espaço, Milton Santos foi nossa maior referência ao passo que vimos as transformações no mundo do trabalho inseridas no processo de transformação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006 [1996]) na área.

Na primeira parte do artigo depois desta introdução, começamos a tratar das mudanças gerais nas relações capital-trabalho. Em um segundo momento, abordamos a formação do mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde em suas especificidades nos anos 2000 em termos de dinâmica demográfica, o que foi feito a partir de dados do IBGE e dados da prefeitura.

Na terceira parte, com base nos dados da RAIS e do CAGED, além de informações obtidas nos trabalhos de campo, caracterizamos os trabalhadores com carteira assinada, apontando para a centralidade do trabalho. Na quarta parte, voltamos a análise para os aspectos ligados à degradação do trabalho ao explicitar algumas das atuais condições e relações de trabalho no setor. À posteriori, fechamos o artigo com as considerações finais e as referências aqui utilizadas.

## **Mudanças gerais nas relações capital-trabalho**

O trabalho resulta da criação do ser social e da renovação das próprias condições de sua reprodução. É um processo entre a atividade humana e a natureza que se sintetiza no ser social (THOMAZ JR., 2002, p. 4). Thomaz Jr. (2002) estuda o trabalho a partir do que denomina Geografia do trabalho.

Entende que a Geografia deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho por intermédio do espaço geográfico, captado como uma das características do fenômeno e da rede de relações entre a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos em um contexto de múltiplas determinações (THOMAZ JR., 2002, p. 5).

Relacionando as relações entre trabalho, técnica e espaço, apesar de não nos autodeterminarmos geógrafos do trabalho, como o autor, defendemos a importância do estudo do trabalho no campo da Geografia. A importância da busca por compreender as mudanças no mundo do trabalho associadas ao estabelecimento das novas relações capital-trabalho, atrelando a isto as transformações em termos de técnica e de espaço.

Submetidos ao atual processo de precarização do trabalho, de acordo com Standing (2013), além da ausência de garantia no emprego e, por conseguinte, da renda, os que compõem o precariado, precisam de uma identidade baseada no trabalho. Ademais, quando empregados, maiormente, ocupando empregos desprovidos de carreira, tradição e memória social, não se sentem pertencentes a uma comunidade ocupacional.

Por outro aspecto, as ações e atitudes derivadas da precariedade tendem ao oportunismo em que não há “sombra de futuro”. Estar “fora” amanhã não seria uma surpresa e sair talvez não fosse ruim, caso outro trabalho ou atividade surjam (STANDING, 2013, p. 31). Paira uma profunda falta de esperança. De acordo com o autor, compartilham o sentimento de que, por precisarem do trabalho para viver, têm que pegar o que vier, o que os leva a viver sob cada vez maior precariedade, medo e insegurança.

Em geral, não se pensa no trabalho e no trabalhador em longo prazo. Dessa maneira, a sobrevivência do indivíduo é sempre dispensável<sup>68</sup> e, cada vez mais, torna-se mercadoria<sup>69</sup> (CRARY, 2014, p. 19). O cenário tecnológico interfere na maneira como pensamos e agimos em um processo em que aqueles que nele se encontram são incapazes de controlar as forças tecnológicas que enfrentam (STANDING, 2013, p. 39). Ademais, um dos imperativos do mundo do trabalho na atualidade é a flexibilidade, onde destacamos a flexibilidade numérica e a flexibilidade salarial.

No que tange à flexibilidade numérica, temos visto o crescimento de empregos mal pagos e de tempo parcial. Além disso, as empresas pagam pessoas como trabalhadores de tempo parcial, mas esperam que elas trabalhem mais horas do que são pagas para trabalhar. E, em concordância com Standing (2013, p. 63), essa flexibilidade numérica também tem sido associada à terceirização.

A última sintetiza uma combinação de formas de flexibilidade em que, além das divisões do trabalho serem fluidas, os locais de trabalho se misturam entre a casa e espaços públicos, as horas de trabalho são flutuantes e as pessoas acabam combinando distintas condições de trabalho, passando a ter vários contratos simultaneamente (STANDING, 2013, p. 67).

No que tange à flexibilidade salarial, para exemplificar, podemos citar o caso do emprego temporário. Para o empregador, o emprego temporário tem vantagens de custo. Os salários são mais baixos, o pagamento com base na experiência é evitado, o direito aos benefícios da empresa é menor e assim por diante. Há menos riscos para o empregador, afinal, contratar alguém temporariamente não significa assumir um grande compromisso. Por outro aspecto, para o trabalhador, uma vida em trabalho temporário é uma redução do controle ao longo do tempo, inclusive, como já colocado, o tempo que se deve dedicar ao emprego ultrapassa o tempo no emprego (STANDING, 2013, p. 58,61).

---

<sup>68</sup> Igualmente, segundo Crary (2014, p. 19), o imperativo 24/7 é inseparável da catástrofe ambiental, em sua exigência de gasto permanente e desperdício sem medida, além da interrupção dos ciclos e estações necessárias à integridade ecológica do planeta.

<sup>69</sup> A maior parte das necessidades da vida humana, incluindo as irredutíveis como fome, sede e, recentemente, a necessidade de amizade vêm se transformando em mercadoria ou investimento (CRARY, 2014, p. 20).

A ciência vem aprimorando a interação entre homem e máquina e trabalha no sentido de reduzir a necessidade de sono do corpo (CRARY, 2014, p. 12). Para o autor, o sono é um dos últimos obstáculos, isto é, uma das últimas “barreiras naturais” (usando a expressão de Marx) à completa realização do que denominou capitalismo 24/7. E, de acordo com o próprio, existem métodos e motivações para destruí-lo em prol da maior exploração do trabalhador e do tempo de trabalho.

No caso de Lucas do Rio Verde, em nossa concepção, o trabalhador tem passado pela precarização independente de estar na condição de terceirizado ou de trabalhador em tempo parcial, por exemplo. É precarizado por viver as condições de trabalho, que vive, além de sua própria condição de migrante e a dupla dependência trabalho e moradia retratada no caso dos trabalhadores da BRF, que moram na Vila Operária da BRF.

Temos utilizado o conceito de precariado em um sentido amplo. Vemos a presença da precarização do trabalho ou do precariado em distintas camadas sociais e diferentes tipos de trabalho respeitados os níveis e as tipologias de precarização, que devem ser identificados e analisados em suas especificidades. Sendo assim, podemos encontrar a precarização nos distintos setores da economia e no trabalho no campo ou na cidade. Para nós, a referida precarização pode estar ligada à natureza do trabalho e/ou ao seu processo de desenvolvimento, isto é, às condições de trabalho pelas quais o trabalhador tem sido submetido.

Há trabalhos que já “nascem” precários, enquanto outros se tornam precários no decorrer do tempo com o aumento das exigências em termos de produtividade, a ampliação das horas de trabalho nem sempre pagas e a perda de direitos. Além da própria inserção de novas técnicas de produção, que podem tornar o trabalho realizado pelo trabalhador mais intenso e rápido, levando-o a trabalhar como máquina. Isso nos faz lembrar do regime de 24/7 tratado por Crary (2014).

O autor afirmou que esse modelo aparenta constituir um mundo social, mas, na verdade, configurou um modelo não social e com desempenho de máquina. Uma privação da vida, que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia (CRARY, 2014, p. 18).

Portanto, apesar da inserção técnica ser vantajosa em termos de otimização do processo produtivo e de aumento do lucro, na maioria das vezes, o emprego de inovações técnicas não preza pelo trabalhador e por sua saúde. No caso do segmento avícola, vimos isso claramente no setor dos abatedouros/frigoríficos em que, dentre outros fatores, o ritmo do trabalho, o não respeito às necessárias pausas e a lida com facas têm atingido o trabalhador, provocando problemas de saúde de ordem física e psicológica.

Vemos a precarização como uma tendência geral do trabalho no contexto da atual crise do trabalho, onde a luta de classes está sempre presente de maneira sutil ou mais contundente, perceptível ou não. Entendemos que, onde há força de trabalho, há resistência, sendo algumas mais subjetivas do que as outras.

Assim como as resistências são subjetivas, a precarização do trabalho também o pode ser, por isso, é necessário analisá-la de maneira aprofundada. Sem falar que o que se vê como pesquisador pode ser diferente da concepção do próprio trabalhador, o que configura a necessidade de se estudar profundamente a complexidade de tais relações e seus reflexos sobre o trabalhador, além dos distintos discursos de trabalhadores, empregadores e estudiosos.

Em suma, o que chamamos de trabalho precariado pode assumir diferentes roupagens. Para nós, um trabalho precário é aquele que, priorizando apenas o capital (lucro), deixa o trabalhador em segundo plano no que tange as suas necessidades enquanto ser humano. Podemos citar os direitos gerais do trabalhador, de pausas para descanso, de condições de trabalho adequadas, de carga horária, de trocas constantes de horário de trabalho, da alta rotatividade detectada nas rápidas entradas e saídas de empregos, da dupla jornada de trabalho, de exigências sem correspondente pagamento de salário, de dependência trabalho-moradia, de aceleração inapropriada do ritmo de trabalho, de condições inadequadas de moradia, de preconceitos, apenas para citar algumas das problemáticas identificadas na área de estudo.

De maneira geral, por outro aspecto, o desemprego também faz parte da vida no precariado e lidar com ele tem se tornado cada vez mais difícil. Na era da pré-globalização, o desemprego era um infeliz, no lugar errado e na época errada (STANDING, 2013, p. 77). Em

concordância com o autor, era algo decorrente apenas de fatores econômicos e estruturais. No modelo neoliberal, o desemprego virou questão de responsabilidade individual, interpretado erroneamente como algo quase voluntário.

Muitas vezes, os desempregados são culpados e demonizados vistos como preguiçosos e parasitas. Portanto, mediante a importância do emprego para a vida das pessoas, importa lembrar a existência de grandes malefícios do desemprego. Pensamos sobre o que seria pior: viver sob condições sub-humanas de emprego ou estar desempregado, sendo as duas formas precárias de sobrevivência. Os desempregados são coagidos a aceitarem empregos por mais desagradáveis e mal remunerados que sejam (STANDING, 2013, p.78). Expresso o contexto, com base no autor, perguntamo-nos: quem ingressa no precariado?

Uma resposta é “todo mundo, na verdade”. Entrar para o precariado poderia acontecer para a maioria de nós, se ocorressem acidentes ou um choque eliminasse os adereços de segurança nos quais muitos vieram a confiar. Dito isso, é preciso lembrar que o precariado não compreende somente vítimas; alguns entram no precariado porque não querem as alternativas disponíveis, alguns porque ele se adapta às suas circunstâncias particulares do momento. Em suma, existem variedades de precariado (STANDING, 2013, p. 97).

Desse modo, concordamos com Crary (2014, p. 48) que, hoje, mais do que pensar sobre o funcionamento e os efeitos particulares de novas máquinas ou redes específicas, importa avaliar como a experiência e a percepção estão sendo reconfiguradas nos indivíduos. Assim, tendo em vista os novos ritmos e velocidades no processo produtivo, avaliamos algumas das consequências instauradas em sua intensificação e aceleração em termos de trabalho no segmento avícola da área de estudo.

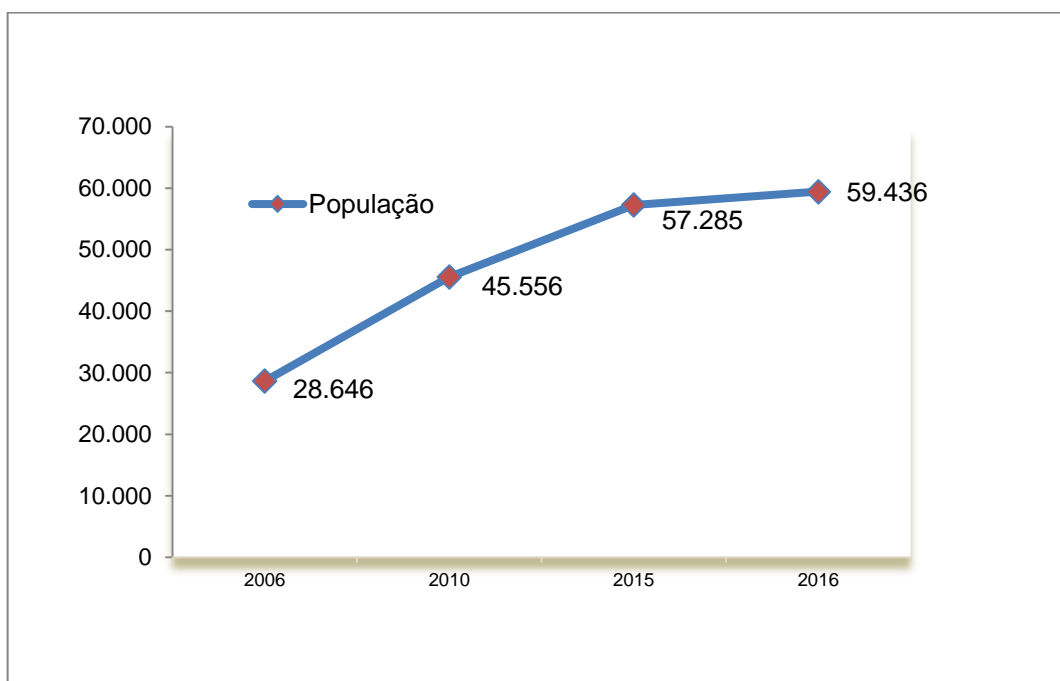
### **O mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde em sua formação**

Com alta tecnologia e elevados índices de produtividade, Lucas do Rio Verde tem despontado como um dos mais potentes polos do agronegócio de Mato Grosso e do Brasil.

O movimento em questão tem provocado significativas mudanças no município, o que inclui a alteração de sua dinâmica demográfica.

As transformações em voga implicaram em mudanças no perfil da população e em transformações no mercado de trabalho. Assim, inicialmente, iluminamos a formação do mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde a partir da apresentação da evolução populacional do município em 2006, 2010, 2015 e 2016 (gráfico 1). Para isso, utilizamos dados de censos demográficos e de contagens do IBGE, além de informações repassadas pela prefeitura de Lucas e coletadas em campo.

Gráfico 1: Evolução anual da população de Lucas do Rio Verde/MT



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE e da Prefeitura de Lucas do Rio Verde (2006, 2010, 2015, 2016).

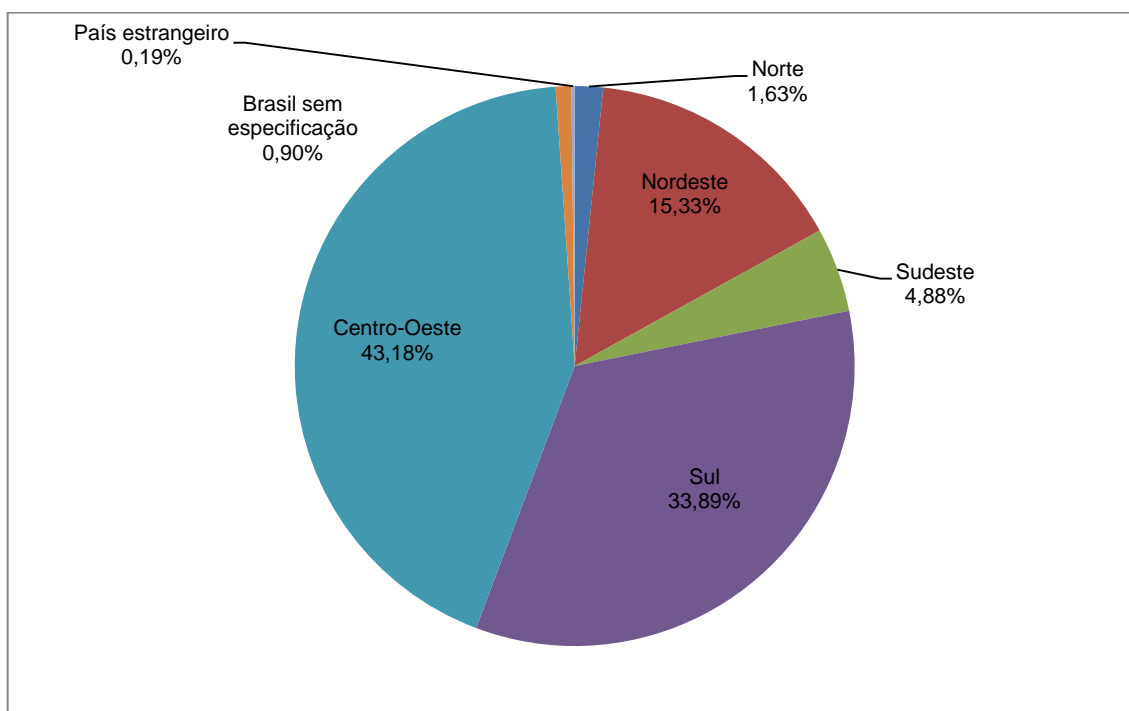
Por intermédio do gráfico 1 visualiza-se o registro de uma população de 28.646 habitantes em 2006, população que, em 2016, chegou a 59.436 habitantes. Portanto, em dez anos, vimos um crescimento acima do dobro. Indiretamente, tais dados sinalizaram a composição e o fluxo da força de trabalho em um mercado de trabalho em que percebemos

fenômenos relacionados à interação entre os que procuram e os que oferecem emprego, onde a conjuntura social e a conjuntura econômica da região estudada devem ser inclusas.

No gráfico 2, podemos ver a população dividida por região de origem em 2010, último censo demográfico realizado até então. Nos dados de migração em voga, as regiões de maior destaque foram Centro-Oeste com 43,18%, Sul com 33,89% e Nordeste com 15,33%.

Em se tratando de uma comparação entre os anos 2000 e 2010, calculamos valores em termos de variação absoluta. Mediante tais cálculos, encontramos as maiores variações nas regiões Norte e Nordeste. Na região Norte, a população praticamente dobrou ao passar de 375 para 744 pessoas. A migração da região Nordeste sofreu um acréscimo de 6.137 trabalhadores em dez anos já que, em 2000, tinha 845 e, em 2010, registrou 6.982 pessoas.

Gráfico 2: População de Lucas do Rio Verde em percentual por região de nascimento (2010)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados do IBGE/SIDRA/Censo Demográfico - Migração (2010).



Tais dados reafirmaram o que identificamos em campo quando constatamos o aumento da migração de nordestinos e de nortistas motivados pela abertura de vagas de emprego e possível oportunidade de mudança de vida sendo empregados na cadeia carne/grãos representada pela instauração da BRF no município. Inclusive, no último trabalho de campo realizado em 2016, o que muito saltou aos olhos foi a cada vez maior entrada de migrantes da região Norte, o que vem caracterizando o que chamamos de o mais atual tipo de fluxo migratório estabelecido na área estudada.

Portadora de novas formas de produção e de trabalho, a reestruturação produtiva do capital processada nos últimos anos resultou em profundas alterações no processo de acumulação e reprodução de capitais, que ocorreu associada a uma verdadeira metamorfose nas relações de trabalho com consequências danosas para os trabalhadores e para os movimentos em defesa da classe trabalhadora de forma geral (THOMAZ JR., MENDONÇA; RIBEIRO, 2002).

Em linhas gerais, grande parcela do movimento social e sindical passou a elaborar pautas de reivindicação para a manutenção dos direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores. Sem reflexões sobre a necessidade de pensar estratégias em nível de classe trabalhadora, registramos a paulatina perda de força da coletividade, ficando o trabalhador à mercê de ações individuais.

Em conformidade com Thomaz Jr.; Mendonça e Ribeiro (2002), não tem havido metamorfose para superar e/ou apontar alternativas coletivas concretas de luta rumo a uma nova sociedade para além da sociedade do capital. Não negamos, porém, a existência de resistências, lutas cotidianas e pequenos movimentos pela reconquista de direitos como vimos na área de estudo.

A fim de citar um exemplo, no ano de 2015, apoiados pelo sindicato do setor, os trabalhadores da BRF de Lucas do Rio Verde entraram em estado de greve devido a dificuldades enfrentadas nas negociações relacionadas a reajuste salarial. Outro exemplo tem sido a luta na justiça por direitos a melhores condições de trabalho e por direitos renegados, o que evidenciamos a partir do aumento do número de processos trabalhistas abertos contra a empresa.

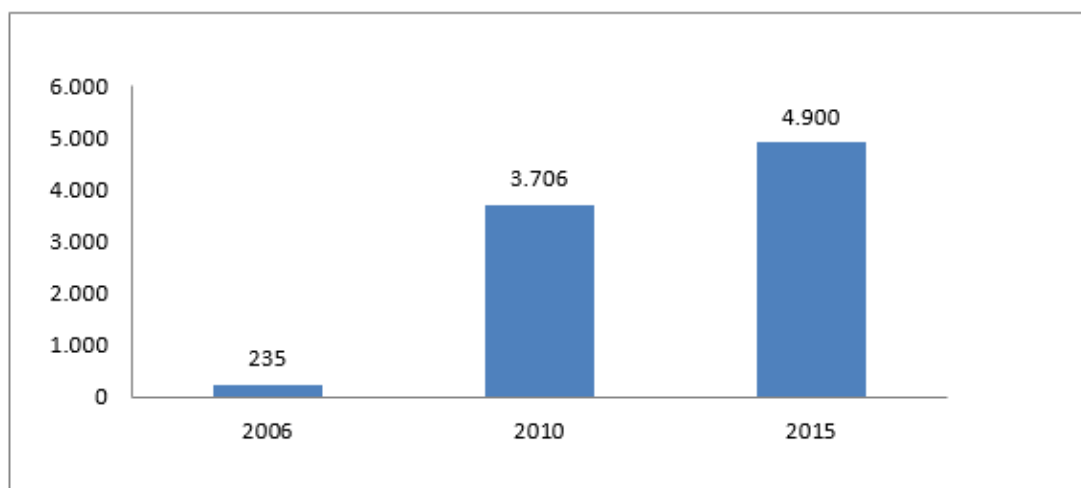
Na conjuntura, com o passar dos anos, o setor avícola vem avançando associado ao desenvolvimento tecnológico. Incorporou melhoramentos genéticos e nutricionais, novos processos, tecnologias e inovações no que tange à produção, às instalações e aos equipamentos, além de novos métodos organizacionais e estratégias produtivas (VIEIRA, 2009; VASCONCELOS; SILVA, 2015).

Em empresas de importância no setor avícola como a BRF, a inovação se destaca como ferramenta primordial para a busca e a manutenção da competitividade. A inovação vem se estabelecendo fundamentada em um conjunto de novas funções capazes de mudar os métodos de produção por intermédio da criação de novas formas de organização do trabalho e da introdução de produtos em mercados variados (SCHUMPETER, 1982).

### **Caracterização dos Trabalhadores com carteira assinada**

Para caracterizar os trabalhadores com carteira assinada no setor avícola de Lucas do Rio Verde, baseamo-nos, principalmente, em dados da RAIS, do CAGED e informações de campo a partir da elaboração de gráficos e tabelas capazes de nos permitir estabelecer o perfil geral dos trabalhadores em questão nos anos 2000. Tomamos como referência os anos 2006, 2010 e 2015.

Gráfico 3: Número de Trabalhadores com carteira assinada em Lucas do Rio Verde no total da Criação de aves e do Abate de suínos, aves e outros pequenos animais por ano (2006, 2010, 2015)



Fonte: Elaborado pelos autores com base no RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010, 2015).

Em termos de nacionalidade, de acordo com dados da RAIS de 2015, os trabalhadores formais empregados no setor avícola (criação e abate) de Lucas do Rio Verde são compostos por 99,92% de brasileiros e 0,08% de haitianos, dentre outros.

Por intermédio do gráfico 3, pudemos ver o crescimento do número de trabalhadores empregados no setor nos anos de 2006, 2010 e 2015. Cabe ressaltar que os dados de abate englobam os trabalhadores do abate de suínos, aves e outros pequenos animais.

Em 2006, o número de trabalhadores era de 235 pessoas, tendo passado para 3.706 em 2010 e 4.900 em 2015. Os números revelaram o desenvolvimento e o investimento no setor, bem como, o aumento do interesse dos grandes empresários e do Estado no mesmo. São números que demonstram informações acerca do mercado de trabalho na área, que, no processo, passou a demandar e absorver mais mão de obra. Associadas, tais informações esclareceram ainda melhor os atuais movimentos migratórios.

Em termos comparativos, os valores apresentados no gráfico 3 tomaram maiores proporções e significado com a avaliação do incremento de trabalhadores de um ano analisado para o outro. Assim, em quatro anos, isto é, de 2006 para 2010, constatou-se o aumento de 3.471 trabalhadores e de 1.194 trabalhadores de 2010 para 2015. Nesse sentido, cabe destacar que foi no primeiro período que houve a implantação da BRF em Lucas do Rio Verde, o que marcou e consolidou o processo de implantação da cadeia carne/grãos no município.

Cabe lembrar que tais mudanças não ocorreram apenas no setor avícola. Funcionando de maneira interdependente, houve mudanças em todos os setores da economia: indústria, comércio, serviços, construção civil e agropecuária. Com proporções diferentes, houve a geração de novos empregos em todos os grandes setores.

Com o objetivo de continuar a caracterizar esse trabalhador, na tabela 1, apresentamos o sexo, a faixa etária, a escolaridade e o rendimento médio mensal (SM) dos trabalhadores com carteira assinada empregados no segmento avícola de Lucas do Rio verde nos anos de 2006, 2010 e 2015.

Cabe ressaltar que, na tabela 1, só apresentamos os dados predominantes identificados nas variáveis em cada ano avaliado. Assim, o que estamos chamando de perfil predominante corresponde aos maiores percentuais encontrados em cada variável nos anos analisados.

Tabela 1: Perfil predominante dos Trabalhadores com carteira assinada no segmento avícola de Lucas do Rio Verde (2006, 2010, 2015)

<b>Anos</b>	<b>Sexo</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Rendimento Médio Mensal (SM)</b>
2006	Homens	18 a 24 anos	Ensino Médio	1,01-2,0 SM
2010	Homens	18 a 24 anos	Ensino Médio	1,01-2,0 SM
2015	Homens	30 a 39 anos	Ensino Médio	1,01-2,0 SM

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de RAIS Vínculo - MTE (2006, 2010, 2015).

Quanto à distribuição por sexo, avaliando os anos apresentados na tabela 1, vimos a predominância dos homens no setor. De acordo com os dados da RAIS, em 2006, houve o registro de 195 homens e 40 mulheres. Em 2010, 2.288 homens e 1.418 mulheres. Por fim, em 2015, tivemos 2.777 homens e 2.123 mulheres.

Avaliando os números, ficou claro o tendente aumento da participação feminina dentre os trabalhadores empregados no setor. Nesse sentido, em números, em 2006, a participação feminina foi de 17,02% (40); em 2010, de 38,26% (1.418) e, em 2015, de 43,33% (2.123), dados que evidenciaram um considerável crescimento.

No que tange à faixa etária empregada, a que mais se destacou em 2006 e em 2010 foi a faixa entre 18 e 24 anos. Já em 2015, observamos mudanças nesse perfil, passando a

empregar mais pessoas entre 30 e 39 anos. Em números, em 2015, os trabalhadores na faixa entre 30 e 39 anos corresponderam a 1.617 pessoas, isto é, 33% do total.

Na configuração do quadro geral dos trabalhadores, cabe ressaltar o perfil em termos de escolaridade coletado na RAIS e resumido na tabela 1. Observamos que a maior parte dos trabalhadores apresentou o Ensino Médio Completo nos três anos exibidos.

Inclusive, em percentual, do total de 4.900 trabalhadores contabilizados no setor em 2015, 59,75% possuía o Ensino Médio, enquanto, em 2006, esse percentual estava em apenas 34,89%. Os dados sinalizaram maiores exigências em termos de escolaridade em um processo em que o trabalhador precisa se adaptar ao modelo técnico-produtivo empregado no setor, sendo, minimamente, mais polivalente e flexível.

Na última coluna da tabela 1, ainda destacamos o Rendimento Médio Mensal da maior parte dos trabalhadores empregados no setor avícola e concluímos que a maior parte dos trabalhadores recebia de 1,01 a 2,0 salários-mínimos (SM) nos três anos apresentados.

Sob uma avaliação quantitativa, em conformidade com os dados coletados na RAIS, em 2006, 39,15% dos trabalhadores recebiam de 1,01 a 2,0 SM. Em 2010, esse percentual passou para 62,33% e, em 2015, registrou 59,92% do total. Associando o salário recebido com o tendente aumento no grau de escolaridade e as exigências feitas ao trabalhador em termos de adaptação técnica e produtividade, ficou evidente o quanto os salários pagos na área são baixos.

De acordo com dados do IBGE/SIDRA, em 2015, Lucas do Rio Verde produziu cerca de 3.943.566 cabeças em seu efetivo no rebanho de aves, 32,59% do total produzido pelos municípios-sede da cadeia carne/grãos (Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso) (VIEIRA, 2017). Portanto, não podemos esquecer que os níveis produtivos são elevadíssimos, bem como, os lucros alcançados, o que, também, sinaliza os níveis de explorações e a profunda desigualdade entre o lucro do empregador, os salários pagos e os benefícios oferecidos aos trabalhadores.

O fator apontado tem sido agravado pelo elevado custo de vida de Lucas do Rio Verde, evidenciando ainda mais a condição de precarização a qual o trabalhador está submetido quando empregado no setor, especialmente, no caso dos trabalhadores da BRF.

O trabalhador que mora na Vila Operária da BRF, trabalha e mora, isto é, vive 24 horas sob os olhos do empregador mesmo que de maneira indireta, o que limita ainda mais o seu viver independente no que tange as demais dimensões da vida, que ultrapassam e muito o trabalho.

Como trabalhador migrante, sem dúvidas, a moradia oferecida pela BRF compõe os principais elementos de convencimento utilizados pela empresa ao buscar os trabalhadores nas regiões Norte e Nordeste para as vagas oferecidas em Lucas do Rio Verde. Preenchendo o imaginário do trabalhador e aguçando a sua esperança, tornou-se mais um fator motivador do seu deslocamento.

Pela falta de oportunidades de emprego em suas cidades de origem e por já virem de situações de pobreza e precariedade, muitos trabalhadores aceitam as condições que lhes são impostas, conseguindo ainda ver vantagens nestas. Esses são os que não enxergam a precarização em que vivem por estarem acostumados, por não conhecerem os seus direitos ou por medo de serem rejeitados ou por temerem não conseguir algo melhor. São alvos fáceis da precarização e da exploração do trabalho, que, ultrapassando o espaço do trabalho, ocupam todos os espaços da vida dos mesmos.

Portanto, propor o fim do trabalho ou a perda de sua centralidade é um equívoco. Para Thomaz Júnior (2001, p. 9), é praticamente impossível imaginar a eliminação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007; 2011 [1999]) enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital.

Logo, o que vemos não é o fim do trabalho (ANTUNES, 2007; 2011 [1999]), mas a exploração do mesmo sob novas exigências do capital geridas por novos referenciais, impulsionados e registrados no interior do processo de reestruturação produtiva do capital (THOMAZ JR, 2002).

E, como Thomaz (2001), concordamos que urge a necessária compreensão dos processos sociais, que dão forma e sustentação para as novas inserções do trabalho no agronegócio brasileiro.

### O Trabalho e sua degradação

Degradante, o trabalho em frigoríficos impacta a saúde e a vida dos trabalhadores (THOMAZ JR; HECK, 2012). Ademais, devido à permeabilidade entre tempos de trabalho e de lazer, o trabalho, paulatinamente, passa a integrar universalmente a tessitura do 24/7 (CRARY, 2014). No caso aqui analisado, a configuração desse quadro de interferências ultrapassa o local de trabalho ao se estender até a casa do trabalhador, que vive sob o julgo e as regras da BRF também em sua residência no caso dos que moram na Vila operária da empresa.

Tabela 2: Predominância da Faixa horária contratada, do Tipo de Vínculo empregatício e da Rotatividade dos Trabalhadores com carteira assinada no segmento avícola de Lucas do Rio Verde em percentual (2015)

Faixa Horária Contratada	Tipo de Vínculo empregatício	Rotatividade	
		Admitidos	Desligados
99,24% de 41 a 44 h	95,18% CLT U/PJ Ind.	49,98%	50,02%

Fonte: RAIS Vínculo - MTE (2015).

Antes de analisarmos as tabelas 2 e 3, cabe ressaltar que nelas exibimos apenas os maiores valores percentuais encontrados nas variáveis apresentadas, sendo que na tabela 2 apresentamos dados de 2015, enquanto na tabela 3, os dados exibidos corresponderam ao percentual da soma de 2007-2017.

Na tabela 2, como perfil predominante, vimos que 99,24% dos trabalhadores com carteira assinada no setor trabalhavam de 41 a 44 h e 95,18% destes foram contratados pelo regime CLT U/PJ Ind. em 2015 (Celetistas Urbanos empregados por Pessoa Jurídica da Indústria).

De 2007-2017, dentre os tipos de admissão, a maior parte foi feita por reemprego (83,18%), sendo os demais por primeiro emprego e por reintegração, o destaque evidenciado à admissão por reemprego iluminou mais uma característica da realidade da área e de seu mercado de trabalho contra um total de 56,12% dos desligamentos por pedido.

Foi constatado em campo que muitos trabalhadores admitidos solicitaram o desligamento por não se adaptarem à cidade, por saudade da família ou por estarem insatisfeitos com o trabalho na BRF, pelo ritmo exigido, pelas condições de trabalho, pelas condições de moradia e/ou pelos baixos salários recebidos.

Nesse sentido, o desligamento a pedido foi feito em cerca de 56,12% dos casos. Entretanto, ao retornar a sua cidade de origem, muitas vezes, o trabalhador encontra condições ainda piores, tendo dificuldades, até mesmo, para se reempregar. Isso faz com que o trabalhador retorne para Lucas do Rio Verde a fim de tentar ser reinserido na empresa, isto é, ser reempregado, justificando assim os altos números de trabalhadores reempregados no setor.

No contexto, evidenciado na tabela 2, vimos o grau de rotatividade dos trabalhadores ao levantarmos os números relacionados às admissões (49,98%) e aos desligamentos (50,02%) na soma da criação de aves e do abate em geral em 2015.

Por meio das entrevistas, das observações de campo e dos dados da RAIS, vimos que a BRF de Lucas do Rio Verde tem registrado um significativo *turnover* revelado pelo grande número de admissões e desligamentos na empresa. Indiretamente, a partir dos dados e das entrevistas realizadas em campo, como Thomaz Jr e Heck (2012), identificamos um movimento de rejeição ao emprego em frigoríficos por parte dos trabalhadores.



Ainda, segundo os autores, degradantes, as condições de trabalho no setor podem ter sérios impactos na saúde. Afirmam também que se trata de uma realidade nacional, que vem colocando em risco a saúde de cerca de meio milhão de trabalhadores, que atuam somente nos frigoríficos avícolas (THOMAZ JR; HECK, 2012). Desse modo:

(...) os frigoríficos ocupam os primeiros lugares não apenas em geração de emprego, mas também nas doenças que atingem os trabalhadores. Isso, a nosso ver está demonstrando a degradação do trabalho com sérios impactos para a saúde física e mental dos últimos. (...) os números expressivos de geração de emprego e renda no setor, não necessariamente significam boas condições de trabalho, pois como vimos os trabalhadores tem adoecido (THOMAZ JR; HECK, 2012, p. 8).

No caso de nossa área de estudo, somados a esse fator, ressaltamos os baixos salários, o elevado custo de vida de Lucas do Rio Verde e a saudade da família relatada pela maioria dos trabalhadores que, migrando, sobretudo, do Nordeste e do Norte, deixaram seus familiares em suas cidades de origem.

A rotina de trabalho vivida no setor demonstra que o ritmo elevado e repetitivo existe e tem sido acelerado com a entrada de mais inovações técnicas. As pausas raramente são respeitadas e têm colocado em risco a saúde dos trabalhadores.

O lucro a qualquer custo tem sido pago com o grande sofrimento dos trabalhadores impactados seriamente em termos de saúde e de vida. Desrespeitando a legislação, a busca desenfreada pelo lucro passa pela exposição dos trabalhadores aos riscos de lesões por esforço repetitivo e transtornos psicológicos (THOMAZ JR; HECK, 2012).

As sequelas do emprego em frigoríficos acompanharão muitos dos trabalhadores até o final das suas vidas, já que, em muitos casos, são doenças crônicas incuráveis com impactos irreversíveis na saúde e na vida de milhares de trabalhadores. A muitos trabalhadores, restam os medicamentos que aliviam as suas dores, agindo parcialmente ao provocar sensações de alívio (THOMAZ JR; HECK, 2012).

No capitalismo, o trabalho está intrinsecamente ligado à reorganização do tempo e, mais especificamente, do tempo de trabalho vivo, como forma de gerar lucro (CRARY, 2014, p. 71-72). Associada a essa relação do trabalho com o tempo, está a ligação com a reorganização espacial e com a introdução de inovações técnicas. No contexto, surgiu uma

tecnologia do poder capaz de disseminar métodos para controlar o comportamento de grande número de trabalhadores em fábricas (CRARY, 2014).

Interpretando Crary (2014), concluímos que se trata de uma experiência híbrida de um viver no interior de espaços e velocidades modernizadas e, simultaneamente, vivenciar resquícios do passado representados por antigas formas de trabalho em um espaço, que, dialeticamente, vem sendo configurado entre mudanças e permanências.

Vimos ainda que, sob o ponto de vista dos trabalhadores, na maioria das vezes, esse emprego é visto sob uma perspectiva negativa e de pura necessidade de sobrevivência e ausência de alternativas. Os impactos da doença atingem a esfera da vida dentro e fora do trabalho em uma dimensão em que a degradação do trabalho impacta no cotidiano desses trabalhadores (THOMAZ JR; HECK, 2012).

### **Considerações Finais**

A natureza do trabalho na agropecuária brasileira e suas especificidades em Lucas do Rio verde foram iluminadas em um contexto em que sinalizamos pontos de importância no conteúdo do novo rural instaurado na área.

No cenário, o grande desafio tem sido compreender o movimento geral do capital e do trabalho na relação capital-trabalho estabelecida na área, percebendo, por meio das contradições, as mudanças no perfil do trabalhador, além de caracterizar o trabalho e sua precarização em suas variadas formas.

Uma intrínseca relação entre trabalho, inovações técnicas e reorganização espacial foi estabelecida, onde o capital e o Estado priorizaram tarefas relacionadas à garantia de investimentos e lucros.

O capital tem sido movido para além das barreiras espaciais por meio da criação de condições físicas de troca, de meios de comunicação (CRARY, 2014) e de circulação, além dos próprios fluxos (SANTOS, 2006 [1996]; HARVEY, 2011 [1996]).

No contexto, a incorporação técnica presente no meio técnico-científico-informacional instaurado na área de estudo corresponde à adoção do progresso das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho (THOMAZ JR.; MENDONÇA; RIBEIRO, 2002; SANTOS, 2006 [1996]).

A experiência da solidão e da sensação de impotência individual vem se transformando em algo natural para muitos, que se veem sob uma quase servidão às forças “maquinadas” (CRARY, 2014, p. 125).

Mediante mutações no mundo do trabalho e reorganizações espaciais, a área de estudo vem exibindo especificidades. Sob um tendente quadro de aumento na exigência de qualificação e eficiência, a imensa maioria dos trabalhadores empregados no segmento avícola de Lucas do Rio Verde possui o Ensino Médio, recebe baixos salários e mora no bairro Tessele Júnior (Vila Operária da BRF), condição que os coloca sob uma dupla dependência: trabalho e moradia.

Para além da luta por melhores salários, busca-se uma vida melhor que, em sua completude, inclui a organização em defesa de seus direitos e a busca por representatividade, que se faz primordial diante de sua vida como migrante em uma necessária resistência aos preconceitos, além da própria busca por informação e por força e parceria na luta por seus direitos.

## Referências

ANTUNES, Ricardo L. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 15ª. ed., São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2011 [1999].

ANTUNES, Ricardo L. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 9ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRF. Relatório Anual 2015. *Relatórios Anuais BRF*. Disponível em: [http://ri.brf-global.com/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342](http://ri.brf-global.com/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=52159&conta=28&id=196342). Acesso em: 4 nov. 2017.

CRARY, Jonathan. *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014, 144 p.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. ed. São Paulo: Loyola. 2011 [1996].

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª edição, São Paulo: Hucitec, 2006 [1996].

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Disponibilizado por Ronaldo DartVeiga. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/6RRZvP>. Acesso em: 4 jun. 2017.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Invenções Democráticas, V. IV).

THOMAZ JR., Antonio. Por uma geografia do trabalho. *Revista Pegada*, vol. 3, 2002. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/786/809>. Acesso em: 22 set. 2017.

THOMAZ JR., Antonio. Desenho societal dos sem terra no Brasil (uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho). *Revista Pegada*, vol. 2, n.º 1, outubro, 2001. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/773/794>. Acesso em: 10 ago. 2017.

THOMAZ JR., Antonio.; MENDONÇA, Marcelo R.; RIBEIRO, Dinalva D. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. *Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. VI, nº 119 (44), 1º de agosto de 2002. Disponível em: Acesso em: fev. 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-44.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.

THOMAZ JR., Antonio.; HECK, Fernando M. Territórios da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. *VIII Seminário de Saúde do trabalhador* (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca) e VI Seminário "O trabalho em debate". UNESP/USP/STICF/CNTI/UFSC, 25 a 27 de setembro de 2012. UNESP-Franca/SP. Disponível em: [http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt6/o\\_trabalho.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt6/o_trabalho.pdf). Acesso em: 8 set. 2017.

VASCONCELOS, Marta C. e SILVA, Christian L. da. Trajetória da estratégia e inovação na cadeia produtiva de frango de corte no Brasil: um estudo de caso em uma empresa brasileira. *Espacios*. Vol. 36, Nº 24. Ano 2015. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a15v36n24/15362413.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

VIEIRA, Nivea M. O trabalho invisibilizado pela técnica: o segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde. *Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP*, São Paulo, 2017. 433f.

VIEIRA, Nivea M. Mutações no trabalho no agronegócio brasileiro: técnica e espaço na cadeia carne/grãos de Mato Grosso. In: COSTA, Francisco; VIEIRA, António; TROLEIS, Adriano. (Orgs.). *III Simpósio de Pesquisa em Geografia*. Universidade do Minho. Guimarães, Portugal. UMDGEO - Departamento de Geografia da Universidade do Minho. 4 de novembro de 2016.

VIEIRA, Nivea M. O trabalho em sua relação com a técnica e a (re)organização espacial na cadeia carne/grãos da BR-163, MT. *Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PUC-Rio*, Rio de Janeiro, 2009, 178f. Disponível em: <https://goo.gl/1gRKAM>. Acesso em: 13 jul. 2017.



## **CAMPO E CIDADE NA AMÉRICA LATINA**

O campo e a cidade na América Latina apresentam enorme diversidade social, cultural, política, econômica e ambiental, não só por conta das diferenças oriundas do processo dominador da colonização, tanto portuguesa, quanto espanhola, e das miscigenações permanentes, cujos resultados culturais são evidentes, mas também por conta da riqueza ambiental, cuja diversidade estabelece bases importantes para a produção social e econômica. Todas as dimensões apontadas, ainda, são mediadas pela política e pelo Político, o que se traduz na enorme multiplicidade de situações históricas e espaciais do que seja cidade ou campo na região, em que pese a similaridade de situações de subalternidade e de concentração da riqueza.